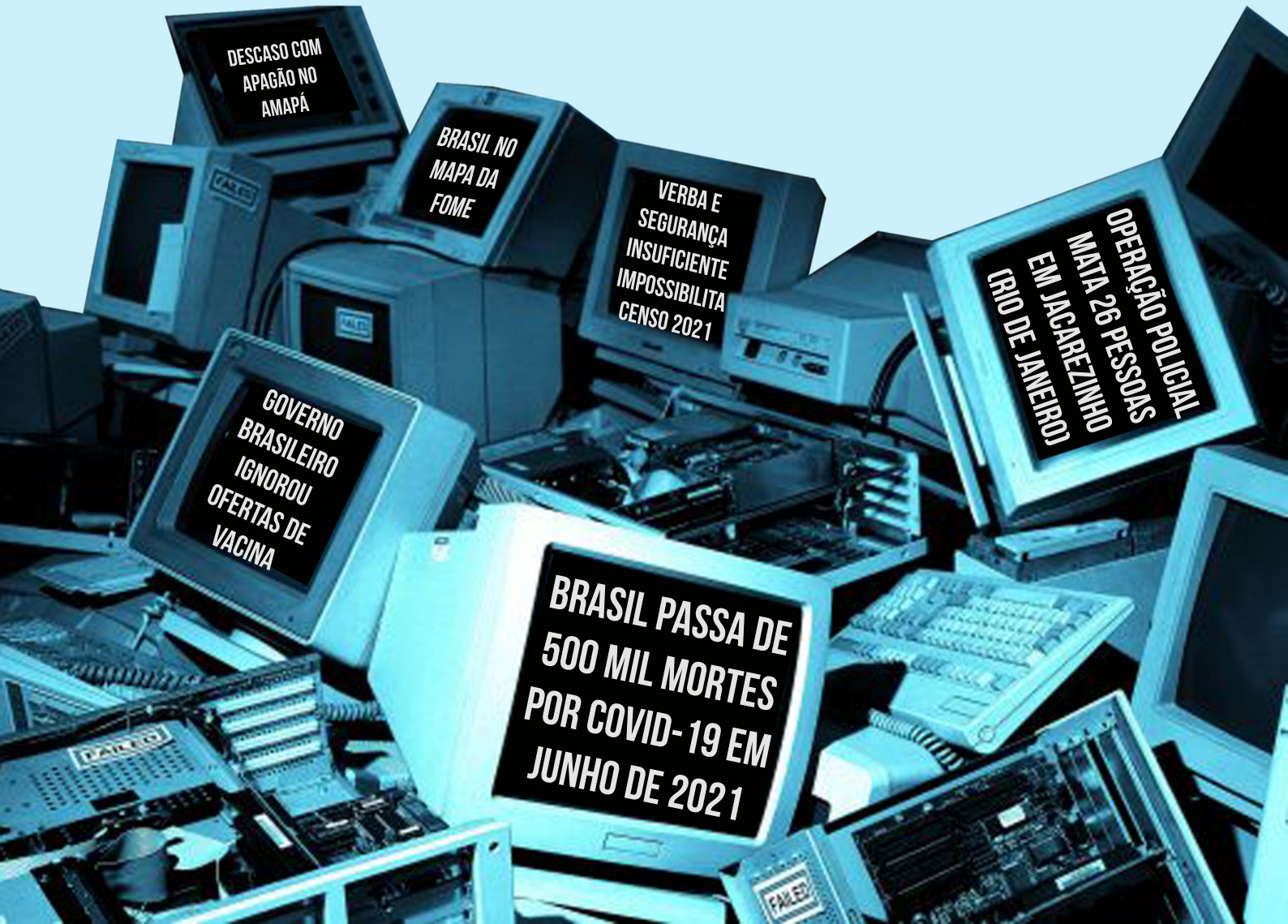
Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Terra Livre

n. 55 v. 2

jul.-dez./2020

ISSN 2674-8355



Editorial

É com grande satisfação e entusiasmo que divulgamos à toda comunidade agebeana, científica e ao público em geral a edição de número 55 v. 2 de 2020 da revista Terra Livre. Este número, assim como o número anterior foi inteiramente realizado em meio à uma conjuntura pandêmica causada por uma nova espécie de coronavírus, causa da COVID-19. A infecção do vírus em humanos teve os primeiros casos identificados no final do ano de 2019, e desde então a espécie passou por diversas mutações, algumas delas mais infecciosas, com maior índice de transmissão entre as pessoas, além de causar sintomas mais graves em qualquer faixa etária. O vírus ainda atinge o mundo inteiro, mas o Brasil em especial tem sofrido com a má gestão da pandemia pelo governo federal, tendo atingido a marca de mais de 500 mil mortes no final de junho de 2021[1].

Parece que mais do que nunca, o real e o virtual se confundem, enquanto vivemos isolados em frente à telas para nos mantermos seguros em relação a transmissão do vírus, aguardando ansiosamente pela vacinação de toda população brasileira – o que poderia ter ocorrido há meses atrás caso o governo federal não tivesse recusado as ofertas de empresas que estavam desenvolvendo vacinas, propagar a utilização de medicamente sem comprovação científica da eficiência contra o coronavírus, dentre outras práticas criminosas[2]. Sabemos que os impactos da pandemia foram notáveis na vida de todos, e o tempos e prazos parecem urgir de uma maneira cada vez mais rápida.

Destacamos que no Brasil, ao invés de haver um aumento de investimentos destinados à educação, à saúde, à pesquisa e à Ciência como possibilidade no combate à pandemia, o que ocorreu foi o oposto, com corte nos repasses de verbas para Universidades, estas que são grandes os centros de pesquisas do país. A má gestão da pandemia pode ser notada em diversos acontecimentos desde o final de 2020 até hoje, como por exemplo a falta de mobilização mês de janeiro para levar oxigênio e outros insumos médicos para o tratamento dos infectados pela Covid-19 no Amazonas – o que acarretou em inúmeras mortes; o descaso com o "apagão" que ocorreu no Amapá em novembro de 2020; bem como a ausência de verbas e condições sanitárias adequadas para realização do Censo 2020, que deveria ser realizado em 2021, mas foi adiado para quiçá 2022; etc.

A Terra Livre enquanto periódico da Associação Brasileiro dos Geógrafos e Geógrafas visa divulgar contribuições científicas que dialoguem com as demandas da sociedade em geral, e dos movimentos sociais e as suas reivindicações. Por isso, os textos aqui apresentados têm um posicionamento crítico sobre os acontecimentos hodiernos, e evidenciam a importância do investimento em educação, ciência e saúde do país.

---

1 Cf. *Brasil ultrapassa 500 mil mortes por Covid-19* – Disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/19/brasil-ultrapassa-500-mil-mortes-pode-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 24 jun. 2021.

2 Cf. Vice-presidente da CPI da Covid diz que governo ignorou 53 e-mails da Pfizer sobre vacina – Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/vice-presidente-da-cpi-da-covid-diz-que-governo-ignorou-53-mails-da-pfizer-sobre-vacina-25047373>. Acesso em 24 jun. 2021.

Esta edição (n. 55), assim como a anterior (n. 54) foram inteiramente editoradas em meio ao período pandêmico, porém, foram evidentes os efeitos do prolongamento da condição de isolamento social e avanço das infecções pelo coronavírus: inúmeros avaliadores, autores, e nós editoras tivemos contratempos relacionados à doença – fomos infectados, perdemos familiares e pessoas queridas, enfim, sofremos. Por isso, a edição levou mais tempo que o normal para ser finalizada: para que pudéssemos garantir a qualidade dos textos publicados, concomitantemente ao exercício de empatia e solidariedade com todos os colaboradores que tornam possível a realização da revista, e esperamos que o mesmo sentimento seja estendido a nós.

Esta edição conta com doze artigos e uma resenha. Os artigos versam sobre história do pensamento geográfico, questões de gênero, crítica da economia política, educação ambiental, o avanço do capital no campo brasileiro, consequências da exploração minerária, dentre diversos outros temas relevantes que vem sendo debatidos, a partir dos conceitos e olhares da ciência geográfica, prezando pela abordagem crítica. Desde o surgimento da Revista Terra Livre, os textos apresentados têm por característica uma relação próxima com as demandas da sociedade e contemplam temas que são urgentes, por isso nosso periódico preza pelo caráter político e científico dos debates fomentados pelos manuscritos submetidos, e buscamos, dessa forma, contribuir tanto com o desenvolvimento da ciência quanto com a o diálogo entre a sociedade civil de modo geral.

"A vida sem ciência é uma espécie de morte", afirmou Sócrates. A pandemia da Covid-19 é a primeira em era globalizada, e com essa experiência ficou evidente que a ciência é fundamental para nossa sobrevivência enquanto espécie humana na Terra. Para compreendermos e atuarmos no mundo em que vivemos, é necessário desenvolvermos o pensamento crítico e reflexivo, para que seja possível uma aliança com os demais saberes, e para isso vemos como necessário nesse momento defendermos a ciência.

Convidamos todas as pessoas a se deleitarem com os artigos aqui apresentados, e que os mesmos possam ser alvo de análises, reflexões, críticas e inspirações para muitas outras pesquisas. Nós enquanto Coletivo de Publicação da DEN e agebanas seguimos firmes, fortes, abertas ao diálogos com a comunidade científica e a comunidade em geral, desejamos boas leituras e braços vacinados como um afago neste momento de inquietações.

#VIVAOSUS

Coletivo de Publicações (2020-2022)
Maria Clara Salim Cerqueira
Rachel Facundo Vasconcelos Oliveira

Terra Livre

n. 55, v. 2, 2020

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2020-2022

Diretoria Executiva Nacional

Presidenta
Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)

Vice-Presidente
Amanda Emiliana Santos Baratelli (AGB Três Lagoas)

1ª Secretário
Vinicius Lima Lemes (AGB Vitória)

2º Secretária
Amanda Amaral (AGB Juiz de Fora)

1º Tesoureiro
Felipe Rodrigues Leitão (AGB Fortaleza)

2º Tesoureiro
Gabriel Henrique de Oliveira Bragança (AGB Belo Horizonte)

Coordenação de Publicações
Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)
Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte)

Comunicações
Igor Carlos Feitosa Alencar (AGB João Pessoa)
Lucas Araújo Martins (AGB João Pessoa)
Paola Luchesi Braga (AGB Belo Horizonte)

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 35 – VOL. 2
NÚMERO 55

TERRA LIVRE
Conselho Científico

André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Pietro – São Paulo/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Patrícia H. Mirandola Garcia – Três Lagoas/MS
Patrícia M. Mendonça e Silva – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG

Pareceristas Ad Hoc da Terra Livre n. 55: Alberto Santos, Allan Rodrigo Silva, Amir El Hakim de Paul, Ana Elisa Correa, Ana Paula Vasconcelos, Angela Katuta, Átila de Menezes Lima, Bruno Von Sperling, Cristiane Ferreira de Souza França, David Hélio Miranda de Medeiros, Diego Dhermani, Fábio Tozzi, Felipe Garcia Passos, Fernanda Pinheiro da Silva, Francisco Assis Aquino Bezerra Filho, Francisleile Lima Nascimento, Frédéric Monie, Frederico Rodrigues Bonifácio, Gabriel Coelho Santana, Hugo Rogério Hage Serra, Isorlanda Caracristi, James Rafael Ulisses dos Santos, Jean Felipe, José Carlos Dantas, José Yure, Karinne Wendy, Larissa Lira, Leandro Cavalcante, Leonardo Bortuluzi, Luís Antonio Evangelista, Patrício Carneiro, Paulo Alentejano, Paulo César Aguiar Jr., Rafael Fernando Diniz, Rafael Fernando Diniz, Renato Emerson dos Santos, Rildo Borges Duarte, Rogata Del Gaudio, Samuel Miranda, Sergiano Araújo, Sérgio Manoel Merêncio Martins, Sidclay Cordeiro Pereira, Suedio Meira, Thell Rodrigues, Thiago Teixeira, Virginia Holanda, Vitor Barreto.

Editores Responsáveis: Rachel Facundo Vasconcelos e Maria Clara Salim Cerqueira.

Capa: Maria Clara Salim Cerqueira

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
1987 - n. 2 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital
1989 - n.6 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1994, 95,96 – interrompida	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1997 - n.13– impressa	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
1998 - interrompida	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
2000 - n.15 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2020 – ano 35, v. 2 n. 55 - digital
2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa	**ISSN 2674-8355**
2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa	

SUMÁRIO

EDITORIAL XIII

ARTIGOS

SOBREVOO TEÓRICO-CONCEITURAL E MATODOLÓGICO EM TORNO DA(S) GEOGRAFIA(S) HUMANA(S) FRANCESA(S): NOTAS PROVOCATIVAS / *THEORETICAL-CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL OVERFLIGHT AROUND FRENCH HUMAN(S) GEOGRAPHY(S): PROVOCATIVE NOTES / SOBREVUELO TEÓRICO-CONCEPTUAL Y METODOLÓGICO ALREDEDOR DE LA(S) GEOGRAFÍA(S) HUMANA(S) FRANCESA: NOTAS PROVOCATIVAS* 10

Hikaro Kayo de Brito Nunes e Wagner Vinicius Amorin

PATRIARCADO, ESTADO E CAPITALISMO: A GEOGRAFIA ANTIPATRIARCAL DE ÉLISÉE RECLUS E PIOTR KROPOTKIN / *PATRIARCHATE, STATE AND CAPITALISM: THE ANTI-PATRIARCHAL GEOGRAPHY OF ÉLISÉE RECLUS AND PIOTR KROPOTKIN / PATRIARCADO, ESTADO Y CAPITALISMO: LA GEOGRAFIA ANTIPATRIARCAL DE ÉLISEE RECLUS Y PIOTR KROPOTKIN* 39

Davidson Matheus Félix Pereira

AS DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: CAMINHOS E PERSPECTIVAS / *THE DIMENSIONS OF SOCIO-SPATIAL RESTRUCTURING IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: PATHS AND PERSPECTIVES / LAS DIMENSIONES DE LA REESTRUCTURACIÓN SOCIOESPACIAL EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA: CAMINOS Y PERSPECTIVAS* 73

Ingrid Gomes da Silva e Luiz Cruz Lima

DOS LIMITES DA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO / *FROM THE LIMITS OF POLITICAL ECONOMY OF URBANIZATION TO THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY OF SPACE / DES LIMITES DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE DE L'URBANISATION AU CRITIQUE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE DE L'ESPACE* 120

Thiago Canettieri

DA METRÓPOLE E DO NÃO-SER: SOBRE INTERDIÇÃO, BRANQUITUDE E A EXPERIÊNCIA NEGRA NO URBANO / *THE METROPOLIS AND THE NON-BEING: ABOUT INTERDICTION, WHITENESS AND THE BLACK EXPERIENCE IN THE URBAN / LA MÉTROPOLE ET LE NON-ÊTRE : SUR L'INTERDICTION, LA BLANCHEUR ET L'EXPÉRIENCE NOIRE DANS L'ESPACE URBAIN* 161

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL, SAÚDE E CIDADE: NOTAS SOBRE O HIGIENISMO E OS CONFLITOS URBANOS NA CRACOLÂNDIA EM SÃO PAULO / 184

UNEVEN GEOGRAPHIC DEVELOPMENT, HEALTH AND THE CITY: NOTES ON HYGIENISM AND URBAN CONFLICTS IN CRACOLÂNDIA SÃO PAULO / DESARROLLO GEOGRÁFICO DESIGUAL, SALUD Y CIUDAD: NOTAS SOBRE HIGIENISMO Y CONFLICTOS URBANOS EN CRACOLÂNDIA EN SÃO PAULO

Guilherme Chalo

A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE NO BRASIL: O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO E AS TÉCNICAS E MECANISMOS DE TORTURA NA BACIA DO RIO DOCE / *THE RISE OF DISASTER CAPITALISM IN BRAZIL: THE FUNDÃO DAM'S RUPTURE AND THE TORTURE TECHNIQUES AND MECHANISMS IN THE DOCE RIVER BASIN / EL AUGE DEL CAPITALISMO DE DESASTRE EN BRASIL: LA RUPTURA DE LA PRESA DE RELAVES FUNDÃO Y LAS TÉCNICAS Y MECANISMOS DE TORTURA EN LA CUENCA DEL RÍO DOCE* 207

Claudia Marcela Orduz Rojas e Doralice Barros Pereira

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS -BRASIL: LEITURA(S) NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE CRÉDITO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS / *THE AGRARIAN QUESTION IN MINAS GERAIS - BRAZIL: READING(S) IN THE CONTEXT OF CREDIT POLICIES TO RURAL SETTLEMENTS / LA CUESTIÓN AGRARIA EN MINAS GERAIS - BRASIL: LECTURA (S) EN EL CONTEXTO DE LAS POLÍTICAS DE CRÉDITO A LOS ASENTAMIENTOS RURALES* 246

Onelia Carmem Rossetto, Luciane Cleonice Durante, Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima, Giseli Dalla Nora, Olivan da Silva Rabelo e Paulo Cesar Venere

AGRICULTURA CAPITALISTA NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS: EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS E RECRIAÇÃO CAMPONESA / *CAPITALIST AGRICULTURE IN THE RURAL TERRITORY OF BOLSÃO/MS: EXPANSION OF MONOCULTURE AND THE PEASANT RECREATION / AGRICULTURA CAPITALISTA EN EL TERRITORIO RURAL DEL BOLSÃO/MS: EXPANSIÓN DEL MONOCULTIVOS Y RECREACIÓN CAMPESINA* 273

Léticia Alves Leonardo, Amanda Emiliana Santos Baratelli, Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira e Jodenir Calixto Teixeira

APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA AGROPECUÁRIA E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS (PITR) / *CAPITALIST APPROPRIATION OF AGROPECUARIA AND SOCIO-SPATIAL CONFLICTS IN CEARÁ: AN ANALYSIS OF THE IRRIGATED PERIMETER TABLELAND OF RUSSAS (PITR) / APROPIACIÓN CAPITALISTA DE LA AGROPECUARIA Y CONFLICTOS SOCIO-ESPACIALES EN CEARÁ: UN ANÁLISIS DESDE DEL PERÍMETRO REGADO TABLERO DE RUSSAS (PITR)* 309

Thainá Ramos Queiroz Mourão, Felipe Rodrigues Leitão e Camila Dutra dos Santos

SISTEMAS TÉCNICOS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO JAGUARIBE/CE / *TECHNICAL SYSTEMS AND THE CAPITALIST MODERNIZATION PROCESS OF THE COUNTRYSIDE IN THE CITY OF SÃO JOÃO DO JAGUARIBE/CE / LOS SISTEMAS TÉCNICOS Y EL PROCESO DE MODERNIZACIÓN CAPITALISTA DEL CAMPO EN EL SÃO JOÃO DO JAGUARIBE/CE* 343

Antônio Flávio Costa Pinheiro, Andrea Almeida Cavalcante, João César Abreu de Oliveira Filho e Amanda Quintela de Castro

ENTRE A ARTICULAÇÃO, A EMANCIPAÇÃO E A COMUNICAÇÃO, O MAPA COMO PROCESSO FORMADOR INSERIDO NA CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA / *BETWEEN ARTICULATION, EMANCIPATION AND COMMUNICATION, MAP AS A TRAINING PROCESS INSERTED IN THE PERMANENT CAMPAIGN AGAINST AGROXOXICS AND FOR LIFE / ENTRE ARTICULACION, EMANCIPACION Y COMUNICACION, EL MAPA COMO PROCESO DE FORMACION INSERTADO EN LA CAMPAÑA PERMANENTE CONTRA LA AGROXOXICA Y POR LA VIDA* 385

Gustavo Steinmetz Soares

HIDRELÉTRICAS E REASSENTAMENTO: ENSAIO SOBRE A TEMPORALIZAÇÃO DOS IMPACTOS LIGADOS A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS EM SANTA RITA, RONDÔNIA / *HYDROELECTRIC AND RESETTLEMENTS: TEST ON THE TEMPORALIZATION OF IMPACTS RELATED TO (DE) TERRITORIALIZATION OF FAMILIES RESETTED IN SANTA RITA, RONDÔNIA / HIDROELÉCTRICA Y REASENTAMIENTOS: PRUEBA SOBRE LA TEMPORALIZACIÓN DE IMPACTOS RELACIONADOS CON LA (DES) TERRITORIALIZACIÓN DE FAMILIAS RESTABLADAS EN SANTA RITA, RONDÔNIA* **423**

Laila Cíntia Mota Belforte, Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC E SUAS REPERCUSSÕES NO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS SUJEITOS / *THE IMPLEMENTATION OF BNCC AND ITS REPERCUSSIONS IN TEACHING WORK: AN ANALYSIS FROM THE SUBJECT'S NARRATIVE / LA APLICACIÓN DE BNCC Y SUS REPERCUSIONES EN EL TRABAJO DE ENSEÑANZA: UN ANÁLISIS DE LA NARRATIVA DEL SUJETO* **449**

Jailton Santos Silva, Gilcileide Rodrigues da Silva

RESENHAS

UMA RESENHA DO LIVRO "GEODIVERSITY: VALUING AND CONSERVING ABIOTIC NATURE"/ *A REVIEW OF THE BOOK "GEODIVERSITY: VALUING AND CONSERVING ABIOTIC NATURE" / UNA RESEÑA DEL LIBRO "GEODIVERSIDAD : VALORAR Y CONSERVAR LA NATURALEZA ABIÓTICA* 484

José Rafael Vilela Da Silva

NORMAS 496

SOBREVOO TEÓRICO-CONCEITUAL E METODOLÓGICO EM TORNO DA(S) GEOGRAFIA(S) HUMANA(S) FRANCESA(S): NOTAS PROVOCATIVAS

THEORETICAL-CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL OVERFLIGHT AROUND FRENCH HUMAN(S) GEOGRAPHY(S): PROVOCATIVE NOTES

SOBREVUELO TEÓRICO-CONCEPTUAL Y METODOLÓGICO ALREDEDOR DE LA(S) GEOGRAFÍA(S) HUMANA(S) FRANCESA: NOTAS PROVOCATIVAS

HIKARO KAYO DE BRITO NUNES
Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Tefé/AM.
E-mail: hnunes@uea.edu.br

WAGNER VINICIUS AMORIN
Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza/CE.
E-mail: wagner.amorin@uece.br

Resumo:
O artigo tem como intuito principal, a partir de um sobrevoo, estabelecer notas provocativas a respeito dos aspectos teórico-conceituais e metodológicos no campo da(s) Geografia(s) Humana(s) Francesa(s) da primeira metade do século XX, considerando, nesse cenário, as contribuições de Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Max Sorre, Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste somadas aos seus desdobramentos atuais. A partir das leituras básicas e de outras que serviram para dar suporte conceitual e reflexivo, destacam-se as concepções teóricas no que diz respeito às concepções de Homem, Meio e Técnica, que, ora aproxima, ora distancia os referidos autores. As leituras de mundo, de superfície terrestre, de vida e de região em muito auxiliam no delineamento teórico, mesmo que aqui apresentadas de maneira objetiva, sob o acompanhamento e influência das relações sociais, econômicas e políticas à época do lançamento de cada abordagem teórica, principalmente na Europa e, particularmente, na França.

Palavras-chave: Geografia Humana, França, Homem, Meio e Técnica.

Abstract:
The main purpose of the article, from a flyover, is to establish provocative notes regarding the theoretical-conceptual and methodological aspects in the field of French Human Geography (s) in the first half of the 20th century, considering, in this scenario, the contributions of Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Max Sorre, Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser and Yves Lacoste added to its current developments. From the basic readings and others that served to give support in the reflective field, the theoretical conceptions are highlighted with regard to the conceptions of Man, Environment and Technique, which, sometimes approaches, sometimes distances these authors. The readings of the world, terrestrial surface, life and region greatly assist in the theoretical design, even if presented here in an objective way, under the monitoring and influence of social, economic and political relations at the time of the launch of each theoretical approach, mainly in Europe and particularly in France.

Keywords: Human Geography, France, Man, Medium and Technique.

Resumen:
El propósito principal del artículo, a partir de una perspectiva de sobrevuelo, es establecer notas provocativas sobre los aspectos teórico-conceptuales y metodológicos en el campo de la (s) geografía humana francesa en la primera mitad del siglo XX, considerando, en este escenario, las aportaciones de Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Max Sorre, Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste sumadas a los desarrollos actuales. A partir de las lecturas básicas y otras que sirvieron de suporte conceptual y reflexivo, se destacan las contribuciones teóricas en torno a las concepciones de Hombre, Medio Ambiente y Técnica, que a veces acerca, a veces distancia a estos autores. Las lecturas del mundo, la superficie terrestre, la vida y la región son de gran ayuda en el diseño teórico, incluso si se presentan aquí de manera objetiva, bajo el seguimiento e influencia de las relaciones sociales, económicas y políticas en el momento del lanzamiento de cada idea teórica, principalmente en Europa y, particularmente, en Francia.

Palabras-clave: Geografía Humana, Francia, Hombre, Medio Ambiente y Técnica.

Iniciando a provocação

Normalidade significa morte
(Theodor ADORNO[1]).

Ao longo dos anos torna-se cada vez mais necessária a realização de estudos teóricos que se dediquem a revisitar determinados feitos, contribuições, revoluções científicas, continuidades e/ou rupturas em dado período, sobre algum tema ou área do saber. Nesse sentido, insere-se a discussão atinente à Geografia, especialmente à "Geografia Humana", como já analisado sob distintas formas em reflexões de Cavalcanti e Viadana (2010), Kimble (2013) e Wardenga (2013). Intenta-se, por essa prática, a capacidade de extrair, reformular e/ou aprofundar discursos e constructos teórico-conceituais, levando na devida conta a conjuntura e o período de sua elaboração intelectual.

Dentro desse bojo, insere-se o processo de sistematização da ciência geográfica e as sucessivas transformações no seu espírito científico, notadamente no que diz respeito ao objeto de estudo geográfico, com forte relação e influência das condições socioeconômicos, políticas e culturais à época, tais como os abordados em Claval (2010), de que, a partir da última década do século XIX foram construídas três concepções da Geografia, sendo: i) fidelidade à diferenciação regional da Terra; ii) as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente, em que há a individualização da

[1] A inclusão de frases do filósofo alemão Theodor Adorno (1903-1969) no início de cada seção ilustra a inquietude/tentativa por uma provocação.

Geografia Humana; e iii) a Geografia como estudo das paisagens, como forma de evitar a citada divisão.

Cabe mencionar que, ao se revisitar, deve-se compreender como os autores e as correntes se inserem em determinado período histórico, além de situar a influência mundial no seu país (e vice-versa). Nesse contexto, o presente manuscrito tem como pretensão, a partir de uma perspectiva de sobrevoo, estabelecer notas provocativas a respeito dos aspectos teórico-conceituais e metodológicos no campo da(s) Geografia(s) Humana(s) Francesa(s), levando-se em consideração os seus desdobramentos atuais.

O sobrevoo é tratado aqui como detentor da possibilidade de tecer comentários e reflexões sobre a problemática anunciada, de maneira que os autores deste escrito possam coletar (pousar) dados e informações e discorrer (sobrevoar) a respeito do panorama elaborado com consciência e respeito, evitando (ou tentando evitar) que o texto apresente uma visão excessivamente simplista, apenas do alto, de longe, com pouco ou nenhum contato com o objeto. O termo (sobrevoo) já foi utilizado em várias obras, como em Christie (1999), Reis Júnior (2004), Souza (2007), Sztutman (2009) e Silva (2016).

Antes de iniciar tal empreitada, a qual, claramente é complexa, a julgar pela aparente existência de pensamentos distintos, cabe considerar a importância de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Jean Brunhes (1869-1930), Albert Demangeon (1872-1940) e Max Sorre (1880-1962), bem como dos ideais apresentados na década de 1960 por Pierre George (1909-2006), Raymond Guglielmo (1923-2011), Bernard Kayser (1926-2001) e Yves Lacoste (1929-) para a formulação da mesma, cujos esforços resultaram na chamada Geografia Ativa.

Ao longo do texto, um dos conceitos mais apresentados é o de ciência, considerado por Popper (2001) como sendo o conhecimento que pode ser falseado, e ainda, de acordo com Morais (1988, p. 24), "[...] mais do que uma instituição, é uma atividade [...] podemos mesmo dizer que a 'ciência' é um conceito abstrato".

Corroborando essa ideia, Chalmers (1993) defende que o conhecimento científico é aquele que pode ser evidenciado e testado, através de um rigor metodológico na obtenção de dados, podendo ser através da observação e de experimentos. Sobre o rigor no método, esta é uma das preocupações dos filósofos desde que a ciência ingressou em um novo tempo, sendo assim considerada por Chauí (1995) como conhecimento que resulta de um trabalho racional.

Rupturas e (des)continuidades

> *Liberdade não é poder escolher entre preto e branco, mas sim abominar este tipo de propostas de escolha (Theodor ADORNO).*

Falar de epistemologia e história do pensamento geográfico sem discutir ou pelo menos mencionar a valorosa contribuição de Paul Vidal de La Blache é, sem dúvidas, um erro, tendo em vista o seu papel, bem como o de outros estudiosos, para a compreensão e delimitação do objeto e do método na ciência moderna. O autor em questão, como evidencia Gomes (1996), afirma que o caráter científico da Geografia remonta a dois importantes geógrafos alemães, Alexander von Humboldt e Carl Ritter, notadamente no que concerne à relação causa e efeito, como iniciantes dos cortes no pensamento geográfico europeu.

Contudo, cabe destacar que não só a Geografia, no rol das Ciências Humanas, estava nesse momento inclinada a percorrer esse caminho, como Émile Durkheim, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos nas suas respectivas ciências atestam, com forte contribuição dos seus escritos para a disseminação dos seus ideais e posicionamentos diante do rico conhecimento a ser "dividido" entre as ciências em torno da definição do método e das especificidades.

À sua época, a ciência geográfica era tida como conhecimento auxiliar da História, o que influenciou com que a Geografia vidaliana assumisse uma perspectiva histórica e funcional, sem que, contudo, abrisse mão da criação de tipologias "próprias à Geografia" (FABRÍCIO; VITTE, 2015, p. 76), centrando o foco de suas análises em uma abordagem recíproca, mútua e harmônica, tendo a relação homem-meio como objeto principal.

A referida relação permanece bastante forte nas investigações geográficas, principalmente em áreas urbanizadas ou densamente povoadas em que o homem, segundo La Blache, constituir-se-ia em fator geográfico, cooperando para com a transformação da paisagem ao levar em consideração seus objetivos, ao mesmo tempo portando-se como elemento ativo e passivo nesse processo, como argumentam Fabrício e Vitte (2015). Tal terminologia – fator geográfico – era mais usual à época, sendo, portanto, historicamente datada e seguidamente analisada em trabalhos como os de Mercier (2001), Santos e Gonçalves (2014), Lira (2014) e Robic (2020).

A fim de ilustrarmos essa reflexão, podemos citar estudos ainda em andamento no Nordeste Brasileiro acerca dos impactos ocasionados pela mineração, os serviços ecossistêmicos em ambientes

serranos e estuarinos, a gênese de paisagens tecnogênicas, o papel das mulheres com o meio em que estão inseridas e a relação entre políticas territoriais e os eventos extremos de seca, o que, sob a concepção vidaliana, teria o homem como fator geográfico a ser investigado.

Estudar, assim, a relação homem-meio considerando, diante dessa complexidade, inúmeras variáveis e narrativas seria um desafio, a julgar pela possibilidade de se alcançar conclusões distintas. Nesse campo, conhecimento e identidade social de vida "não possuem ligação direta com o meio ou as condições ambientais, e, sim, com o uso prático das técnicas disponíveis ao desenvolvimento dos grupos sociais e econômicos, pois, em suma, o homem sobrepõe o meio" (QUEIROZ; SOUZA, 2016, p. 7), vide que a Geografia é "solicitada para realidades" (LA BLACHE, 1982, p. 40).

O período dessa formulação se dá com a virada para o XX, antecedida por acontecimentos na França como a III República e a Comuna de Paris, bem como o papel da II Revolução Industrial na mudança de modos, valores e ritmos de produção em uma pretensa europeização do globo. Nesse momento, julga-se a ligação entre a Geografia acadêmica e aquela de cunho imperialista comercial, contribuído, em parte, pela "colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores", como aponta Dosse (2004, p. 119).

Ao ponderar que a Geografia possui seu próprio campo, e que a ciência está relacionada com o conjunto da Terra e o princípio da unidade terrestre, La Blache argumentou a necessidade de se compreender a combinação entre os fatores de maneira que a adoção de estratégias de comparação, análise e síntese, exprimindo a tônica da interpretação da paisagem, auxiliada pela ideia de meio e pautada

nas ideias de descrição por meio de estudos de campo, tornar-se-iam imprescindíveis à compreensão das expressões mutáveis de cada lugar (LA BLACHE, 1982; 2012 e RIBEIRO, 2007; 2008).

A esse respeito, a adoção de estudos de campo associa-se com os postulados vidaliano quando da necessidade de aproximar-se do objeto, de maneira a reconhecê-lo, encará-lo, e, portanto, experienciá-lo, notadamente no que se refere aos estudos de paisagens como aqueles realizados nos cursos de Geografia (Figura 1) e até mesmo na educação básica, sob a tônica dos estudos do meio.

Figura 1: Estudos de campo realizados durante as disciplinas de Geomorfologia do Quaternário e Geomorfologia, em parceria com a disciplina de Organização Espacial do Nordeste. Em A, Parque Nacional de Sete Cidades (Piracuruca/Piauí); e, em B, Povoado Gaturiano (Picos/Piauí)



Fonte: arquivo pessoal (2018; 2020).

Em Princípios da Geografia Humana, como aborda Gomes (1996), La Blache faz uso de vários conceitos, muitos deles inspirados em ideais da biologia e evolucionismo, como organismo, meio, ação humana e gênero de vida. A obra vidaliana parte da unidade terrestre e da compreensão de que o meio seria detentor da

capacidade de agrupar em si seres heterogêneos em relação mútua, dando subsídios para a noção de região.

Aqui, a Geografia lablacheana é apresentada como a "ciência dos lugares, e não dos homens" (LA BLACHE, 1982, p. 47), possuindo um caráter *sui generis* frente às outras ciências e, pautando em si, elementos de uma interdisciplinaridade para o desenvolvimento deste campo científico. Uma concepção híbrida – como mencionam Ribeiro (2007), Saquet e Silva (2008), Straubhaar (2013) e Vitte (2014) – em uma Geografia do contato e da aproximação, ao buscar explicar o conceito de gênero de vida.

Em Brunhes, assim como em La Blache, a Geografia é vista de forma complexa, interdisciplinar, integral e dinâmica; todavia, houve um empobrecimento e objetivação do legado vidaliano, restringindo a Geografia ao estudo das relações homem-meio e à uma aproximação superficial da relação com os aspectos socioeconômicos e culturais (CLAVAL, 1998; RIBEIRO, 2014). "Os vidalianos não eram tão vidalianos assim" (RIBEIRO, 2014. p. 12).

Em seu livro Geografia Humana, Brunhes (1962) aponta que no campo próprio dos estudos geográficos há de se considerar a existência e interconectividade de três grupos de fenômenos primordiais: a superfície de aquecimento (servindo como "receptáculo" da energia/calor solar), os fatos geográficos (como os fenômenos atmosféricos) e os fenômenos bióticos (aqui inclui-se as atividades humanas). É nesse campo de inter-relações e superposições que dialogam os fatos essenciais que são, por excelência, o objeto de estudos da Geografia.

À Geografia Humana caberia o estudo "[d]o conjunto de fatos de que participem a atividade humana em um grupo

verdadeiramente especial de fenômenos superficiais" (BRUNHES, 1962, p. 27). Contudo, o que chama mais atenção na perspectiva dos subsídios do autor é a proposição dos princípios da atividade e da conexão, contribuindo para uma visão dinâmica, integral e complexa de Geografia, ao longo das escalas espacial e temporal.

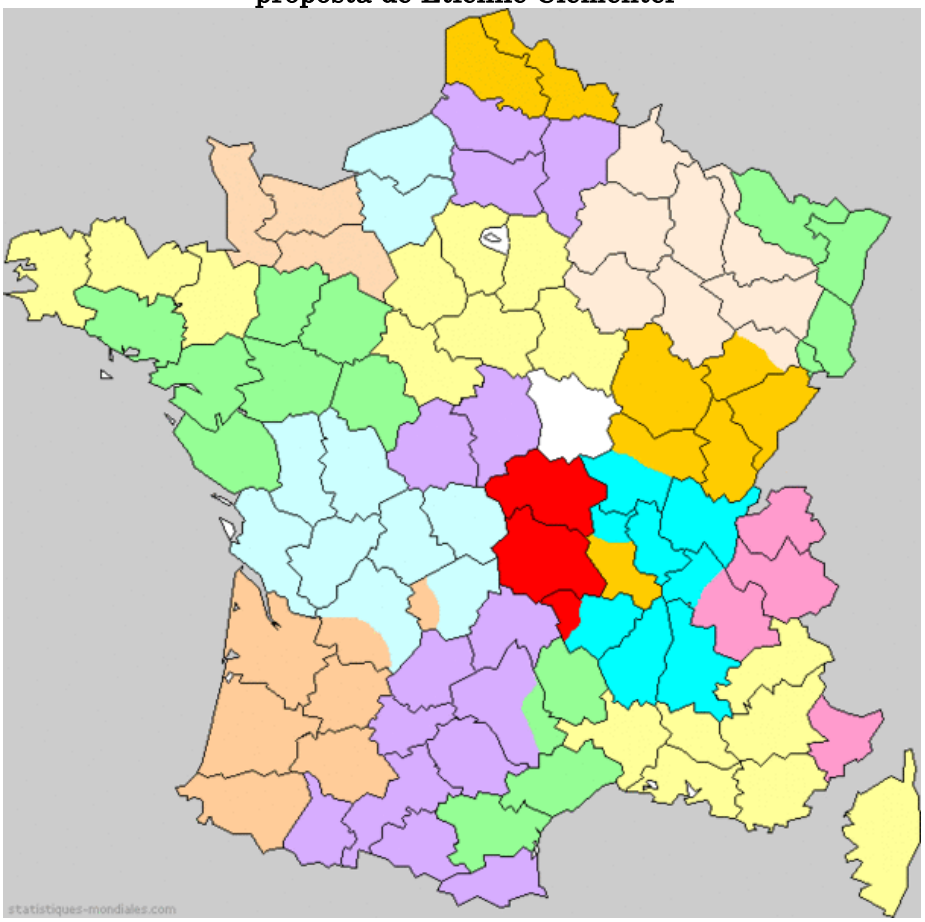
O primeiro princípio, considerando-se que "tudo se transforma ao nosso redor; tudo diminui ou cresce. Nada há verdadeiramente imóvel" (BRUNHES, 1962, p. 27), expressa o caráter mutável, ao considerar as noções de tempo e espaço face ao conhecimento das características pretéritas para entender as características atuais e possibilitar prognósticos. O segundo princípio expressa que os fatos devem ser estudados em suas múltiplas conexões, com a ideia, novamente, do "todo" terrestre, considerando que "os homens, como os vegetais e os animais, estão intimamente relacionados a um certo número de fenômenos" (BRUNHES, 1962, p. 35), no abastecimento de água e na fixação de assentamentos humanos em um dado local com a noção de meio e o método vidaliano.

Estes princípios, conforme afirma Carvalho (1929), foram sustentados por três pontos principais: o Estado e o território; o Estado, a estrada e a fronteira; e o Estado e a capital, a fim de que tornassem objetos da Geografia Política. Associa-se ainda com os problemas político-econômicos, dentre eles as condições geográficas de paz e de guerra, a política econômica e da colonização, e a política de circulação e intercâmbio.

Brunhes e também Camille Vallaux, posteriormente, associam a conexão com a concepção de fronteira e a noção de estrada, de modo a manter ou promover a coesão do Estado. Em

contexto histórico cabe mencionar que, em 1917, ambos autores se posicionaram contra o modelo do ministro do Comércio, Indústria, Correios e Telégrafos Étienne Clémentel, o qual durante a I Guerra Mundial dividiu a França em regiões econômicas (Figura 2).

Figura 2: Divisão da França em regiões econômicas conforme proposta de Étienne Clémentel



Fonte:https://commons.wikimedia.org/wiki/File:France_1919_r%C3%A9gions_Cl%C3%A9mentel.gif. Acesso em: 25 de maio de 2020.

Brunhes e Vallaux, conforme Sousa (2015, p. 202) teceram as seguintes críticas: "O que há de comum entre o vale de Marne e a

região industrial de Lille? Por que as funções de um porto se limitam apenas a uma cidade: Marselha se limita a Avignon? Nantes se limita a Tours?". Na figura 2, ilustra-se consideravelmente as inconsistências apontadas pelos críticos em razão principalmente das diferenças regionais.

Neste campo analítico, ao se regionalizar as áreas conforme suas peculiaridades (algo diferente e particular) por meio das características físicas, dos estudos populacionais e das atividades econômicas, alinha-se a uma realidade concreta e física, com análise instrumentalizada na descrição como método, inclinando-se assim para uma dita Geografia Regional defendida por Alfred Hettner, como uma ciência idiográfica, tal como explica Gomes (1996).

Figura-se pela própria ação de Clémentel que toda regionalização deve ser considerada também um ato de poder, o poder de recortar, de classificar e, de muitas vezes nomear, com forte relação ao tempo histórico (HAESBAERT, 2018), bem relacionado com as ações em torno de Marne, Lille, Marselha, Avignon e Tours, na França, o que pode-se considerar com as contribuições de Albert Demangeon.

A representação em torno da Geografia Humana apresentada em Demangeon (1982) é rica em considerações e expressa entre valiosas contribuições, a inserção de outros conceitos e categorias concernentes ao estudo. Há, na sua leitura de Geografia Humana, a necessidade de repensar e se distanciar de conceitos em uma sucessão de rediscussões teórico-conceituais.

O autor afirma que a curiosidade sobre as diferenças entre os costumes dos homens é antiga, contudo, sem significativa legitimação das informações apresentadas, a julgar que inúmeras

informações são oriundas de viagens e narrativas que provocam problemas analíticos e reflexivos, com narrativas muitas vezes longe do real e pitorescas. A ideia de sistematização desse conhecimento em uma ciência se deu a partir da segunda metade do século XVIII.

A contribuição de Demangeon (1982, p. 51) logo tornou-se provocativa ao colocar em dúvida a real definição de Geografia Humana, "até aqui" ensaiada como o estudo das relações dos homens com o meio, de modo que uma das primeiras preocupações do geógrafo foi a de "colocar os fatos humanos em relação com a série de causas naturais que podem explicá-los e recolocá-los, desta maneira, no encadeamento do qual faz parte". Para o autor, tal definição é, sem dúvidas, ampla e ultrapassa o que seria Geografia, tomando para si, uma tentativa de buscar objetos de outras áreas, como a Antropologia e a Medicina.

Sua proposição se dá com uma segunda definição de que a Geografia é o "estudo dos grupamentos humanos em suas relações com o meio físico" (DEMANGEON, 1982, p. 52), retirando, assim, a figura do indivíduo e deixando vir à tona a figura da sociedade, dos grupamentos sociais e dos assentamentos humanos, ao passo que a Geografia Humana seria "o estudo dos agrupamentos humanos em sus relações com o meio geográfico" (DEMANGEON, 1982, p. 52). O conceito de sociedade é, assim, sucessor na sua abordagem do conceito de indivíduo, enquanto o meio geográfico expressaria e condicionaria melhores formas de análise.

Os caminhos a trilhar e observar, considerando os conceitos de indivíduo, sociedade, meio físico e meio geográfico compreendem quatro grupos de problemas para Demangeon (1982), que estão relacionados com as relações das sociedades humanas com o meio

geográfico: a) valorização pelas sociedades humanas dos recursos naturais; b) elaboração e aperfeiçoamento de técnicas de apropriação dos recursos naturais; c) distribuição dos agrupamentos em função das condições da natureza, e; d) as instituições humanas e os modos de ocupação da terra.

Sua discussão se dá com o uso de temas regionais[2], bem como na relação das forças econômicas frente ao mundo moderno, além de, também, abordar o campo e o habitat. A noção de *pays* é, para ele, um importante instrumento para o estudo da Geografia Humana, considerando que é necessário partir de um fato particular (regional) para um geral, e quais elementos dessa região auxiliam na elucidação da relação entre a sociedade e o meio geográfico.

Nessa perspectiva, não se considera a existência de uma inesgotabilidade de temas/assuntos no campo da Geografia Humana, podendo apontar os estudos da Geografia Agrária sob influência tanto de Demangeon quanto de La Blache, influenciando muitos outros autores como Pierre Monbeing, Francis Ruellan e Pierre Deffontaines, e refletindo ainda na organização da Geografia acadêmica brasileira. Monbeig (1944, p. 9) argumenta, sustentado na concepção de Demangeon de que "a Geografia Humana estuda as relações entre as sociedades humanas e o meio no presente e no passado", que há três pilares metodológicos da Geografia, sendo eles: o ato de observar, seguido da descrição, e, por fim, as reflexões sistematizadas.

Há, ainda, sob influência do autor, uma forte contribuição no que se refere à economia internacional, em referência a quatro

[2] "*Aucune région du globe n'offre à la description géographique plus de séduction que le pays de la Méditerranée*" (DEMANGEON, 1937, p. 307).

pontos, como afirma Lira (2014): a unidade global dos países dentro da então mundialização; a relação do homem com o meio e como este se vincula com as relações econômicas; as crises capitalistas e sua dinâmica geográfica; e a temporalidade da demanda dos mercados mundiais. Percebe-se assim, mesmo que com estes dois exemplos, na Geografia Agrária e na Economia Internacional, quão múltiplas são as abordagens da Geografia Humana sob a concepção demangeoniana.

Já Max Sorre (2003, p. 137) estabelece duas definições que se complementam e se correspondem para a Geografia Humana, a qual "é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras, desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre", pautada consubstancialmente na descrição do ecúmeno, bem como na "descrição científica das paisagens humanas e de sua distribuição no globo". A inserção do conceito de paisagem se dá notadamente pelo seu caráter de descrição científica, o que, em muito, já auxilia nas análises da Geografia Humana.

Do campo da Geografia, duas características principais expressam a conservação da sua autonomia (SORRE, 2003, p. 138): a) "entre as ciências da natureza e do homem nenhuma outra situa em primeiro plano a localização dos fenômenos. A Geografia é a disciplina dos espaços terrestres", como a representação cartográfica para as investigações, e; b) "o homem da Geografia é o homem das conexões e dos conjuntos", a julgar pela inserção dos contextos físicos (meio natural) e do meio humano (social).

A inserção das técnicas sob o ângulo espacial, para o autor e, conforme exposições anteriores, indica a modificação do ambiente, sendo necessária, além dessa análise, a compreensão das

características de plasticidade (adaptação e expansão da sociedade sob a superfície), do alto grau de desenvolvimento mental, da mobilidade espacial e da acumulação de vitórias de circulação que ilustram a capacidade do homem de se adaptar ao meio, colocando em destaque uma Ecologia do Homem, não em relação às características físicas e mentais do homem, mas sim em relação às condições mutáveis do ambiente.

Diante disso, o autor contribuiu ao propor a relação entre os aspectos físicos, biológicos e humanos como o escopo central das investigações geográficas. A Geografia Humana estaria humanizada. Dentre suas contribuições, se destacam estudos sobre Geografia da Circulação, Climatologia, estudos do meio rural e meio urbano, habitat e Geografia Política. Sobressai-se o conceito de complexo patogênico, inserido com bastante ênfase no rol dos estudos da Geografia Médica (MEGALE, 1984; PRESTES, 2011).

A coexistência de técnicas sofisticadas e rudimentares no mesmo espaço em um mundo tão desigual possibilita uma nova forma de ver e interpretar a Geografia Humana, fato visto em A Geografia Ativa (1975), escrito por Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste. Destarte, a história do conhecimento geográfico ganhou valiosas contribuições, sobretudo no que se refere à análise do meio ambiente, a julgar pelo seu caráter inovador e sua abrangência, por exemplo, ao se discutir o cenário global em sua totalidade e relações.

Na primeira parte da obra a discussão se dá diante dos problemas, doutrina e método da Geografia Ativa, antecedendo tais posicionamentos com uma revisita histórica ao final do século XIX, apontando que a descrição das terras em continentes como África e

América seria a parte mais recente dos estudos científicos, carecendo, portanto, de orientações no que diz respeito às relações de causalidade e à noção utilitária. Essas correlações geográficas se dariam entre o homem e o meio, considerando novas abordagens e métodos.

Os autores apontam que a Geografia é uma ciência humana, sendo essa uma ciência do espaço, mesmo que seus métodos sejam distintos daqueles adotados pelas ciências naturais. O espaço, aqui, é encarado como fonte de vida ou meio de vida e que as coletividades humanas estão continuamente relacionadas com o conjunto de elementos essenciais para a sua existência.

O livro foi escrito em um período de transformações em vários setores, exemplificados principalmente pelas grandes guerras, pelos avanços tecnológicos e científicos, pela corrida armamentista e aeroespacial, além das mudanças nas relações entre os países, o que já infere-se para a necessidade de existir uma "Geografia Ativa" caracterizada pela sua capacidade de analisar o dinamismo das relações durante o início da segunda metade do século XX, para "perceber as tendências e as perspectivas da evolução a curto prazo, medir em intensidade e em projeção espaciais relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas, definir e avaliar a eficácia dos freios e obstáculos" (GEORGE *et al.*, 1975). Tal proposta demarca seu posicionamento de que o geógrafo é um cientista de síntese, auxiliado em alta conta pelos estudos da História, aplicando, no entanto, métodos próprios, neste caso o estudo regional.

O conhecimento das situações seria o ponto chave desta Geografia, ao considerar a totalidade dos dados e os fatores

específicos de uma dada porção do espaço, o que auxiliaria as comparações por meio da análise e da descrição, para os novos conhecimentos acerca do espaço do homem e para a mobilidade destas situações. Neste sentido, Lacoste (2012, p. 25) afirma que "George foi um dos primeiros a considerar os fenômenos demográficos, as formas de crescimento urbano, as indústrias e aquilo que chamava de 'os grandes tipos de organização econômica e social'".

A Geografia, assim, seria a responsável pelas análises de correlação entre o meio natural e as estruturas e fatores sociais e econômicos, além de ocupar espaço maior nas investigações da organização da sociedade, como na localização das atividades produtivas (como a industrial), o desenvolvimento regional, o planejamento do território e a própria questão ambiental, analisando regiões e paisagens francesas.

O Homem, o Meio e a Técnica – (elo para) a Geografia Humana

> *O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do trabalho (Theodor ADORNO).*

A relação da tríade homem, meio e técnica em La Blache (1982) é explícita. Para o autor, o meio não determina o modo de vida das pessoas, mas, sim, fornece possibilidades para que as sociedades consigam se adaptar e se desenvolver diante das dificuldades, fazendo com que, assim, estas aprimorem suas culturas e técnicas, abrindo ocasião para os gêneros de vida. Argumenta que os gêneros

de vida se configuram em uma ação metódica e contínua, atuando sobre a fisionomia das áreas.

O conjunto de hábitos e concepções e as mudanças do cotidiano dos grupos humanos constituem-se em herança, considerando que os fatos sociais estão sujeitos a determinadas condições geográficas. "Os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade" (GOMES, 1996, p. 205). Cada grupo desenvolveu uma forma específica de relação com o meio, mediante várias influências físicas, históricas e sociais.

Essa singularidade dos gêneros de vida pode ser aqui exemplificada com o Quilombo Mimbó (município de Amarante, no estado do Piauí), que há mais de dois séculos mantém na cultura ricas expressões da comunidade negra, mesmo com os avanços da modernidade, em uma serra entre o rio Canindé e o riacho Buritizinho. A comunidade tem um sistema político pelo qual anualmente é escolhido um líder, entre homens e mulheres do Mimbó.

Isto posto, ao se compreender os modos de vida de populações tradicionais, tais como o Mimbó, é possível conhecer seus elementos, processos, dinâmicas, tradições e costumes, e, como estes, se apresentam como resistência às influências externas – muitas vezes autoritárias e devastadoras no referido grupo social – em respeito às suas práticas e manifestações de vida.

É válido ressaltar que, embora La Blache muitas vezes associe os gêneros de vida em uma paisagem rural, também ilustrava como os meios de transporte e vias de circulação inserem as cidades

como testemunhas de sociedades mais avançadas. Portanto, para ele, a importância se dá com o estudo das distintas estratégias civilizacionais de desenvolvimento forjadas na relação com o habitat.

Em Brunhes (1962), a análise sobre o homem, o meio e a técnica, principalmente no tocante a sua inter-relação expressava a definição de leis para justificar e exemplificar determinado fato ou fenômeno, como o povoamento de uma determina região e o desenvolvimento de um centro urbano, atentando-se para os aspectos socioeconômicos, ambientais ou culturais.

O método, nesse caso, teria encarado a característica de que uma região seria um dado complexo, o que resultaria, conforme Brunhes (1962) e Sousa (2015), em um conjunto de um grande número de traços que se combinam e modificam uns aos outros.

Adotando-se as considerações de Jean Brunhes, aqui podem ser ilustradas etapas para escolha de um lugar para instalação de uma cidade ou aterro sanitário, por exemplo, em que deve-se levar em consideração inúmeras variáveis físico-naturais, socioeconômicas e culturais em associação com a necessidade de uma abordagem integrada e dinâmica tendo em vista seus movimentos no tempo e que "[...]tudo se transforma ao nosso redor; tudo diminui ou cresce. Nada há verdadeiramente imóvel" (BRUNHES, 1962, p. 27).

Desta forma, o organismo terrestre entra em questão. Outrossim, com a existência e a compreensão dos princípios de atividade e conexão o homem é inteiramente inserido no rol dos fenômenos terrestres através dos fatos geográficos, das técnicas e dos objetivos apontados em um cenário histórico real.

Portanto, Brunhes (1962) sinaliza que não se deve separar a atividade humana do quadro natural, mesmo julgando que, conforme

Morin (2014, p. 27), "já existiam ciências multidimensionais, como a Geografia, que vai da Geologia aos fenômenos econômicos e sociais", de modo que a ciência geográfica aqui apresentada é julgada por sua complexidade e pelo diálogo entre aspectos que em outras ciências não seriam vistos inter-relacionadamente.

Em Demangeon (1982) há a necessidade de estabelecer princípios essenciais para o método: a) não se deve encarar a Geografia Humana como um determinismo brutal, tendo em vista que, com técnicas, a própria sociedade é uma causa que possibilita perturbações, como em lavouras ou centros urbanos, por exemplo; b) a base territorial é fundamental para a compreensão da Geografia Humana, de modo que o solo habitado e o homem são indissociáveis, e; c) o estudo do passado é necessário para explicações dos fatos atuais.

A adoção das técnicas, pela sociedade, para utilização dos recursos naturais expressa, assim, um campo de possibilidades, como a fertilização "artificial" de um solo, a canalização de cursos d'água para espaços áridos e o aperfeiçoamento de técnicas de construção de moradias e aprimoramento agrícola em terrenos alagadiços.

Max Sorre, nessa discussão, considera o homem, as técnicas e o meio ainda mais interligados, se comparado aos demais autores. A inclusão de outros aspectos ilustra a profundidade e a complexidade da sua Geografia Humana. Há aqui o equilíbrio entre o homem e(m) sociedade com o ambiente, de modo que a partir da relação homem-meio, desdobrar-se-iam análises e aportes aos estudos em toda a extensão da Geografia Humana.

O autor retoma ainda a noção de gênero de vida e a relaciona com o conjunto de atividades transmitidas e consolidadas pela

tradição. Essa tradição assegura que determinado grupamento humano se fixe ou se assegure em determinado lugar, oferecendo, assim, considerável estabilidade para sua manutenção diante de situações severas e extremas, como os esquimós e os índios em tribos isoladas.

O homem, o meio e a técnica na Geografia Ativa de Pierre George, Raymond Guglielmo, Yves Lacoste e Bernard Kayser colocam em destaque o papel do método (regional) e das técnicas, esta última encarada como modificações das relações entre a coletividade humana e o ambiente, podendo ser representada por cartas para uma descrição qualitativa.

> Certos grupos humanos organizaram sua vida no quadro de um meio espacial definido por limites concretos e por um conjunto de recursos mobilizados pelas técnicas adquiridas no decorrer de períodos de adaptação e de arranjo, de duração mais ou menos longa. Os exemplos clássicos são os das coletividades rurais da Ásia ou da África (GEORGE *et al.*, 1975, p. 24).

Essa única Geografia assume o papel de estudar as reações orgânicas (produção e consumo) e sua localização no espaço para que se possa, a partir do conjunto de relações, realizar um balanço exato das características regionais e associações inter-regionais (GEORGE *et al.*, 1975). O crescimento demográfico, por si só, corrobora a necessidade das análises sob essa óptica, considerada pelos autores como o trabalho científico geográfico.

Finalizando: entre elos e distanciamentos – uma ilustração

> *A distância do Sujeito relativamente ao Objeto, pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista por meio do dominado (Max HORKHEIMER e Theodor ADORNO).*

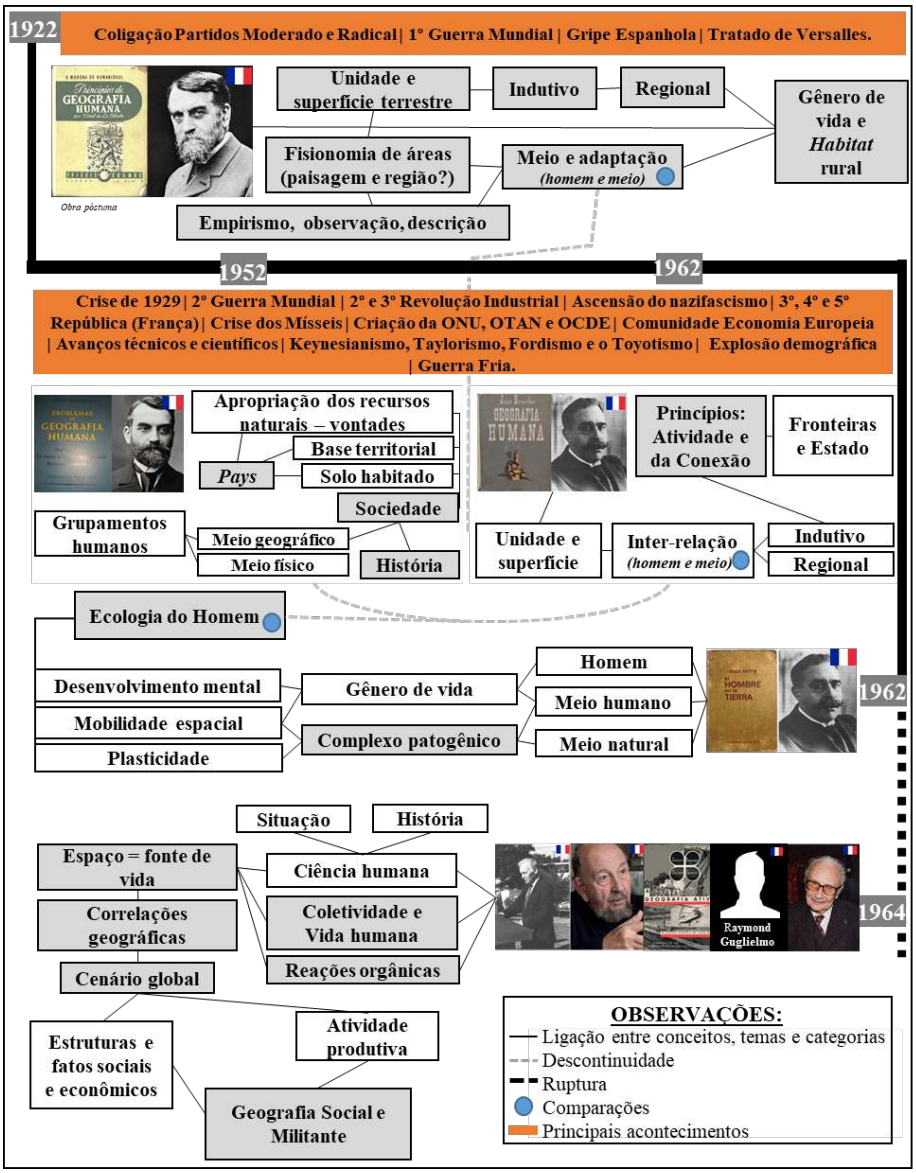
Os autores citados ao longo do texto, particularmente aqueles que são foco do estudo, não são os únicos que se dedicaram a temática em questão, mas, certamente, são aqueles que tiveram um maior destaque em suas contribuições teórico-metodológicas para a construção do arcabouço científico e o necessário delineamento teórico à época, portanto, é importante dizer, não deve-se reduzir tal conquista ao discurso apenas destes oito nomes: La Blache, Brunhes, Demangeon, Sorre, George, Guglielmo, Kayser e Lacoste, mesmo ao se considerar o recorte temporal e espacial do objeto deste sobrevoo.

Guiados pelo conhecimento e análise teórica e diante do que fora exposto, é evidente quão rica e complexa é a Geografia Humana Francesa, conferindo, ao longo do seu desenvolvimento, múltiplas possibilidades de interpretá-la e defini-la, possuidora ainda de uma vasta capacidade de relacionar-se com estudos atuais, refletindo em contribuições vindas de La Blache e Max Sorre, por exemplo, com inúmeras possibilidades de investigações geográficas.

A redefinição de conceitos (Figura 3) em Paul Vidal de La Blache (relação homem-meio e gênero de vida), Jean Brunhes (sociedade e meio físico), Albert Demangeon (princípios da atividade e da conexão, além da unidade superficial), Max Sorre (ecologia do homem), Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste (estrutura social e econômica, além da atividade produtiva) ilustra a heterogenia no campo de uma mesma definição, mesmo que

historicamente contextualizada e com aproximações distintas com outras áreas do conhecimento, como a de Sorre para com os estudos médicos por meio da compreensão dos complexos patogênicos.

Figura 3: Esquema simplificado das contribuições dos autores analisados



Organização: os autores (2020)

O sobrevoo aqui realizado evidencia uma dinâmica típica de ciências que buscam constantemente repensar e rediscutir seus objetos de análise, ao considerar sua multidimensionalidade na análise entre o homem e o meio, principalmente ao se levar em consideração eventos e a conjuntura socioeconômica, o que auxilia sobremaneira na compreensão da (des)continuidade e/ou das rupturas de um dado conceito ou forma de pensa-lo cientificamente.

O que a Geografia Humana postula por meio de um intenso debate na esteira do conhecimento científico, depara-se com a limitação da contribuição vidaliana diante do conceito de sociedade, o que alcança distanciamento ao se comparar aos posicionamentos de Brunhes e Demangeon, bem como aquele conhecimento apresentado por Sorre, além da evidente ruptura exposta com as concepções ativas de George, Guglielmo, Kayser e Lacoste.

Conjugadas, as exposições aqui realizadas frente às Geografia(s) Humana(s) Francesa(s) no recorte temporal analisado expressam um intenso debate que repercute nos dias atuais dentro da produção científica geográfica em uma estruturação de uma Geografia Moderna, sob influência da escola francesa, evidenciando suas crises, rupturas e renovações diante do seu olhar uno e múltiplo.

Reitera-se a importância da realização de estudos que se dediquem à análise teórica e que, particularmente, julguem ser vitais a realização de novas leituras sobre a influência da Geografia Francesa nos primeiros anos de Geografia no Brasil, e como essas pontes teóricas se associaram para a consolidação de uma ciência cada vez mais pujante, fundamental e esclarecedora para perpassar as dualidades, barreiras e dicotomias existentes no pensamento geográfico.

Referências

BRUNHES, Jean. Que é Geografia Humana. In: _____. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1962. 507p.

CARVALHO, Delgado de. *Introdução à Geografia Política***.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. 132p.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme. Fundamentos históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia.* São Paulo: Editora UNESP - Cultura Acadêmica, 2010. 289p.

CHALMERS, Alan Francis. *O que é ciência afinal?*. Editora Brasiliense, 1993. 210p.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. 567p.

CHRISTIE, Nils. Elementos para uma geografia penal. *Revista de Sociologia e Política*, n. 13. 1999. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44781999000200005

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2010. 406p.

CLAVAL, Paul. *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours.* Paris: Nathan, 1998. 543p.

DEMANGEON, Albert. La Méditerranée. *Annales de Géographie*, v. 46, n. 261. p. 307 – 308. 1937.

DEMANGEON, Albert. Uma definição da Geografia Humana. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia.* São Paulo: Difel, 1985. 318p.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais.* Bauru: Edusc, 2004.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. "Princípios de geografia humana", de Paul Vidal de La Blache. *Revista Geografia e Pesquisa*, v. 9, n. 1., p. 119-125. 2015.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. Primeira Parte - Problemas, Doutrina e Método. In: _____. *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difel, 1975. 354p.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366p.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global*: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 208p.

KIMBLE, George Herbert Tinley. *A Geografia na Idade Média*. Londrina: Eduel, 2013. 353p.

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. 318p.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os gêneros de vida na geografia humana. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. (Orgs). *Vidal, Vidais:* textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 464p.

LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre.* Paris: La Découverte, 2012. 256p.

LIRA, Larissa Alves de. Vidal de la Blache historiador. *Confins [Online]*, n. 21, 2014. DOI : https://doi.org/10.4000/confins.9636

MEGALE, Januário Francisco (Org.) *Max Sorre:* Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1984. 192p.

MERCIER, Guy. The Geography of Friedrich Ratzel and Paul Vidal de la Blache: A Comparative Analysis, *Geography*, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2001.

MONBEIG, Pierre. Estudos geográficos. *Boletim Geográfico*, v. 1, n. 11, p.7-11, 1944.

MORAIS, Regis de. *Filosofia da ciência e da tecnologia.* São Paulo: Papirus, 1988. 232p.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 128p.

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2001. 513p.

PRESTES, Mateus Litwin. O pensamento de Josué de Castro e a Geografia Brasileira. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA., 13., San José. *Anais...* San José, 2011.

QUEIROZ, Cosme Jorge Patrício; SOUZA, Murilo Aguiar de. Geografia, uma breve história: da Antiguidade ao Brasil do século XXI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 10. 2016. *Anais...* São Cristóvão, 2016.

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. Geografia Física e "Nova Geografia" em Antonio Christofoletti. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 5., Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, 2004.

RIBEIRO, Guilherme. Da interpretação geográfica das paisagens (Paul Vidal de La Blache). *Mercator*, v. 7, n. 13, p. 149-151. 2008.

RIBEIRO, Guilherme. Mito e ciência nas interpretações sobre Paul Vidal de La Blache. *Mercator*, v. 13, n. 2., p. 7-21. 2014.

RIBEIRO, Guilherme. Paul Vidal de La Blache - Uma epistemologia em construção: diálogos entre a Geografia e a Sociologia em Paul Vidal de la Blache. *GEOgraphia*, Niterói, v.9, n.18, p. 117-122. 2007. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i18.a13545

ROBIC, Marie-Claire. D'une guerre l'autre. Paul Vidal de la Blache. *Inflexions*, n. 43, p. 77-82, 2020. DOI: https://doi.org/10.3917/infle.043.0077

SANTOS, Claudinei Araújo dos; GONÇALVES, Marcelino de Andrade. Conceito de Região. *Revista Semina*, v.13, n.1, p. 15-31, 2014.

SAQUET, Marco Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, v. 2, n. 18, p. 24-42. 2008.

SILVA, Francisco Vieira. Rascunhos de uma genealogia da intimidade: um sobrevoo pela história. *Revista Mosaico*, v. 9, n. 1, p. 152-163, Jan./jun. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.18224/mos.v9i1.4816

SORRE, Max. A Geografia Humana - Introdução. *Geographia*, v. 5, n. 10., p. 137-143. 2003.

SOUSA, Willian Morais Antunes. Camille Vallaux: uma figura da Geografia Clássica Francesa. *GEOgraphia*, v. 17, n. 35., p.197-203. 2015. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13734

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação Socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e Metodológica limitante. *Cidades*, v. 4, n. 6., p. 101-114, 2007.

STRAUBHAAR, Joseph. Sedimentada, híbrida e múltipla? A nova geografia cultural das identidades. *Matrizes*, v. 7, n. 1., p. 59-93. 2013. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p59-93

SZTUTMAN, Renato. Natureza & Cultura, versão americanista – Um sobrevoo. *Ponto Urbe [Online]*, 4. 2009. DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.1468

VITTE, Antonio Carlos. *Por Uma Geografia Híbrida:* Ensaios Sobre os Mundos, as Naturezas e as Culturas. Curitiba: CRV, 2014. 114p.

WARDENGA, Ute. Writing the history of geography: what we have learnt – and where to go next. *Geographica Helvética*, 68, p. 27-35, 2013. DOI: https://doi.org/10.5194/gh-68-27-2013

Submetido em: 20 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 02 de junho de 2021.

Patriarcado, Estado e Capitalismo: A geografia antipatriarcal de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin

PATRIARCHATE, STATE AND CAPITALISM: THE ANTI-PATRIARCHAL GEOGRAPHY OF ÉLISÉE RECLUS AND PIOTR KROPOTKIN

PATRIARCADO, ESTADO Y CAPITALISMO: LA GEOGRAFIA ANTIPATRIARCAL DE ÉLISEE RECLUS Y PIOTR KROPOTKIN

DAVIDSON MATHEUS FÉLIX PEREIRA
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa/PB.
E-mail: davidsonacrata@outlook.com

Resumo:
A Geografia institucionalizada, desconsiderou as contribuições da Geografia Social Anarquista, produzida no século XIX e início de XX. No entanto, talvez uma das contribuições dadas e menos reconhecida seja a crítica à sociedade patriarcal e a organização patriarcal do espaço que estava contida no cerne do pensamento dos geógrafos Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. O presente artigo possui um caráter ensaístico propositivo. Tem por objetivo principal, retomar e reunir algumas questões acerca da questão da mulher na sociedade moderna, discutidas de forma dispersa nas obras desses dois autores, considerando o contexto e o tempo em que foram escritos. Em segundo plano, buscamos refletir a partir da análise dessas obras, as possíveis contribuições práticas e teóricas para os movimentos libertários e para a Geografia atual, seja na esfera da luta pelo fim do patriarcado, do salariado e da propriedade, seja na esfera teórica-temática da Geografia ou das ciências humanas.

Palavras-chave: Ajuda-mútua; Matriarcado; Feminismo; Anarquismo; Geografia feminista.

Abstract:
The institutionalized Geography, disregarded the contributions of the Anarchist Social Geography, produced in the 19th and early 20th centuries. However, perhaps one of the contributions that has been given and less recognized is the criticism of patriarchal society and the patriarchal organization of space that was contained in the core of the thought of geographers Élisée Reclus and Piotr Kropotkin. This article has a propositive essayistic character. Its main objective is to take up and gather some questions about the issue of women in modern society, discussed in a scattered way in the works of these authors, considering the context and the time in which they were written. In second place, we try to reflect from the analysis of these works, the possible practical and theoretical contributions to the libertarian movements and to the current Geography, whether in the sphere of the struggle for the end of patriarchy, salaried and property, whether in the theoretical-thematic sphere of Geography or the human sciences.

Keywords: Mutual aid; matriarchy; Feminism; Anarchism; Feminist geography.

Resumen:
La Geografía institucionalizada, ha ignorado las contribuciones de la Geografía Social Anarquista, producida en el siglo XIX y princípios del XX. Sin embargo, quizás una de las aportaciones que se ha dado y menos reconocida es la crítica a la sociedad patriarcal y la organización patriarcal del espacio que estaba contenida en el núcleo del pensamiento de los geógrafos Élisée Reclus y Piotr Kropotkin. Este artículo tiene un carácter ensayístico propositivo. Su principal objetivo es retomar y reunir algunas cuestiones sobre el tema de la mujer en la sociedad moderna, discutidas de forma dispersa en las obras de estos autores, considerando el contexto y la época en que fueron escritas. En segundo lugar, intentamos reflexionar a partir del análisis de estos trabajos, las posibles aportaciones prácticas y teóricas a los movimientos libertarios y a la Geografía actual, ya sea en el ámbito de la lucha por el fin del patriarcado, asalariado y la propriedad, ya sea en el ámbito teórico-temático de la Geografía o de las ciencias humanas sciences.

Palabras clave: Ayuda mutua; matriarcado; Feminismo; Anarquismo; Geografia feminista.

Introdução[1]

Reclus e Kropotkin, foram dois geógrafos e anarquistas, do século XIX[2]. Suas posturas políticas heterodoxas e radicais[3], permitiram-lhes construir um conhecimento científico totalmente distinto de seus pares acadêmicos. Contudo, disso resultou certo descrédito de suas obras por parte da Geografia à serviço do Estado. Esse descrédito se deu sobretudo, pelo tratamento de temas incomuns (à exemplo do patriarcado e privilégios dos homens) e pela radicalidade da crítica desses dois geógrafos. Esses fatos, entre outros contribuíram para atualmente serem mais reconhecidos na Geografia acadêmica pelos seus nomes e legados políticos, que pelos seus escritos e suas teorias.

O presente estudo visa contribuir com o resgate do pensamento de ambos os autores na Geografia e outras ciências humanas e sociais. Nesse caso, retomaremos alguns dos elementos de análise trabalhados pelos mesmos, principalmente a partir de suas ideias sobre a questão da mulher na sociedade moderna, pouco reconhecidas nos estudos de suas obras. Ambos, desenvolveram críticas implícitas e explícitas ao "patriarcado capitalista" (MIES, 2018), ao centrismo do macho na sociedade e a estrutura de dominação constituída sobre as mulheres nas sociedades modernas. Levando em conta a época vivida pelos autores, — na qual essas questões não eram, de modo geral, colocadas pelas ciências

[1] A ideia de produzir esse artigo amadureceu a partir de discussões acerca da questão de gênero na Geografia, em 2019, período em que cursava a disciplina "Geografia do Trabalho", no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). A disciplina foi ministrada pela professora Maria Franco García. Agradeço-a pelas discussões edificantes e por acolher as ideias improváveis que me levaram a escrever esse texto. Agradeço também pelos debates divididos com os companheiros e companheiras anarquistas do grupo de estudos do Coletivo 1° de Maio, em Campina Grande-PB.

[2] Reclus 1830-1905, Kropotkin 1842-1921.

[3] No sentido de ir à raiz do problema.

institucionalizadas, — suas teorias e práticas, os colocam em uma posição distinta dos geógrafos de sua época e até mesmo de grande parte dos geógrafos da atualidade.

Contudo, é notável o relativo apagamento que sofreram esses geógrafos a partir do início do século XX. Não poderia ser diferente, tendo em vista a aversão de ambos ao método positivista burguês (KROPOTKIN, 1912). Nesse período, esse método difundira-se na Geografia institucionalizada de forma proeminente por Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, sedimentando a corrente dominante do pensamento geográfico "clássico". Nem mesmo após a crise da Geografia Tradicional, em meados do século XX, e nem com o advento da chamada Geografia Radical, podemos dizer que a Geografia Anarquista recebera um tratamento devido[4].

Na esteira da institucionalização da Geografia Crítica (e Radical), o pensamento geográfico de orientação anarquista é novamente soterrado, pela penetração e enquadramento da Geografia ao sistema materialista histórico dialético. O caráter ortodoxo desse movimento de radicalização científica, desconsiderou absolutamente as contribuições dos geógrafos e outros intelectuais de orientação anarquista (PINTO, 2015, p. 72), com a justificativa equivocada de que esses mesmos não possuíam um objeto de estudo definido e que eram demasiadamente descritivistas. (PINTO, 2016), (SOUZA, 2017).

Assim, tendo em conta esse apagamento, emerge nos anos 1970 a Geografia Feminista. Essa abordagem inaugural, estava

[4] Apesar de ter sido um marco introdutório, com a publicação de alguns artigos publicados sobre Reclus na revista francesa Hérodote. Nos anos 1970, o geógrafo Yves Lacoste e a geógrafa Beatrice Giblin, pela primeira vez, levantam a hipótese, de um possível apagamento do pensamento de Reclus. Ainda nesse período, a Revista americana Antipode, também publicara cerca de 70 artigos que retomavam os debates sobre Reclus Kropotkin e outros anarquistas. Para mais informações veja SKODA (2016).

ligada diretamente à crítica ao patriarcado de corte marxista (SILVA, 2009, p. 32), mas totalmente distante da crítica ao patriarcado realizada pela teoria social anarquista (e o mais interessante, dos próprios geógrafos Reclus e Kropotkin). Subsequentemente, nos anos 1980, uma mudança importante no tratamento dessas questões, — com o desenvolvimento das "Geografias Feministas" (SILVA, 2010) —, surge a partir da crítica à Geografia Feminista desenvolvida nos anos 1970, sobretudo ao seu conteúdo biologicista.

Nesses termos, essas geografias assumem também um caráter culturalista e passam a trabalhar com a categoria de gênero, e não mais com a ideia de "mulher" (SILVA,2010), sem com isso, passar pelos escritos de Reclus e Kropotkin. Logo, poderíamos dizer que a crítica ao patriarcado, realizada pelos geógrafos anarquistas entre os século XIX e XX, ainda não foi devidamente examinada pela Geografia institucionalizada.

Nesse sentido, as reflexões que se seguem, visam subsidiar futuras análises, que venham a afirmar ou negar a validade das proposições e teorias dos geógrafos anarquistas para o debate das Geografias Feministas e Antipatriarcais. Ainda nesse sentido, buscamos provocar uma futura formulação de uma Geografia Anarquista com corte de gênero.

Para tanto, estruturamos o texto inicialmente discutindo as influências dos dois autores; no segundo item seguimos para o debate levantado por Reclus e Kropotkin acerca da criação do patriarcado nas sociedades ocidentais; no terceiro item dialogamos com a obra de Reclus para discutirmos alguns elementos de sua crítica ao patriarcado na modernidade, sua análise sobre o movimento feminista e sua proposta de revolução social; no quarto item

discutimos a crítica Kropotkiana ao trabalho doméstico, à divisão sexual do trabalho, a teoria do valor-trabalho e sua proposta de revolução social antipatriarcal; por fim apresentamos um item conclusivo com a sistematização das principais ideias trabalhadas e uma proposta para os estudos de gênero no quadro temático da Geografia anarquista.

As Influências das mulheres feministas e anarquistas no pensamento de Reclus e Kropotkin

Élisée, até onde sabemos, junto a Kropotkin, foram os primeiros na Geografia a defender a emancipação feminina. Reclus mantinha fortes laços com feministas como André Léo, Juliette Adam e Jenny d' Hericourt, assim como Pauline Mink, Louise Michel, que frequentavam sua casa em Paris. (PINTO, 2015, p.212). Esses laços certamente influenciaram de maneira determinante o seu tom crítico ao patriarcalismo e a sua tentativa de aprofundar questões normalmente não examinadas pela Geografia e até pelas ciências humanas como um todo em sua época.

No ano de 1868, durante o 2° Congresso da Liga Pela Paz, em um discurso que marca sua adesão declarada ao anarquismo, Reclus professa a destruição do Estado e a busca pelos direitos e liberação das mulheres. O seu pensamento, sua prática e a Geografia Social que desenvolveu na maior parte de sua vida intelectual e militante não dissociava a questão das mulheres, de seu posicionamento político, que era, antes de mais nada, fundado na crítica ao Estado e ao capitalismo.

Não menos diferente o foi Kropotkin, que manteve laços com anarquistas feministas como Emma Goldman (que o visitou em seu leito de morte na Rússia Bolchevique) e com a anarquista, feminista

e sindicalista Louise Michel, a quem guardava um grande respeito pela sua coerência e sectarismo. Além do mais, deve-se ressaltar a influência do movimento das mulheres niilistas da Rússia[5] em sua formação, durante a juventude[6].

Sendo assim, a obra e a prática de ambos os anarquistas são em parte influenciadas pelo movimento feminista, ou de mulheres (não necessariamente feministas, como no caso das niilistas russas) e principalmente pelas feministas e mulheres anarquistas de sua época. Ao mesmo tempo, a busca por uma radicalidade inspirada na própria filosofia anarquista, também levara presumivelmente os dois camaradas a uma crítica ao patriarcado e ao patriarcado capitalista tendo por base a luta e negação de qualquer tipo de autoridade e hierarquia que domine, oprima ou explore.

Aqui ainda cabe uma justificativa sobre o tratamento de uma Geografia anarquista antipatriarcal fundada a partir desses dois Geógrafos e não apenas um. É necessário pontuar que, para além das influências mais ou menos comuns entre ambos os geógrafos, Kropotkin e Reclus colaboraram mutuamente em seus trabalhos científicos e se correspondiam com frequência, principalmente a partir dos anos 1876 (FERRETTI, 2011). Juntos a um grande ciclo de intelectuais anarquistas e heterodoxos, esses geógrafos lapidaram suas concepções de método a partir de uma perspectiva

[5] Esse movimento, ocorria em São Petesburgo, por volta dos anos 1860, nesse período as mulheres reivindicavam o direito por acesso ao ensino superior, para mais informações, vide: SENNA, T. C. **A questão feminina na Rússia e suas respostas**: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 258-280, fev. 2017. ISSN 2318-9657.

[6] Tão notada a influência desse movimento no pensamento de Kropotkin, que ele dedica uma parte de seu livro: Memórias de um revolucionário (KROPOTKIN, 2005), para explicar como se deu o êxito dos movimentos das mulheres pelo direito ao ensino superior e intermediário na Rússia de sua juventude.

evolucionista[7] (KROPOTKIN, 1912), inspirada e, ao mesmo tempo, crítica a Darwin, Giambattista Vico, Herbert Spencer e outros positivistas (FERRETTI, 2018).

O que podemos observar em comum entre os dois autores, é o entendimento de que a evolução das sociedades se deu sobremaneira por meio do apoio mútuo, da colaboração e solidariedade, e não em função dos instintos competitivos como queriam os neodarwinistas. Assim como, o posicionamento anticlerical de ambos e a busca por uma ciência sem preconceitos e para todos e todas. Esse argumento nos leva a crer que para os mesmos o equilíbrio entre os gêneros, a cooperação entre os mesmos e a horizontalidade também seriam fatores de evolução.

Próximo a esse ponto de vista, José Cirqueira, em importante estudo, defende a hipótese de um precursor "protofeminismo" na obra reclusiana (PINTO, 2015, p.407), contudo, apesar de não estarmos muito distantes dessa concepção, preferimos entendê-los simplesmente como anarquistas[8]. Entendemos que o desenvolvimento dessas ideias, percorreu trincheiras diferentes do feminismo[9] para chegar a conclusões mais ou menos iguais em alguns aspectos, muitas vezes convergindo, mas por vezes divergindo.

---

[7] Destacamos que o evolucionismo de ambos, estava atrelado a noção de revolução e de uma história sempre em aberto. Assim, as propostas teóricas desses autores, contrapõem totalmente as noções racistas, colonialistas e inclusive machistas dos darwinistas sociais, e do positivismo burguês.

[8] Apesar de anarquistas como Proudhon terem sido avessos ao feminismo e a liberação das mulheres, o contrário ocorre em relação à Kropotkin e Reclus.

[9] Posição um pouco semelhante à nossa é tomada por Sharif Gemie, ao afirmar que Reclus apesar de ver semelhanças entre o anarquismo e o feminismo, entende que o feminismo está "distante" do anarquismo, em função das táticas utilizadas (GEMIE, 1996, p. 431). Por outro lado, concordamos com a existência de uma aproximação do feminismo anticapitalista contemporâneo ao anarquismo, pelo seu atual projeto descentralizador, não hierárquico e avesso a opressão e a exploração (MIES, 2018, p.94).

A eliminação do matriarcado pelo patriarcado e o advento da propriedade privada e do Estado absolutista

Em sua última obra ``L'homme et la terre'', Élisée Reclus dissertou e analisou rapidamente, o nascimento do matriarcado, patriarcado e grupos familiares nas diferentes sociedades originárias. De início parte da ideia de que a propriedade é um roubo, concordando com Proudhon, mas acrescenta, "o casamento é um rapto" (RECLUS, 1905, p. 249), mas não apenas é um rapto, como, além disso, a primeira apropriação privada de um ser humano sobre outro. Assim, defendia que essa instituição havia nascido da concepção monogâmica e poligênica de sociedade, posterior à matriarcal, poliândrica, — segundo ele essa que foi a base de quase todas as sociedades humanas —.

Contudo, ele não acreditava na existência de um único centro de dispersão do patriarcado, na verdade, diferentes sociedades, condições históricas e "meio ambientes", proporcionaram configurações geográficas mais propícias ao matriarcado, que ao patriarcado. Logo, em sociedades onde as condições permitiram uma agricultura se desenvolver com uma produção constante, o matriarcado preponderou. Nessas configurações geográficas, as mulheres cultivavam, enquanto os homens pescavam e caçavam, muitas vezes voltando sem comida alguma. Assim, em ambientes onde a caça e a pesca eram fontes de subsistência principal, a mulher se encarregava dos cuidados domésticos e da prole e, o patriarcado acabava por dominá-la. Essas últimas, sociedades patriarcais, para ele, eram mais bárbaras e mais brutais, pois, eram nelas que a força e coerção sobre as mulheres e crianças determinavam sua formação étnica e organizativa (RECLUS, 1905, p. 252-3).

Especialmente, em meios geográficos onde a guerra não existia, — onde o homem não podia se levantar como um conquistador e dominador, e a possibilidade de coletar frutas e cultivar o campo era maior —, as mulheres desenvolveram um papel de liderança. (RECLUS, 1905, p. 253-5). Segundo ele, a forma econômica sofria influência do meio em que a sociedade assentava-se e ambos condicionavam a estrutura social e consequentemente familiar das sociedades. Por exemplo, nos povos pastoris — em que homens possuíam o gado e produziam o queijo —, o homem adquiria uma preponderância econômica, diminuindo consideravelmente o papel de liderança das matriarcas e submetendo-as à dominação masculina (RECLUS, 1905, p. 257). Diante disso, Reclus entende a questão econômica e a situação geográfica como elementos importantes na determinação do papel da mulher nas sociedades, influenciando em sua condição de inferioridade ou de igualdade em relação ao homem (RECLUS, 1905, p. 257-8).

Analisando os povos que precederam o que hoje se chama Europa, Reclus observa que, nas sociedades matriarcais[10], as matriarcas eram sempre consultadas acerca das decisões a serem tomadas, desempenhando um papel de gestão política e econômica na família e no clã, assim como, uma soberania moral em detrimento dos homens. No entanto, essa forma política e geográfica, não perpetuou na medida em que o homem passou também a cultivar, e dessa maneira, a dominar a agricultura, culminando na transformação gradativa das famílias matriarcais em patriarcais (RECLUS, 1905, p. 258).

[10] O termo mais adequado seria matrísticas, visto que, segundo MIES (2018, p.116) o termo matriarcal implicaria dizer que as mães teriam a capacidade de estabelecer um sistema político de domínio. Contudo, manteremos o termo matriarcal para evitarmos anacronismos.

No entanto, esse pensador entendia que mesmo em alguns regimes matriarcais, apesar de a mulher ter direito sobre as crianças, como matriarca, essa mesma ainda sofria a brutalidade dos homens, principalmente em sociedades onde o matriarcado e o patriarcado coexistiam. (RECLUS, 1905, p. 258-9)

Isto é, apesar de Reclus afirmar que o patriarcado e o matriarcado foram formas de organizações familiares antigas, preponderando em alguns locais em outros não, entendia que o matriarcado teria resultado de um fator natural (o nascimento da criança), sendo anterior, enquanto o patriarcado teria nascido posteriormente a partir da força, do sequestro e da conquista, em suma, da dominação (RECLUS, 1905, p. 261).

Nesse mesmo sentido, Kropotkin afirma que o patriarcado nunca foi uma regra. Para ele, em sociedades matriarcais, haveria uma maior razão de horizontalidade nas relações, ou ao menos, de uma atenuação da dominação dos cônjuges através da mediação exercida pelos clãs, visto que o clã estava acima da família e a coabitação de famílias em casas grandes era muito comum (KROPOTKIN, 2009, p. 255).

Para esse mesmo autor, em estruturas sociopolíticas não-patriarcais, a acumulação de bens era inviável, visto a existência de uma cultura de "destruição dos pertences do indivíduo após sua morte; e, por fim, todo o formidável conjunto de remanescentes" (KROPOTKIN, 2009, p. 255). Nessas condições, foi necessário destruir essas formações sociais para instituir a propriedade privada.

Sendo assim, da transformação de formações sociais tribais e comunais, para sociedades pautadas na acumulação desigual, nasce o princípio do Estado. Logo, a estrutura de dominação sobre as

mulheres e sobre outras hordas, clãs, famílias, se originaria apenas a partir do patriarcado.

Apoiando esse argumento, Reclus entendia que nessa transição haveria aparecido a necessidade histórica do homem em ser reconhecido pelos outros (através do poder de dominar que possuía), em detrimento do reconhecimento pela soberania moral, característica das sociedades matriarcais (RECLUS, 1905, p. 272). Dessa organização teria sido criado o sentimento de respeito ao dominante, a obediência, veneração, o abandono moral e a imitação ao mestre dominador, no anseio de se tornar ele, ou parecido a ele. É a esse fato que o geógrafo libertário atribui o nascimento do Estado absolutista (RECLUS, 1905, p. 274).

Nesse mesmo contexto, Kropotkin dá indícios de que a divisão sexual do trabalho, nasce concomitante à divisão social do trabalho. Argumentando que a divisão entre produtores e não produtores, teria criado uma casta de sacerdotes (magos e necromantes), que exerciam um poder de intimidação sobre as mulheres e crianças através de seus ritos, relegando-as a certos papéis sociais delimitados pelos homens (KROPOTKIN, 1945, p. 327).

Disso, Reclus chega a uma conclusão preliminar: O princípio do Estado nasce do patriarcado, assim como: da conquista da posse da terra do matriarcado, nasce o patriarcado, a acumulação e a dominação. Nesse processo de expropriação, o patriarca se torna não apenas dono de móveis, imóveis e das crianças que eram de responsabilidade das mulheres, mas também, da própria mulher. (RECLUS, 1905, p. 261).

Por esse motivo, a propriedade privada seria impensável em um regime familiar matriarcal. Nesses regimes a concepção de natureza era de convivência e não de dominação, a única ideia de

"posse" que havia, era relativa ao produto direto do seu trabalho. Dessa maneira, a ideia de apropriação do espaço e dos recursos comuns surgiria apenas com o advento do patriarcado. (RECLUS, 1905, p. 268)

Como então se deu esse processo de transição gradual? De que forma nasce a propriedade privada? Ora, se para os pensadores liberais e utilitaristas a propriedade nasce de uma necessidade econômica ou até mesmo do trabalho, para Reclus e Kropotkin a propriedade privada advém da guerra. No entanto, esse processo não se encerrou com o desenvolvimento do sistema capitalista, os povos tradicionais continuaram a ser expropriados pela guerra ou pelo capital. Por esse motivo a chamada "acumulação primitiva" — entendida assim, apesar que de forma crítica por MARX (2013) — é encarada por Reclus como uma acumulação contínua via expropriação[11].

Em suas palavras, são "as desigualdades de poder" que "explicam as desigualdades de posse" (RECLUS, 1905, p. 270), dessa forma são as relações desiguais de poder que balizam a persistência do processo de despossessão. O poder impelido sobre os outros de forma contínua, seria então o percussor da generalização da submissão, dando condições para o homem subjugar e se apropriar das riquezas e dos corpos (principalmente das mulheres, mas também de seus escravos).

Nesses mesmos termos, para Kropotkin **"**a família patriarcal separada tinha se desenvolvido no interior dos clãs de forma lenta, mas sistemática e, a longo prazo, evidentemente levara à acumulação individual e à transmissão hereditária de riqueza e

[11] Para o entendimento de uma leitura semelhante, veja o debate acerca da "acumulação por espoliação" em HARVEY (2004). Para uma análise crítica sobre o conceito de acumulação primitiva em Marx, consultar FEDERICI (2017).

poder". (KROPOTKIN, 2009, p. 103). Poderíamos pensar que essa seria uma tendência natural da evolução das diferentes sociedades, que tenderiam necessariamente ao patriarcado e ao regime de acumulação fundado no direito à propriedade privada, no entanto, ele se serve da história para revelar que:

> A propriedade privada ou a posse "permanente" era incompatível com os próprios princípios e concepções religiosas da comunidade aldeã, assim como com os princípios dos clãs, de modo que foi necessária uma longa influência do direito romano e da Igreja cristã – que logo aceitou os princípios romanos – para acostumar os bárbaros à ideia de ser possível a propriedade privada da terra. (KROPOTKIN, 2009, p. 105).

Essa influência do direito romano, se deu pela necessidade de muitos clãs e tribos em migrar (seja pelas restrições alimentares, seja por invasão de seu território). Tal processo desembocou na desintegração desses grupos, assumindo cada vez mais um caráter de nucleação familiar, que separou paulatinamente as famílias da tutela total da tribo e da união por parentesco. Dessa forma, nasce uma forma de organização do espaço peculiar, a de "território comum" apropriado e defendido pela também nova organização social: a "aldeia comunal" (KROPOTKIN, 2009, p. 103).

Dito isso, podemos resumidamente inferir que para esses geógrafos, o patriarcado não é um resultado natural, pelo contrário, parte das guerras e expropriações; da influência do direito romano; das religiões monoteístas e das conquistas territoriais, é, portanto, responsável pelo desequilíbrio nas sociedades onde se instala. Desse modo, a dominação da mulher seria um dos (se não o principal) fatores originários do Estado e do capitalismo, da constituição da propriedade pela força e pela guerra e, posteriormente, pelo direito

assegurado, pelo sentimento de obediência, subserviência e imitação do patriarca dominado pelo patriarca dominador.

Daí a necessidade de entendermos que, "os resultados políticos da luta mudam de acordo com o tempo e o lugar". Reclus reconhece a necessidade de uma análise geográfica pautada no entendimento de "como as formas políticas das sociedades correspondem a suas formas terrestres", de maneira que permita observar a evolução do território e sua sociedade desde seus primórdios. Ou seja, a Geografia deve buscar os traços de formações sociais anteriores nas sociedades estatais atuais. (RECLUS, 1905, p. 275)

Por isso, entender as diferentes formas de dominação da mulher, implica em considerar o desenvolvimento das relações socioespaciais, ao longo do tempo e a partir das particularidades de cada território. Esses processos sócio territoriais devem ser observados em sua complexidade e múltiplas temporalidades (no passado e no presente), de modo a permitir visualizar os diferentes elementos que, associados, desempenham papéis importantes nas mudanças da estrutura familiar e social de uma dada sociedade, ou conjunto de sociedades.

Os Mecanismos de repressão da mulher na Modernidade e suas estratégias de Resistência: Uma leitura a partir de Reclus

Discutimos anteriormente, um pouco sobre a gênese do patriarcado, sua relação elementar com o advento do Estado absolutista e com o processo de reorganização do espaço geográfico. No entanto, devemos observar que a partir da criação do Estado burguês, essa estrutura de dominação se transforma, sem deixar de lado seu conteúdo opressor, acentuando e dando maior complexidade

a sua forma espacial desigual, pautada no centrismo do macho. Todavia, mais que constatar a forma como o homem chegou a tal posição de poder, faz-se necessário questionar as formas sociais que permitem a perpetuação da dominação da mulher pelo homem, já que a própria humanidade passa a ter progressivamente consciência disso (RECLUS, 2002). Portanto, nos deteremos nesse momento a analisar a partir de Reclus os mecanismos de dominação da mulher na modernidade após o advento do patriarcado capitalista.

Para Reclus a propriedade do homem sobre o corpo da mulher é uma forma de "escravidão disfarçada". (RECLUS, 2015, p. 81). Na sociedade moderna, (com referência a sua análise a partir das sociedades europeias do século XVI). Essa propriedade se dava a partir de uma estrutura socioeducacional que rompia com as práticas educativas das sociedades ditas "primitivas", onde a coeducação entre homens e mulheres era comum.

A sociedade moderna seria estruturada por alguns mecanismos específicos, que excluíam sistematicamente a mulher de certos espaços e posições na sociedade, fosse por meio do domínio e docilização[12], ou do enclausuramento patriarcal. Esses mecanismos eram operados por algumas estruturas sociais que se davam na esfera privada, ou seja, na família e principalmente no matrimônio. Nesses termos, Reclus, afirma que a dominação do homem em relação à mulher estaria intimamente ligada a propriedade privada da terra. Isto é, à forma autoritária com que era organizada a sociedade capitalista nascente e o espaço do cotidiano, — que inclusive, até hoje abnega o direito da mulher a estar em todos os

[12] Reclus usa o termo *Sleeping dog*, para se referir ao que chamamos hoje de docilização (FOUCAULT, 2009), nesse caso a dominação que parte do subjugo, se alicerça na moral dominante, no sentimento de obediência, veneração e imitação ao dominador. (RECLUS, 1905, p. 274)

espaços, inclusive o da rua, das praças e dos locais "públicos" —. Para ele:

> A "bifurcação" da escola primitiva, na qual todos os adultos do lugar tinham sua participação, só separavam-se às provas que deveriam realizar para entrar, uns na sociedade dos homens, as outras entre as mulheres e mães de família; mas, então, o enclausuramento da jovem, prelúdio da subjugação que a esperava no matrimônio, punha, de hábito, um termo a todo ensino: a apropriação apartou a mulher da sociedade. (RECLUS, 2015, p. 85)

Entretanto, o mesmo autor reconhece que houveram transformações importantes nas sociedades ocidentais a partir do século XIX (mas pontuamos que de forma descompassada nos diferentes espaços), quando se passou progressivamente a extinguir-se a divisão de sexos na educação[13]. No entanto, apesar de um verdadeiro progresso no sistema educacional das nações ocidentais de sua época, esse novo fato não se apresentou como uma verdadeira revolução. Considerando que enquanto os homens quando jovens apenas precisavam preocupar-se com os estudos, a jovem mulher ainda "era deixada ao lado de sua mãe para cuidar das crianças e ocupar-se dos afazeres do lar" (RECLUS, 2015, p. 86). Em síntese, na sociedade burguesa, a mulher passa a adquirir o direito a uma educação formal igualitária, em contrapartida, reafirma-se a sua responsabilidade pela reprodução social da família trabalhadora.

Nesse caso, a hierarquia de gênero em seu ver não é liquidada, o que passa a existir é a concessão de alguns direitos dentro da estrutura social. A mulher continua em posição de subordinação com relação à autoridade masculina, ao "pater-família", ao marido e

[13] Segundo Pinto, (1999, p.124), o sistema de coeducação (ou educação mista) foi introduzido inicialmente nos EUA, entre os séculos XVIII e XIX e apenas posteriormente passou a ser discutido amplamente nos países europeus.

irmãos, mas também à determinação de seu papel materno. Assim, a posição inferior da mulher na sociedade é mantida, visto que esses, ao contrário delas, permanecem desde sua infância experimentando uma liberdade maior, desobrigados dos cuidados precoces do lar e da reprodução da força de trabalho, impostos às mulheres.

Contudo, houveram também transformações importantes nas sociedades ocidentais a partir do final do século XIX, no que diz respeito à obtenção de algumas liberdades da mulher. Para o anarquista francês, as funções reprodutivas maternas tornavam-se cada vez menos fatigantes, à medida que se engendrava uma mudança demográfica, sociológica, e implicitamente geográfica. Essa mudança estava relacionada a crescente preocupação geral com a higiene preventiva, que havia diminuído a mortalidade infantil e as dificuldades de cuidados com as crianças. Dessa forma, segundo esse geógrafo, a mulher tenderia a se libertar e a exercer as mesmas atividades do homem, à medida que se expandisse a ajuda e apoio mútuo[14] na sociedade (RECLUS, 2015, p. 87). Com isso, a responsabilidade com a reprodução da vida seria cada vez mais socializada e a mulher passaria a ser menos oprimida e dominada[15].

Entretanto, o controle da mulher não se dava apenas do ponto de vista da reprodução, Reclus chama a atenção para a educação estética e a necessidade de sua transformação. A moda, as convenções e a falsa moral, segundo ele, controlavam os corpos das mulheres (RECLUS, 2015, p.111), para sustentar seu argumento, o autor utiliza o exemplo das madames cristãs europeias, que em sua época, por convenção, cobriam os rostos da mesma maneira que as

[14] Para melhor compreender o debate acerca do apoio mútuo, ver Kropotkin (2009).
[15] No entanto, devemos ressaltar que também houve "regressões" nesse processo, visto que, a liberação de alguns deveres maternos gerada pelo advento de instituições como creches e escolas, foi paralelo à absorção da mulher no mercado de trabalho.

maometanas (criticadas pelos cristãos pelas imposições de sua religião). Não menos que isso, os costumes da sociedade exigiam que a mulher exibisse publicamente os ombros e seios desnudos. (RECLUS, 2015, p. 113), ou seja, havia um controle do corpo da mulher, impelido pela cultura, os costumes e a "convenção social".

Sua proposição, mais uma vez excêntrica, pode causar espanto ainda hoje, o geógrafo defende e enaltece a nudez, como símbolo de higiene, considerando-a um "remédio" para a perversão e "libertinagem". Segundo ele o uso de roupas degradava o corpo dos homens e principalmente das mulheres (RECLUS, 2015, p. 115), ambos controlados pelo poder dominador da moda. Assim, não seria a nudez a causa da perversão, mas justamente o contrário, o tratamento do corpo como algo a ser escondido para não ser violado, era o fator gerador de tais sentimentos antissociais.

Dessa maneira, Reclus indica alguns dos mecanismos de opressão que operavam em sua época. Contudo, também aponta para processos de contestação importantes à ordem imposta pelo homem. Um desses fatos será o movimento feminista, o qual Reclus analisa em algumas de suas obras.

Para ele, os chamados "primeiros tempos do "feminismo"" (ou a primeira onda feminista que ocorreu entre os séculos XIX e XX), foram um marco na busca de igualdade entre os sexos, seja pela reivindicação do direito ao voto, à propriedade, ou ao acesso das mulheres ao ensino superior. No entanto, esses movimentos possuíam uma limitação, dada pela ausência de uma crítica ao capitalismo. Do seu ponto de vista, as mulheres que participaram, "em sua qualidade de patrícias ou de letradas," inicialmente "conservavam um santo horror pela operária de vestes surradas ou

sujas". (RECLUS, 2015, p. 350) e dessa forma passaram a ser alvo de reprovação da opinião pública.

Contudo, esse movimento que se dava sobretudo, nos EUA, adquiriu novas pautas e estratégias. Assim, para Reclus, as mulheres passaram a se dirigir aos prostíbulos para "aliar-se com suas irmãs reprovadas contra a vergonhosa injustiça da sociedade", em repúdio a "escandalosa parcialidade da lei relativa aos sedutores contra suas vítimas", (RECLUS, 2015, p. 350) e dessa forma tiveram o respaldo da opinião pública.

Sendo como for, Reclus não recriminava nenhuma reivindicação das mulheres. Pelo contrário, apontava para a desigualdade de salários, a dominação e punição da mulher pelo marido, a ausência de direitos como cidadã e direitos políticos, a criação de leis sem a sua contribuição, assim como o estabelecimento de impostos com os quais não concordou. Dessa forma era inegável "que o seu direito de recriminação fosse absoluto" (RECLUS, 2015, p. 351).

No entanto, esse anarquista chama atenção para a possibilidade de alguns equívocos que poderiam ocorrer ao não se refletir sobre a forma como são reivindicados certos direitos, isto é, em primeiro lugar os direitos não deveriam ser requeridos, mas sim, exigidos, conquistados. Portanto, a instituição de uma lei não representava necessariamente uma conquista, mas sim uma concessão da classe de possuidores que tinha por efeito recrudescer as energias volitivas das mulheres. (RECLUS, 2015, p. 351).

Em segundo lugar, o anarquista dá indícios de que seria necessária uma luta que viesse a agregar uma vontade coletiva mais ampla, visto que a emancipação da mulher dependeria, no final das contas, da emancipação da sociedade como um todo.

Consequentemente se faria necessário a extinção da sociedade de classes, assim como a propriedade, o mercado e o Estado, de modo a permitir uma emancipação real da mulher. Por outro lado, a sociedade também nunca se emanciparia do Estado e do Capital enquanto as mulheres continuassem a ser dominadas, escravizadas e exploradas. Se dirigindo as mulheres ele afirma que:

> De ano em ano a experiência ensinar-lhes-á, contudo, que a liberdade não deve ser absolutamente mendigada e que é preciso conquistá-la; ensinar-lhe-á, além do mais, que sua causa confunde-se virtualmente com aquela de todos os oprimidos quaisquer que sejam; elas doravante terão de ocupar-se de todos aqueles contra os quais fazem mal, e não apenas das infelizes mulheres obrigadas pela miséria a vender seu corpo. Unidas umas às outras, todas as vozes dos humildes e ofendidos retumbarão em um formidável grito que se fará ouvir. (RECLUS, 2015, p. 350-1)

É importante ressaltar que a crítica realizada por esse autor anarquista vai ser aplicada justamente após a segunda onda feminista na década de 1960[16] (mais de 70 anos depois). Além do mais, é evidente que Reclus analisara o movimento feminista de forma simultânea ao desenvolvimento da primeira onda, contudo, sua postura anarquista permitiu-lhe visualizar as capacidades, e as limitações desse mesmo, principalmente, o caráter exclusivista e estatista que tomava até então.

[16] Para mais informações sobre a segunda onda e a crítica feita pelas feministas à primeira onda consultar Maria MIES (2018, p. 60-4).

Meios e fins de uma revolução social: Extinção da divisão sexual do trabalho e igualdade entre homens e mulheres na visão de Kropotkin

Analisamos alguns elementos do patriarcado e sua imbricação com o Estado e o Capital. Os autores aqui trabalhados forneceram alguns elementos críticos a essa ordem social estabelecida, quer dizer, a ordem imposta pelo patriarcado. De agora em diante, vamos nos deter à algumas críticas propositivas esboçadas por Kropotkin. Enfatizamos que em parte essas críticas são especulativas e um pouco "otimistas", mas, ao mesmo tempo, são politicamente potentes, pois, nos dão uma dimensão geográfica que pode indicar possibilidades de subversão à ordem do patriarcado e do capital.

Em seu livro A Conquista do Pão, largamente difundido nos movimentos campesinos e de trabalhadores urbanos de todo o mundo, Kropotkin propõe uma organização social nova a partir dos conceitos anarco-comunistas de sociedade livre. Partindo de sua análise e de suas teorias, podemos entender melhor sua visão de sociedade revolucionária (sociedade revolucionária no sentido de estar, incessantemente em transformação).

Em linhas muito gerais, Kropotkin acreditava que o processo de revolução social se iniciaria através da expropriação de todos os grandes proprietários e capitalistas. Paralelamente haveria o levantamento, seguido da apropriação das terras e capitais pelos trabalhadores e trabalhadoras e, por fim, a redistribuição de todos os bens existentes de forma imediata, sem a interferência de nenhum órgão burocrático. Ou seja, a revolução deveria ser realizada pelo povo para o povo, sem intermédio de governo, "elite dirigente" ou Estado algum. No entanto, para além das necessidades materiais, também se faria necessário extinguir as instituições de opressão,

como as prisões, os manicômios e as escolas nos moldes autoritários (KROPOTKIN, 2009, 2011).

É evidente a sua preocupação com as estruturas de dominação e exploração que tenderiam a permanecer com a derrocada do Estado e da propriedade privada. Uma em especial lhe preocupava bastante, a divisão do trabalho, tanto em seu aspecto social (trabalho qualificado[17] x trabalho simples), quanto em suas implicações territoriais (relação cidade x campo). No entanto, esse pensador leva às últimas consequências sua crítica, atacando a divisão sexual do trabalho, e é nesse sentido que sua proposição de sociedade livre se confunde com a necessidade de liberação das mulheres.

Kropotkin, como um anarquista, ciente das diversas manifestações autoritárias do poder que domina, alertava para a imprescindibilidade de pôr fim ao trabalho doméstico e de destruir imediatamente à escravidão doméstica no início da revolução. Afirmava, que essa era uma necessidade histórica, visto que, essa escravidão[18] seria a "mais tenaz por ser também a mais antiga", pois, sempre recaiu sobre "a parcela mais fustigada da humanidade: as mulheres" (KROPOTKIN, 2011, p. 84). Para reforçar os seus argumentos, ele ironiza o machismo dos socialistas de sua época que lutavam pela revolução política, enquanto defendiam a divisão sexual do trabalho e seus privilégios enquanto homens:

> (...)mas quando se lhes pergunta como se poderia organizar o trabalho doméstico [durante a revolução], respondem: "cada um fará seu próprio trabalho". "Minha mulher satisfaz bem o da casa:

[17] Para mais informações sobre a crítica a divisão do trabalho em Kropotkin veja: KROPOTKIN (2009, p.111) e KROPOTKIN (1978, p.9)

[18] O debate sobre a dimensão da não remuneração do trabalho doméstico, apenas iniciará na década de 1970, contudo, Kropotkin já apresentava ideias importantes que apenas seriam discutidas décadas a frente, após uma crítica a "cegueira" de Marx quanto ao fato do trabalho doméstico ser um trabalho produtivo. Para saber mais sobre o debate acerca da centralidade do trabalho doméstico na estrutura capitalista consultar MIES (2018, p.83-7)

> as burguesas que façam o mesmo". E se é um burguês socializante que fala, ele diz à sua mulher com um sorriso gracioso:" não é assim, querida, que tu passarias bem se criada em uma sociedade socialista? Tu farias, não é? (...) E a mulher responde-lhe com um sorriso agridoce "sim, querido", dizendo para si que felizmente, tal coisa não ocorrerá tão cedo. (KROPOTKIN, 2011, p. 84)

Dessa forma, Kropotkin entendia como impossível uma revolução que não incluísse a emancipação imediata da mulher. Em várias partes de sua obra deixa claro que a partir da destruição dos principais mecanismos de opressão e dominação (Estado e a Propriedade privada), todos (inclusive a mulher) têm o direito de desenvolver todas as suas capacidades, como: acesso a toda a herança da ciência e o direito ao ócio. Segundo o mesmo, após a revolução as horas de trabalho diminuiriam drasticamente. Não obstante:

> Uma revolução que se decorasse com as mais belas palavras de Liberdade, Igualdade, Solidariedade, mantendo ao tempo a escravidão do lar, não seria revolução. A metade da humanidade, submetida ainda à escravidão do lar e da cozinha, teria ainda que se revoltar contra a outra metade. (KROPOTKIN, 2011, p. 87)

O anarquista russo, explica que essa mudança não se dará pelo "milagre" da revolução simplesmente, mas sim, porque as mulheres daquele período, já haviam adquirido consciência de seus direitos e estavam lutando para destruir a estrutura de dominação patriarcal, — admitindo, assim como Reclus que as mulheres norte-americanas estavam na dianteira do movimento —. No entanto, pondera seus argumentos, afirmando implicitamente que apesar da tomada de consciência das mulheres, só poderia haver uma emancipação real se houvesse uma revolução social, e não apenas política, visto que a estrutura patriarcal é um dos alicerces do capitalismo. Logo:

> Emancipar a mulher não é abrir-lhe as portas da universidade, dos tribunais e do parlamento. Pois é sempre sobre uma outra mulher que a mulher emancipada atira os trabalhos domésticos. Emancipar a mulher é livrá-la do trabalho embrutecedor da cozinha e da lavagem; é organizar-se de maneira que possa criar e educar os seus filhos, se assim lhe parecer**,** conservando sempre bastante tempo livre para tomar a sua parte na vida social. (KROPOTKIN, 2011, p. 87)

Ou seja, adquirir direitos é importante do ponto de vista da tomada de consciência das mulheres, no entanto, enquanto não se transformar a estrutura hierárquica da sociedade capitalista e estatal, a ascendência social de algumas mulheres, continuará a representar dominação e exploração de outras tantas.

Porque então a mulher seria tão explorada no sistema capitalista? Percebemos que no conjunto de sua obra, Kropotkin reconhece que a dominação da mulher pelo homem não acontece apenas no capitalismo. Entretanto, a organização da nossa sociedade e a forma como o espaço social hoje é determinado pela vida privada — e, pela própria divisão social do trabalho —, impõe invariavelmente a exploração da mulher.

Segundo Kropotkin a divisão sexual do trabalho[19] e a divisão espacial das famílias fundamentam a exploração, na medida em que observamos, por exemplo, o grande desperdício de trabalho, despendido por milhões de mulheres de uma nação ao cozinharem separadamente. Quando seria mais econômico (ou seja, menos trabalhoso) criar cozinhas públicas, e dividir as tarefas (contando com os homens) (KROPOTKIN, 2011, p. 87).

[19] Kropotkin afirma que as mulheres possuem as mesmas capacidades de realizarem trabalhos manuais (KROPOTKIN, 1888) e polemiza com os neodarwinistas, que acreditavam assim como Darwin que as mulheres eram biologicamente inferiores (KROPOTKIN, 2009)

Em um tom sempre crítico, com um olhar acurado para as questões de gênero e o papel de resistência desempenhado pelas mulheres ele se pergunta, por que "o trabalho da mulher nunca foi contado pra nada"? (KROPOTKIN, 2011, p. 87), sendo elas as responsáveis por todo o trabalho doméstico que implica na produção e reprodução da "força de trabalho", o anarquista assevera que as mães (principalmente as pobres) se utilizam do apoio mútuo para dividirem os cuidados[20] e conseguirem sobreviver no sistema atual (KROPOTKIN, 2009 p. 221)

Desse modo, "por que aqueles mesmos que querem a emancipação do gênero humano não incluíram a mulher no sonho de emancipação e consideram isso indigno das suas altas preocupações"? (KROPOTKIN, 2011, p. 87). Por fim se pergunta retoricamente: Se hoje entendemos como privilégio o fato de os homens receberem maiores salários, "como poderíamos suportá-los em uma sociedade que proclamasse a igualdade?" (KROPOTKIN, 2011, p. 115).

Por ser irrevogavelmente avesso ao assalariamento[21], Kropotkin acaba matando o mal pela raiz. Realmente, há uma má remuneração das mulheres — e como vimos anteriormente, ele considera esse fato determinantemente injusto —, contudo, a própria estrutura de salários está pautada no princípio da propriedade privada e na lógica da mercadoria. Portanto, entendemos que o problema não é simplesmente a má remuneração da mulher com

[20] "As mães se apoiam e cuidam das crianças alheias de milhares de maneiras (...) as mães das classes mais pobres (...) não podem suportar a visão de uma criança faminta; elas têm de alimentá-la, e é o que fazem." (KROPOTKIN, 2009 p. 221).
[21] Podemos entender sua concepção de assalariamento como um sistema de medida e remuneração do valor trabalho em relação a uma moeda ou mercadoria. Isto é, a instituição da força de trabalho enquanto mercadoria, seja em salário pago no capitalismo, ou como proposto pelos coletivistas de sua época, o "bônus de trabalho", "escala de salários", ou "salários iguais". (KROPOTKIN, 2011, p.109-115).

relação ao homem, mas sim a própria remuneração em um sistema de compra e venda da força de trabalho. Ou seja, para transformar essa estrutura de dominação e exploração, seria necessário extinguir a divisão sexual do trabalho (principalmente extinguir o trabalho doméstico) e o próprio assalariamento.

Por esses e outros motivos, Kropotkin considera a teoria do valor-trabalho limitada e inexata (KROPOTKIN, 2011, p. 116) uma vez que é medida pelo resultado isolado da obra, mas não pelo trabalho coletivo herdado como: as estradas, as máquinas, as descobertas científicas. Desse modo, seria impossível mensurar o valor dessa "herança" social e, do trabalho. Em outras palavras, incorreríamos em um erro grave ao considerarmos valores abstratos (como o valor do salário médio), visto que a sociedade se desenvolve a partir do trabalho concreto e, em maior parte, não remunerado.

Esse trabalho não remunerado, não é considerado por não ser feito no chão de fábrica e por estar emaranhado ao princípio de ajuda mútua, logo, seria impossível determinar quanto vale o trabalho de alguém (seja no lar ou na fábrica), ou mesmo realizar uma distinção entre trabalho simples e trabalho qualificado, visto que ambos, apenas existem e tem valor pelo trabalho coletivo. (KROPOTKIN, 2011, p. 116-118) Assim, como poderíamos determinar o valor de uma mãe que dá à luz e cuida de uma futura pesquisadora que descobriu a cura do câncer?

Nesses termos, o problema para Kropotkin da sociedade atual e das sociedades propostas pelos coletivistas (sejam socialistas estatistas ou comunistas autoritários), é justamente a impossibilidade de se medir o valor do trabalho de cada indivíduo, isto é o assalariamento. Se seguirmos o seu raciocínio, trazendo-o para os tempos atuais, o problema não estaria apenas na não-

remuneração monetária dos trabalhos domésticos da mulher, ou na remuneração maior do homem com relação à mulher (apesar de ser uma relação absolutamente injusta).

O problema estaria justamente na remuneração de qualquer indivíduo na sociedade, no salário, na existência do dinheiro, na medida do valor-trabalho, que resultaria em desigualdades de consumo, distribuição e produção. Portanto, ao contrário do que fundamenta o sistema político-econômico atual, todas e todos deveriam ter direito ao ócio e ao que é produzido socialmente de maneira equânime (KROPOTKIN, 2011, p. 118-120).

Em síntese, Kropotkin inverte tanto o pensamento marxista sobre essa discussão, quanto as teorias feministas acerca do assalariamento e nos leva a pensar na seguinte questão: O importante seria reivindicar a remuneração dos trabalhos domésticos da mulher e salários iguais, ou lutar pelo fim da remuneração, ou seja, pelo fim do assalariamento de toda a sociedade e pelo "apoderamento de toda a riqueza social" (KROPOTKIN, 2011, p. 115) para todas e todos?

Isto posto, poderíamos afirmar, concordando com Kropotkin, que uma revolução social não poderia ser feita pelos homens para os homens, visto que a estrutura de dominação e exploração continuaria a existir. Com efeito, essa revolução social precisaria garantir antes de mais nada, a extinção do assalariamento e do patriarcado capitalista, assim como, a reorganização espacial e funcional da produção e das tarefas entre homens e mulheres. Culminando necessariamente na abolição do trabalho doméstico e das desigualdades sociais entre os gêneros, só assim, a revolução seria propriamente uma revolução social.

Conclusões

Dessa forma, esse breve estudo, teve por finalidade primeira (mas não principal), contribuir para a História do Pensamento Geográfico, colocando à luz alguns aspectos do pensamento da Geografia anarquista do século XIX e XX que foram apagados da academia e do imaginário coletivo. Tentamos desmistificar a ideia de que a questão da mulher na sociedade moderna, tivesse sido analisada apenas a partir da década de 1970 e de que a teoria social anarquista seria anticientífica e obsoleta.

O presente artigo também demonstra as limitações do pensamento de ambos os autores, sem entrarmos em anacronismos, devemos entender que as formulações das teorias e proposições aqui ilustradas eram orientadas pelo pensamento e aparato teórico da época em questão. Portanto, a problemática acerca do gênero, tal como é colocada hoje em dia, não poderia ser pensada no contexto desses pensadores. Cientes disso, buscamos reunir os principais argumentos desses autores, tendo como objetivo maior promover o debate, em vez de afirmar a validade ou não das proposições.

Para esses geógrafos anarquistas, a Geografia seria uma ponte para analisar a distribuição das diferentes estruturas familiares pelo globo e suas diferentes gêneses e intersecção com outras sociedades, suas permanências e impermanências a partir da etnografia comparada — tão pouco utilizada hoje em dia na ciência geográfica —.

A partir dos seus escritos, analisamos os impactos dos movimentos feministas nas transformações da posição socioeconômica da mulher no espaço geográfico e sua relação com o senso comum e a opinião pública. Tanto como, as estratégias e táticas dos movimentos feministas do século XIX e XX, a escravidão

doméstica e a secundarizarão das pautas femininas nos meios revolucionários. Além disso, a forma que os mecanismos estatais são utilizados para domesticar a luta das mulheres (aparelhos parlamentares) e, simultaneamente, para docilizar as mesmas desde o início até o fim de suas vidas (escola, família, matrimônio).

Partindo desse ponto, a Geografia estaria habilitada a estudar as relações atuais entre o patriarcado capitalista, o Estado e seus mecanismos de dominação sobre os territórios das mulheres (tanto corpóreo, quanto espacial) e a divisão do trabalho e suas implicações para a mulher no mundo do trabalho atual. Bem como, a forma como se dão os processos de desapropriação dos territórios das mulheres, principalmente no mundo agrário, onde a expropriação e espoliação capitalista avança de maneira direta e mais violenta.

Com todas essas questões e reflexões, partimos desses autores para formular e tentar responder o seguinte questionamento: quais seriam os fundamentos de uma Geografia anarquista e antipatriarcal (ou Feminista de orientação anarquista)? Buscando promover o debate entre as mulheres (caso seja pertinente para elas), propomos, a partir dessa análise, considerar alguns elementos estruturantes dessa Geografia.

Em primeiro lugar, a análise buscaria englobar todas as opressões, como quer Reclus (2002, 2015), ou seja, a questão de classe, os direitos da mulher, a forma política atual (estatal) e todos os mecanismos de opressão a mulher (seja a escola, o casamento, opinião pública, estética, etc.). Em segundo lugar, a dimensão espacial deveria sempre ser considerada, ou seja, as formas como as divisões espaciais do trabalho se relacionam com as divisões sociais e sexuais do trabalho. Assim, estudar as desigualdades de gênero em um recorte espacial, teria a ver também, com identificar onde e em

que condições as mulheres trabalham, moram, consomem e se socializam (seja na esfera privada ou pública).

Por outro lado, acreditamos, à luz dos estudos de Kropotkin (2009) que uma das dimensões que poderiam ser estudadas por essa geografia, seria a da mutualidade entre as mulheres. Dessa forma, esses estudos se direcionariam a entender as formas de sociabilidade, práticas de ajuda mútua e resistência das próprias mulheres, — com enfoque para os recortes das favelas e periferias, mas também para o campo —.

Aqui devemos nos questionar quais os efeitos que cada espaço tem sobre a vida e a forma como as mulheres se associam, dividem os cuidados (de forma crítica), mas também a liderança, as tomadas de decisão, as formas como também são oprimidas nesses espaços.

Em terceiro lugar, o que podemos concluir dessas análises é que uma Geografia Anarquista e antipatriarcal, seria sobretudo, uma Geografia revolucionária, avessa ao Estado, ao Capital e até a Família (em seu sentido institucional), como indica Reclus (2002, 2015). Assim, o conteúdo político e ideológico distinguiria essa Geografia das demais Geografias Feministas, em função tanto de seu caráter crítico radical, quanto em seu modelo propositivo, contrário à política institucional, antagônico aos modelos de transição, de reforma e de "luta por dentro do Estado".

Em quarto e último lugar, a Geografia Anarquista, teria um papel fundamental para a discussão da organização econômica levando em conta a forma espacial do patriarcado capitalista, sobretudo, a partir de uma análise crítica integrada sobre o assalariamento, o trabalho doméstico e a divisão espacial do trabalho (cidade e campo) e técnica (manual x intelectual; simples x

qualificado). Esses estudos poderiam buscar alumbramento no escritos de KROPOTKIN (2009), (2011), (1978).

Por fim, devemos considerar também que essa Geografia antipatriarcal, deveria inicialmente, ser uma Geografia em aberto, respeitando sempre o pensamento livre, sobretudo das mulheres. Pelo seu caráter anarquista, ela não pode se pautar em dogmas, nem se fechar no pensamento de determinados autores, pelo contrário, deve estar sempre em contato com os anseios e sofrimentos das mulheres, de maneira que aponte os caminhos para uma sociedade livre, equânime e para uma justiça socioespacial e de gênero real.

Referências bibliográficas

CIRQUEIRA, José Vandério. *Élisée Reclus e a Excentricidade de sua Geografia Anarquista*, Terra Brasilis *(Nova Série)* [Online], 7, 2016, posto online no dia 09 dezembro 2016, consultado o 29 dezembro 2020. URL: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1787

CLARK, J and MARTIN, C. *Anarchy, Geography, Modernity: Selected Writings of Elisée Reclus,* Edited and translated by, with an introductory essay by John Clark, 2013

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRETTI, Federico. The correspondence between Élisée Reclus and Pëtr Kropotkin as a source for the history of geography. *Journal of Historical Geography*, v.37, p.216-222. 2011

FERRETTI, Federico. *Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Petr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX*. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol.25 no.2 Rio de Janeiro Apr./ June 2017, Epub May 10, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GEMIE, Sharif. *Anarchism and feminism: a historical survey*, Women's History Review, 5:3, 417-444, 1996.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004

KROPOTKIN, Piotr. *The Industrial Village of the Future*. London: Nineteenth Century, p. 513-530, 1888.

KROPOTKIN, Piotr , *Modern Science and Anarchism*, Freedom Press, 127 Ossulston Street, N.W. 1912.

KROPOTKIN, Piort, *Origen Y Evolucion de la Moral*; Traducción directa del ruso por Nicolás Tasin, editorial Americale, Buenos Aires, 1945.

KROPOTKIN, Piotr. *Campos, fábricas y talleres*. (1ª ed. 1910). Madrid: Júcar, 1978.

KROPOTKIN, Piotr. *O Estado e seu papel histórico*. Trad. Alfredo Guerra. Coleção Escritos Anarquistas. Ed. Imaginário. São Paulo. 2000.

KROPOTKIN, Piotr. *Memorias de un revolucionario*. Traducción de Pablo Fernández Castañón-Uría. Oviedo: KRK Ediciones, 2005.

KROPOTKIN, Piotr , *Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução*; tradução: Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*; tradução Cesar Falcão – Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MARX K. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. *A assim chamada acumulação primitiva*. São Paulo: Boitempo; 2013.

MIES, M. *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficantes de sueños, 2018.

PINTO, Teresa. *Caminhos e Atalhos da Co-educação*. In: exaequo, n°1, pp. 123-138, 1999.

PINTO, José Vandério Cirqueira. *Geograficidade libertária em Élisée Reclus*: Contribuição heterodoxa à história da Geografia. Tese de doutorado, Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2015.

RECLUS, Élisée. *L'Homme et la Terre***.** I Tome. Paris: Librairie Universelle, 1905.
RECLUS, Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

RECLUS, Élisée. *O Homem e a Terra*: textos escolhidos; seleção e tradução Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo (SP) :Intermezzo, 2015.

SKODA, A. *A Recepção de Elisée Reclus no Brasil*: uma narrativa científica. Dissertação (mestrado em geografia). São Paulo, FFLCH/USP, 2016.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias feministas, sexualidades e corporalidades*: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. Espaço e Cultura (UERJ), v. 27, p. 39-55, 2010.

SILVA, Joseli Maria. *Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades*. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1 ed.Ponta Grossa: Todapalavra, v. 1, p. 25-54, 2009.

SOUZA, M. L. de. *Por Uma Geografia Libertária* – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Submetido em: 10 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 27 de maio de 2021.

AS DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

THE DIMENSIONS OF SOCIO-SPATIAL RESTRUCTURING IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: PATHS AND PERSPECTIVES

LAS DIMENSIONES DE LA REESTRUCTURACIÓN SOCIOESPACIAL EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA: CAMINOS Y PERSPECTIVAS

Ingrid Gomes da Silva
Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza -CE
E-mail: ingrid_gomes10@outlook.com

Luiz Cruz Lima
Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza – CE
E-mail: l.cruzlima@uol.br

Resumo:
A compreensão da reestruturação socioespacial possibilita um caminho para a Geografia discorrer sobre os movimentos e transformações, em diversos âmbitos, e corrobora a proposição de análises eminentemente espaciais, fortalecendo seus discursos e usos. Nesse sentido, o objetivo central desse artigo foi contribuir com a dimensão teórico-metodológica da reestruturação socioespacial, apontando seu caráter quadrimensional, quando referenciamos as transformações análogas ao espaço e, logo, à sociedade. Assim, como percurso metodológico, além da revisão de literaturas, foi feito um levantamento temático nas revistas da plataforma sucupira (Qualis A1 à B5). A partir disso, foi possível perceber a atribuição a uma visão quadrimensional da reestruturação socioespacial enquanto conceito, processo, metodologia e categoria, bem como para onde está caminhando o debate nas Ciências, visando entender a espacialização do conceito e seus usos científicos.

Palavras-chave: Reestruturação socioespacial, revistas científicas, espacialidade.

Abstract:
The comprehension of socio-spatial restructuring provides a path for Geography to discuss movements and transformations, in different spheres, and corroborates the proposition of eminently spatial analyzes, consolidating their discourses and uses. In this regard, the central objective of this article was to contribute to the theoretical-methodological dimension of socio-spatial restructuring, pointing out its four-dimensional character, when we refer to transformations analogous to space and, therefore, to society. Thus, as a methodological path, in addition to the literature review, a thematic survey was carried out in the sucupira platform magazines (Qualis A1 to B5). From this, it was possible to perceive the attribution to a four-dimensional view of socio-spatial restructuring as a concept, process, methodology and category, as well as where the debate in Sciences is heading, aiming to understand the concept's spatialization and its scientific uses.
Keywords: Socio-spatial restructuring, scientific journals, spatiality.

Resumen:
La comprensión de la reestructuración socioespacial proporciona un camino para que la Geografía discuta movimientos y transformaciones, en diferentes ámbitos, y corrobora la proposición de análisis eminentemente espaciales, fortaleciendo sus discursos y usos. En este sentido, el objetivo central de este artículo fue contribuir a la dimensión teórico-metodológica de la reestructuración socioespacial, señalando su carácter cuatridimensional, cuando nos referimos a transformaciones análogas al espacio y, por tanto, a la sociedad. Así, como camino metodológico, además de la revisión de la literatura, se realizó una encuesta temática en las revistas de la plataforma sucupira (Qualis A1 a B5). A partir de esto, fue posible percibir la atribución a una visión cuatridimensional de la reestructuración socioespacial como concepto, proceso, metodología y categoría, así como hacia dónde se dirige el debate en Ciencias, con el objetivo de comprender la espacialización del concepto y sus usos científicos.
Palabras-clave: Reestructuración socioespacial, revistas científicas, espacialidad.

Introdução

Pensar o espaço é permite refletir o bojo de transformações que se sucederam em diversos territórios e em diferentes contextos e temporalidades, que repercutem, por sua vez, em sucessivas reestruturações. Para isso, compreendemos a necessidade de depreender os conceitos, teorias e caminhos que conduzem esse movimento de quebras e rupturas, que personificam a reestruturação socioespacial como conceito chave para entender os meandros e intersticios geográficos.

Na conjuntura disso, é necessário pensarmos desde o núcleo, o cerne, o âmago, para, assim, podermos discuti-lo nas análises geográficas, na busca de entendê-lo de forma consolidada e totalizante, para uma interpretação e compreensão clara de tal processo.

Por isso, neste artigo, temos como objetivo discorrer sobre o debate da reestruturação socioespacial apontando uma carga teórica em associação a uma análise de proposições metodológicas que subsidiem alçar voos e evidenciar a importância desse debate para a Geografia.

Para isso, o artigo se organiza em 3 subtópicos, que sugerem o diálogo inerentes a observação holística e concatenada da Geografia, como âncoras de compreensão dos próximos debates, na intenção de preconizar uma leitura conectada e encadeada.

Assim, inicialmente, traremos a discussão da reestruturação socioespacial no sentido léxico, morfológico, semântico e funcional a partir da concepção de movimentos,

continuidades e rupturas, que irão se delinear no tempo e no espaço geográfico, repercutindo nas dinâmicas sociais.

Em um segundo momento, aproximaremos discussões análogas e conexas ao processo da reestruturação a partir de implicações nas temporalidades e periodizações que modificam os espaços imersos a um tempo condizente com as efemeridades da dinâmica socioespacial. Para isso, conceitos, processos, termos e abordagens serão debatidos com o propósito de solidificar a proposta.

Após esse diálogo, será apresentada uma discussão que conjuga nossas intenções no decorrer da escrita, a fim de compreender como está sendo feito o debate nessa Ciência e para além desta, no intuito de apontar os usos e interpretações que tal conceito predispõe. Por fim, teceremos as considerações finais de nossa observação.

Tais discussões visam compreender os interstícios que a reestruturação socioespacial demanda para as investigações geográficas, no sentido de solidificar e consolidar tal processo como categoria-chave para pensar a dinâmica espacial, a produção e a reprodução do espaço. Logo, fortificar tal debate e sugerir a reflexão sobre tais colocações é ponto inicial e sucessivo nos meandros do pesquisar, do observar, do compreender e do escrever.

A Geografia e o caráter epistemológico na compreensão continuidade/descontinuidade da reestruturação socioespacial

A reestruturação permite conceber uma diversidade de emparelhamentos mentais e conexões múltiplas no exercício do pensar. Iniciamos este tópico apoiados nessa reflexão a fim de

estabelecer a importância que a reestruturação traz consigo. Em um exercício metodológico de percepção de palavras-chaves (Figura 1) em trabalhos científicos (dissertações, teses, obras), quando o tema é reestruturação em um sentido genérico, é inestimável a quantidade de termos que se conjugam associados a tal processo, sugerindo, assim, a complexidade e a vasta abordagem. Vejamos:

Figura 1: Constelação de palavras que se associam à reestruturação



Fonte: Autores (2019).

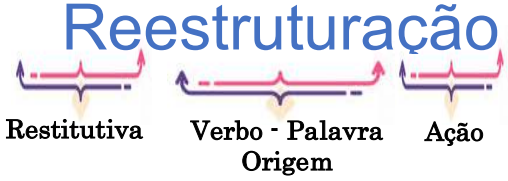
De acordo com a figura 1, é possível observar alguns termos que fazem alusão à reestruturação, nas pesquisas em artigos e obras científicas, sugerindo uma compreensão múltipla e heterogênea. Com isso, é fato a ideia da amplitude da reestruturação, em seu sentido amplo, já que, nos estudos existentes, há conceitos, processos e análises a ela associados, que nos inquietam e garantem sua elasticidade, atravessando diversos meandros do raciocínio.

A pluralidade de termos que se conjugam, diretamente, a reestruturação socioespacial permite compreender sua diversidade, bem como, muitas vezes, recorre a uma vagueza de interpretações. Nesse sentido, é importante, antes de discutirmos os processos formativos, as nuances espaciais, as noções interpretativas, as remodelações espaço-temporais, percebermos a noção estrutural que o termo reestruturação nos possibilita, desde campo léxico, gramatical e morfológico, para, enfim, refletirmos sobre suas cargas semânticas.

Gomes (2007; 2011) recorre ao dicionário como ponto de partida para tornar mais inteligível a compreensão da reestruturação. A partir disso, a autora nos informa que tal termo é definido como uma reformulação de novas bases estruturais na intenção de reorganizar, que gerará uma nova estruturação.

Antecedendo um pouco a uma definição do dicionário, se recorrermos a uma análise gramatical, a palavra reestruturação é decorrente de um processo de derivação prefixal e sufixal, o que significa dizer que, ao radical desse item lexical, foram aglutinados um prefixo e um sufixo. Assim, o item, além de possuir uma palavra de origem, possui duas intervenções gramaticais, que, obviamente, reconfiguram sua carga semântica. Vejamos a Figura 2:

Figura 2: Derivação linguística da palavra Reestruturação



Fonte: Autores (2019).

A partir da figura 2, temos a atribuição de três componentes gramaticais. O sufixo -ÇÃO[1], que atribui ao radical o ato de caracterizar uma formulação processual, sugerindo, assim, uma ação contínua que se repete e, por isso, um processo, ou seja, um caráter de continuidade e dinamicidade, que ocorre de forma gradual no tempo e no espaço.

O prefixo *RE-* possui o que Medeiros (2012, p. 585) chama de função restitutiva:

> Ação ou evento denotado pelo verbo prefixado restitui ao seu complemento um estado (este é, portanto, pressuposto). Tendo em mente tal fato, a pergunta que se coloca é se aquilo que a literatura chama de leitura repetitiva (na qual se pressupõe uma ocorrência anterior do evento denotado pelo verbo, realizado pelo mesmo agente) também é veiculada pelo prefixo.

O autor nos explica que, ao atribuirmos o prefixo RE-, não estamos erroneamente apontando um processo de repetição, em que, por exemplo, reestruturar não necessariamente significa estruturar novamente, mas sim denota um novo evento ou ação sobre o item lexical, o que, em nosso caso, significa dar uma nova ação àquela forma, sem abandono da anterior.

Isso se coaduna literalmente com a ideia da reestruturação, uma vez que não significa, simplesmente, uma substituição de estruturas, mas uma outra lógica de remodelação do espaço, em que os objetos funcionam assumindo novas funções, rearranjando e se

[1] Sposito (2004) aborda isso ao referir que termos que terminam com esse sufixo tem caráter processual, dinâmico e de ação.

reorganizando estruturalmente, mas que não provoca sumariamente o desaparecimento da estruturação anterior.

Gomes (2011, p. 53) nos coloca justamente essa atribuição, ao afirmar que "seria um engano pensar em reestruturação como outra estrutura que se sobrepõe à anterior". Lencioni (1998) aborda que é necessário afastar a compreensão da reestruturação como meras superposições de objetos e fenômenos, porque senão a compreensão estaria como uma "[...] estrutura estável e fixa [...], até o momento da ruptura; momento em que uma nova estrutura se sobrepõe a ela e a substitui".

A autora nega tal pensamento e, na contramão dessa ideia, infere que a reestruturação é dialética e dinâmica, um fenômeno que assinala novos meandros e processos que conjugam rearranjos espaciais, uma vez que nada é fixo e absoluto em uma relação de quebra/ruptura, construção e reconstituição (SOJA, 1993).

Isso conjuga, pois, a ideia de que se deve pensar *o reestruturar* enquanto movimento (LENCIONI, 1998, p. 7), visto que "as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento".

Se a carga de movimento e, por isso, as modificações são características essenciais na reestruturação, as periodizações se confirma nesse atributo e sugerem a necessidade de, a cada realidade observada, recorrermos à formação socioespacial como categoria central para entender tais modificações e intencionalidades por detrás dessas mudanças.

Nota-se, com isso, os conceitos e os processos de modo uno para responder a uma componente espacial. Ora, se pensarmos na

passagem de modos de produção, podemos perceber essas modificações rearranjadas e não a superposição na retirada de um fenômeno anterior colocando outro à sua frente, mas sim sua interrelação, que atende os ditames daquele determinado período e preenche sua totalidade para assumir uma nova feição espaço-temporal. Viana (2019, p. 158) nos traz essa reflexão ao discorrer que,

> Ao considerarmos a perspectiva do movimento e da totalidade, sob a perspectiva da interpretação da reestruturação [...], assumimos a possibilidade de periodização dos seus diferentes momentos a partir da definição de fases onde podem ser reunidas as características e conhecida a dinâmica específica dos elementos que variam e mudam a composição do espaço ao longo do tempo. A definição de fases é também um meio de reconstituição do espaço em busca de compreendê-lo em sua totalidade, da gênese à evolução, refletindo já sobre suas tendências, que se encontram e se superam por processos que se materializam através das formas e das funções, por meio de estruturas.

A partir disso, ocorre uma discussão mais genérica para definir uma abordagem espacial, tão cara a nós geógrafos. Logo, é importante ressaltar que não estamos apontando a discussão da reestruturação no caráter comportamental, afetivo, da vida, dos elos, mas uma reestruturação que organiza os sujeitos como sociedade e os circunscreve no espaço - a reestruturação socioespacial.

Atribuímos, então, neste momento, o adjetivo *socioespacial* conjugado à *reestruturação.* Quando discorremos anteriormente sobre a formação da palavra reestruturação, automaticamente, deixamos o item aberto a quaisquer compreensões, no entanto, ao

apontarmos um caráter socioespacial, pontuamos a dimensão pela qual nos interessamos e que sugere uma determinada abordagem. Nesse sentido, é necessário caminharmos novamente no que fizemos nas páginas anteriores ao explicarmos a morfologia e, consequentemente, a atribuição semântico-discursiva dos fenômenos.

O termo *socioespacial* é tido como palavra composta por composição do tipo justaposição, sem perda gráfica ou fonética, em que conjugam os radicais *socio* e *espacial*. Nos dicionários, a definição do adjetivo *socioespacial* é bastante ampla. Em uma base geral, o termo diz respeito aos grupos sociais e ao espaço que eles ocupam na sociedade. A partir dessa colocação, a sociedade se fixa como pilar principal que faz uso de uma base concreta que se delineia espacialmente.

Essa ideia lembra o que Souza (2008) aponta ao tecer uma crítica sobre a grafia de tal termo – se socioespacial ou sócio-espacial -, e sugere para nós uma indagação ainda bastante refletida nos âmbitos geográficos. Para muitos, isso pode parecer algo banal e sem necessidade de grande exaustão reflexiva, entretanto, em nosso ideário de discussão, isso bastante auxilia a linha de raciocínio que seguimos neste texto.

Souza (2008) faz uma análise de como a grafia do termo foi sendo modificada em diferentes acordos, formulários e normas ortográficas. O autor nos informa que, no Formulário Ortográfico de 1943, posteriormente retificado pela Lei n.º 5.765, de 18 de dezembro de 1971, o termo sócio-espacial, em lógica condizente com termos da lei (em uma formação adjetiva), é empregado com hífen.

> Os vocábulos formados pelos prefixos que representam formas adjetivas, como anglo, greco, histórico, ínfero, latino, lusitano, luso, póstero, súpero etc.: anglo-brasileiro, greco-romano, histórico-geográfico, ínfero-anterior, latino-americano, lusitano-castelhano, luso-brasileiro, póstero-palatal, súpero-posterior etc. (BRASIL, 1971).

Como *sócio* também é uma forma adjetiva, o autor afirma que, pela mesma lógica, a palavra sócio-espacial deve ser escrita com hífen. No entanto, em 1990 difunde-se um novo acordo, que recorre à supressão do hífen em vocábulos compostos formados por adjetivos. Em 2013, o Senado Federal publica atualização do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: atos internacionais e normas correlatas*, com notificações de tal supressão indicando que o radical *sócio* sofreu alteração no acompanhamento da hifenização, exceto se vier acompanhado pela letra *H*, como em *sócio-histórico*.

> Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática está em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: antiaéreo, coeducação, extraescolar; aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual (BRASIL, 2014, p. 26).

É possível vermos, com essa explicação, a validade da alteração da escrita gráfica de sócio-espacial para socioespacial, o que, em termos linguísticos, assinala a impossibilidade da escrita da palavra com hífen, o que a tornaria ortograficamente errada.

Entretanto, o que Souza (2008) explicita não é somente uma discordância com a grafia que o autor considera arbitrária, mas a não interpretação do que o termo quer dizer, visto que não

analisa o contexto em que é utilizada a palavra. Assim, o autor questiona as generalizações que a grafia de uma palavra pode sugerir. O autor afirma que

> A *rationale* dessa tendência parece ser um desejo legítimo de simplificação, e um ou outro gramático chegou mesmo a postular explicitamente que ao adjetivo "*socio*" (sem acento, para diferenciá-lo do substantivo "sócio") jamais se seguiria um hífen – razão pela qual termos como socioeconômico e sociopolítico só poderiam ser grafados assim, sem o traço-de-união. **Esta é, contudo, uma interpretação, e uma interpretação abusiva e arbitrária, pois presume-se que "socio" jamais possui individualidade morfológica e semântica** (SOUZA, 2008, p. 159, grifos nossos).

Para o autor, é necessário escolher o termo a ser escrito a partir do uso e da finalidade do que pretende denotar e explicitar. Quando Souza (2008) remete ao termo sócio-espacial (grafado com hífen) presume, em suma, um termo técnico, utilizado sob âmbitos específicos em algumas Ciências (como na Geografia, no Planejamento Urbano e na Arquitetura).

Nesse sentido, nesse campo específico de investigação, a grafia com hífen não deve ser entendida como errada, pois apenas tais Ciências podem considerá-la como tal. Assim, "diante da pergunta o que é correto, sócio-espacial ou socioespacial? a resposta deve ser: ambos são corretos. O uso de uma palavra ou de outra dependerá do contexto e dos propósitos" (SOUZA, 2008, p. 161). No sentido de sintetizar tal problemática, Souza (2008) nomeia duas possibilidades que acredita ser campo de inadequações e confusões

> 1) Fazer referência somente ao espaço social, que é um produto (enquanto substrato espacial

> material, território, "lugar" etc.) das relações sociais (trabalho/economia, poder/política, simbolismo/cultura) e, ao mesmo tempo, parte integrante da totalidade social concreta ou sociedade concreta (a qual compreende as relações sociais e o espaço); 2) Fazer referência simultaneamente às relações sociais e ao espaço (social), como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes. Ambas as dimensões (relações sociais e espaço) não se confundem ontologicamente, e por isso tampouco se sobrepõem conceitualmente, porque, embora seja um produto das relações sociais, o espaço social pode sobreviver às relações sociais que o geraram, ao menos como substrato material. [...] Afinal, as relações sociais produzem o espaço e nele "se inscrevem", "falam por meio dele" (também), "se exercem por seu intermédio" (também), mas não são, obviamente, "parte do espaço" ou um "subconjunto" do espaço, ainda que sejam influenciadas e até mesmo condicionadas pela espacialidade; de sua parte, tampouco o espaço é um "subconjunto" das relações sociais (SOUZA, 2008, p. 160).

Notamos, a partir do questionamento acima, uma explicação que vai além de uma abordagem linguística, que auxilia na "escolha" do termo socioespacial ou sócio-espacial – a abordagem teórica em associação à sua forma gráfica, ou seja, em termos geográficos - a função e a forma imersa em estruturas e processos.

Esse questionamento é referido por Catalão (2011, p. 175), autor que concorda com Souza (2008), mas critica a necessidade da abertura do debate em termos semânticos e explicativos em uma abordagem teórica ampla, visto que deve se pautar "mais na diferenciação entre determinados conceitos – que se ligam, por sua

vez, a teorias, correntes, paradigmas etc. – do que na grafia dos termos, que respeita outras lógicas".

Concordamos com esses autores e consideramos a importância dessa análise quando recaem sobre outras abordagens, como no caso da investigação da reestruturação, ao entender que as palavras possuem "força" tanto na sua forma gráfica quanto no significado. Nessa perspectiva, quando Souza (2009, p. 24) afirma que "existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante", abrange o leque de caminhos a que tal abordagem pode levar, mas, ao mesmo tempo, necessita de uma explicação contextualizada da escolha.

Quando o autor citado aponta as duas possibilidades de "inadequações e confusões", remete a uma explicação conceitual pouca abordada por ele, mas bastante sugestiva. Ao diferenciar conceitualmente as grafias, Souza (2009, p. 25) diz que

> Socioespacial, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, "sócio-espacial", com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade).

A partir da citação supracitada, o autor parece explicitar uma escolha em nível teórico do que para ele abrange a totalidade de uma interpretação do espaço e da sociedade, ao inferir que socioespacial refere-se apenas à instância social, demarcada sob uma periodização específica, como visto nos exemplos do autor.

Entretanto, não discordando do Souza (2008; 2009), mas apontando uma reflexão sobre o que diz o autor, questionamo-nos se espaço e sociedade podem ser interpretados de forma desconexa, o que sugere o espaço como viabilizador e viabilizado pelas relações sociais, revelando as reproduções dos indivíduos e, consequentemente, a reprodução do espaço. Nessa ideia, não há como pensarmos de forma separada, sob atributos geográficos, espaço e sociedade.

Bourdieu (1996) afirma que sociedade é espaço e espaço é sociedade, não existindo dicotomia, porque sem estes não haveria espaço geográfico. Sendo assim, "afirmar que socioespacial se refere somente ao espaço social e que sócio-espacial diz respeito ao espaço e às relações sociais, simultaneamente pode colocar uma divisão na relação espaço-sociedade que a Geografia tem tentado, pelo menos nas últimas três décadas, superar" (CATALÃO, 2011, p. 176).

A partir disso, o espaço é, nas palavras de Souza (2011, p. 176), "forçosamente social" e necessita de tal conotação para a interpretação das ações e reproduções que se remetem no espaço, permitindo as reestruturações de rupturas e de continuidades que vemos ao analisar diferentes formações socioespaciais e diferentes modos de produção.

Não estamos retirando a atribuição física, material e concreta do espaço, na verdade, estamos dando a importância do elo societário que perfaz o espaço geográfico e em que se delineiam o espaço e a sociedade em uma condição una. Soja (1980) aborda sobre isso afirmando que

> O próprio espaço pode ser dado primordialmente, mas a organização, o uso e o significado do espaço

> são produtos da tradução, transformação e experiência sociais. O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes à vida na Terra, da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social de tempo e temporalidade (SOJA, 1980[2], p. 209, tradução nossa).

A partir dessa assertiva, acreditamos que o espaço social já se remete à instância da totalidade com que Souza (2007; 2008; 2009; 2013) exaustivamente se preocupa, na tentativa de fortalecer nossas cargas à para Ciência Geográfica, contendo o termo socioespacial a atribuição semântico-discursiva da grafia sócio-espacial. Assim, saímos das espreitas e das armadilhas ortográficas da língua e cooptamos tanto o léxico gráfico quanto a consolidação conceitual. Catalão (2011, p. 176) afirma que

> A diferenciação proposta até poderia ter feito algum sentido nos anos 1970/1980, quando se começou a falar com mais força a respeito da dialética espaço-sociedade, momento em que o significado de espaço ainda não remetia imediatamente à sua produção social. Esse não é o caso atualmente – ainda que sejamos eventualmente obrigados a reiterar a dialética socioespacial –, quando seu uso pode obscurecer o significado do espaço (social, geográfico). Se, portanto, *socioespacial* refere-se ao *espaço social*, a que se referiria *espacial*?

A pergunta que consta na última frase desta citação perfaz o âmbito de nossa discussão. É válido apontar a imersão dessas atribuições na abstração inconsistente em que muitos termos utilizados pelos geógrafos tendem a ser calcados. O que queremos

[2] Essa citação se encontra originalmente em inglês (SOJA, 1980, p. 209).

dizer com isso é que não damos a Geografia, muitas vezes, o caráter máster de atribuição dos fenômenos e tomamos de empréstimo de outras Ciências o que nos é tão caro - a espacialidade em seu sentido geral.

Essa intenção não atribui um devaneio, mas fomenta o *status* que a Geografia tem de somar e validar a constante espacial nas interpretações sociais. Santos (2008, p. 18), sobre isso, afirma que apoiar a Geografia Nova não é supor uma invenção do novo, visto que "o novo não se inventa, descobre-se".

Nesse sentido, concordamos que há necessidade do termo socioespacial em seu sentido de palavra-ação ideal nas abordagens geográficas, garantindo a notificação do espaço, da sociedade, das relações, dos elos, das acumulações e das transformações que recorrentemente estudamos quando pensamos em Geografia.

Assim, passeando pela grafia brilhantemente explicada por Souza (2008; 2009) e apreendida por Catalão (2011), entendemos que pensar o espaço sugere pensar também a história, os períodos, as temporalidades, as fases, os indivíduos, as relações que se delineiam e que temos como ponto de partida para conceber as teorias que preconizam as estruturações e as consequente reestruturações.

Ao passo disso, aplicarmos o termo socioespacial permite navegarmos por essa intenção de entender o movimento e afirmar um termo eminente geográfico nas investigações científicas. Isso não significa ser pretensioso, visto que esse processo já vem sendo debatido em diversos campos, mas fortalece sua base, para, assim, a Geografia reconhecê-la como categoria central de análise.

Sendo assim, consideramos a reestruturação socioespacial como ente "guarda-chuva" ao se pensar os movimentos espaciais, no que se refere à análise das periodizações dos modos de produção, à mudança da linha de produção da industrialização, às modificações urbanas, às intervenções no campo, entre outras abordagens, colocando a reestruturação como constante socioespacial nas investigações geográficas.

Para Gottdiener (1993, p. 230), a reestruturação é um "fenômeno socioespacial" que resulta no movimento e no resultado das mudanças, quer sejam sociais quer seja, espaciais. Gomes (2011, p. 54) assinala que a reestruturação do capitalismo é, em essência, um "fenômeno socioespacial, pois é fruto do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração, na medida em que os fenômenos deixam de ser sociais e/ou espaciais e passam a ser socioespaciais [...] são ao mesmo tempo produtos e produtores".

Sendo socioespacial, admite mudanças contínuas e descontínuas nos sujeitos e nos espaços em que se relacionam, confluindo em um processo dinâmico e necessário às adaptações, para a manutenção de cada temporalidade. Soja (1993, p. 194) nos possibilita entender essa ideia ao dizer que

> A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas

> ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança.

Nesse movimento de fluxos e transições, as continuidades se tornam descontínuas e formulam continuidades entrelaçadas às anteriores, não apontando uma supressão de períodos e objetos, mas sobreposições com características entre o novo e o velho, mas, na verdade, utilizando novamente os prefixos, se (re)descobrindo, (re)constituindo, (re)modelando e (re)configurando. Assim, reestruturação

> Não quer dizer que uma estrutura se sobrepõe à outra e a primeira deixa de existir. Ela possui **resíduos**, **passando a coexistir elementos pertencentes a primeira e a segunda, formando um amálgama.** [...] Ainda, pode-se afirmar que a reestruturação só ocorre quando as estruturas socioespaciais necessárias à acumulação tornam gargalos para alavancar o crescimento e, consequentemente, a produção e a reprodução do capital (GOMES, 2011, p. 55, grifos nossos).

Nesse movimento, o espaço e o tempo são as categorias centrais que nos permitem perceber a materialização das continuidades e das descontinuidades socioespaciais, sendo o tempo não apenas comprimido, mas processado (CASTELLS, 2000), e o espaço, a materialização da processualidade causal que demarca ritmos, flutuações e periodizações.

Compreender esse movimento suscita a ativação de choques nas histórias, reativando descontinuidades e ocasionando rupturas em uma sequência alinear que não varre antigas estruturas, formas, processos e funções, mas remodelam temporalidades às ações presentes intencionadas.

Viana (2019, p. 159) nos abaliza dizendo que "as continuidades testemunham o movimento dos processos socioespaciais, estando estas também inseridas no processo de produção do espaço e aproximam-nos cada vez mais da compreensão da totalidade espacial", que permite, por sua vez, denotar "[...] uma herança histórica nas contradições do processo de produção do espaço".

Isso incita conceber a reestruturação como ponte metodológica de apreensão às avessas dos discursos evolucionistas, bem como possibilita a interpretação das intencionalidades das transformações a que o espaço, os indivíduos e os fenômenos se adaptam e em que enxertar um poderio de acumulação e concentração capitalista.

A reestruturação socioespacial, então, aponta um processo, tanto pela manutenção do sufixo -ÇÃO, como pela continuidade de remodelamentos e transformações que se modificam e alteram as dinâmicas socioespaciais em um sentido amplo. Isso preconiza entendermos o que Soja (1993) abordava sobre a reestruturação como "freada", ou seja, a tendência à ruptura. Nos dicionários, *ruptura* significa a interrupção de um fenômeno, de um ente ou de uma continuidade. Essa ideia possibilita entender justamente a necessidade de uma nova fase ou período que fomenta uma reestruturação a partir da

> [...] quebra ou a interrupção do contínuo permite-nos uma análise das contradições dos processos socioespaciais inerentes à produção do espaço. O ponto das rupturas sugere o início de uma nova fase, nova não no sentido da heterogeneização da forma, da função e do conteúdo que a estrutura conserva, mas nova no sentido da superação e

> também da durabilidade das dinâmicas de homogeneização da estrutura (VIANA, 2019, p. 160).

A reestruturação é, então, o fenômeno resultante das continuidades e das sequencialidades de rupturas, tendo nas contradições o reflexo pujante da manutenção das formas e das estruturas, bem como a possibilidade de crises emergenciais que solicitam a manutenção ou o soerguimento de determinados períodos.

Nesse âmago, devemos olhar não só para as mudanças espaciais, mas buscar uma investigação a partir do tempo, a fim de desvendar o cerne que preconiza tais passagens de períodos que se enfatizam e repercutem nos indivíduos, denotando o atributo socioespacial de investigação.

Assim, nessa passagem e movimento que fazem compreender a reestruturação, não devemos caminhar sobre o estatismo e nem tão pouco generalizar e afastar a semente geográfica de uma análise espacial. Reestruturar é perceber o movimento dos tempos, dos períodos e das fases, é olhar para as formações sociais, econômicas, políticas e espaciais, visto que "nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fix[as], nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais" (SANTOS, 1979, p. 25). A partir disso, olhar para a reorganização, para os movimentos de rupturas que marcam os territórios e englobam os sujeitos é denotar a reestruturação socioespacial (LIMA, 2006; 2008).

A reestruturação é, nas ideias de Moreira (2001), a passagem de um modelo espaço-tempo indo além da concepção do novo, mas a correspondência da transformação percebida através de

interesses estruturais e supraestruturais. Assim, há a necessidade de discutir o espaço e entendê-lo como totalidade, fragmentando-o e reconstituindo-o cíclica e espiralmente, com o fito de compreender que, à medida que as estruturas globais perfazem uma modificação, o espaço se delineia através de adequações que o transformam e permitem outras transformações.

Assim, o conceito de reestruturação socioespacial dá conta dos imbricados "processos de mudança amalgamados na sociedade que se (re) produz e se materializa no território. Corresponderia, pois, aos momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade" (SANTOS; LIMA, 2012, p. 63).

Assim, a concepção da reestruturação como análise espacial - a partir da abordagem socioespacial - possibilita um caminho para a Geografia discorrer sobre os movimentos e as mudanças das esferas da vida nos âmbitos políticos, culturais, sociais, econômicos, corroborando a proposição de análises eminentemente espaciais no fortalecimento de seus discursos e de seus usos. Nesse contexto, a reestruturação socioespacial pode apontar o que chamamos de caráter quadrimensional (Figura 3):

Figura 3: Caráter quadrimensional da reestruturação socioespacial



Fonte: Autores (2020)

A partir da explanação contida na figura 3, concluímos que a reestruturação socioespacial dá conta de quatro esferas de abordagem teórica. Aborda, pois, uma definição *conceitual*, amplamente discutida por Lima (1999; 2006; 2008); uma abordagem *processual,* que impulsiona a cadeia do movimento e sugere flutuações de continuidades e descontinuidades/rupturas; uma abordagem *categórica*, a partir da centralidade e da consolidação propositiva na interpretação da união das categorias tempo-espaço/espaço-tempo; e uma abordagem *metodológica,* que possibilita a investigação de ilhas temáticas e espacializações que se transcrevem através da periodizações e da temporalidades que se refletem no espaço geográfico.

Tendo em vista isso, fica a indagação de que predicativo utilizar para definir a reestruturação: processo, conceito, categoria ou metodologia. Tal dúvida tem resposta similar à de Souza (2007) quando o questionam qual grafia usar para socioespacial. Nesse sentido, responderíamos que tal escolha teórica é refletida a partir do contexto a ser observado pelo (a) pesquisador (a), sugerindo a fuga de generalizações, obscurantismos e más interpretações, por outro lado, impulsionando, sobretudo, a efervescência que o debate encerra.

Nessa medida, proporcionamos um caráter epistemológico a tal processo de suma relevância nas abordagens geográficas. Reestruturar é, como afirmamos no início deste tópico, uma imensidão de interpretações. Observar o caráter socioespacial é materializar a amplitude de multidimensões.

Santos (1979), parafraseando Aristóteles (1931, p. 78), lembra que "O que não está em nenhum lugar não existe". O filósofo nos diz a pertinência que o espaço tem para compreender a vida, o mundo, as relações. Aristóteles (1931) nos convida a pensar que o espaço deve ser início, meio e contínuo caminho para olharmos e percebemos tudo que existe e insere aí, de forma indeterminada, a quem nele produz e se reproduz, ou seja, a sociedade. Harvey (2012) tem a mesma percepção e soma o tempo nessa busca de se entender a existência.

Santos (2008), ao criticar a Geografia acerca da vagueza de métodos e metodologias, impera a emergência de procurar cargas teóricas próprias que consigam analisar o espaço geográfico. Como o espaço é reunião de movimentos pretéritos, presentes e proposições futuras, cabe entendermos que a reestruturação socioespacial possibilita a interpretação e a compreensão dessa teia fervorosa de investigações múltiplas. Acreditamos, assim, que, ao investigar uma determinada espacialidade, devemos caminhar na perspectiva miltoniana de desvendar as formações socioespaciais no construto histórico-geográfico e, além disso, buscar as continuidades e descontinuidades em um movimento de quebra/ruptura que denota as dinâmicas espaciais.

Para isso, objetivamos apontar que a) a reestruturação socioespacial se comporta como ente de transformações intencionadas estruturalmente de tempos em tempos, a partir de uma base material-espacial determinada, que modifica as formações socioespaciais; b) a ação de movimento gradual repercute em uma base de processo e de (des)caminhos, a fim de uma readequação aos ditames impostos por uma ordem globalizante; c) a

dimensão categórica perpassa diversas esferas e âmbito, delimitando os níveis da vida; d) o caminho e a possibilidade permitem conceber a instrumentalização das periodizações que demarcam as transformações socioespaciais, através de uma possibilidade metodológica.

Nesse percurso, tentamos possibilitar não respostas, mas reflexões acerca da reestruturação socioespacial como conceito, processo e categoria até o presente momento, para que possamos pensar sobre o quarto caminho, que possibilita a materialização da reestruturação como possibilidade metodológica.

Os interstícios geográficos do processo de reestruturação socioespacial

É possível, a partir das considerações traçadas até o presente momento, concluir a importância que a reestruturação socioespacial carrega consigo. Ora, através da sua visão quadrimensional, pode-se conseguir sua interpretação, sobre o nível de abordagem e os usos que tal termo conjuga. Se pensarmos como conceito, as definições alcançam o nível categórico das teorias associativas que evocam a reestruturação socioespacial.

Para isso, apontamos conceitos que nos possibilitam a interpretação dessa categoria geográfica (se é que já podemos chamá-la assim), compondo a díade indissociável espaço-tempo e pensando a composição de novas interpretações que salvaguardam a compreensão das periodizações e dos eventos que produzem e reproduzem o espaço.

Entretanto, é fato também apontar que, mesmo a amplitude de importância que esse conceito-processo-metodologia-

categoria apreende, ocorre, nas literaturas, uma vagueza de debate que é imprescindível, sobretudo, para a Geografia.

Há quem considere que há um amplo debate da reestruturação na Ciência Geográfica. De fato, há um debate vasto, mas, quando o termo se associa ao predicativo socioespacial, a discussão ainda é vaga. A reestruturação socioespacial é uma abordagem, sobretudo, eminentemente geográfica e necessária para a Geografia fazer uso.

Nesse sentido, depois de termos construído possibilidades de pensamentos, é necessário vermos como estão sendo referidas as abordagens e os usos, ou seja, as dimensões da reestruturação socioespacial na Geografia e fora dela.

Nesse âmago, caminhamos no intuito de entender as dimensões da reestruturação socioespacial percebendo-a como campo que necessita do contínuo debate, a fim de sugerir interpretações ao atributo geográfico. Para isso, observaremos como e onde estão os seus usos, os Institutos de Ensino Superior (IES) e onde mais se escreve sobre o fenômeno. Por fim, na tentativa de possibilitar proposições teórico-práticas, proporemos a discussão de tal processo como possibilidade metodológica a partir do critério da periodização.

Reestruturação socioespacial: para onde está caminhando o debate?

O que caminha para o fim também alimenta novas possibilidades e compreensões, sugerindo diversas facetas para se pensar a vida, em diferentes contextos e depreensões. A reestruturação socioespacial é um processo que se apresenta como

caricatura disso, uma vez que podemos concluir que a reestruturação socioespacial é o manuscrito de temporalidades que detém ao espaço transformações inerentes aos períodos e fornece a sociedade seu delineamento de mudanças sobre todas as esferas da vida.

Assim, entende-se que formação socioespacial "oferece o arcabouço da sucessão dos modos de produção e dos ingredientes antropológicos. [...] Aclara-se, desse modo, o sentido de reestruturação socioespacial como renovação, com inserção de novos componentes" (LIMA, 2008, p. *s.n.*) que permitem diferentes usos.

Com essa reflexão, discorremos sobre a importância da reestruturação socioespacial. Nossos esforços se deram em um campo teórico, de primeiro momento, uma vez que temos um debate já aprimorado sobre esse conceito, mas que, se investigarmos em totalidade, necessita do mérito de transpor barreiras e consolidar para a Geografia o que dela se tem de fundamental – o espaço.

Assim, na tentativa de compreender a reestruturação socioespacial e seu panorama no cenário brasileiro, realizamos um levantamento temporal da reestruturação socioespacial, com o propósito de observar um nível metodológico de abordar o contexto em que tal processo está sendo discutido, bem como as Ciências e espacialidades dos debates na Geografia Brasileira.

Esse levantamento resultou na observação a partir das revistas de conceitos A1 a B5 à procura da discussão acerca de tal temática. Assim, seguindo tal metodologia, foi realizado levantamento temático em 1554 revistas, em que foram encontrados 640 artigos sobre a reestruturação no sentido geral, a considerar todas as tipologias, como reestruturação produtiva,

estatal, econômica, territorial, dentre outras, (Tabela 1) e no que concerne à reestruturação socioespacial.

Tabela 1: Tipologias e Adjetivações da Reestruturação

Ranking	Variável	Quantidade de publicações	%
1º	Reestruturação Produtiva	298	46.56
2º	Reestruturação Urbana e das Cidades	109	17.03
3º	Reestruturação Econômica	72	11.25
4º	Reestruturação Socioespacial	47	7.34
5º	Reestruturação Espacial	37	5.78
6º	Reestruturação Industrial	28	4.37
7º	Reestruturação Territorial	27	4.21
8º	Reestruturação Estatal	10	1.56
9º	Reestruturação do Trabalho	6	0.93
10º	Reestruturação Imobiliária	6	0.93
-	**Total**	**640**	**100**

Fonte: Plataforma Sucupira (2019). Autores (2020).

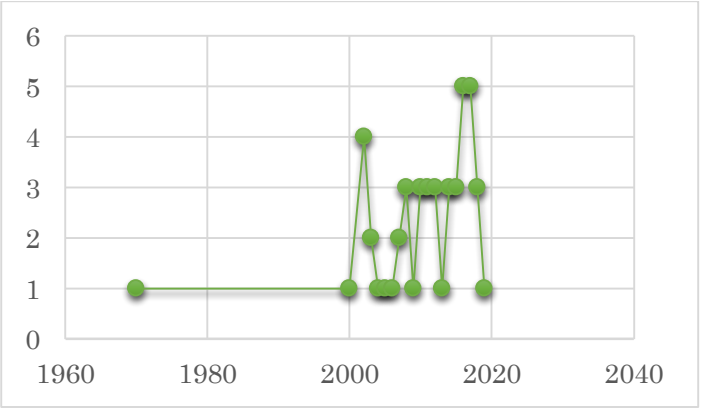
No total de artigos levantados, na escala temporal observada, encontramos dez variáveis que percorreram nossas buscas sobre a totalidade amostral. Percebemos, na ordem vista sobre forma de ranking, um maior debate da reestruturação sobre a análise produtiva (tanto na Geografia, como fora dela) e uma discrepância de publicações se compararmos com os demais eixos.

Ainda de acordo com a tabela 1, é possível inferir que a reestruturação socioespacial não é numericamente o campo de

discussão mais vasto, quando a temática é a reestruturação. Atingindo apenas 7% da totalidade encontrada, em cerca de dez tipologias, essa variável atingiu o quantitativo de 47 artigos publicados em diversas revistas de diferentes Qualis.

A escala temporal investigada se deu de 1970 a 2019, representando a faixa de 49 anos de observação. Foram perceptíveis diferentes fases (Figura 4) de soerguimentos e rebaixamentos nessa investigação, mas com possibilidades contínuas de debate sobre essa temática, que abrange não apenas a Ciência Geográfica, mas também diversos campos.

Figura 4: Gráfico da escala temporal da reestruturação socioespacial



Fonte: Autores (2020).

É possível perceber, nesse gráfico, que a concentração de publicações se deu nos anos 2000, com a primeira alta em 2002, que equivaleu a 8%, e, posteriormente, um maior número de publicações nos anos de 2016 e 2017, equivalendo ao total de 21,2%. Nos anos

seguintes, o percentual diminuiu um pouco, mas nada demasiadamente expressivo.

Além do elemento quantitativo (47 artigos) e da visualização do balanço da escala temporal, é interessante percebermos o contexto qualitativo das publicações. Nesse sentido, pesquisando os cinco Qualis (A1 até B5), podemos visualizar qual o interesse de cada revista acerca da temática (Tabela 2).

Tabela 2: Quantitativo de artigos acerca da reestruturação socioespacial e respectivos Qualis

Qualis	Quantidade	%
A1	2	4,25
A2	14	29,7
B1	11	23,4
B2	7	14,8
B3	9	19,1
B4	2	4,25
B5	2	4,25
Total	47	100

Fonte: Autores (2020).

Diante da exposição da tabela 2, é possível perceber que o percentual maior de publicações está no Qualis A2 e B1. Isso permite concluir um bom nível de debates presentes nos artigos, uma vez que os textos observados constam em revistas acadêmicas de conceitos consideráveis, o que reflete que tal processo abarca discussões vastas e densas.

Na pesquisa levantada, foi possível perceber que o debate, em maioria, se deu sob quatro Ciências, que discorriam muitas

vezes, intitulando tal debate de reestruturação socioespacial, reestruturação espacial, social e espacial. Vejamos a distribuição quantitativa, na tabela 3:

Tabela 3: As Ciências e o debate da reestruturação socioespacial

Ciências	Quantidade	%
Ciências Sociais	1	2,1
Educação	1	2,1
Geografia	44	93,6
Serviço Social	1	2,1
Total	47	100

Fonte: Autores (2020).

Diante desse contexto, vemos a expressividade desse debate na Ciência Geográfica, com o valor percentual de 93,6%, equivalendo quase ao valor total. Tal expressividade marcada pela Geografia sugere a concepção em voga em uma discussão abrangente, uma vez que compreende o espaço e a sociedade, somando elementos associados à economia, à política, à cultura, entre outras.

Entretanto, a partir do exposto, foi possível perceber que apenas quatro áreas do conhecimento debateram sobre o assunto, no total de 14 encontradas no contexto geral da reestruturação. Não podemos responder o motivo desse resultado, mas precisamos examinar essa constatação, a fim de propor, para tais campos, a discussão sobre essa possibilidade de se discorrer sobre a temática.

Além de considerar o contexto, é interessante entender também os caminhos científicos que a reestruturação socioespacial emite, é necessário, além disso, compreender as espacialidades que tal processo responde, uma vez que essa base é a compreensão *sine qua non* da Geografia, ou seja, entender como está sendo espacializado e debatido o processo de reestruturação socioespacial é depreender os caminhos e descaminhos dessa categoria. Nesse sentido, observemos o contexto (Tabela 4):

Tabela 4: Ranking de Estados com publicação sobre reestruturação socioespacial

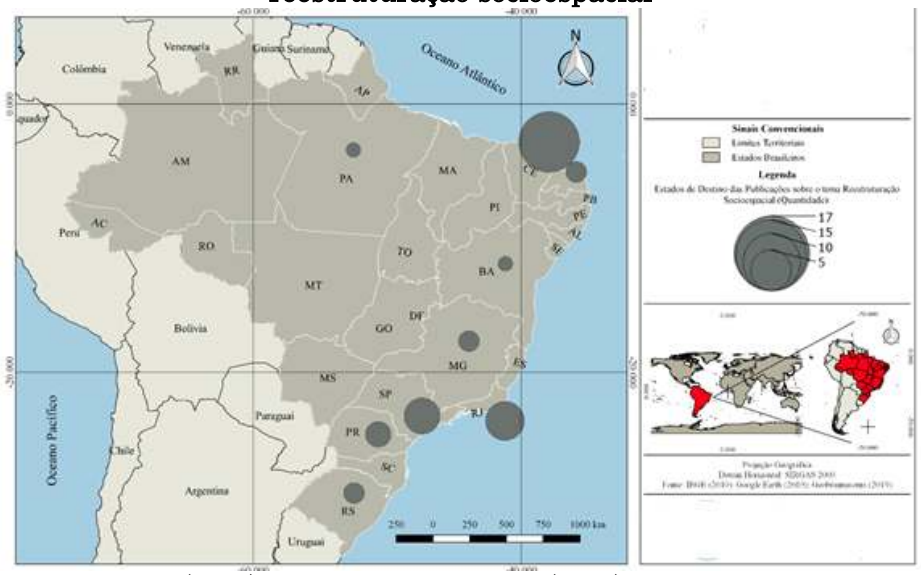
Ranking	Estado	Quantidade	%
1ª	Ceará	17	36,1
2ª	São Paulo	10	21,2
3ª	Rio de Janeiro	7	14,8
4ª	Paraná	3	6,3
5ª	Rio Grande do Norte	3	6,3
6ª	Minas Gerais	2	4,2
7ª	Rio Grande do Sul	2	4,2
8ª	Tocantins	1	2,1
9ª	Pará	1	2,1
10ª	Bahia	1	2,1
	Total	**47**	**100**

Fonte: Autores (2020).

O conjunto de dados expressos acima apontam a região Nordeste (21 artigos) e o estado do Ceará em primeiro lugar nas publicações sobre a temática, com um percentual expressivo de

38,2%, apresentando 17 artigos publicados em diferentes contextos, escalas e observações. Na tentativa de espacializar por concentrações, a fim de compreender melhor em uma base escalar, observemos o Mapa 1 apresentado a seguir.

Mapa 1: Estados de origem das publicações sobre o tema da reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

É possível ver o contexto macro que a reestruturação socioespacial delineia, sobretudo na Geografia Brasileira, uma vez que tal Ciência reúne um total de 93,6% de publicações, como informado na Tabela 5. Nesse sentido, observando o mapa 1, conseguimos ver a concentração espacializada que a reestruturação socioespacial conjuga. Nesse mapa de concentração disposto acima associam as quantidades de publicações por localidade, a fim de mostrar o impacto quantitativo diferencial por estado.

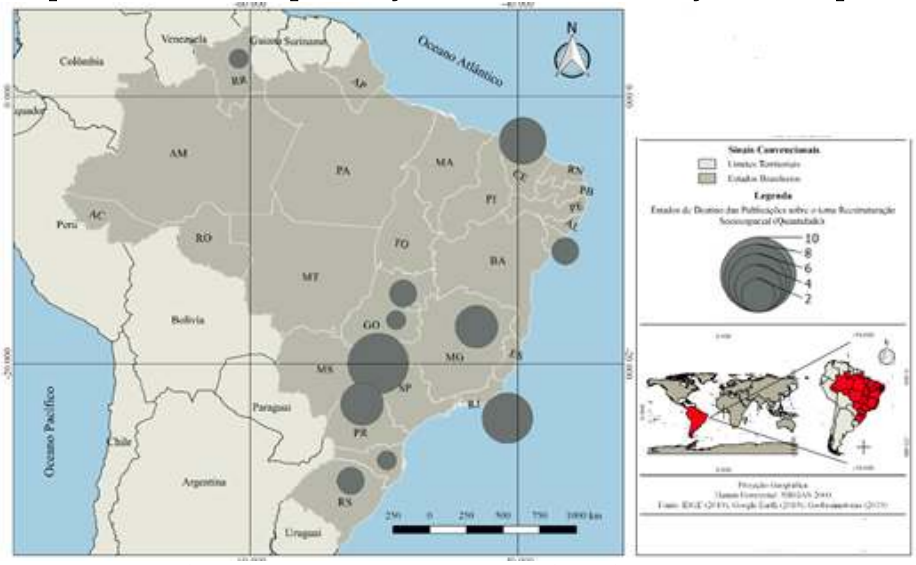
Ainda nesse mapa, temos os estados de origem das publicações, que assinalam de onde partem as discussões. Nele, podemos ver o maior aglomerado se dando no Ceará, tornando-se isolado numericamente se comparado a outros estados brasileiros. As publicações no contexto nacional se realizam em estados que traçam imaginariamente uma linha litorânea, caminhando do Ceará para o Rio Grande do Sul.

A espacialidade bem disseminada no Brasil exige que olhemos tal conceito com a relevância que ele sublinha, entretanto temos estados brasileiros onde tal debate não é encontrado e outros com numerações irrisórias no que se refere à abordagem de outras tipologias. Acreditamos na necessidade de mudança desse quadro, sugerindo perceber a constante socioespacial em uma compreensão que possibilita buscar a totalidade.

Se visualizamos na última tabela apresentada, a Geografia encontra suas bases, o que pode ser inferido em função do grande número de publicações. Acreditamos, pois, que eis o lugar que representa o interesse maior de discussão geográfica.

Santos (2008), as confusões e os reducionismos encontrados nas confluências do objeto e dos métodos geográficos, aponta um problema para a Geografia ao se autoafirmar. Talvez tenhamos, enquanto geógrafos, que arriscar o que de mais importante compete a Geografia, e acreditamos que as bases da reestruturação caminham para isso. Assim, é importante vermos as origens de onde saem o debate para sabermos os caminhos que as discussões estão traçando. Para observar isso, construímos o Mapa 2, apresentado a seguir.

Mapa 2: Destino das publicações sobre reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

O mapa 2 revela a origem dos artigos, ou seja, de onde eram os escritores e escritoras. Ao contrário disso, o Mapa 2 aborda para onde os artigos vão. Assim, podemos ver uma mudança de padrão se compararmos estes ao mapa anterior. O estado do Ceará continua em alta, ainda representando a concentração, mas a região e os estados do Sudeste e Sul, respectivamente, conseguem se expressar de forma mais condensada.

Tal mapa aponta que a reestruturação socioespacial vai continuamente se fazendo presente até em regiões e estados em que

ela, até então, não era considerada, possibilitando os saltos de escala. Essa magnitude permite que concebamos e continuemos a debater tal processo para sugerir sua contínua representação. Mesmo com um percentual pequeno se comparado à reestruturação em sentido geral, os mapas traduzem as discussões que se delineiam no espaço e possibilitam novas compreensões e usos.

Não podemos verificar um conceito sob uma perspectiva ensimesmada, ou apenas considerarmos os números como questão central nas abordagens, mas combinar os parâmetros para entender, de forma contextualizada e sem pré-conceitos, os temários que estão contidos na Ciência, mas também fora dela.

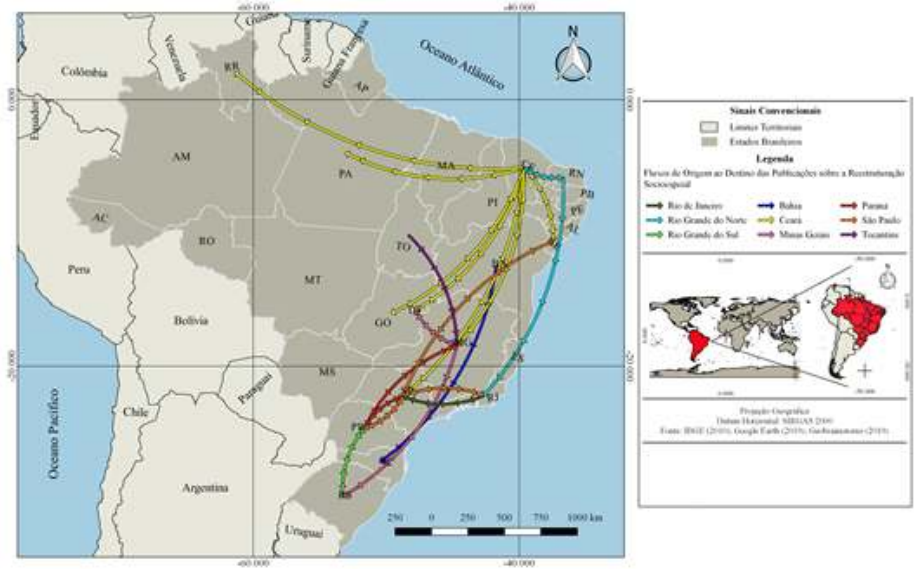
Quando Moreira (2002) afirma que a reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana características produtivas, espaciais, estatais, entre outras, o autor também admite um novo ente geográfico que demarca uma base político-territorial, além de uma observância econômico-social e a diversidade do princípio cultural que navega por entre as espacialidades.

Logo, não devemos apenas investigar a origem dos debates nem tampouco averiguar os destinos finais de tal abordagem. O que, na verdade, propomos é compor o entrelaçamento de usos e de práticas que a reestruturação socioespacial infere no campo geográfico, para, assim, entender a sua completude.

Nesse sentido, tentando traçar esse panorama para enxergar a comunicação e a transposição de barreiras geográficas, a fim de corroborar o entendimento dos caminhos, traremos agora uma exposição a partir do levantamento temático realizado em nossa metodologia, no sentido de denotar o percurso que tal

processo-categoria-conceito-metodologia realiza. Para isso, o Mapa 3, a seguir, sublinha o panorama espacial que reflete a base dos nossos escritos.

Mapa 3: Fluxo de publicações da reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

O Mapa 3 traz, em forma de fluxos, o panorama do deslocamento da publicação dos artigos referidos à temática discutida. Na ilustração, é possível visualizar nove percursos (mostrados pelas cores e pelas setas) que a RSE apresenta no território brasileiro, possibilitando a depreensão da espacialização tão precisa de tal processo.

Tal mapa conduz à união dos quatro mapas que iniciam este tópico, possibilitando uma interpretação vasta e única de um caminho tão diverso, que perpassa todas as regiões brasileiras e propõe um contínuo debate para permear outras veias dos estados circunvizinhos

Acreditamos, assim, que, ao pontuar a concentração e os fluxos, temos uma visualização quali-quantitativa, ou seja, uma abordagem que não se encerra sob um atributo, mas sob uma pluralidade.

Assim, a base de fluxo-concentração elucidada não revela apenas os parâmetros quantitativos, mas apresenta a espacialização e o movimento que tal conceito realiza. Podemos ver, com isso, que a discussão atravessa o Brasil, mostrando diferentes contextos, observações, análises, perspectivas e escalas. Dividindo em eixos, o Quadro 1, a seguir, apresenta tais contextos.

Quadro 1: Temáticas dos artigos sobre reestruturação socioespacial

TEMÁTICAS	CIÊNCIA
Transformações territoriais no campo	Geografia
Formação de identidade ocupacionais	Educação
Migrações internas sobre o ideário de concentração e desconcentração do espaço urbano regional	Ciências Sociais
Expansão urbana e incrementos urbanísticos	Geografia
Sistema de previdência social	Serviço Social
Neoliberalismo e globalização	Geografia
Sistemas Técnicos	Geografia
Meio Técnico-Científico-Informacional	Geografia
Dinamização de portos	Geografia
Seletividades técnicas	Geografia
Transformações na Indústria	Geografia
Periodizações	Geografia

Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

Reunimos em onze temáticas as diferentes discussões empreendidas pelos autores dos artigos. Cada temática aborda uma pluralidade de debates que não se legitimam por uma variável, mas por diversos elementos, como abordagens sociais, econômicas, políticas.

Quando pensam sobre o fenômeno da reestruturação no campo, os autores recorrem às lutas, à modernização da agricultura, à mudança no contexto produtivo, à transformação no mercado de trabalho, à flexibilização e à saúde dos trabalhadores. Um contexto que atravessa os limiares da reestruturação produtiva, territorial, trabalhista, estatal.

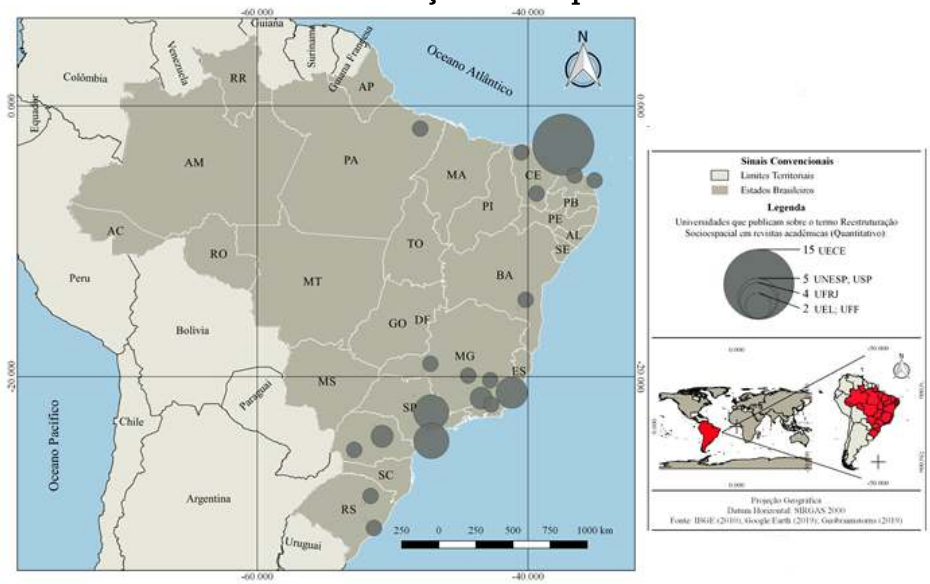
Quando se discutem as desconcentrações urbanas, os empreendimentos imobiliários, as seletividades, as espacialidades portuárias, residenciais, comerciais, industriais e as migrações, tudo isso abaliza a transformação se considerarmos a escala mais específica da reestruturação urbana e das cidades, para o temário mais amplo da reestruturação socioespacial.

Também, quando vemos o berço das discussões emparelhadas na função estatal, neoliberalismo, precarização, globalização, novas funções e atores, mudança do capital produtivo, reforma da máquina pública, conduzimos a seara macroestrutural de relações político-econômico-sociais que enquadram qualquer contexto espacial.

Por fim, ao pensar o meio técnico-científico-informacional, a transformação dos sistemas técnicos, a possibilidade de periodizações, a díade espaço-tempo, além de outros elementos, os artigos confluem-se na abordagem teórica, metodológica e prática de se visualizar as transformações e as contradições inerentes aos espaços e à sociedade.

Para saber o caminho pelo qual o debate está sendo conduzido e quais suas proporções, construímos o Mapa 4, que ilustra o quadro das IES por concentração de publicações e suas respectivas espacialidades.

Mapa 4: Concentração de IES que publicaram sobre o tema da reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

A partir do Mapa 4, visualizamos um quadro mais específico que permite que olhemos onde os debates estão fincados, em sua origem de discussão. Com isso, podemos perceber a determinação espacial das IES que mais lançam artigos para publicação sobre forma de concentração. Somando a esse mapa, construímos, também, a Tabela 5, a seguir:

Tabela 5: Percentual de Universidades com publicações da SER

Universidade	Quantidade	%	Universidade	Quantidade	%
UECE	15	31,9	**UFBA**	1	2.1
UNESP	5	10,6	**UFMG**	1	2.1

USP	5	10,6	**UFPA**	1	2.1
UFRJ	4	8,5	**UFRGS**	1	2.1
UEL	2	4,2	**UFTM**	1	2.1
UFF	2	4,2	**UFV**	1	2.1
UFRN	2	4.2	**UNIOESTE**	1	2.1
UERJ	1	2,1	**UNIVATES**	1	2.1
UERN	1	2.1	**URCA**	1	2.1
UEVA	1	2.1	**Total**	**47**	**100**

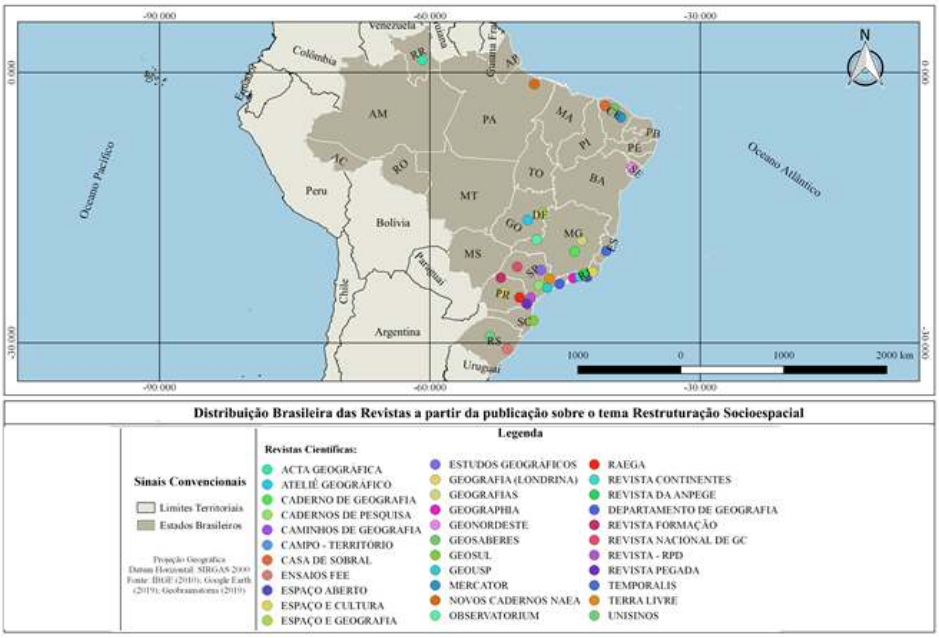
Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

As aglomerações ditas no mapa representam o quantitativo sobre a circunferência da esfera, que reflete o percentual enxergado na tabela 5. Como já sabíamos a partir do que foi representado no Mapa 4, o estado do Ceará é campeão em publicações sobre essa temática, entretanto o que não sabíamos é que a UECE representaria o maior percentual de publicação, isolando-se em comparação aos 26 estados brasileiros.

Além da Universidade Estadual do Ceará (UECE), também no Ceará, temos a representação da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Regional do Cariri (URCA). Se observamos o contexto nordestino, temos a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Outras universidades, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também aparecem com bons números, mas não conseguimos compará-los em termos regionais.

Observando esse ranking de origem das publicações, ainda cabe tentar descobrir para onde estão indo as publicações. Na tentativa de perceber isso, vejamos o Mapa 5, a seguir:

Mapa 5: Distribuição das revistas que publicaram sobre reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

Respondemos à pergunta acima a partir da projeção desse mapa. As publicações sobre a reestruturação socioespacial correspondem ao total de 33 revistas científicas distribuídas em cenário nacional. É possível concluirmos, com isso, a imensidão falada em todo este trabalho, uma vez que a RSE realmente demonstra o que Lima (1999) nos avisava, sobre o caráter de "pergaminho". Perpassando sobre as culturas do Norte, as bases sociais do Nordeste, a economia do Sudeste e a política do Sul, a

reestruturação socioespacial ocupa os meandros e os interstícios do saber, das espacialidades, das temporalidades e de todo o labor brasileiro.

A visualização das publicações nas revistas revelam o movimento que tal processo abarca, compondo o real, o cotidiano, entrando nas esferas espaço-temporais que legitimam um quadro de apogeus e declínios, propondo caminhos que avancem as barreiras geográficas nacionais.

Nessa conjuntura, cabe, também, analisar para onde estão indo os debates sobre a reestruturação. Poderíamos sugerir um caminho que conduzisse o debate, mas preferimos pensar que tal processo se denota de forma alinear, tendo em vista que ele se comporta em função de uma abordagem cíclica, que atinge as multidimensões escalares. Então, importante é perceber que, em cada temporalidade e espacialidade, se pensamos esse processo como eminentemente geográfico, cada um vai enxergar diferentes caminhos, compostos de pluralidades, resíduos, rupturas e avanços.

Considerações finais

Durante a exposição deste artigo tivemos como objetivo discutir bases conceituais e metodológicas sobre a reestruturação socioespacial. Para isso, a fim de fomentar discussões e reflexões do debate as considerações foram feitas a partir de autores como Lima (1999, 2006; 2008), Santos (2007, 2008, 2009) e Soja (1980, 1993), a fim de compor a espacialização da pesquisa metodológica quantitativa que apontou para onde, a espacialidade de tal discussão está em voga.

Nesse caminho, foi possível apontar a percepção da reestruturação socioespacial como a ideia de movimento. Movimentos estes contínuos e descontínuos tanto na premissa da temporalidade quanto nas abordagens espaciais. Como movimento, tal processo recai longe da inércia e do estatismo, apontando, na verdade, o percurso contrário, ou seja, validando a ideia do contínuo e da mobilidade.

Entendemos assim que a reestruturação socioespacial alimenta esses caminhos sobre a ideia de pergaminho, que possui seus altos e baixos, uma vez que ela pressupõe rupturas e soerguimentos, que, por sua vez, perfazem sua definição. Assim, a reestruturação socioespacial é uma proposição de múltiplos usos, conotações, derivações e interpretações necessárias à Ciência Geográfica, sobretudo.

Ao mesmo tempo, foi possível constatar que a reestruturação socioespacial ainda é pouco debatida no contexto nacional se comparada à reestruturação produtiva, por exemplo, como vimos nesta pesquisa.

Eis que, por esse motivo, tivemos como finalidade, nesta pesquisa, contribuir para a dimensão teórico-metodológica da reestruturação socioespacial, apontando seu caráter quadrimensional, quando referenciamos às transformações análogas ao espaço e, portanto, à sociedade. Para isso, quando recorremos a uma revisão bibliográfica, tentamos suscitar que pensemos categorias que puderam auxiliar em tal consolidação. Assim, acreditamos que incentivamos fortalecimento das nossas cargas teóricas, propondo novos olhares sobre uma epistemologia necessária ao construto geográfico.

Ao entender esse quadro, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, percebemos como está a discussão da reestruturação socioespacial nas Ciências, sobretudo, na Geografia Brasileira. Para isso, compreender de onde partem as publicações da reestruturação socioespacial e para onde está indo tal debate preconiza a nossa intenção de compreender como estão as discussões.

Nosso resultado de pesquisa demarca um certo contentamento, ao perceber que o debate da reestruturação socioespacial na Geografia está qualitativamente bem representado, sobretudo no estado do Ceará, onde a discussão ganha caráter notório e exemplar. Isso revela a importância do debate e a necessidade da expansão da sua continuidade.

Tais discussões visam compreender os interstícios que a reestruturação socioespacial demanda para as investigações geográficas, no sentido de solidificar e consolidar tal processo como categoria-chave para pensar a dinâmica espacial, a organização, a produção e a reprodução do espaço. Nesse sentido, a reestruturação socioespacial se comporta em uma contínua transição, a fim de perceber as continuidades e descontinuidades que tal termo carrega consigo. O debate nunca se encerra, ele é composto de sucessivas antíteses e sínteses.

Referências bibliográficas

ARISTOTELES. **Physique.** Paris: Belles Lettres, 1931.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 6.583, de 29 de setembro de 2008. **Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, assinado em

Lisboa em 16 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, Ano CXLV n. 189, 30 set. 2008.

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATALÃO, I. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, v. 2, n. 18, p. 39-62, jul./dez., 2011.

GOMES, M. T. S. **O Processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista:** Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. 331f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **RAEGA**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, 2011.

GOTTDIENER, M. **A Produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

LENCIONE, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6, 2005. Buenos Aires, **Anais...** Buenos Aires: UBA, 1998, p.1-10.

LIMA, L. C. A reestruturação espacial: meio de inserir-se no novo mundo. **Humanidades e Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 59 – 64, 1999.

LIMA, L. C. **Reestruturação socioespacial:** do espaço banal ao espaça da racionalidade técnica. São Paulo: Annablune, 2006

LIMA, L. C. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 2008, 15, **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

MEDEIROS, A. B. de. Considerações sobre o prefixo re-. **Alfa: Revista linguística**, São José do Rio Preto, v. 56, n. 2, 2012.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro- Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-42, 2001.

MOREIRA, R. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOgraphia**, Niterói, a. 4, n. 7, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SANTOS, E. de O.; LIMA, L. C. Reestruturação socioespacial do território cearense: serviços modernos em evidência nos subespaços dinâmicos. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 6, n.13, set./dez. p. 59-76, 2012.

SOUZA, M. L. de. Da diferenciação de áreas à diferenciação socioespacial: a visão (apenas) de sobrevoo como uma tradição epistemológica e metodológica. **Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 101–114, 2007.

SOUZA, M. L. de. Em torno de um hífen. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 15, p. 159-161, jan./jul., 2008.

SOUZA, M. L. de. Introdução: a "nova geração" de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOJA, E. W. The socio-spatial dialectic. **Annals of the Association of the American Geographers**, Washington, v. 70, n. 2, p. 207-225, abr./jun., 1980.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. da E. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

VIANA, J. N. L. **Rupturas e continuidades: a produção do espaço e o processo de reestruturação:** um olhar a partir de São Gonçalo,

Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 312f. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Submetido em: 19 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 01 de abril de 2021.

Aprovado em: 16 de abril de 2021.

DOS LIMITES DA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO

FROM THE LIMITS OF POLITICAL ECONOMY OF URBANIZATION TO THE CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY OF SPACE

DES LIMITES DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE DE L'URBANISATION AU CRITIQUE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE DE L'ESPACE

THIAGO CANETTIERI
Professor do Departamento de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: thiago.canettieri@gmail.com

Resumo:
Uma vasta bibliografia se desenvolveu desde a segunda metade do século XX para tentar compreender o fenômeno urbano de maneira articulada ao processo de acumulação de capital. Essa tradição do pensamento marxista, conhecido como "economia política da urbanização" desenvolveu uma importante contribuição nesse sentido. Contudo, vários limites se colocaram para essa interpretação e, mais recentemente, se promove uma recepção maior da obra de Henri Lefebvre a fim de compreender o que poderia ser descrito como uma "economia política do espaço" que reconhece e coloca como categoria principal a produção do espaço. O presente artigo é uma tentativa de sistematização dessas bibliografias, apontando seus limites, suas transformações e alguma de suas apropriações contemporâneas.

Palavras-chave: Economia política da urbanização, Crítica da economia política do espaço, Teoria urbana, produção do espaço

Abstract:
A vast bibliography was developed since the second half of the 20th century to try to understand the urban phenomenon in an articulated way to the process of capital accumulation. This tradition of Marxist thought, known as the "political economy of urbanization," has developed an important contribution. However, several limits have been placed on this interpretation and, more recently, a greater reception of Henri Lefebvre's work has been promoted in order to understand what could be described as a "political economy of space" that recognizes and places the production of space as the main category. This article is an attempt to systematize these bibliographies, pointing out their limits, their transformations and some of their contemporary appropriations.

Keywords: Political economy of urbanization, Critique of political economy of space, Urban theory, Production of space

Résumé:
Une vaste bibliographie a été développée depuis la seconde moitié du 20e siècle pour tenter de comprendre le phénomène urbain de manière articulée au processus d'accumulation du capital. Cette tradition de la pensée marxiste, connue sous le nom d'"économie politique de l'urbanisation", a développé une contribution importante. Cependant, plusieurs limites ont été posées à cette interprétation et, plus récemment, une grande réception des œuvres d'Henri Lefebvre a été promue afin de comprendre ce qui pourrait être décrit comme une "économie politique de l'espace" qui reconnaît et place la production de l'espace comme catégorie principale. Cet article est une tentative de systématisation de ces bibliographies, en soulignant leurs limites, leurs transformations et certaines de leurs appropriations contemporaines.

Mots-clés: Économie politique de l'urbanisation, Critique de l'économia politique de l'espace, Théorie urbaine, production de l'espace

Introdução

A abordagem da economia política da urbanização tem sido aquela que, dentro da tradição marxista, mais tem mobilizado os pesquisadores a entender o processo urbano sob o regime de acumulação do capital. Derivada das formulações teóricas de Marx (2013 [1867]) na sua crítica da economia política, essa tradição da pesquisa urbana tem se dedicado a entender como ocorre a reprodução ampliada do capital no ambiente urbano e qual o papel da urbanização nessa lógica.

Muito foi publicado sobre essa abordagem e sua evolução histórica é controversa, apesar de existir "uma ilusão de ótica que escrever a história desta disciplina é como um desenvolvimento linear" (TOPALOV, 2013, p. 2)[1]. Houve momentos de esgotamento a partir da década de 1980 – com uma crise do pensamento marxista – , o que forçou a abertura dos estudos críticos para outros referenciais. Entretanto, cabe lembrar aqui que o marxismo, mesmo com sua pronunciada crise, enfrentada juntamente com a derrocada dos regimes socialistas ao final do século XX, continuou se mantendo incontornável no processo de uma crítica radical do capitalismo.

O esforço é, portanto, traçar, desde a obra de Marx (2013 [1867]), os fundamentos que parecem ser essenciais para a crítica, passando por algumas interpretações da economia política da urbanização e tratando de uma certa crise do marxismo para, em seguida, tentar articular o que seria uma crítica da economia política do espaço e qual sua importância para entender o movimento do capitalismo contemporâneo.

[1] [...] une illusion d'optique que'écrire l'histoire de cette discipline comme un developpement linéaire (tradução minha).

O presente artigo é uma tentativa de sistematização dessas bibliografias, apontando seus limites, suas transformações e alguma de suas apropriações contemporâneas. Com isso, espera-se contribuir para uma história das ideias no campo da economia política da urbanização. Este texto, portanto, apresentará, num primeiro momento, as origens e desenvolvimentos da área de estudos da economia política da urbanização, em seguida discute-se a crise da produção dos estudos urbanos para, finalmente, apresentar algumas considerações sobre a contribuição lefebvriana da produção do espaço para o campo de estudos.

Uma mirada para a economia política da urbanização

Desde 1760, ao longo do desenvolvimento da Revolução Industrial, a urbanização tem chamado atenção da economia política, já que está relacionada, sobretudo, com a formação da classe proletária na Inglaterra, como bem descreve Marx (2013 [1867]) no capítulo sobre o cercamento dos campos, quando as ovelhas devoraram os homens e transformaram-nos – a força de trabalho – em mercadoria. Essas descrições já constavam nos relatos de Engels (2008 [1845]), em que ele utiliza uma certa epistemologia crítica para entender a economia política da urbanização, mesmo que não se utilize do termo.

O marxismo surge, segundo Harvey (2005 [2001]), como uma explicação racional alicerçada na lógica dialética para o capitalismo e sua superação. Entretanto, existem limitações estruturais à realidade que Marx (2013 [1867]) analisava no século XIX e, portanto, sua teoria precisa passar por momentos de atualização. Grandes mudanças ocorreram na organização da vida social e da paisagem produzida por ela e que alteraram as formas de acumulação de capital. Uma dessas mudanças é o papel da

urbanização no processo capitalista. No tempo em que Marx escrevia sua análise, a produção de ambiente construído não desempenhava o papel crucial que desempenha hoje no processo de acumulação e reprodução do capital.

> Marx não mostrou (em sua época não podia fazê-lo) que a urbanização e o urbano contêm o sentido da industrialização. Ele não viu que a produção industrial implicava a urbanização da sociedade (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.85)

Isso porque o processo de reprodução ampliada do capital significa, cada vez mais, a sobreacumulação de capital, que deve encontrar investimentos capazes de absorvê-lo em taxas rentáveis, como é o caso da construção civil, setor da economia que ainda hoje emprega uma baixa composição orgânica do capital. Com o processo de desenvolvimento do capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX, cada vez mais a urbanização passou a ocupar um lugar central no processo de reprodução do capital, funcionando como uma reserva para a acumulação e operando como meio para mobilização de capitais ociosos.

Foi graças à chamada Escola Francesa de Sociologia Urbana, apenas na segunda metade do século XX, que o termo *economia política da urbanização* passou a ser adotado (TOPALOV, 2013). Castells, na ocasião de uma conferência proferida na *Community and Urban Sociology Section of American Sociological Association*, em São Francisco, Califórnia, apresentou uma síntese do conjunto dos autores dessa tradição, influenciado, nesse momento, por Nicos Poulantzas e pelo marxismo althusseriano, pelo pensamento de um marxismo ortodoxo presente nos escritos de Jean Lojkine, por Christian Topalov e por Edmon Preteceille e, em uma outra via, pelo pensamento de Henri Lefebvre.

Assim, foi com os marxistas franceses (e com o não francês David Harvey) que essa vertente da economia política, a sociologia e os estudos urbanos se encontraram na tentativa de uma explicação sistêmica para o fenômeno urbano, para entender como este se inseria na lógica do capital e como os processos de funcionamento do capitalismo organizavam as cidades. Anteriormente, a cidade era tratada por meio das abordagens sociológicas da *Escola de Chicago*, que havia oferecido avanços teóricos no sentido da organização espacial da cidade, embora faltasse instrumental para explicar as motivações dessa organização, o que só foi ocorrer com a entrada da economia política da urbanização.

Segundo Topalov (2013, p. 2), a primeira publicação que trata dessa temática é de Ledrut (1968 *apud* TOPALOV, 2013), com um pequeno livro, *Sociologie urbaine*, de 1968, que influenciou Chombart, Castells e Lefebvre. Nessa obra, um ensaísmo livre chocava-se com o estruturalismo em voga no pensamento marxista francês, de forma que ela não teve repercussão à sua época, tendo, no entanto, apresentado o anseio de resposta dado por Castells (2014 [1976]) com a publicação de *Question urbaine*, resultado da sua tese de doutoramento, em que apresenta uma contribuição pioneira para uma teoria marxista e científica da urbanização (ARANTES, 2009).

Foi, portanto, Manuel Castells (2014 [1976]) quem conseguiu atribuir maior reputação, por intermédio do marxismo, para a temática urbana, ocorrendo uma mudança fundamental no seu pensamento referente à cidade com a inserção do desenvolvimento marxista na sua análise, realizada com um recorte estruturalista. De influência althusseriana, sua pergunta fundamental era: "para que serve a cidade na estrutura capitalista?". E a resposta advém da decomposição da dimensão econômica em

produção, circulação, gestão e consumo. Segundo o autor, os três primeiros dizem respeito a uma escala diferente da cidade, sendo o consumo a função privilegiada desta, criando assim as condições de ocorrer o consumo coletivo para a reprodução da força de trabalho enquanto tal.

Dessa forma, a urbanização é entendida como criação de espaço para a reprodução da força de trabalho a fim de ser usada no processo produtivo por meio de complexos mecanismos de organização e controle social (CASTELLS, 2014 [1976]). A alta densidade de trabalhadores permite reduzir os custos de reprodução e aumenta a possibilidade dessa classe de realizar o consumo, garantido assim a realização da mais-valia, já que as mercadorias devem ser consumidas para que se possa efetivar o circuito da acumulação. A cidade é, em Castells (2014 [1976]), espaço do consumo coletivo que se realiza por meio do Estado e de suas políticas públicas, alocando o conflito central entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (em sua ideologia planificadora) (ARANTES, 2009).

Todavia, Lojkine (1981 [1977]), – um ano após a publicação de Castells –, busca ampliar essa noção, inserindo o consumo para a reprodução da força de trabalho dentro das condições gerais de produção. Se Marx (2013 [1867]), ao falar dessas condições, se referia ao transporte e à comunicação, a urbanização em curso no século XX parecia generalizar as condições gerais, não apenas do consumo coletivo, como apontado por Castells (2014 [1976]), mas também as de produção e acumulação. O mesmo é feito por Christian Topalov (1988), que questiona a postura de Castells (2014 [1976]) ao afirmar que não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem também estudar a sua produção.

A urbanização, portanto, é entendida como ambiente construído que serve de base para a acumulação, para satisfazer às condições gerais da produção, o que abrange todo o aparato legalizado para garantir a propriedade privada, a livre circulação de mercadoria, os serviços e a provisão de infraestrutura básica, tanto para o consumo produtivo como para o consumo individual-final (LOJKINE, 1981 [1977]; TOPALOV,1979). Os autores ainda chamam atenção particular para esse último ponto, das infraestruturas básicas, nomeadas como meios de consumo coletivo. Estas, ainda que sejam improdutivas de mais-valias, "são cada vez mais necessárias à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas." (LOJKINE, 1981 [1977], p.129). Segundo o autor, são condições necessárias para garantir a continuidade do processo de reprodução, da força de trabalho e do capital.

> A produção de meios de consumo coletivos como a escola ou o hospital oferece a particularidade de ser a metamorfose de uma fração do capital variável em compra de força de trabalho e de meios de trabalho que só funcionam no processo de consumo. São, portanto, despesas indispensáveis para transformar o resto do capital variável em salário, e, depois, em compra de mercadorias destinadas ao consumo final (LOJKINE, 1981 [1977], p.129.)

Além de representarem um meio de assegurar força de trabalho para ser extorquida no processo de produção, os meios de consumo coletivo aparecem como elementos fundamentais para garantir o consumo individual. "São os suportes materiais desse condicionamento do consumo individual" (LOJKINE, 1981 [1977], p.131). São elementos que permitem o consumo individual posterior,

como a energia elétrica, sem a qual não seria possível consumir eletrodomésticos.

Cabe destacar que o Estado é chamado a cumprir papel fundamental nesse processo de gerir as contradições do capital e de racionalizar as irracionalidades do circuito de acumulação como instância mediadora derivada da categoria capital, ou seja, instituição fundamental para a realização da acumulação de capital. Harvey (2017) recentemente destacou o papel desempenhado pelo Estado de se apropriar de parte da riqueza socialmente produzida sob a forma de imposto que é, não raro, mobilizada para estimular a produção de mercadorias ou o seu consumo, azeitando as engrenagens da acumulação. É por conta dessa dimensão que Lojkine (1981 [1977]) procura deixar claro que a classe dominante organiza o Estado assentada na sua dominação política e econômica, permitindo a efetivação de políticas que, ao atingir todo o corpo da sociedade, realizam seus interesses de classe. Afinal, como afirma o autor, "a estrutura do Estado capitalista não deixa de refletir, em última instância, a evolução fundamental da estrutura de classes (LOJKINE, 1981 [1977], p.135).

O estado capitalista, portanto, lida com a contradição entre as necessidades colocadas pela reprodução do capital e as necessidades da reprodução da força de trabalho, contradição essa expressa em suas políticas urbanas. Mas, como bem nota o autor, essa sua atuação não é, de maneira alguma, a supressão das contradições, mas, na verdade, sua exacerbação, "[...] tornando o próprio estado um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital" (LOJKINE, 1981 [1977], p.193). Esse processo ocorre pela conexão

estabelecida entre o capital e o estado, em que o primeiro toma de assalto o segundo. Essa conexão, segundo Lojkine (1981 [1977]), se dá por meio de três formas: 1) suporte, com obras de infraestrutura para valorizar capitais privados; 2) posse, com uso e manutenção de equipamentos e formas não rentáveis de capital; 3) formas jurídicas e administrativas da relação social e espacial. Dessa maneira, o Estado é chamado a desempenhar uma função que colabore com a apropriação privada de capital. Sua estrutura e funcionamento, como exposto por diversos teóricos, devem ser direcionadas à manutenção de um *status quo* (LOJKINE, 1981 [1977]).

Nas crises de sobreacumulação do capital o Estado intervém investindo em infraestrutura, tanto na produção quanto em equipamentos de consumo coletivo. O financiamento público de infraestrutura substitui o capital privado nos setores onde a taxa de lucro interna diminui. O capital não produzirá elementos não rentáveis de valor de uso urbano. A política urbana estatal acentua as contradições entre os meios de reprodução do capital e os meios da força de trabalho. Para Lojkine (1981 [1977], p.171), a intervenção do Estado torna-se "um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamentos urbanos de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital".

Outra importante contribuição é derivada da interpretação de Topalov (1979) da urbanização capitalista. Para o autor, a principal função da cidade é fornecer o que ele denomina de "valores de uso complexos" para a classe capitalista, como os efeitos úteis da aglomeração tanto para a produção (reduzindo os custos de produção) como para o consumo (permitindo a realização do lucro). Ou seja, a cidade é um valor de uso complexo para o processo produtivo, fornecendo as condições gerais de produção derivadas das

articulações espaciais de vários valores de uso específicos necessários para que a acumulação ocorra. Dessa maneira, a cidade é uma forma de socialização capitalista das forças produtivas como resultado da divisão social do trabalho.

Partindo desse pressuposto, Preteceille (1976) argumenta que a urbanização é, sobretudo, um processo de organização da divisão social do trabalho que aumenta a eficiência da acumulação de capital. Segundo o autor, os aspectos concretos da socialização das forças produtivas que surgem com a urbanização são muitos e estão relacionados com a estrutura de classe da sociedade capitalista, aglomerando trabalhadores para realizar o trabalho e também as condições materiais (a infraestrutura fixa) que permitem a realização do trabalho. Assim, o urbano é espaço necessário, para Preteceille (1976), para sustentar o modo de produção de mercadorias.

Castells incorpora algumas dessas críticas, reconhece equívocos e procura se defender (ARANTES, 2009, p.109). O posfácio de 1975 da segunda edição já traz essas considerações, bem como seu artigo com Francis Godard, também do mesmo ano (CASTELLS; GODARD, 1975 *apud* TOPALOV, 2013).

A década entre 1968, com a publicação de Ledrut (1968 *apud* TOPALOV, 2013), e 1978, foi marcada por um amplo debate marxista sobre a questão urbana. Os financiamentos para a pesquisa urbana se multiplicaram mais de cinco vezes nesse período, marcados por importantes colóquios (como o de 1971, na *École de Hautes Études*) e pelo lançamento de revistas como *La Recherche Urbaine,* dirigida por Castells, que publicou quatorze números entre 1972 e 1978, e a revista lançada em 1971, *Espace et Sociétés*– dirigida por Lefebvre. O debate chega também aos países anglófonos

com a edição, a partir de 1977, do periódico *International Journal of Urban and Regional Research* (TOPALOV, 2013).

É nesse momento que David Harvey (2009 [1973]; 1978) passa a ganhar maior notoriedade no cenário acadêmico da pesquisa urbana ligado ao pensamento marxista, com sua interpretação *"geográfica"* da obra de Marx, realizada em sua primeira investigação publicada no livro *Social justice and the city,* de 1973; e com o artigo *The urban process under capitalismo*, de 1978. Segundo ele, Marx teria mostrado ser teoricamente possível, por meio da teoria da localização, ligar "[...] o processo geral do crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais" (HARVEY, 2005 [2001], p.43). Tendo por pressuposto essa possibilidade, Harvey tece, por conseguinte, a relação entre a teoria da acumulação e o entendimento da estrutura espacial. Harvey (1989; 2005 [2001]) procura especificar ainda mais o papel funcional da cidade no processo de acumulação. Ele busca integrar o entendimento dos processos de urbanização e de formação do ambiente construído com as teorias gerais das leis de movimento do capital (HARVEY, 2012). Procura ainda situar na produção do ambiente construído a dimensão central que tem permitido ao capitalismo sobreviver como estratégia de resolução lucrativa de capitais sobreacumulados em outras esferas e escalas. Com isso, ele afirma a importância, teórica e política, de entender a economia política da urbanização como um dispositivo criador, extrator e concentrador de mais-valia (na forma de rendimentos, juros ou lucros), revelando seus mecanismos e explorando suas contradições.

Dentro dessa organização feita por Harvey (1989), a primeira fração do capital concentra-se na renda e se apropria dela diretamente, como no caso dos aluguéis, ou indiretamente, através

dos interesses financeiros que atuam por intermédio da especulação imobiliária. A segunda fração do capital busca, ao mesmo tempo, juros e lucro por meio da construção, contribuindo para o ambiente construído, seja agindo diretamente na produção ou financiando essa produção com outros capitais. Finalmente, existe uma terceira fração do capital que atua no interesse de classe que Harvey (1989) denomina de "capital em geral", já que o ambiente construído é uma forma de efetivação da apropriação da mais-valia que, por sua vez, favorece a acumulação de capital em outros setores e escalas, reinserindo a produção do ambiente construído e a urbanização novamente nesse círculo vicioso. Vale lembrar que a produção do ambiente construído possui, na composição orgânica do capital que atua nesse setor, uma maior parte de capital variável que produz a massa de mais-valia geral responsável por irrigar todo o sistema (HARVEY, 2011). O autor destaca ainda que, além da dimensão da acumulação de capital, o ambiente construído é condição necessária para que o trabalho possa se reproduzir como tal.

Harvey (1989) busca articular essa formulação do ambiente construído com uma teoria das crises, buscando explicar a produção do ambiente construído mediante o funcionamento das crises e a lógica que ele denomina de "*spatial fix*". Capital em demasia é produzido no total das relações de produção e, portanto, é necessário encontrar oportunidades, por intermédio dos ajustes espaciais, para empregar esse capital. Segundo o autor, essa saída tem sido o investimento no circuito secundário, na produção de ambiente construído.

David Harvey (1989) destaca a necessidade de se compreender a maneira como o ambiente construído é produzido e como funciona como reserva de valor e de (meio de realização da)

mais-valia. Dessa forma, pode-se compreender a urbanização, o processo de investimento e a produção de solo urbano como reflexo da relação de forças que emanam dos circuitos primário e secundário do capital, como proposto por Marx (2013 [1867]).

Na perspectiva do circuito primário, o que Harvey (1978) procura ressaltar é como a produção do ambiente construído incorpora a reprodução do capital ao ser realizada como mercadoria. Diante dessa produção e do consumo dessa mercadoria, a urbanização é vista como processo para produzir ambiente construído para ser vendido e, assim, haver apropriação do lucro nesse processo. De acordo com a clássica fórmula D-M-D', discutida por Marx (2013 [1867]), o investimento (D) realizado para a produção cria uma mercadoria (M) que, para ser consumida, deve ser vendida, sempre com uma margem de lucro somada aos custos de produção (D'). Nessa circulação, garante-se o lucro às classes capitalistas, que efetivamente representa sempre a produção de mais capital do que o capitalista tinha no início. Sendo assim, a lógica da acumulação resulta em sobreacumualação, ou seja, montantes de dinheiro que não encontram oportunidade para reinvestimento, de forma que o capital deve ser reinvestido sob pena de ter seu funcionamento impedido. Por isso Harvey (1978) vai situar o investimento dos capitalistas também interpretando-o sob a lógica do circuito secundário – na produção de ambiente construído sob a forma de capital fixo – como processo para viabilizar a circulação de mercadorias e sua produção, estando intimamente ligado ao desenvolvimento das condições gerais de produção e às condições gerais para o consumo desta. Assim, o circuito secundário constitui-se do capital fixo, que é utilizado como suporte para o processo

produtivo (infraestrutura física) e para o fundo de consumo (bens que dão suporte ao consumo de outros bens).

É importante destacar que essa separação é apenas para fim de exposição. O próprio Harvey (1978, 1989) alerta para isso e esclarece que a circulação de capital "and its urbanization" acontece através de sua totalidade por meio das relações de produção estabelecidas que incorporam diferentes dimensões do fluxo de capital e dependem da conjuntura da luta de classes. Entretanto, de maneira sumária, pode-se entender a urbanização no capitalismo como o suporte material para que a acumulação capitalista ocorra, processo esse que se dá de, pelo menos, três maneiras: 1) como criação do ambiente construído para a produção; 2) como criação de ambiente construído para o consumo; 3) como absorção de capital sobreacumulado em outras escalas e esferas.

Como indica Harvey (1989, p.73)[2]:

> Tudo isso significou a criação de um ambiente construído para servir como uma infraestrutura física para a produção, incluindo um sistema apropriado para o transporte de mercadorias. Há oportunidades abundantes para o emprego produtivo do capital através da criação de um ambiente construído para a produção. A mesma conclusão se aplica ao investimento no ambiente construído para consumo.

Harvey (1989) explora então como a produção de ambiente construído (e todas as implicações disto, como investimento de longo prazo difíceis de alterar, espacialmente fixos e, muitas vezes,

[2] All of this meant the creation of a built environment to serve as a physical infrastructure for production, including an appropriate system for the transport of commodities. There are abundant opportunities for the productive employment of capital through the creation of a built environment for production. The same conclusion applies to investment in the built environment for consumption.

derivados de investimentos irregulares) está conectada com o fluxo de capital de diferentes setores. Assim, pode-se entender a própria infraestrutura, o capital fixo, produzido como mercadoria em que a venda ocorre alicerçada em pagamentos para seu uso realizados no tempo de amortização[3]. Para que isso aconteça, aponta Harvey (1989), é necessário existir "surpluses of capital and labour", além de mecanismos para colocá-los em uso. Todavia, esse processo ocorre não sem engendrar várias contradições, como o "congelamento", derivado da natureza do ambiente construído, da produtividade em um determinado nível, bem como da necessidade intrínseca de procura do aumento da produtividade que envolve a desvalorização das formas já construídas, uma espécie de autofagocitose do capital. Ou seja, ao mesmo tempo em que a produção de ambiente construído garante a absorção de capital e a criação das condições de produção e consumo, é também barreira para uma acumulação ulterior:

> O capital se representa sob a forma de uma paisagem física criada em sua própria imagem, criada como valor de uso para aumentar a acumulação progressiva de capital. A paisagem geográfica que resulta é a coroa do desenvolvimento capitalista passado. Mas, ao mesmo tempo, expressa o poder do trabalho morto sobre o trabalho vivo e, como tal, aprisiona e inibe o processo de acumulação dentro de um conjunto de restrições físicas específicas (HARVEY, 1989, p.83)[4].

[3] Com a reforma de Paris feita por Haussmann, o Estado passa a ter papel fundamental como credor dos capitais que investem na produção do espaço urbano, tendência que se perpetua até hoje.

[4] Capital representes itself in the form of a physical landscape created in its own image, created as use values to enhance the progressive accumulation of capital. The geographical landscape which results is the crowning glory of past capitalist development. But at the same time it expresses the power of dead labour over living

Mais recentemente, a própria natureza do espaço urbano no capitalismo tem sido alterada. Como revela Harvey (2011), se a urbanização originalmente representava um mecanismo de concentração e apropriação de mais-valia por intermédio da produção industrial, cada vez mais ela se torna uma forma criada para estimular o consumo e para manter um alto nível de demanda efetiva dentro de um quadro sobrecarregado de dívidas.

Todo o sistema de crédito[5] se tornou fundamental no regime de acumulação capitalista, já que possibilita adiantar recursos ociosos para o circuito produtivo, permitindo compatibilizar diferentes temporalidades do processo de acumulação. Esse processo aponta para a centralidade das transações financeiras geradoras de juros como forma econômica fundamental que, todavia, não pode ser desprendida da apropriação de mais-valia.

Dessa maneira, o que se observa é a entrada violenta do setor financeiro na dinâmica da economia urbana e imobiliária. Este deve ser caracterizado pela crescente penetração de práticas financeirizadas em todas as relações econômicas e sociais relevantes no capitalismo, com o capital portador de juros influenciando diretamente o fenômeno da urbanização. A financeirização da produção do ambiente construído é a expressão máxima de um padrão de canalização do valor que liga a indústria da construção com a renda da terra[6], o que permite uma criação de vínculos

labour and as such it imprisons and inhibits the accumulation process within a set of specific physical constraints (tradução minha).

5 Por sistema de crédito entende-se a relação entre os capitais, mas também a reprodução da força de trabalho, que se tornou baseada na lógica da dívida

6 Vale ressaltar o caráter diferenciado da terra, que não corresponde a qualquer outra mercadoria. Ela pode ser interpretada, segundo Harvey (2011), como uma forma de capital fictício derivada das expectativas de apropriação de rendas futuras.

extrativos de valor de forma ampliada. Como aponta Magalhães (2015), existe um intenso processo de financeirização do espaço urbano que é representado pela abertura que o setor financeiro realiza para passar a atuar na produção da cidade, entendida como fábrica social, tendo a renda da terra como uma das formas de canalização de valor da economia urbana para as esferas financeiras, marcadamente representada pela dinâmica dos fundos imobiliários.

Harvey (2011), em seu artigo "*The urban roots of financial crises*", aponta que desde a segunda metade da década de 1980, com a desregulação dos sistemas financeiros, os financiamentos imobiliários cresceram rapidamente. Ele cita o trabalho de Goetzmann e Newman[7], que compilaram as informações referentes à construção de prédios em Nova York e apontam que sua *skyline* deve ser vista como uma lembrança da habilidade do capital de se conectar na forma especulativa com o ambiente construído. Expectativas, sejam elas positivas ou negativas, no mercado financeiro são capazes de determinar os rumos do ambiente construído nas cidades, já que o capital financeiro se tornou hegemônico no processo de acumulação, baseado não necessariamente na extração de mais-valia direta sob a forma de renda. Isso é marcadamente perceptível no ambiente urbano quando se consideram os financiamentos, fundos e letras de crédito imobiliário. Como ilustração desse processo basta olhar os dados referentes ao volume de unidades habitacionais financiadas no Brasil, que saltou de uma média de 250 mil por ano, entre 2000 e

[7] GOETZMANN, William; NEWMAN, Frank. 2010. **Securitization in the 1920's**. Working Paper. National Buerau of Economic Research, MIT. Cambridge: NBER WorkingPaper Series.

2005, para mais de um milhão em 2010, número esse que ainda tende a crescer (SANFELICI, 2013).

Claro que são atividades financeiras especulativas e que também apresentam o risco de reproduzir as condições de sobreacumulação de capital. Daí o caráter propenso a crises de formas urbanas e outros investimentos de infraestrutura física. Assim, pode-se afirmar que o capitalismo contemporâneo se assenta em um sistema de securitização de ativos, em que o sistema financeiro consegue transmutar todo e qualquer fluxo de rendimentos estável e duradouro – como é o caso da renda da terra – em um título financeiro passível de ser negociado em mercados secundários e de ser alvo de especulação (SANFELICI, 2013).

Como é possível perceber, essa forma de interpretação da cidade requer, sobretudo, uma análise do processo de acumulação (GOTTDIENER, 1993 [1991]). Como afirma Hill (1977 *apud* GOTTDIENER, 1993 [1991]), a acumulação de capital, a produção e apropriação de mais-valia, é a força que impulsiona a sociedade capitalista e, dessa forma, a urbanização e a estrutura de seu funcionamento estão radicados na produção, reprodução, circulação e em toda a organização do processo de acumulação.

Crise do pensamento sobre a questão urbana e depois

Os estudos urbanos e, em especial, aqueles de orientação marxista, passaram, nas duas últimas décadas do século XX, por um momento de redefinição por conta do momento de crise do pensamento crítico. A discussão sobre a questão urbana acabou sendo abandonada pelos autores dos países europeus, que mobilizaram sua atenção para o apelo pós-estruturalista. Topalov (1988; 2013) apresenta uma reflexão sobre a história das ideias dentro do contexto da pesquisa urbana, em especial aquela vinculada

ao campo marxista. Segundo o autor, o período do final de 1970 indica uma crise desse pensamento marcado pela dissipação do objeto da pesquisa urbana, o esfacelamento de suas instituições e o esgotamento dos seus conceitos. Crise essa que é marcada em todo o pensamento crítico, que passa por um intenso questionamento das explicações e interpretações da totalidade da sociedade.

Para esse processo, o autor faz um exercício de reconstrução histórica dentro da experiência francesa da sociologia urbana com base em uma periodização. O primeiro marco apontado por ele encontra-se entre os anos de 1968 e 1975. Anteriormente, há um marco de crescimento econômico com o retorno de Charles de Gaulle ao poder em 1958, que demandava das ciências sociais uma postura de planejamento e de adoção do projeto modernizador pelo qual a França passava. Todavia, como aponta Topalov (1988, p. 7), "o mundo acadêmico resiste às sirenes tecnocráticas". Assim, levantam-se várias questões como forma de entender a questão urbana como estava dada. Com base nesse questionamento ocorre a ruptura de 1968: a inflexão da política urbana é acompanhada de um efervescer da luta urbana derivada da postura de esquerda. Nesse período, observa o autor, não apenas o marxismo (influenciando vários saberes), mas os pensamentos críticos estavam em alta. Com isso, são delimitados novos objetos para entender e pensar o urbano, o que é acompanhado por uma mudança central de entendimento em relação à urbanização: ela não é mais definida como um processo natural, que se desenvolve alheio à política, mas existe o esforço por parte desses intelectuais de entendê-la como um produto social que possui relação própria com a dinâmica capitalista. Nesse momento nascem as interpretações do urbano derivadas da crítica da economia política.

Mas em 1980, a "escola francesa de sociologia urbana marxista" começa a dar sinais de esgotamento: "a pesquisa urbana como campo específico está em pleno declínio, os pesquisadores se dispersaram e as problemáticas até então dominantes são contestadas tanto interna como externamente" (TOPALOV, 1988, p. 9). Nesse período, marca-se a redução do crescimento industrial e a interrupção da expansão da urbanização. As grandes operações de urbanismo entram em falência, e o capital financeiro parece se desviar da construção imobiliária. Junto com isso, Topalov (1988; 2013) destaca uma crise política que o marxismo enfrentava desde o início da década de 1980.

O refluxo que a teoria marxista sofreu foi muito forte (TOPALOV, 2013). A conjuntura política do final dos anos 1970 revelava um cenário que se acumulou desde o regime de Stalin, chegando à opressão de Brezhnev (CASTORIADIS, 1992). Além falência dos governos socialistas no mundo e, internamente, dos governos de esquerda, houve o desmoronamento do partido comunista francês, que levou ao enfraquecimento do pensamento marxista reduzindo sua adoção nas pesquisas como nos períodos passados. Duas das principais referências do marxismo francês desapareceram "como se para simbolizar as condições de reviravolta da conjuntura: Nicos Poulantzas cometeu suicídio em 1978 e Louis Althusser foi internado em 1980" (TOPALOV, 2013, p.4)[8]. Esse período foi marcado por um momento generalizado de crise do marxismo (ALTHUSSER, 1978; CASTORIADIS, 1992).

Mais ainda, esse momento representa uma crise teórica de questionamento dos objetos que haviam sido construídos sob o signo

[8] [...] comme pour symboliser le retournement de conjoncture: Nicos Poulantzas se suicida en 1978 et Louis Althusser fut interné en 1980 (tradução minha).

da sociologia urbana de influência marxista. Apesar da antiga questão, de que a sociologia urbana era fundada numa teoria ou simplesmente era um campo de pesquisa definido empiricamente, a crise teórica do objeto da pesquisa pareceu retornar ainda mais forte. Esse também é o diagnóstico de Brenner e Schmid (2015), que reconhecem como o terreno da teoria urbana passa por uma turbulência desde a "crise epistemológica do final de 1970".

Diante disso, o cenário era a ascensão da "doxa neoliberal que tomou este lugar deixando-o vazio e a crítica se refugiou no pequeno mundo acadêmico onde se encanta consigo mesma, ficando sem condições de inquietar realmente quem quer que seja." (BOURDIEU, 2001, p. 40). Da mesma forma, Badiou (1985), em sua obra *Peut-on penser la politique?,* fornece um balanço crítico do marxismo que entrou em crise nos anos 80. Sua interrogação passa pela possibilidade de articulação entre a filosofia e o campo da política, que parecia se desmantelar. A profundidade da crise do marxismo não deve ser menosprezada, indicando um momento de rearticulação do pensamento crítico buscando outras referências. O próprio Bourdieu (2001, p. 41) afirma que, diante desse cenário, "todo o pensamento crítico precisou ser reconstruído".

Observa-se como, após a crise do pensamento crítico durante o início dos anos de 1980, vários autores passaram a articular seu pensamento de maneira reinventada, afastando-se dos chavões e reducionismos que marcaram o momento anterior em que, nos estudos urbanos, predominaram os estudos da economia política da urbanização. Esse momento representa, sobretudo, uma dúvida em relação à narrativa que o marxismo ortodoxo oferecia e, portanto, tratou de tangenciar outros temas e, principalmente, outros objetos

de pesquisa que, até então, eram sistematicamente negligenciados, priorizando a abordagem econômica em sentido estrito.

Topalov (1988), ao tratar da crise na produção da teoria urbana – como bem apontado por ele próprio –, afirma que do momento de reflexão para a orientação da pesquisa inspirada no marxismo foi possível observar o favorecimento de "objetos locais", do "microssocial" e do "cotidiano" (TOPALOV, 1988, p. 23) nas pesquisas e teorizações referentes à temática urbana, o que representa, dessa forma, um processo de montagem e desmontagem (e, ainda, de remontagem) de um instrumental teórico fundamental para a interpretação do processo urbano.

Fainstein (1997) explora em seu texto a necessidade de mudanças no bojo da pesquisa urbana. Ela afirma que o foco da abordagem proveniente da economia política (e sua crítica) tinha como elemento primordial a substância em vez do processo, avaliando o fenômeno da urbanização e da acumulação pelos seus efeitos sobre os grupos sociais. Essa interpretação, segundo a autora, é derivada da maior fraqueza da abordagem da economia política (o que também é seu ponto mais forte): a análise parte da base econômica. Assumir essa postura pode ajudar a entender vários elementos do funcionamento do espaço urbano, mas pode, todavia, mascarar outros. Fainstein (1997) destaca que as formas de subordinação não se reduzem apenas à econômica e, ainda, muitas das vezes, também não é o fator econômico que determina, em última instância, os interesses dos indivíduos. Segundo a autora, uma abordagem que dê conta dessa perspectiva deve ir além da economia política, permitindo entender outros fatores que não apenas aqueles derivados diretamente da base econômica. Para esse paradigma,

"Cultura, ao invés da economia, se torna o fundamento da identidade política" (FAINSTEIN, 1997, p.27)[9].

Todavia, penso que seja necessário situar melhor essa crítica feita à abordagem da economia política. Fainstein (1997, p. 26)[10] afirma que existem "múltiplas raízes da opressão" e ultrapassam dimensão econômica, como "racial, religiosa e étnica". Acredito que essas diferenças que existem atualmente possam ser expressas para além da dimensão econômica apenas se entendermos o tempo como uma flecha. Uma abordagem da história como descrita por Benjamin, ou seja, um tempo "espectral" de múltiplas camadas, permite entender a origem econômica dessas opressões. Gênero e raça existem em formas historicamente específicas, e hoje essas formas são moldadas pelo desdobramento da produção de valor capitalista. Para dar um exemplo, o capitalismo não poderia existir sem uma esfera doméstica separada, onde a vida humana é criada e sustentada sem a mediação direta do mercado. Ou então, o uso da mão de obra negra e escrava no passado é um fator determinantemente econômico que, ainda hoje, possui inércia, implicando uma forma de relação entre brancos e negros que transcende a dimensão econômica, sem, todavia, situar-se fora dela nesse tempo espectral. O mesmo parece valer para outras opressões, como sexuais ou religiosas. Parece-me que uma interpretação dentro dessa perspectiva pós-estruturalista se baseia na verdade em uma

[9] Culture rather than economics becomes the root of political of political identity (tradução minha).

[10] Multiple roots of opression (tradução minha).

leitura vulgar da economia política como Engels (2013 [1872]) afirma no prefácio do segundo volume d'*O capital*[11].

Outra crítica à forma tradicional com que a teoria da urbanização se apropriou da economia política é desenvolvida por Soja (1996 [1989]). Para o autor, o pensamento sobre as cidades (que ele amplia para toda a geografia marxista) com ênfase na economia política deu aos processos de produção do ambiente construído e à circulação do capital uma forma essencialmente econômica, desconsiderando a importância da dimensão espacial para a análise dos fenômenos urbanos. Nesse sentido, afirma o autor:

> O alcance dessa geografia marxista mais confiante e afirmativa, em termos teóricos, ainda é insuficientemente compreensível e incomodamente ameaçador para a moderna divisão acadêmica do trabalho, com seus compartimentos disciplinares reificados e sua territorialidade intelectual (SOJA, 1996 [1989], p.224).

Assim, para o autor, a questão central seria o reconhecimento de um novo status ontológico para o espaço na busca do conhecimento dos processos socioespaciais – talvez o esforço pelo qual Lefebvre foi acusado de um "fetichismo espacial". O autor lembra ainda do estatuto próprio das "geografias pós-modernas", marcadamente da década de 1980, que configuram um caleidoscópio de abordagens, teorias e categorias que tenta lidar com as limitações de uma abordagem economicista que dominou certas abordagens da teoria crítica. Para tanto, Soja (1996 [1989], p. 265) recupera a obra de Henri Lefebvre como forma de (re)situar a crítica social

[11] Mas é importante destacar que, talvez, os principais "culpados" dessa interpretação vulgar d'*O capital* sejam os próprios marxistas, que se preocuparam com a questão econômica no sentido estrito.

recolocando o espaço como elemento central em sua proposta de uma dialética socioespacial: o espaço representa "um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais".

Com base nessas leituras, Costa (2007) situa a concepção de produção do espaço de Henri Lefebvre como fundamental para entender a organização da sociedade. "A teoria de Lefebvre, além de permitir uma visão de processo, leva em consideração todas as dimensões do espaço social" (COSTA, 2007, p.16). Para explorar essa relação, cabe lembrar a passagem em que Lefebvre desenvolve a noção de espaço em sua obra:

> Embora [seja] um produto para ser usado, para ser consumido, [espaço] é também um meio de produção; redes de troca e fluxos de matéria prima e energia moldam o espaço e são determinados por ele. Portanto este meio de produção, assim produzido, não pode ser separado das forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, ou da divisão social do trabalho que lhe dá forma, ou do estado e das superestruturas da sociedade (LEFEBVRE, 1992 [1968], p. 85).

O pensamento lefebvriano permite retomar o estatuto do pensamento dialético ao refletir sobre as contradições do/no espaço, esforçando-se para se dedicar a formulações que entendam o espaço como constituinte das relações sociais e vice-versa. No entanto, essa postura de Lefebvre leva à necessidade de se colocar uma pergunta como a levantada por Costa (2007, p.19):

> Concluindo, sugiro uma hipotética pergunta que procurasse desvendar se Lefebvre seria um precursor do pensamento pós-moderno, como alguns acreditam (ver, por exemplo, Soja, 1996, 1997), ou se seria um adepto do enfoque da

> economia política, um modernista (ver Kofman e Lebas, 1996, p.45) ou essencialmente um filósofo, teria talvez como resposta, que sua contribuição teórica para o avanço do conhecimento dos processos sócio-espaciais prescinde de quaisquer destes rótulos.

Parece-me que Lefebvre se situa próximo a uma interpretação própria da crítica da economia política tal qual a efetuada por Marx e Engels. Seu impulso de interpretação de uma certa totalidade social buscando complementar a teoria desenvolvida pela dupla de alemães o situa em uma tradição epistemológica, sendo impossível negar sua proximidade a essa tradição. Contudo, não se podem negar as inúmeras aberturas que Lefebvre realizou rumo à (re)invenção de paradigmas que considerassem o espaço social como elemento fundamental em um processo que, ao retornar aos princípios marxianos, lança-se para além do próprio Marx.

Mas o momento de crise pode indicar também um momento de renovação. A corrente marxista do pensamento urbano, diante dessa conjuntura, se volta a pensar sobre a solidez da ordem capitalista e sobre sua capacidade de adaptação, recuperando assim um novo objeto que incide também sobre a pesquisa urbana, recuperando em si a questão do político, do poder e das práticas sociais.

Essa renovação me parece estar relacionada com a passagem do entendimento da "da produção de coisas no espaço (de maneira que o espaço, indiretamente produzido, constituía-se como coleção, soma ou conjunto de objetos) passa-se à produção direta do espaço como tal" (LEFEBVRE, 2016 [1968], p.111-112). Com base em uma leitura de Lefebvre, Martins (1999, p.25) critica o que se convencionou chamar de economia política no espaço, que parte de uma noção simplificada de espaço, tributária dos estudos locacionais:

> O espaço não é mero receptáculo das coisas produzidas pelas atividades humanas. Como meio e objeto de trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo da manifestação da própria vida. Ele próprio constitui uma forma produtiva, da qual o capital também se apodera para criar as condições gerais de sua reprodução.

Dessa forma, a superação da crise, da qual fala Topalov (1988), em direção a novos rumos da pesquisa urbana parece ter que ver retomada da obra de Lefebvre como centro da discussão da crítica da sociedade. A postura de Lefebvre (2016 [1972]) implica, sobretudo, uma mudança de termos na pesquisa urbana dentro do campo marxista, uma atenta releitura da obra de Marx e uma cuidadosa reflexão sobre o urbano. Lefebvre (2016 [1972]) constrói uma **crítica** da economia política **do** espaço deslocando-o para a centralidade do entendimento do processo de crítica que Lefebvre (1991 [1974]) pareceu captar tão bem em *A produção do espaço*, engajando-se politicamente com a realidade, entendendo o papel político da crítica, retomando o fundamento da teoria marxista: a crítica[12]. Isso significa, portanto, encontrar a política na produção do espaço. Como afirma Martins (1999, p. 28), "No coração da questão pulsa a relação entre espaço e política". Ocorre, dessa forma, a radicalização da crítica. Assim, acredito ser possível retomar o pensamento marxista como pensamento dialético-crítico da realidade (e do seu projeto de modernidade) que a abordagem anterior, a economia política da urbanização, não conseguiu fazer, tendo como foco economicismos sem, necessariamente, situar-se criticamente em relação a eles.

Crítica da economia política e a produção do espaço

[12] Sobre isso, conferir Lefebvre (2016 [1972]), páginas 112 – 114.

É com o desenvolvimento teórico dado à questão da produção do espaço que o filosofo Henri Lefebvre (1991 [1974]; 1999 [1970]; 2016 [1972]) passa a articular a (crítica) da economia política marxista com a dinâmica de produção do espaço. Como aponta Costa (2003), a teoria do espaço lefebvriana constitui uma crítica da economia política do espaço, mas que difere da chamada economia política da urbanização. Colocando a questão do espaço nesses termos, a sua produção traduz as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, condicionando e sendo condicionado não somente na dimensão material, mas nas relações de poder que são inscritas no espaço. Sendo assim, é necessário atentar para uma economia política *do* espaço, ou seja, não uma economia política *no* espaço, mas aquela que o assume como objeto e fim da economia política, já que, em última instância, o espaço é um dos elementos que pode explicar a sobrevivência do capitalismo atual (LEFEBVRE, 2016 [1972]).

Não se trata, portanto, de uma economia política que se ocupa dos "produtos" no sentido corrente do termo: coisas, mercadorias, objetos. Vale lembrar que a produção das coisas no espaço não desapareceu, mas as novas relações de produção implicam a produção do próprio espaço, envolvendo e ampliando as contradições que eram próprias da produção das coisas. O novo registro pelo qual se pretende entender e criticar o modo de produção capitalista passa por recolocar o espaço na dimensão da produção. Significa, portanto, reconhecer que as relações de produção e de reprodução ocorrem, necessariamente, no espaço e, como lembra Lefebvre (2016 [1972], p.123), "são cada vez menos estritamente localizadas, elas se situam agora no espaço como um todo, esse espaço que, ademais, ocupa inteiramente a reprodução das relações de produção".

Partindo da crítica da economia política de Marx (2013 [1867]), Lefebvre (1973) demonstra que o capital deve sempre produzir espaço e reproduzir as relações sociais para garantir sua sobrevivência de acordo com seus imperativos e lógicas próprias. Dessa forma, faz incidir essas ordens de maneira universal sobre o espaço e sobre os indivíduos. O capital, ao longo do processo de reprodução ampliada, consegue inscrever a produção do espaço em seu circuito, de maneira que o espaço passa a cumprir uma determinada lógica de acumulação. Lefebvre (1973, 1991 [1974], 2016 [1972]) argumenta que a produção do espaço tem uma função essencial no capitalismo: "a luta contra a tendência à baixa do lucro médio" (LEFEBVRE, 2016 [1972], p.118).

Esse processo pode ser esquematicamente desenhado como a proposta de Gottdiener (1993 [1991]), que estabelece três características: 1) o espaço é, necessariamente, parte dos meios de produção, especificamente dos meios de trabalho e, ao mesmo tempo, é um mecanismo que reforça as relações sociais de produção; 2) além de ser parte das forças e dos meios de produção, o espaço é, ele próprio, produto dessas relações e, nesse processo, é produzido como mercadoria para ser consumido; 3) é no espaço que se desenvolvem os conflitos de classe.

Nesse sentido, a tese central de Lefebvre (1991 [1974]) é que o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais o seu próprio espaço e seu tempo. É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre todo o espaço suas próprias relações, sem, todavia, deixar de considerar o que reage de volta sobre ele.

O autor busca situar uma primeira aproximação da problemática do espaço que destaca a produção do espaço social como

momento fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista por meio da realização das relações de produção. Nesse sentido, a reprodução do sistema capitalista se faz, necessariamente, no espaço concreto, que é socialmente produzido. Dentro do capitalismo, o espaço, ou melhor, a produção do espaço, é uma condição necessária para a reprodução ampliada do capital. Os imperativos da produção de capital incidem sobre a produção do espaço. Termos como planejamento estratégico, eficácia, rentabilidade, preço e lucro passam a ser adotados. A produção do espaço é elemento fundante da produção capitalista e por causa disso deve satisfazer às necessidades da classe dominante. Dessa forma, a produção do espaço é um reflexo da produção das relações de produção capitalistas. Seguindo os apontamentos de Harvey (2005 [2001]) sobre uma *Geografia do Capitalismo*, pode-se entender que o processo de produção e reprodução do capitalismo está continuamente a produzir e reproduzir o espaço tendo por fundamento sua própria imagem. O domínio do espaço representa a conquista da sociedade.

Sendo assim, tendo sido conquistado pela classe dominante e subjugado aos ideais hegemônicos, o espaço se tornou objeto, veículo e produto do capital. Objeto porque é, hoje, utilizado pelo processo de produção; veículo, porque é o meio do processo de produção; produto, porque é, também, o fim do processo de produção.

É importante ressaltar, portanto, que "a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria" (CARLOS, 2011, p. 60). Ou seja, o espaço transformado em mercadoria se realiza na troca.

Esse marco pode ser tomado no momento em que o capital superou a industrialização como epicentro da acumulação,

esparramando-se para todo o espaço como campo privilegiado da reprodução e da acumulação de capital. Assim, o atual estágio do capitalismo comporta estratégias de produção que não são, simplesmente, produção que ocorre *no* espaço, mas, sobretudo, produção *do* espaço, como estratégia em si mesmo. Como afirma Henri Lefebvre (2016 [1972], p.138):

> A exposição de razões motivando uma "economia política do espaço" faz parte de uma teoria mais ampla, a da produção do espaço. Sejamos claros: "produção do espaço" e não deste ou daquele objeto, desta ou daquela coisa no espaço. A análise ou exposição dessa produção difere radicalmente dos estudos que se multiplicam, que se pretendem "ciência do espaço" e, por conseguinte, não assentam senão sobre representações do espaço (aí incluídas as representações matemáticas), ou sobre fragmentações do espaço (o espaço institucional, o espaço disto ou daquilo, inclusive o "espaço epistemológico").

Como aponta Martins (1999) com base na interpretação da obra lefebvriana, a produção do espaço envolve e internaliza as contradições da realidade na exata medida em que é, ele próprio, um produto social. Dentro dessa concepção, deve-se supor que o espaço contém e está contido nas relações sociais, ou seja, está embebido da economia política do modo de produção vigente e, como não poderia deixar de ser, integrado à suas contradições internas. Lefebvre (2016 [1972]) busca indicar que uma crítica da economia política do espaço não revoga o método ou os conceitos elaborados por Marx (2013 [1867]) ao fazer sua crítica da produção das coisas no espaço. Entretanto, a sua proposta implica transpô-lo para um outro nível, colocando acento nas contradições da produção do espaço como um produto social que incide novamente sobre a sociedade.

É sobre essa contradição da totalização do modo de produção capitalista que se quer refletir quando se afirma que o capitalismo vem sobrevivendo, ao longo de seu desenvolvimento, justamente graças aos mecanismos da produção do espaço. Mas, quanto mais o espaço é atraído para o núcleo do capitalismo, menos há a possibilidade de atenuar suas contradições pela exteriorização, tanto mais que essa mesma produção do espaço toma uma importância decisiva para o capital. Como afirma o próprio Lefebvre (2016 [1972], p.139), "a produção do espaço tende hoje a dominar a prática social".

Deve-se deixar claro que o espaço é sempre produzido imbuído de interesse. Embora tenha a aparência de neutro, como indica Lefebvre (2016 [1972]), o espaço representa os interesses daqueles que dominam sua produção, situando esse domínio como fundamental para a manutenção da classe capitalista no poder.

O modo capitalista de produção, portanto, desde os primeiros momentos de sua reprodução como uma totalidade que tende à universalidade, pode ser descrito como o processo de generalização e expansão das relações mercantis que o potencializa. Mas o capitalismo necessita não somente de generalizar as relações de troca, mas, fundamentalmente, as relações sociais de produção, isto é, as relações sociais específicas entre o capital e o trabalho. E essa tarefa o capitalismo realiza dominando a produção do espaço (LEFEBVRE, 1973). O objetivo dessa lógica é de transformar o valor na forma universal do trabalho abstrato, no fundamento material da tendência à universalização do capitalismo. Dessa maneira, para entender a posição dominante que é exercida pela lógica capitalista na sociedade moderna, é necessário utilizar o desenvolvimento de Lefebvre (1991 [1974]), que designa o espaço produzido dentro desses marcos de espaço abstrato, no qual prevalecem as relações mediadas

pelo dinheiro, pela mercadoria, pelo capital e pelo trabalho abstrato. O espaço abstrato procura, de todas as maneiras, se alojar nas dimensões da existência social como forma de perpetuar a reprodução ampliada do capital e o mundo das mercadorias. Nessa lógica, o espaço no capitalismo se converte em mercadoria para troca e venda que assume as formas fetichizadas e estranhadas próprias do processo de produção das mercadorias. Nas palavras de Lefebvre (1991 [1974], p. 370)[13]:

> O espaço abstrato, que é um instrumento de dominação, sufoca tudo o que é concebido nele e busca sair dele. Embora isso não seja uma característica definitiva do espaço abstrato, não obstante, não há nada secundário ou casual sobre essa tendência. Esse espaço é letal e destrói as condições históricas que lhe deram origem, suas próprias diferenças (internas), e quaisquer diferenças que dão sinais de desenvolvimento, a fim de impor a sua homogeneidade abstrata.

Percebe-se claramente que a produção do espaço (abstrato) está voltada para a reprodução das relações de produção, assim como para a reprodução das forças produtivas. Portanto, é com esses termos que Lefebvre (1991 [1974]; 2016 [1972]) apresenta a necessidade de uma crítica da economia política do espaço.

Nesse sentido, justifica-se o esforço de separar *uma economia política* ***no*** *espaço* de uma *economia política* ***do*** *espaço*. A pequena mudança na preposição tem, na verdade, importantes

[13] Abstract space, which is the tool of domination, asphyxiates whatever is conceived within it and then strives to emerge. Though it is not a defining characteristic of abstract space, there is nevertheless nothing secondary or fortuitous about this proclivity. This space is a lethal one which destroys the historical conditions that gave rise to it, its own (internal) differences, and any such differences that show signs of developing, in order to impose an abstract homogeneity (tradução minha).

desdobramentos teórico-metodológicos. A primeira diz respeito a uma concepção de espaço entendido como receptáculo das ações, como mero palco, ao passo que a segunda passa a assumir, na imbricada dialética espacial lefebvriana, o espaço como produto e produtor das relações sociais.

> Lefebvre afirma que "o espaço (social) é um produto (social)". O espaço precisa ser entendido no contexto do modo de produção de uma época particular. Apesar da atenção de Lefebvre ao papel das ideias, reconhece a importância das forças e das relações de produção (ELDEN, 2004, p.184)[14].

Para entender a tese fundamental do pensamento de Lefebvre (1991 [1974]), é necessário, antes de tudo, assumir que o espaço está fundamentalmente atado à realidade social e que, portanto, ele não existe em "si mesmo". O espaço está necessariamente integrado à prática social e, sobretudo, é resultado e pré-condição da produção da própria sociedade. Nesse marco, pensar a produção social do espaço é pensar a sociedade que o produziu, resultado direto do trabalho social desprendido no processo de objetivação do social. O espaço é um meio, não um fim (LEFEBVRE, 2016 [1968], p. 44).

O espaço é resultado da prática social, produzido pelas relações sociais de produção e, dessa forma, carrega consigo as contradições da realidade. Com o funcionamento do capitalismo ocorre uma constante programação ou padronização das práticas sociais voltadas para a realização da reprodução ampliada do capital

[14] Lefebvre states that '(social) space is a (social) product'. Space needs to be understood in the context of the mode of production of a particular epoch. Despite Lefebvre's attention to the role of ideas, he does recognize the importance of forces and relations of production (tradução minha).

e estas, por sua vez, apesar de incidirem sobre o espaço, são, também, determinadas por ele em uma relação dialética que Soja (1996 [1989]), numa interpretação lefebvriana, denomina de dialética socioespacial como forma de designar a dupla determinação entre relações sociais e relações espaciais.

Nesse sentido, o espaço é o resultado dessa relação dialética, estando constantemente imbricado na produção de formas socioespaciais por intermédio dos processos também socioespaciais. Relações sociais se realizam na forma de relações espaciais. Como afirma Harvey (1989), as relações sociais **são** espaciais. Denomina-se isso, por conseguinte, já que toda relação social é uma relação política, de uma política do espaço. Assim, por meio da produção do espaço pelos indivíduos, cria-se uma construção política.[15]

Vale, por fim, citar que a obra de Henri Lefebvre passa por um novo momento de reapropriação, curiosamente ocorrendo em sua maior parte fora da França. Essa nova leitura de Lefebvre, que ganha relativa importância no debate contemporâneo sobre teoria urbana crítica busca recuperar o "prolífico filósofo que teorizou sobre a vida cotidiana e a produção do espaço" (KIPFER; GOONEWARDENA; SCHMID, 2008, p.11)[16]. Essas passam a ser as categorias centrais que muitos autores atualmente trabalham a partir do legado deixado por uma *crítica da economia política do espaço*.

Considerações finais

[15] Lefebvre (1991 [1974], p.125) afirma: "there is a politics of space because space is political".

[16] prolific philopher who theorized everyday life and the production of space (tradução minha).

Diante da relevância que a produção do espaço alcançou para a realização do processo de acumulação capitalista e considerando suas dinâmicas intrinsecamente contraditórias que aparecem como "contradições do espaço", é necessário compreender os aspectos desse processo, para, assim, elaborar uma crítica. O artigo é um breve esforço de sistematizar alguma das teorias correntes que foram produzidas desde a segunda metade do século XX, numa tentativa de colocar num quadro analítico mais amplo as diferentes contribuições desenvolvidas pelos autores que se debruçaram sobre o tema.

Como foi visto, essa forma de conceber o espaço urbano passou por uma crise, derivada de uma crise do próprio marxismo que lhe servia de base. Ao mesmo tempo, ocorreu nas práticas espaciais um verdadeiro assalto neoliberal que intensificou à produção capitalista do espaço. Embora parte do pensamento que se diga crítico tenha adotado um enquadramento que assume as categorias do sistema capitalista como pressupostas, ocorre hoje diversas tentativas de aprofundar e radicalizar a teoria urbana crítica. Um balanço das apropriações contemporâneas em curso, muita das vezes inspiradas nos autores aqui tratados, ainda esta por ser feita.

Foi discutido aqui uma produção bibliográfica que se desenvolveu em um determinado contexto – em geral a Europa da segunda metade do século XX. E, portanto, muitas formulações não cabem transposições simplistas entre o cenário analisado por eles e o território que nos encontramos. Da mesma forma, o tempo mudou e hoje uma nova forma de produzir o espaço urbano parece estar em curso. Nesse sentido, cabe ressaltar que é fundamental a continua

elaboração da teoria urbana crítica. Hoje sua formulação é, talvez, mais necessária do que nunca.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. 1978. **The crisis of Marxism**. Londres: Ink Links.

ARANTES, Pedro Fiori. 2009. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos**, n.83, p.103-128.

BADIOU, Alain. 1985. **Peut-on penser la politique**. Paris: Éditions du Seuil.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. 2015. Towards a new epistemology of the urban?. **City**, v.19, n.2-3, p.151-182.

BOURDIEU, Pierre. 2001. **Contrafogos: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Zahar.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2011. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto.

CASTELLS, Manuel. 2014 [1976]. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTORIADIS, Cornelius. 1992. The crisis of marxism, the crisis of politics. **Dissent magazine**. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/article/the-crisis-of-marxism-the-crisis-of-politics Acesso em: 22 de maio de 2017.

COSTA, Geraldo. 2007. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? **Etc espaço, tempo e crítica**, n.2, v.1, julho-setembro, p.5-20.

COSTA, Geraldo. 2013. Aproximação entre teoria e prática: reflexões a partir do pensamento do Henri Lefebvre. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.168-189.

ELDEN, Stuart. 2004. **Understanding Henri Lefebvre**. London: continuum books.

ENGELS, Friedrich. 2008 [1845]. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo.

ENGELS, Friedrich. 2013 [1872]. Prefácio da segunda edição d'O Capital. In: MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo.

FAINSTEIN, Susan. 1997. Justice, politics and the creation of urban space. In: Merryfield, A. Swyngedouw, E. (Orgs.) **The urbanization of injustice**. New York: New York University Press, p.18-44.

GOTTDIENER, Mark. 1993 [1991]. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp.

HARVEY, David. 1978. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, n.2, v.1, p.101-131.

HARVEY, David. 1989. **The Urban Experience**. Baltimore: John Hopkins Univeristy Press.

HARVEY, David. 2005 [2001]. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume.

HARVEY, David. 2009 [1973]. **Social Justice and the city.** New York: Verso books.

HARVEY, David. 2011. The urban roots of financial crises: reclaiming the city for anticapitalista struggle. **The Socialist Register**, v.48, p.1-35.

HARVEY, David. 2012. **Rebel cities: from right to the city to urban revolution**. New York: Verso Books.

HARVEY, David. 2017. **Ways of the world**. New York: Verso books.

KIPFER, Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka; SHMID, Christian. 2008. On the production of Henri Lefebvre. In: GOONEWARDENA, Kanishka; KIPFER, Stefan; MILGRAM, Richard; SHMID, Christian. (Orgs.). **Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre**. New York: Routledge.

LEFEBVRE, Henri. 1973. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião.

LEFEBVRE, Henri. 1983 [1980]. **La presencia y la ausenscia**. México: Fondo de Cultura Económica

LEFEBVRE, Henri. 1991 [1974]. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing.

LEFEBVRE, Henri. 1992 [1968]. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática.

LEFEBVRE, Henri. 1999 [1970]. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEFEBVRE, Henri. 2016 [1972]. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LOJKINE, Jean. 1981 [1977]. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes.

MAGALHÃES, Felipe. 2015. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea**. (Doutorado). Instituto de Geociências. Belo Horizonte: UFMG.

MARTINS, Sérgio. 1999. Crítica a economia política do espaço. In: Amelia Damiani, Ana Fani Carlos, Odette Seabra (Orgs.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, p.13-41.

MARX, Karl. 2013 [1867]. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo.

PRETECEILLE, Edmon. 1976. Urban Planning: the contradictions of capitalist urbanization. **Antipode**, VIII, p.69-76.

SANFELICI, Daniel. 2013. Financerização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **EURE**, v.39, n.118, p.27-46.

SOJA, Edward. 1996 [1989]. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar.

TOPALOV, Christian. 1979. **La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol Mexico.

TOPALOV, Christian. 1988. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates**, ano 8, n.23, p.05-30.

TOPALOV, Christian. 2013. Trente ans de sociologie urbaine. Un point de vue français. **Métropoliques**. Disponível em: http://www.metropolitiques.eu/Y-a-t-il-des-urban-studies-a-la.html Acessado em: 18 de maio de 2017.

Submetido em: 26 de novembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 23 de março de 2021.

Aprovado em: 29 de março de 2021.

DA METRÓPOLE E DO NÃO-SER: SOBRE INTERDIÇÃO, BRANQUITUDE E A EXPERIÊNCIA NEGRA NO URBANO

THE METROPOLIS AND THE NON-BEING: ABOUT INTERDICTION, WHITENESS AND THE BLACK EXPERIENCE IN THE URBAN

LA MÉTROPOLE ET LE NON-ÊTRE : SUR L'INTERDICTION, LA BLANCHEUR ET L'EXPÉRIENCE NOIRE DANS L'ESPACE URBAIN

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

Doutorando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM/PUC-Rio)
felipetaumaturgo2@hotmail.com

Resumo:
O artigo objetiva reunir elementos dispostos a questionar processos que envolvem a experiência do espaço urbano a partir da vida negra. Partimos de uma lógica que compreende a metrópole do período atual por meio de um emaranhado de possibilidades tecnológicas e de instrumentos de segurança que inviabilizam e interditam a experiência de negros e negras, lógica perversa que se desenvolveu por meio de processos-projetos de longa duração alinhados à paranoia branca. O método proposto esteve apoiado no diálogo com a inspiração foucaultiana da interdição do discurso, presente no espaço interdito de Joseli Silva, além da inserção do "esquema corporal" fanoniano. A partir dessa associação, concluímos que os atuais códigos metropolitanos, forjados pela materialização do medo branco na forma de militarização e de controle, transformam não só a relação corpo-espaço pela negação de sua presença, mas também o próprio psiquismo de negros e de negras na conformação do trauma.

Palavras-chave: espaço interdito; urbanismo militar; pensamento afrodiaspórico; corpo.

Abstract:
The article aims to bring together elements willing to question processes that involve the experience of urban space based on black life. We start from a logic that understands the metropolis of the current period through a tangle of technological possibilities and security instruments that make impossible and interdict the experience of black men and women, a perverse logic that has developed through long-term processes-projects aligned with white paranoia. The proposed method was supported by the dialogue with the Foucauldian inspiration of the interdiction of the discourse, present in Joseli Silva's interdicted space, besides the insertion of the Fanonian "body schema". From this association, we conclude that the current metropolitan codes, forged by the materialization of white fear in the form of militarization and control, transform not only the relation body-space through the denial of its presence, but also the very psyche of black men and women in the conformation of trauma.

Keywords: interdict space, military urbanism, aphrodiasporeal thinking, body.

Résumé
L'article vise à rassembler des éléments qui contribuent à questionner les processus concernant l'expérience de l'espace urbain pour les vies noires. Nous partons d'une logique qui comprend la metrópole actuelle par un enchevêtrement de possibilités technologiques et d'instruments de sécurité qui rendent impossible et interdisent l'expérience des hommes et des femmes noirs, une logique perverse qui s'est développé à travers des processus-projets de long terme alignés avec la paranoïa blanche. La méthode proposé est baséé sur le dialogue entre l'interdiction du discours, présent dans le concept d'espace interdit par Joseli Silva (d'inspiration foucaltienne) et le "schéma corporel" fanonien. De cette association, nous concluons que les codes métropolitains actuels, forgés par la materialisation de la peur blanche sous la forme de militarisation et de controle, transforment non seulement la relation corps-espace par le déni de sa présence, mais aussi la psyché des hommes et femmes noirs dans la conformation du Trauma.

Mots-clés: espace interdit, urbanisme militaire, pensée afro-diasporique, corps.

Introdução

Este artigo[1] é uma tentativa de imaginar processos relativos à vida negra na metrópole a partir da categoria de "espaço interdito" proposta por Silva (2013). A ideia é analisar os pressupostos da branquitude presentes na produção do espaço que inviabilizam a reprodução dos discursos espaciais oriundos de corpos negros na cidade e compreender a maneira que esses mecanismos produzem o que Fanon intitulou como "zona de não-ser" na metrópole.

Nossa organização metodológica se orientou pela possibilidade de caracterizar "abstrações concretas" (LEFEBVRE, 2008) da experiência vivida por negros e por negras no urbano, mas ainda distantes de implicações explicitamente empíricas. Na construção, analisamos referências bibliográficas preocupadas com a questão racial no contexto urbano, além de nos atentarmos à análise de alguns veículos de comunicação inclinados à dinâmica da segurança pública, com foco na militarização da vida.

Os principais interlocutores para a discussão estão mais próximos de uma abordagem que privilegia a produção do espaço interdito, requerendo também a inserção da questão racial enquanto plataforma necessária para pensar o passado, o presente e o futuro dos estudos urbanos. Além disso, chamamos atenção para a dimensão psíquica presente na conflituosa produção da metrópole, historicamente atravessada por um corte racial que terá impactos significativos na maneira a qual negros e negras experimentam a cidade.

[1] Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Alvaro Henrique de Souza Ferreira (UERJ-FEBF/PUC-Rio) e realizado com auxílio concedido pela Coordenação Central de Pós-Graduação da PUC-Rio.

O texto está estruturado em três partes: a primeira preocupada com a busca por aproximações entre a vida negra e o debate acerca do "espaço interdito", no entendimento de que por mais que a cis-heteronormatividade e a branquitade apresentem configurações extremamente diferentes, são estruturas de dominação que conservam elementos de interdição à experiência urbana de sujeitos específicos na cidade; a segunda se inclina às políticas de segurança inscritas na metrópole carioca que se reverberam enquanto um novo urbanismo, militarizado e sitiado nos discursos que produzem o espaço (GRAHAM, 2016), na compreensão de que o corpo negro, historicamente, é o principal alvo a ser interceptado; e uma última seção que se desloca aos efeitos psíquicos deste modelo urbano que tem na branquidade a forma circunstancial para se compreender a reprodução da vida, transformando o "esquema corporal" (FANON, 2008) de negros e de negras e a forma a qual estes se apropriam e produzem o espaço.

Para Silva (2013), principalmente a partir da inspiração em Duncan (1990) e Foucault (1996), a experiência urbana é produzida por discursos, muitas vezes contrastantes, inscritos no espaço. Na reflexão da geógrafa feminista, a preocupação se assenta na relação entre a produção do espaço e a vivência travesti em Ponta Grossa (PR), reflexão que em uma primeira aproximação parece distante da qual buscamos aqui, embora represente conexões profícuas em relação a outros sujeitos que não são vislumbrados enquanto potenciais produtores do espaço por uma lógica instrumental e racista de reprodução da vida urbana, como no caso de corpos negros.

Influenciada por Foucault, Silva lembra que a noção de discurso está para além da região da linguagem, já que se articula a outros elementos e forma uma rede complexa de possibilidades de

compreensão e de desenvolvimento teórico, na leitura da autora, associável à produção do espaço. Nas linhas de Silva (2013),

> (...) o espaço é simultaneamente formado pelo discurso e parte dele, constituindo um contínuo movimento da realidade espacial impregnada pelas relações de poder. O poder produz determinados saberes sociais que se fazem nas práticas espaciais cotidianas e, sendo assim, os discursos são irredutíveis à linguagem. (...) O discurso apresenta uma ordem própria, e esta se realiza por meio de uma trama conceitual que lhe dá sentido e se impõe a todos aqueles que fazem parte de um determinado campo discursivo (p. 156).

O discurso, bem como o espaço, apresenta uma dimensão de controle e de regulação no que se refere à reprodução da sociedade, o que condiciona a um grupo dominante, quase sempre dotado de poder, mediar quem fala e o que fala, mecanismo que em linhas foucaultianas se afirmaria por meio de diversos procedimentos, sendo um deles a interdição. Nessa realidade se reproduzem três formatos principais de interdição, que se entrecruzam e se conectam de maneira dependente: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado (FOUCAULT, 1996), possibilidades que se reverberam mais firmemente na sexualidade e na política, campos que estão associados à produção do espaço.

Concordando com Foucault (1996), Silva (2013) destaca os temas sobre os quais não se pode falar (tabu); relaciona os discursos que só podem ser expostos e comunicados em situações específicas (ritual da circunstância); além de ressaltar que não é qualquer sujeito que pode enunciar um discurso, já que esta realidade dependeria de determinada posição dominante de poder (direito privilegiado ao sujeito que fala).

A interdependência entre os formatos de controle discursivo dá o sentido essencial da discussão de Silva (2013), sobretudo quando ressalta a possibilidade dissonante de outros discursos presentes na vivência urbana. Como a autora se debruça acerca da experiência travesti, demonstra que os sujeitos ou grupos que estejam para além do discurso da heteronormatividade sofrerão impactos imediatos dos mecanismos de interdição colocados na abordagem foucaultiana.

Inspirado pela suntuosa leitura de Silva (2013) acerca da noção de discurso em Foucault (1996), chegamos à principal construção hipotética de nossa discussão. Ora, se a sociedade moderna ocidental apregoa a cis-heteronormatividade enquanto padrão uno, deslocando qualquer alternativa discursiva como pressuposto abjeto, podem ser percebidas outras interpretações de produção do espaço interdito[2], como no caso do negro inserido em um espaço da branquitude.

A branquitude, então, se configura enquanto principal marcador das interdições espaciais que envolvem a condição do negro nas metrópoles brasileiras. Para Bento (2000), essa relação está imbricada ao reconhecimento do branco enquanto problema a ser estudado e investigado, caracterização que se ratifica mediante a superposição do branco necessariamente vinculada à exclusão moral do corpo negro, que pode estar assentada em formas mais brandas, como a discriminação, ou mais severas, no formato do genocídio.

Segundo Bento (2000), os processos de discriminação e de genocídio são atravessados por um elemento circunstancial, que é o

[2] Não queremos estipular uma relação comparativa entre as realidades das travestis e de negros e negras, apenas reconhecemos a noção de interdição enquanto uma possibilidade elementar para o desenvolvimento de uma teoria urbana mais preocupada com a dimensão racial.

medo. “O medo do diferente, e em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente” (p. 7), nas linhas da autora. Essa paranoia do branco significou, se analisarmos eventos mais largos, processos-projetos de branqueamento em algumas políticas de Estado no Brasil, como o estímulo à imigração europeia no período pós-abolição.

Mbembe (2014) parece ir ainda mais longe do ponto de vista temporal e reconhece a paranoia branca como uma narrativa já presente nos *plantations*, não só no Brasil, mas em outras partes da América, como o Caribe e o Sul dos Estados Unidos. Para o filósofo e historiador camaronês, a produção do negro ocorre mediante sua construção enquanto corpo a ser explorado por um poder senhorial, portanto, qualquer divergência insubordinada significaria um acirramento de um receio do branco. A rebeldia do negro era compelida por um arquétipo de violência trágica, que segundo o autor apresentava uma dimensão ambígua, de sutura e de saturação da relação entre o senhor e o escravo. Ou seja, como ainda não havia uma consolidação efetiva da relação servil, esta apresentara uma série de interrupções causada pela revolta negra.

> De tempos em tempos, ela explodia na forma de levantes, insurreições e complôs de escravos. Instituição paranoica, a plantation vivia constantemente sob o regime do medo. Em vários aspectos, cumpria todos os requisitos de um campo, de um parque ou de uma sociedade paramilitar. O senhor escravagista podia muito bem fazer sucederem-se as coerções, criar cadeias de dependência entre ele e os seus escravos, alternar terror e benevolência, sua vida era permanentemente assombrada pelo espectro do extermínio. O escravo negro, por sua vez, ou bem era aquele que se via constantemente no limiar da revolta, tentado a

> responder aos apelos lancinantes da liberdade ou da vingança, ou então aquele que, num gesto de sumo aviltamento e de abdicação radical do sujeito, procurava proteger a própria vida deixando-se utilizar no projeto de sujeição de si mesmo e de outros escravos (p. 44).

Oliveira (2020), a partir de Giddens (2007), margeia a relação com o medo branco ao reconhecer a ideia de "risco" enquanto introjeção na sociedade ocidental. Isso se dá a partir das caracterizações da paranoia branca presente nas incertezas oriundas das grandes explorações, sendo também uma compreensão apreendida no próprio navio negreiro, no cerne da dificuldade do branco ao almejar controlar e disciplinar corpos negros.

No momento atual, sobretudo no que se refere ao urbano, o medo branco terá impactos visíveis nas políticas que envolvem a produção do espaço e a circularidade de corpos negros pelo território. Grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, parecem bons exemplos desta questão. A autossegregação condominial característica de alguns bairros, como a Barra da Tijuca e o Recreio; os cortes em linhas de ônibus que ligavam áreas mais pobres da Zona Norte às praias da Zona Sul carioca e o assassinato de negros e de negras por meio de políticas de segurança pública que parecem direcionar firmemente quais os alvos a serem interceptados são inscrições discursivas da exclusão moral da branquitude a partir do medo branco.

Instrumentos da interdição: o corte racial no "novo urbanismo militar"

A problematização da raça se torna uma analítica indispensável para a produção subjetiva de um espaço interdito. Para Mbembe (2014), três momentos marcam a biografia das incalculáveis propensões catastróficas

originadas pela raça: a) o mercado de escravos do século XV ao XIX; b) o acesso à escrita e a tentativa do negro se prostrar "completo" no mundo, com gigantescas lutas, como a revolução haitiana, as lutas pela descolonização, a luta contra o *Apartheid* e pelos direitos civis nos EUA; c) a globalização e o neoliberalismo como égide de um mundo militarizado, constituído por impérios da tecnologia e regidos pelo capital financeiro.

Em uma primeira aproximação, apropriar-me-ei principalmente do último elemento colocado por Mbembe, por ser uma lógica diretamente associada à constituição metropolitana do presente. A lógica neoliberal transforma a condição do ser a partir da sua incursão em uma vida cotidiana atravessada por normas, por máquinas e por operações financeiras, além da naturalização da indiferença prevista por relações sociais paranoicas e inclinadas à reprodução do medo e das políticas de controle e segurança. Segundo Mbembe (2014), este sujeito não tem muito a ver com o humano alienado da Primeira Revolução Industrial europeia, porque as introduções do presente o conformam enquanto prisioneiro do próprio desejo, ávido dependente da imediata apropriação pelas normatizações do mercado e da sua ignorante condição flexível. Mas além disso, são nas frestas do período atual que as caracterizações acerca da raça também se preenchem por outros ordenamentos, significando também diferentes alternativas de enfoque.

De acordo com Mbembe (2014), a violência subjetiva e corporificada na condição do negro se consolidou, desde a formação da modernidade/colonialidade, como materialização da circunstância subalterna. No geral, o corpo negro foi exposto à produção histórica da catástrofe presente nas guerras coloniais e essa lógica não foi extinta, pelo contrário, foi fragmentada e complexificada pela convergência de possibilidades da captura e do sequestro de forma ainda mais eficiente.

Como lembra Haesbaert (2014), esta dinâmica levanta uma contradição interessante, pois ao passo que existem formas extremamente sofisticadas para o aprimoramento de processos de controle populacional e territorial, também se caracterizam manifestações rudimentares de separação e de reclusão humana, como muros e cercas, mas, seguindo além, de genocídio e de extermínio em nome da segurança e da contenção dos riscos. Assim, reunindo velhas e novas técnicas, tais práticas se associam na metrópole do presente.

Nossa perspectiva compreende que, mesmo em diferentes períodos históricos, as conjecturas que produzem a interdição se caracterizam por vítimas racialmente muito específicas, e no caso do Rio de Janeiro, principal constituição empírica da análise, tal realidade parece evidente. A reclusão territorial e populacional introduzida por Haesbaert (2014) também se realiza por meio da produção histórica de um espaço criminalizado que tem raízes históricas no Quilombo, como brilhantemente proposto por Campos (2005).

Nesse ponto de vista, a produção do espaço do Rio de Janeiro parece emblemática por alguns aspectos históricos fundamentais, como ter sido a cidade que mais recebeu negros escravizados em toda a América (CICALO e VASSALLO, 2015) e essa realidade estar grafada nos corpos e na paisagem da metrópole carioca (GUIMARÃES, 2015). De forma unívoca, se a concepção de raça se confunde com a formação da modernidade/colonialidade, a história da cidade se caracteriza como mediação desse projeto eficiente e catastrófico que se ancorou nos confins do humano. Como lembra Gilroy (2001), na constituição do conteúdo diaspórico e da herança africana presentes no Atlântico Negro, "falar do Brasil causa hesitação". Sabendo que a cidade abrigava o principal porto

do país, cabe o questionamento: se o Brasil causa hesitação, o que o Rio de Janeiro causaria?

Como a análise imagina essa discussão a partir do racismo, da ausência e do genocídio, arrisco dizer que o Rio de Janeiro, nos termos de Fanon (2008), causaria raiva e desejo de vingança, ainda que na maioria das vezes, na indústria cultural, o negro seja projetado como um ser dócil, manso, incapaz de se revoltar contra sua própria condição de subalternidade, principalmente em um país diverso como o Brasil, onde a concepção da "democracia racial" contribuiu para a asfixia dos debates preocupados com a dimensão da raça e do racismo.

A utilização da barbárie pelos códices financeiros do período atual fomenta um campo rugoso de sublimação da subjetividade (MBEMBE, 2014) e essas condições atualizam as inflexões da raça enquanto alternativa de incremento à subordinação de grupos localizados em espaços específicos da cidade, como no caso das favelas cariocas. Essa alçada permite uma incursão mais objetiva na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, sobretudo por meio de uma "gestão necropolítica" da metrópole (OLIVEIRA, 2014).

O debate da necropolítica, ancorado por Mbembe (2016), parece cada vez mais difundido no período atual e a leitura é simples: relaciona a atribuição de políticas no sentido de causar mortes. A escolha histórica sobre quem deve ou não viver, presente em discussões que se aproximam do biopoder para Foucault e da vida nua para Agamben, são aprofundadas pela noção de que alguns sujeitos não deveriam viver, ou mais profundamente, não deveriam viver em determinados espaços. No caso do Rio de Janeiro, essa aproximação parece sintomática, principalmente se considerarmos as ocupações militares que se intensificaram na cidade desde os anos 90, com a consolidação do combate ao tráfico de drogas,

direcionando ao Estado o poder decisório sobre o grupo, o sujeito, ou o corpo a ser eliminado.

A metrópole absorve um caráter de exceção, como na referência feita por Vainer (2011) a Agamben (2004), em que esta realidade condiciona a ocupação de um território mediante o controle do seu conteúdo físico e geográfico, o que em uma perspectiva mais longa remete à replicação de modelos historicamente forjados na construção da modernidade/colonialidade e que foram fundamentais para supressão de populações indígenas, em um primeiro momento, e negros escravizados em outros.

A "ocupação colonial" de Fanon lembrada por Mbembe (2016), em associação aos fins políticos-administrativos do controle metropolitano sobre a colônia, soa como concatenação necessária e imprescindível ao diálogo de Haesbaert (2014) com Pacheco Oliveira (2014), principalmente na discussão que permeia a dinâmica de controle territorial por meio dos processos de pacificação na metrópole do Rio de Janeiro. Por mais que não exista um diálogo direto entre os quatro autores, imaginar povos "pacificados" na posterioridade de uma territorialização pelo *Outro* apresenta os elos necessários para a consolidação do processo do extermínio como constructo político, subjetivo e, também, epistemológico.

Essa caracterização remonta aos marcos da analítica da colonialidade, ao que Maldonado-Torres (2019) chama de "catástrofe metafísica". Para o autor, a noção de catástrofe diz respeito à inclinação perversa da civilização ocidental à naturalização do combate e à guerra perpétua como reproduções eficazes de projetos de vida colonial. O cotidiano metropolitano, seja em seu sentido mais estrito para a época atual, caracterizado pela experiência urbana, ou em períodos históricos mais próximos da conformação da modernidade/colonialidade, carrega

consigo certa intuição característica de um modelo orgânico de valorização do extermínio. Não é caro reconhecer que o projeto metropolitano não existiria sem essa condição perene voltada à eliminação corporal, subjetiva e epistêmica do outro.

Para Graham (2016), a constituição metropolitana do presente se alinha às determinações de diferentes ordens de poder que atuam, a partir do seu diálogo com Foucault, em "efeito bumerangue" entre países do Norte geográfico e países do Sul geográfico[3]. As inovações tecnológicas que conformam o estribo necessário para as políticas de segurança e o mercado de ações que envolvem o campo das relações de disciplina, parecem cada vez mais difundidas pela organização da sociedade e, consequentemente, da produção do espaço das principais metrópoles do mundo. Esta associação é possível por meio da construção de conjecturas que reconheçam o caráter limitado geograficamente das proposições de Graham (2016), o que não significa a impossibilidade de associação, pelo contrário.

No texto que prefacia a edição brasileira da obra de Graham, escrito por Souza (2016), existe uma atenção especial e necessária ao limiar da análise conduzida pelo geógrafo britânico, ainda que também se atente para o caráter inovador e fundamental do livro para compreender a profusão metropolitana e o contexto globalizante que torna a homogeneização da militarização urbana como uma condição para o desenvolvimento da metrópole.

> Na perspectiva do "Norte global" (que é a de Graham, ainda que de um ponto de vista

[3] Entendemos que esta distinção é extremamente engessada, mas bem como para o autor, aqui se torna uma possibilidade de apoio para fins didáticos e de construção textual.

> eminentemente crítico), o problema fundamental é aquilo que o Estado e o capital privado protagonizam em meio à chamada "guerra ao terror" – que, como todos sabemos, não é travada apenas "em casa", mas também nos países e nas cidades do "Sul global". No Sul, em contraste, a "militarização da questão urbana" tem sido impulsionada, acima de tudo, pelo combate à criminalidade violenta ordinária, seja aquela associada ao crime organizado (ou àquele "semiorganizado", que corresponde à maior parte do tráfico de drogas de varejo), seja associada ao crime não organizado (SOUZA, 2016, p. 13).

A elaboração de Souza (2016) é interessante, ainda que curta, porque possibilita a abertura de condições de inserção analítica envolvendo "o novo urbanismo militar" e a produção do espaço das metrópoles brasileiras, das quais no caso a que mais interessa é a do Rio de Janeiro. Souza retoma alguns exemplos locais que, a partir da situação do Brasil, estariam associados ao "efeito bumerangue" trazido por Graham (2016) à discussão. Em resumo, o "efeito bumerangue" se dá no sentido de perceber como as intervenções coloniais no Sul Global (América Latina, Ásia e África), mediadas pela violência, e o controle, utilizado por países do Norte, serviram como parâmetro de eficácia e foram replicados no contexto local para a consolidação de políticas de controle populacional e para a contenção territorial (HAESBAERT, 2014).

Um ponto importante tocado por Souza (2016) é lembrar que o movimento do bumerangue não se dá apenas em sentido Norte-Sul, desde os países colonialistas tradicionais do Norte em direção aos colonizados do Sul, mas também entre algumas lideranças geopolíticas regionais, como na própria missão de paz da ONU chefiada pelo Brasil no Haiti. Essa dinâmica remonta a um certo "subimperialismo" enunciado pelo autor, mas também ao "colonialismo interno" proposto por Casanova (1963). No

caso, a intenção brasileira se pautava por "preparar" as tropas nacionais para os conflitos urbanos das favelas brasileiras, no combate ao tráfico de drogas e qualquer outra possibilidade de disputa em defesa de certa paz interna.

Na leitura de Gilroy (2001), preocupado com a dinâmica transescalar da diáspora africana que contribuiu para a conformação da modernidade europeia e inaugurou certo sentido metropolitano para as principais centralidades do mundo, há a inclusão da questão cultural como uma possibilidade de encontro de África com os territórios construídos na América.

Gilroy lembra sobre a situação brasileira e a diáspora da canção de Gil ao dizer que "O Haiti é aqui", já que os dois países têm suas matrizes ancoradas em África. Nesse caso, por meio da perspectiva de longa duração que permeia as condições de formação societária do continente americano, alinhadas à conjectura do bumerangue proposto por Graham (2016) e trazido à situação brasileira por Souza (2016), diria que a metrópole do presente, sobretudo o Rio de Janeiro, guarda a contradição proeminente da diáspora que se revela em termos ancestrais e culturais, grafados na corporeidade do negro e na herança africana, mas também revelam o rosto violento da captura, do sequestro e do próprio corpo ausentado, o alvo característico que se espacializa nas favelas cariocas ou nas ruas de Porto Príncipe.

A interdição branca e a clínica: o trauma negro no espaço

Em nossa leitura, uma das características mais evidentes da consolidação do espaço interdito produzido pela branquitude se relaciona com os reflexos psíquicos a partir da interceptação de corpos

negros no cotidiano urbano. Se em uma primeira aproximação nos dedicamos a pensar o nascituro deste modelo de asfixia da vida negra a partir do branco enquanto problema, agora inclinamos a compreensão a um sentido que vislumbre elucidar como um problema branco se transformou em um problema negro, na constituição racista que inviabiliza a constituição deste negro enquanto ser.

Nenhuma outra argumentação sobre a vivência do negro está tão bem colocada quanto no livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Fanon (2008), e esta realidade fica evidente na sua preocupação com a "experiência vivida do negro". A tese de Fanon remonta à necessidade de o negro precisar vestir máscaras brancas para se elevar à condição de humano, conseguir ser. O psiquiatra e revolucionário martinicano se debruçou acerca da realidade de um olhar branco sobre a vida negra, a aprisionando em um lugar de submissão e de subumanidade. No início da obra, Fanon estipula esta clausura como uma "zona de não-ser". Nas linhas do autor, "(...) uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer" (2008, p. 26).

A zona de não-ser reunirá elementos circunstanciais da interdição produzida largamente pela paranoia branca proposta no primeiro tópico, além dos instrumentos de delimitação física e de contenção de corpos e territórios localizados no segundo momento do texto. Por outro lado, a dimensão do ser se abre a outras condições fundamentais para o debate, que é a interdição por meio de um atravessamento produzido pelo racismo que se reverbera na relação que o negro constrói com o espaço a partir de externalidades do branco, mas que em algum momento estará situada em uma disputa do negro consigo mesmo.

De acordo com Fanon (2008), a partir deste olhar branco, agente produtor da zona de não-ser, o negro passa a sofrer consequências implicadas ao que chama "esquema corporal" (2008, p. 108). O movimento do corpo negro deixa de ser natural, já que a todo momento precisa estar enquadrado ao que é visto como razoável pela brancura. "Faço todos esses gestos não por hábito, mas por um conhecimento implícito. Lenta construção de meu eu enquanto corpo, no seio de um mundo espacial e temporal, tal parece ser o esquema" (FANON, 2008, p. 108), escreve o autor.

Em nossa concepção, o "mundo espacial e temporal" da branquitude será o marcador da relação imediata entre o "mundo espacial e temporal" e o corpo negro. O problema branco se torna problema negro, no que se refere ao espaço, quando este é produzido a partir de uma razão amparada por um desejo branco. O espaço interdito enunciado por Silva (2013) em diálogo com Foucault (1996), no que tange à vida negra, é orientado por uma série de entroncamentos oriundos de uma realidade branca. Os efeitos desta circunstância são sintomáticos na patrimonialização da cidade (GUIMARÃES, 2015) ou nas políticas de segurança pública (OLIVEIRA, 2014; PATERNIANI, 2016), e se refletem na maneira com a qual negros e negras se enxergam no espaço, mas também significam outras direções no campo psicopatológico.

Fanon (2008) evidencia esta construção quando exemplifica a chegada de um calouro negro em Sorbonne, já que para ele, antes deste iniciar seu esquema corporal próprio, uma série de elementos dados a partir da caracterização racista já se perpetuam a sua volta. Ele precisa falar diferente, talvez necessite se vestir adequadamente ou até mesmo de forma mais formal do que o que é comumente realizado, também é

preciso que não chame atenção. É reconhecer, concordando com Fanon e Sartre, que a cor é o sinal mais visível da raça (o que inclusive é utilizado pelo martinicano para diferenciar o preconceito racial em relação a judeus e a negros).

Quando pensamos a metrópole e, mais precisamente, as metrópoles de um país que fora colonizado e tem a marca do racismo de forma tão profunda, o calouro negro na Sorbonne exposto por Fanon (2008) está muito mais próximo do que se imagina. A experiência urbana de um jovem negro brasileiro, por exemplo, é crivada por uma série de recomendações, sobretudo quando estas grafias corporais são incrustadas em espaços específicos da cidade.

Será difícil reconhecer um jovem negro que ande sem a carteira de identidade, também será difícil perceber algum jovem negro que resida em área de periferia e nunca tenha sido abordado de forma mais contundente por alguma operação militar. Nos *shopping centers*, nos cinemas, nas praias, estes gestos corporais são a todo momento condicionados pela exaltação perene da branquitude enquanto modelo de apropriação do espaço a ser reivindicado e realizado.

Considerações finais

A noção de espaço interdito é uma categoria potente e ainda pouco visível nos grandes debates colocados na Geografia. É fundamental reconhecer a propensão de uma busca que talvez cause ambiguidade, mas que apenas almeja encontrar alternativas a uma certa miopia da teoria urbana. Há uma necessidade substantiva de angariar enfoques que estejam para além de uma análise meramente econômica e a abordagem de Silva (2013) é elementar para essa atribuição. Por essa

razão, procuramos alinhar a categoria à discussão acerca da produção do espaço que envolve a branquitude, compreendendo a massificação da realidade branca enquanto interdição ao desenvolvimento da vida negra.

Outra relação fundamental, mas que ainda não parece tão colocada nas discussões que permeiam o urbano, são os impactos psíquicos da constituição racista empregada pela branquitude. O Estado, por meio de políticas de segurança dotadas de corte racial, garante a reprodução de uma vida urbana direcionada a precaver a paranoia branca, que se transforma em problema para o negro. O medo branco, que como propõe Bento (2000), foi instrumentalizado enquanto possibilidade de pensar a sociedade brasileira em diversos momentos históricos, é mediado para produzir uma metrópole militarizada em que a segurança se tornou um elemento lucrativo.

Na proposta de Fanon (2008), muito cara a nossa leitura, existe a necessidade de se imaginar os sentidos práticos que o racismo reúne, elementos históricos de pré-julgamento, reproduzindo uma lógica cotidiana em que o negro e a negra não conseguem dispor de seu esquema corporal de forma natural, já que sempre haverá um olhar, uma interjeição branca. Pode ser o negro na Sorbonne, como propõe Fanon, mas também o jovem de periferia no Brasil que no *shopping center* é seguido pelo segurança do local; ou o negro que não consegue mais acessar a praia da Zona Sul do Rio de Janeiro porque a prefeitura desfez a linha de ônibus que a interligava ao subúrbio[4], só lhe restando a baldeação, muito mais dispendiosa; são as ações militares nas favelas das metrópoles, quase sempre interceptando corpos negros.

[4] Ver: https://rioonwatch.org.br/?p=16943. Acesso: 09/06/2021, às 19:30.

O que ressaltamos no artigo e nesta finalização é uma necessidade evidente de se prostrar crítico à própria crítica presente nas principais discussões relativas ao urbano e, como dito, tanto a noção de espaço interdito quanto pensar as caracterizações psíquicas da experiência vivida por negros e por negras serão de suma importância para qualquer abordagem que esteja preocupada com o desenvolvimento teórico dos debates urbanos em um país em que o corte racial se consolida enquanto dimensão quase institucional, requerendo aptidões mais abertas das ciências debruçadas sobre o espaço, e a Geografia não poderia ficar fora deste processo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 46, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues de. Em busca de sujeitos ordinários: trampolinagem e lentidão na metrópole labiríntica. **História, Natureza e Espaço**, Duque de Caxias, v. 8, n. 1, p.1-25, jan. 2020.

AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues. Entre ausências e emergências, genocídios e epistemicídios: notas sobre metrópole e "espacialidades enegrecidas". **Geopauta**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 111-128, abr. 2020.

BERNARDINO-COSTA; Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Cap. 10. p. 247-267.

CICALO, André; VASSALLO, Simone. Por onde os africanos chegaram. O Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, n. 43, p. 239-271, 2015.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2014.

DUNCAN, James. **The city as text**: the politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2ª. Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Edufba, 2008. 191 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2/12/1970. São Paulo: Loyola, 1996. (Original publicado em 1971).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). Martins Fontes, 2008.

GILROY, Paul. **O atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. Editora 34, 2001.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro:** olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador.

GUIMARÃES, Geny. Ferreira. Espacialidades de corpos negros no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Cátia Antonia da (Org.). **Metrópole e crise societária:** resistir para existir. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. Cap. 4. p. 85-99.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-Grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 292-311, abr. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Do telecontrole à "ocupação": in-segurança e contenção territorial na metrópole carioca. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. C. de (Orgs.) **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 225-251, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Topología de la violencia**. Barcelona, Herder, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Trad. Margarida Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

OLIVEIRA, Denílson. Araújo. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 16, n. 1, p. 85-106, 2014.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 312-335, abr. 2020

OLIVEIRA, João. Pacheco. Regime tutelar e globalização: um exercício de sociogenese dos atuais movimentos indígenas no Brasil. In: Mattos et al (orgs). **Tradições & Modernidades.** Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010.

OLIVEIRA, João. Pacheco. de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Orgs). **Geografias Malditas**: Corpos, Sexualidades e Espaços. Ponta Grossa: Toda Palavra, p. 143-182, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Apresentação - Cidades e militarização, de "Norte" a "Sul". In: GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 11 - 18.

Submetido em: 04 de janeiro de 2021.
Devolvido para revisão em: 08 de junho de 2021.
Aprovado em: 17 de junho de 2021.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL, SAÚDE E CIDADE: NOTAS SOBRE O HIGIENISMO E OS CONFLITOS URBANOS NA CRACOLÂNDIA EM SÃO PAULO

UNEVEN GEOGRAPHIC DEVELOPMENT, HEALTH AND THE CITY: NOTES ON HYGIENISM AND URBAN CONFLICTS IN CRACOLÂNDIA SÃO PAULO

DESARROLLO GEOGRÁFICO DESIGUAL, SALUD Y CIUDAD: NOTAS SOBRE HIGIENISMO Y CONFLICTOS URBANOS EN CRACOLÂNDIA EN SÃO PAULO

GUILHERME CHALO
Doutorando em Planejamento Urbano e Regional
IPPUR- UFRJ
guilhermechalo@gmail.com

Resumo:
A motivação deste trabalho é questionar se as diferentes concepções e discursos em torno da saúde-doença são acionados na legitimação/deslegitimação das intervenções contemporâneas envolvendo projetos de renovação urbana, sobretudo nas áreas centrais, expressando a disputa em torno padrões de dominação e contestação à lógica de reprodução do capital na cidade. O nosso objetivo é refletir criticamente sobre a relação entre saúde e cidade a partir das intervenções urbanas nas grandes cidades brasileiras, e como diferentes concepções e discursos em torno da saúde-doença funcionam como mecanismo de legitimação de práticas excludentes subordinadas à lógica de produção da cidade capitalista. Pensando as disputas em torno da região Luz na área central da cidade do São Paulo no século XXI, e como os discursos sobre saúde estão presentes nesse momento legitimando esses modelos de urbanismo, produzindo lógica de legitimação e controle de conflitos.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual, cracolândia, conflito urbano, saúde-doença, higienismo.

Abstract:
The motivation of this work is to question whether the different conceptions and discourses around health-disease are triggered in the legitimation / delegitimation of contemporary interventions involving urban renewal projects, especially in the central areas, expressing the dispute around patterns of domination and contestation to logic reproduction of capital in the city. Our objective is to reflect critically on the relationship between health and the city from the urban interventions in the great Brazilian cities, and how different conceptions and discourses around the health-disease function as a mechanism of legitimation of excluding practices subordinated to the logic of production of the city capitalist. Thinking about the disputes around the Luz region in the central area of the city of São Paulo in the 21st century, and how the discourses on health are present at the moment legitimizing these models of urbanism, producing a logic of legitimation and control of conflicts.

Keywords: Uneven development, Cracolândia, Urban conflict, Health-disease, Hygienism

Resumen: La motivación de este trabajo es cuestionar si las diferentes concepciones y discursos en torno a la salud-enfermedad se desencadenan en la legitimación/deslegitimación de intervenciones contemporáneas que involucran proyectos de renovación urbana, especialmente en las áreas centrales, expresando la disputa sobre patrones de dominación y contestación de lógicas. Reproducción de capital en la ciudad. Nuestro objetivo es reflexionar críticamente sobre la relación entre la salud y la ciudad a partir de intervenciones urbanas en las grandes ciudades brasileñas, y cómo las distintas concepciones y discursos en torno a la salud-enfermedad funcionan como un mecanismo para legitimar prácticas excluyentes subordinadas a la lógica de producción de la ciudad. capitalista. Pensando en las disputas en torno a la región de Luz en el área central de la ciudad de São Paulo en el siglo XXI, y cómo los discursos sobre salud están presentes en este momento legitimando estos modelos de urbanismo, produciendo lógicas de legitimación y control de conflictos.
.

Palabras-clave: Desarrollo desigual, cracolândia, conflicto urbano, salud-enfermedad, higiene.

Introdução

> "mas acrescentava que a ciência era a ciência, que ele não podia deixar na rua um mentecapto [...] Bacamarte espetara na pobre senhora um par de olhos agudos como punhais. Quando ela acabou, estendeu-lhe a mão polidamente, como se o fizesse à própria esposa do vice-rei, e convidou-a a ir falar ao primo, A mísera acreditou; ele a levou-a à Casa Verde e encerrou-a na galeria dos alucinados"
>
> O alienista, Machado de Assis (1881)

Na semana do dia 21 de maio de 2017 na área central de São Paulo, 900 agentes das polícias civil e militar participaram de uma ação conjunta para cumprir ordens - do prefeito João Doria (PSDB) e do governador Geraldo Alckmin (PSDB) – de combate ao tráfico de drogas na área popularmente chamada de cracolândia.

O plano inicial era demolir prédios de um quarteirão inteiro entre o Largo Coração de Jesus e a alameda Dino Bueno, sob o argumento de combater a ocupação dos imóveis por traficantes. No dia 19 de maio o prefeito declarou a área de utilidade pública, e iniciaram a atuação do Estado marcada pela violência e pela força policial, que removeu e encarcerou a população em situação de rua e usuários de drogas, principalmente de crack.

A falta de planejamento e cuidado com a população vulnerável do local ocasionou, já no primeiro dia de trabalho, um grave acidente: um muro foi derrubado em cima de três pessoas que estavam dormindo em uma pensão. Sobre as

demolições e remoções, o secretário de justiça da prefeitura Anderson Pomini justificou: "A Prefeitura adotará o rito previsto no artigo 5º da Constituição Federal que autoriza a requisição administrativa sempre que houver um iminente interesse público, justamente para que a área seja preservada e que se liquide de vez a chamada Cracolândia" [1].

O prefeito Dória afirmou que "A Cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais. Nem a Prefeitura permitirá, nem o governo do Estado. Essa área será liberada de qualquer circunstância como essa. A partir de hoje, isso é passado. Vamos colocar câmeras de monitoramento". A prefeitura delimitou essa área como fundamental para a cidade de São Paulo e o ciclo de investimentos que o Estado quer promover na região.[2]

A atuação do Estado na região da Cracolândia significou a descontinuidade do programa de cuidado "De braços abertos" da gestão de Fernando Haddad (PT), e apontou para uma nova agenda do Estado para a região.

A região do centro antigo da cidade de São Paulo onde a Cracolândia existe há mais de 20 anos, é uma região de

1 G1 "Três ficam feridos na Cracolândia após Prefeitura demolir muro" http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/desabamento-fere-pessoas-na-cracolandia.ghtml acesso 01/09/17

2 G1 "Polícia faz operação contra tráfico de drogas e Doria diz que Cracolândia 'acabou'" http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml acesso 01/09/17

interesse de vários agentes produtores do espaço urbano. De fato,

> Trata-se do único lugar na cidade onde os interesses de todas as partes (mercado imobiliário, Prefeitura, Câmara Municipal, comerciantes locais, movimentos de luta pela moradia, moradores de favela, recicladores, ambulantes, moradores de rua, dependentes químicos e outros) estão muito claros, e os pobres não estão aceitando passivamente a expulsão (MARICATO, 2015 p. 57).

Essa região foi e é palco de vários projetos de renovação urbana, que acompanham diversas violações de direitos humanos como: as demolições e as interdições de imóveis habitados, incêndios em áreas de moradia precária e internações forçadas dos sujeitos-usuários de substâncias químicas em situação de rua; que acompanham o conflito pela região central desde 2005. As ações do Estado nos últimos tempos se somam a esse histórico, na tentativa de promover no centro da cidade caminhos para investimentos imobiliários.

As estratégias de remoção da Cracolândia são inócuas e fundamentalmente criticáveis de várias formas, e diversos agentes da sociedade civil entraram neste debate reprovando a atuação do Estado na região, por diversas razões entre as quais destacam-se: as formas de cuidado que se transformaram em violência contra a pobreza, a invizibilização dos problemas sociais encobertos na justificativa de combate ao tráfico e nos mecanismos por meio dos quais esse processo se materializa, envolvendo a internação compulsória de dependentes a

violência e o encarceramento com as populações vulneráveis (DOMINGUEZ, 2017).

Entretanto essas ações se capilarizam, criam e transformam representações sobre o espaço em toda a sociedade. Como apontou o DATAFOLHA "Questionados sobre a maneira como foi realizada a ação para acabar com a cracolândia, 59% declararam ser a favor, e 34%, contra. Uma parcela de 4% disse ser indiferente à questão, e 4% não opinaram"[3].

Esses dados, a primeira vista, poderiam servir como legitimadores da ação repressiva do poder público. Mas nos cabe questionar sobre os processos geradores deste discurso na opinião pública, de forma a desnaturalizar as representações violentas que os fundamentam.

Desta forma, podemos levantar uma questão: se a cidade contemporânea é fronteira para a acumulação de capital e a (re)produção do espaço é o seu mecanismo em um capitalismo em crise (SMITH, 1988), quais são as representações que legitimam essa forma de atuação do Estado?

Tomando o caso descrito da cracolândia, em que medida essas ideias legitimadoras se articulam com a saúde pública, ou, dito de outra forma, em que medida as concepções de saúde e doença tem sido mobilizadas como mecanismos de reprodução

3 DATA FOLHA "Maioria dos paulistanos aprova ações na cracolândia" http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1890337-maioria-dos-paulistanos-aprova-acoes-na-cracolandia.shtml acesso 01/09/17

do capitalismo na cidade contemporânea? Essa atuação do Estado mobiliza e ao mesmo tempo transforma a maneira de pensar a saúde pública e como o Estado deve provê-la?

Historicamente a produção das cidades está intimamente ligada com as concepções de saúde e doença de cada época, o próprio pensamento urbano nasce de noções de saúde doença no século XIX. Assim, cabe indagar se em nossa sociedade podemos afirmar que há continuidades no pensamento higienista que marcou a aurora das grandes cidades (ABREU, 1996; TOPALOV, 1996; NOSSA, 2001). Qual é o papel das concepções de saúde e doença nas grandes metrópoles brasileiras? Onde o conflito urbano não é mais mediado pela política e sim por lógicas cada vez mais violentas (FELTRAN, 2015).

A motivação deste trabalho é questionar se as diferentes concepções e discursos em torno da saúde-doença são acionados na legitimação/deslegitimação das intervenções contemporâneas envolvendo projetos de renovação urbana, sobretudo nas áreas centrais, expressando a disputa em torno de padrões de dominação e contestação à lógica de reprodução do capital na cidade.

O nosso objetivo é refletir criticamente sobre a relação entre saúde e cidade a partir das intervenções urbanas nas grandes cidades brasileiras, e como diferentes concepções e discursos em torno da saúde-doença funcionam como

mecanismo de legitimação de práticas excludentes subordinadas à lógica de produção da cidade capitalista.

Pensando as disputas em torno da região Luz na área central da cidade do São Paulo, e como os discursos sobre saúde estão presentes nesse momento validando esse modo de urbanismo, produzindo a lógica de legitimação e controle de conflitos.

Este texto está estruturado em dois momentos, na primeira parte, refletimos sobre o histórico de investimentos e conflitos na região da Luz no centro da cidade de São Paulo e como podemos pensar esse processo dentro de um movimento mais amplo do capitalismo contemporâneo a partir da teoria do desenvolvimento de desigual e na segunda parte, pensamos como esse processo de urbanização busca em uma agenda sanitária de combate as drogas uma mediação do conflito urbano pautada na violência. Buscamos compreender também como o atual momento nos remete a uma herança do modelo disciplinador do pensamento urbano do século XIX.

O conflito pelo centro da cidade e os caminhos do capital imobiliário na região central de São Paulo

Partimos da teoria do desenvolvimento desigual como uma teoria fundamental para compreendermos a produção do espaço e da cidade nos últimos anos, principalmente a partir do livro *"Desenvolvimento desigual"* de Neil Smith (1988), uma

das grandes interpretações sobre o desenvolvimento capitalista e o urbano nos últimos anos.

No capitalismo, a contradição original da mercadoria entre valor de uso e valor de troca se espacializa, conforme a interpretação da produção do espaço na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, que destaca a tentativa do capital se ajustar às próprias contradições estruturais do dinâmica do capitalismo (SMITH, 1988).

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a expressão da própria contradição entre a concretude, a abstração do espaço e as tendências dessas duas lógicas do capitalismo. Nos últimos anos a produção do espaço tem tido cada vez mais centralidade no desenvolvimento do capitalismo, agora não mais com o movimento de expansão absoluta dos mercados e do trabalho abstrato, mas sim "através da diferenciação interna do espaço global, isto é, através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo" (SMITH, 1988 p. 136).

Quando antes o capital afastava as crises de superacumulação com a expansão absoluta de capital, através de vários mecanismos - muitos deles marcados por profunda violência - as contradições da forma mercadoria eram afastadas para a periferia do sistema mundial. Nos últimos anos, no entanto,

> quando o desenvolvimento econômico se volta para dentro, rumo à diferenciação interna profunda do

> espaço geográfico, a dimensão espacial da contradição não se torna apenas aparente; torna-se mais real quando o espaço é atraído para perto do núcleo do capital. Do mesmo modo, as crises desenvolvidas no sistema geral da produção capitalista têm-se manifestado cada vez mais diretamente (e visivelmente) na geografia do capitalismo (SMITH, 1988 p.137).

Esse movimento que Neil Smith relata tem cada vez mais relação com o desenvolvimento urbano no mundo todo. Nos últimos 40 anos as cidades passaram a exercer um papel cada vez mais central na economia capitalista, desenvolvendo novas formas de (re)produção do capitalismo, promovendo novos arranjos no mundo do trabalho, políticos e culturais. O que a crítica social comumente chamou de movimento de globalização no final do século XX, é mais um fenômeno do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

A cidade de São Paulo está no centro desse processo no Brasil, a metrópole brasileira historicamente tem estado na vanguarda das experimentações da financeirização urbana com toda sorte de mecanismos instrumentos urbanos (ROLNIK, 2015). Sobretudo nos últimos anos, em vários lugares da cidade, tem ocorrido Operações Urbanas Consorciadas (OUC´s), a princípio um conjunto de intervenções urbanísticas para a prestação de serviços e gestão urbana pautados na associação entre o Estado e a iniciativa privada.

Como resultado um aprofundamento da gestão da cidade pelo mercado "reafirmando formas pregressas de propriedade, tanto em relação aos fluxos vários quanto às possibilidades

econômicas do contemporâneo mercado imobiliário e seu crescente interesse por certas áreas consideradas estratégicas" (SILVA, 2016 p.13). A área da região da Luz no centro da cidade de São Paulo é uma dessas áreas estratégicas como apontamos na introdução, e é palco de um conflito alarmante por quais usos do espaço urbano. E a cracolândia está no centro desse conflito.

A região da luz é produto do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo nos últimos anos. Essa área foi sendo desvalorizada durante anos, os pequenos terrenos, a aglomeração urbana e a competição por outras áreas da cidade, em conjunto com o desinvestimento constante por parte do poder público, isso gerou uma área "esquecida" que foi sendo ocupada por dependentes químicos, populações pobres e pelo comércio com grande vitalidade materializando a desigualdade urbana.

Ao longo dos anos, estratégias de distinção social da região foram sendo colocadas em prática, principalmente no campo da cultura, com criação e renovação de museus e edifícios históricos. Porém, é na gestão de José Serra com continuidade de Gilberto Kassab que é lançado o projeto Nova Luz, com o objetivo de trazer o capital imobiliário para a região tendo a histórica Estação da Luz como imagem desse momento de "revitalização".

Ermínia Maricato (2015 p.60) descreve os caminhos do capital imobiliário na região,

> Estão previstos a desapropriação de imóveis em dezenas de quadras e o remenbramento dos lotes para constituírem grandes terrenos, de modo a viabilizar completamente esse quadro a entrada do mercado imobiliário. A retomada de recursos de financiamento habitacional com o MCMV, após praticamente duas décadas de baixa produção, muda completamente esse quadro. Os novos lançamentos do mercado imobiliário passam a cercar a região. Vários bairros vizinhos, como a Barra Funda, apresentam um grande número de galpões vazios em terrenos de dimensões atraentes. A ampliação de outro bairro vizinho, Água Branca, vai se constituir em um bairro novo.

Portanto temos aqui um contexto que já aponta para um grande interesse do mercado imobiliário na região, o centro de São Paulo é um espaço privilegiado, afinal é o lugar com maior mobilidade da metrópole com seu entroncamento de vias e ferrovias. Com a criação da linha 4 do metro de São Paulo a região da Luz se torna mais estratégica, pois liga a Luz à Av. Paulista, à Av. Faria Lima e ao Butantã, áreas elitizadas e de grande interesse do mercado (SCARCELLI, 2017).

Mais do que um exaustivo histórico das atuações do Estado e do mercado imobiliário[4], é fundamental compreendermos que a região passou por um profundo processo de desvalorização e nas últimas décadas a região volta a exercer centralidade como um ponto estratégico no centro da metrópole paulista, fenômeno que nas últimas décadas ocorreu

4 Para um histórico da atuação do mercado e do Estado na região da Luz ver Mosqueira (2007)

em grandes centros urbanos ao redor do mundo (ARANTES, 2013; BOTELHO,2015).

A questão central aqui é que este processo de desvalorização gerou um território de pobreza e vulnerabilidade social que é a cracolândia, onde a tônica da atuação do Estado foi a repressão, a remoção e a violência que culminou na ação que descrevemos na introdução.

Urbanização contemporânea e as representações sobre saúde/doença

Nossa saúde é determinada por uma série de fatores biológicos e sociais; renda, trabalho, escolaridade, alimentação, habitação, saneamento, etc. formam uma complexa teia de relações em diferentes formações sociais, no caso brasileiro marcado por uma profunda desigualdade social formada histórica e socialmente (com manifestações no gênero, na raça e nas classes sociais). Como destaca Barreto (2017)

> Com poucas exceções, a ocorrência das mais diversas doenças e problemas de saúde se agrava entre os grupos sociais que estejam vivendo em situações socialmente desfavoráveis, ou seja, entre os mais pobres, entre grupos étnicos minoritários ou grupos que sofrem qualquer tipo de discriminação. Não por acaso, os países pobres apresentam condições de saúde sempre piores quando comparadas aos que são ricos. Da mesma forma, em que um dado país, seja rico ou pobre, as regiões menos prósperas, as populações dos estratos mais pobres ou pertencentes a grupos étnicos marginalizados, de forma consistente, sempre apresentam piores condições de saúde. Outro conjunto de evidências vem da observação de que políticas que melhorem as condições econômicas ou fortaleçam a

> proteção social, quando implementadas em qualquer desses países, têm impactos positivos nas condições de saúde (BARRETO, 2017 p.2100).

A determinação social da saúde e da doença "procura articular as diferentes dimensões da vida envolvidas nesse processo. Assim, são considerados aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, biológicos, ambientais e psicológicos que configuram uma determinada realidade" (BATISTELLA, 2007 p.47).

Sem embargo, muitos desses fatores que brevemente explicitamos estão intimamente ligados à produção do espaço urbano, portanto, em última análise, a produção do espaço urbano engendra determinadas condições de saúde e de doença. A produção da cidade e seus conflitos estão intimamente ligados ao processo saúde doença.

Na cracolândia, centro de São Paulo, esse debate se materializa e acompanha cidades do mundo inteiro, onde observamos cada vez mais cenas de usuários de drogas em territórios urbanos específicos. Em hipótese alguma nosso objetivo aqui é descrever a complexidade da cracolândia, afinal, são territórios com organização, lei e cultura próprios; talvez só as etnografias consigam descrever a territorialidade do uso de drogas com a complexidade que necessitamos (RUI, 2014).

Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack, a maioria dos consumidores desta droga no Brasil são adultos, predominantemente do sexo masculino (78%), "não-brancos" (80%), com pouca escolaridade, 48% foi presa pelo menos uma

vez e 40% em situação de rua. Este é um pequeno retrato do contexto de vulnerabilidade que essas pessoas estão inseridas. Uma imagem pode surgir desta conjuntura que estamos narrando, a imagem de um território onde ausência do estado é uma marca latente. Muito pelo contrário, a cracolândia está permeada por diversos atores que faz daquele espaço estar em franca disputa pelo seu uso e estratégico para alguns setores do mercado imobiliário.

Taneiele Rui (2014 p.94) descreve os atores que produzem esse espaço cotidianamente, são

> moradores do local, das imediações e das pensões, comerciantes e frequentadores do bairro, transeuntes, trabalhadores dos arredores, profissionais de imprensa, estudantes e pesquisadores realizando os mais diversos trabalhos de conclusão de curso (inclusive eu), membros de várias instituições religiosas, fiscais da prefeitura, associações civis de moradores e comerciantes, organizações não governamentais, grupos de artistas e suas mil intervenções, urbanistas, movimentos sociais de luta por moradia, defensores dos direitos humanos, serviços públicos de saúde e de assistência, PCC, interesses político-eleitoreiros, construtoras imobiliárias, investidores internacionais.

A política de saúde tem um papel central nesse território em disputa, o que levanta a questão sobre as representações que o Estado mobiliza para cuidar dos usuários de Crack, e de que forma isso foi e está sendo feito. Além disso, é preciso refletir sobre como essa política está inserida no contexto mais amplo de disputa pela cidade.

Desde a década de 1990, com o início do consumo de crack na região, a atuação do Estado em gerenciar esse "problema urbano" foi a violência policial e a internação compulsória como práticas para reprimir o tráfico e o uso da droga. De 2012 para cá, essa forma de atuação tem sido cada vez mais utilizada culminando na operação redenção que narramos na introdução[5].

A política de saúde e cuidado aos usuários de crack na maior cidade brasileira no século XXI se volta para o passado, onde a ideia de ordem era mobilizada para as grandes transformações urbanas nas cidades europeias.

A cracolândia se transforma em simulacro e corporifica estigmas do uso de drogas, "homens, mulheres, meninos e meninas em situação de rua ou prostituição, nas ruas dos bairros; todos eles, como se sabe, atores urbanos associados simbolicamente a uma série de estigmas como sujeira, perigo, ameaça, drogas, encrenca, vergonha" (RUI, 2014 p.94). O próprio termo "cracolândia" surge de um determinando tipo de discurso sobre esse território, que mobiliza esses estigmas e passa a denominar cenas de uso de crack em vários lugares.

Portanto, o que queremos deixar claro aqui é que essas representações se materializam na atuação do Estado na região

5A política de redução de danos "de braços abertos" foi uma ruptura a esse histórico de violência, com pouco tempo de atuação ele conseguiu alguns números exitosos, mas logo foi descontinuada pela gestão posterior.

da Luz e os contornos da atual política de saúde entra nesse complexo jogo de disputa pelo território.

O urbanismo nasce em conjunto com o pensamento sanitário sobre a cidade. A Paris do II Império e a Londres do século XIX sofrem um grande processo racionalizador que acompanha as transformações do capitalismo. E muitos evocam os ideais de progresso e ordem para pensar a vida urbana e reformar as grandes cidades.

Françoise Choay em seu ensaio "Urbanismo em Questão" (1979) aponta dois grandes grupos de pensadores que pensaram respostas para este momento de transformação do capitalismo, os primeiros são inspirados pelo pensamento humanitário, são homens do Estado e da igreja e médicos-higienistas, que a partir de um discurso científico nascente, denunciam "o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano (CHOAY, 1979 p.5) ". Um grupo que produz informações oficiais sobre as condições de vida nas grandes cidades e tiveram importância nas políticas que foram implementadas tempos depois, os pensadores progressistas. Um outro grupo que a autora chama de polemistas, partem da política para explicar a situação de vida do proletariado, portanto sua crítica é uma crítica global ao capitalismo industrial e a sua produção de desigualdade; entretanto não abandonam a ideia de desordem.

E o pensamento sanitário embala todo esse momento de transformação das cidades, a ideia de atomização da habitação

contra as mazelas e os miasmas da cidade densa e desordenada é uma utopia urbana que surge nesse momento. E vai influenciar, com ecos até os dias de hoje, uma série de urbanismos.

Topalov (1996, p.27) sintetiza bem esse momento de modernização do capitalismo e de suas cidades, "A epopeia progressista foi escrita antes de mais nada pelos próprios reformadores e atribui a estes a iniciativa: nessa epopeia, os reformadores, ilustrados pela ciência, travam um combate justo contra a ignorância e os interesses criados, e tornam possíveis as mudanças necessárias para a modernização da sociedade". Esse momento em que o autor chama de um sistema de poder marcado por uma modelo disciplinador.

É no século XVIII que o pensamento médico começa a se institucionalizar, dando início a formação de médicos em toda a Europa, a partir das academias de medicina, que são os centros difusores do saber médico vigente, que contribuíram para o nascimento da higiene pública marcada fundamentalmente pela tradição miasmática, que tinha dois aspectos fundamentais. O primeiro, o controle do ambiente e dos miasmas, e o segundo ponto, o controle das causas sociais das doenças que foram associadas com a pobreza urbana já estabelecida como uma marca das grandes cidades.

Este é um momento de profunda racionalização da vida cotidiana para a normatização do trabalho abstrato e o saber médico tem um lugar especial nesse processo, porque funcionou

como grande justificador de grandes intervenções sobre as classes trabalhadoras e os bairros pobres das grandes cidades.

A insalubridade foi um dos grandes inimigos do pensamento higienista vigente, mas não atacando a pobreza de maneira estrutural, mas sim gerindo-a para espaços de exclusão e/ou de normatização circunscrita pelas políticas públicas para o mercado liberal em avanço. Como destaca Abreu (1996):

> A partir do saber médico que a cidade se transformou, na Europa e no final do século XVIII, em objeto privilegiado de análise e de reflexão. Será também baseado nesse saber que o pensamento urbanístico moderno vai se estruturar no decorrer do século XIX, justificando, em nome das teorias higienistas, as inúmeras intervenções que serão realizadas nos mais diversos contextos urbanos (ABREU, 1996 p.163)

Esse processo de modernização da metade do século XIX para o século XX, baseado nos ideais de progresso e de ordem, engendrou profundas consequências urbanas transformando cidades em todo o mundo, é o que podemos chamar de higienismo. Onde a força, a repressão e a disciplina foram práticas constantes de reforma social e urbana, marcadas pela busca de salubridade (ou higiene) e ordem.

O que queremos salientar aqui é como essa raiz do pensamento urbano está viva e presente na política urbana do da virada do século XXI, o urbanismo dos neoplanejadores e empreendedores urbanos carrega consigo o modelo disciplinar repressivo do urbanismo progressista. Vale ressaltar que,

> O modelo de poder dominante se modifica, mas há traços essenciais do modelo disciplinante-repressivo que subsistem. Eles podem ser considerados arcaísmos e, em especial, testemunhos de resistência dos próprios grupos dominantes em modernizar-se. Cabe recordar, também que um sociedade é sempre múltipla e que, em seu seio, se articulam sistemas sociais que parecem pertencer a épocas diferentes da história: as manufaturas e os trabalhadores livres da Europa do século XVIII implicavam a escravidão no Novo Mundo, como a tecnologia avançada da atual Los Angeles coexiste com os imigrantes clandestinos das oficinas de peças eletrônicas de Orange County. Seria fácil demais dizer que esses desníveis obedecem a resistências à modernização. Seu reaparecimento é uma prova de que guardam relação com as desigualdades espaciais da acumulação do capital e com a transformação das formas produtivas e urbanas e, por conseguinte, com a estrutura de poder (Topalov, 1996 p.39).

O conflito no centro de São Paulo carrega consigo esse histórico e os discursos sobre saúde e doença estão no centro desse debate. A saúde entra nessa complexa trama legitimando essa série de intervenções urbanas, mediando esse conflito a partir de lógicas cada vez mais violentas como é a forma da internação compulsória, que recorrentemente entra na pauta das sucessivas gestões para "acabar com a cracolândia".

Nos parece cada vez mais urgente politizar as formas de intervenção nas áreas centrais das cidades brasileiras, e debater cada vez mais a fundo qual é o papel da política de saúde nas grandes cidades, se é legitimar as intervenções do urbanismo neoliberal contemporâneo ou produzir espaços saudáveis de cidadania e participação social.

Considerações finais

Acreditamos que a teoria do desenvolvimento desigual é um importante elo explicativo para interrogar os cainhos da cidade e do urbanismo e também pensar novas formas de dialogar a crítica da produção do espaço urbano e a política urbana com uma teoria sobre a determinação da saúde. Esperamos que esse trabalho possa contribuir para refletir sobre os elos nem sempre expostos da profunda relação entre desenvolvimento urbano e determinação social da saúde e da doença.

Esse texto buscou pensar como as diferentes concepções sobre saúde e doença são importantes para refletirmos o urbanismo e a construção das cidades no século XXI, pincipalmente em uma cidade com um grande território em disputa como São Paulo. E também como os discursos sobre o combate as drogas se configuram em lógicas de profunda violência. Apontando um histórico que criminaliza a pobreza pelo discurso sanitário.

A epígrafe machadiana desse texto traduz uma tradição da gestão urbana no Brasil que desde a primeira república carrega as heranças violentas do controle espacial da pobreza a partir de estigmas sobre seus corpos sob um determinado discurso sanitário, o caso contemporâneo do centro de São Paulo nos aponta para novos contornos dessa herança, mas não deixa de desvendar a sua face mais violenta.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. Pensando a cidade no Brasil no passado. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 145-184.

ARANTES, O. B. F. Berlim e Barcelona, duas imagens estratégicas. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

BARRETO, Mauricio Lima. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 22, n. 7, p. 2097-2108, July 2017. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002702097&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Jan. 2018.

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, Angélica F; CORBO, Anamaria D. (Org.). O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.

BOTELHO, M. Cidade do Amanhã: Urbanização simulada e ficcionalização do capital no paraíso tropical. 2015 (MINEO).

CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011.

DOMINGUEZ, B. Limpeza apaga cuidado: violência na remoção de usuários de crack do centro de São Paulo e ameaça de internação compulsória afrontam direitos humanos e saúde da população vulnerável. RADIS. Rio de Janeiro, nº 178 JUL 2017, p. 17-22.

FELTRAN, G. Revistas Marquem Esquerda. Cidades em conflito; Conflitos nas cidades. São Paulo: Editora Boitempo, 2015, p.13-16.

MARICATO, E Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOSQUEIRA, T M. Reabilitação da Região da Luz – centro de São Paulo: projetos urbanos e estratégias de intervenção. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

NOSSA, P S. Geografia da Saúde: O caso da Sida. Oeiras: Celta Editora, 2001.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na erra das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUI, T. Usos da "Luz" e da "cracolândia": etnografia de práticas espaciais. Saúde e Sociedade (USP. Impresso), v. 23, p. 91-104, 2014.

SCARCELLI, O. C. C. F. As Classes Sociais e o Empresariamento na Produção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo (Brasil). BOLETIM CAMPINEIRO DE GEOGRAFIA, v. 7, p. 157-175, 2017.

SILVA, M. R. Operação Urbana e Lutas Sociais: um histórico da propriedade no Butantã e da reversão da Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2016.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org.). De volta à cidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L.C.Q. & PECHMAN, R. Cidade, povo e nação. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 23-51.

Submetido em: 19 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 23 de abril de 2021.

Aprovado em: 14 de maio de 2021.

A ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE NO BRASIL: O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÄO E AS TÉCNICAS E MECANISMOS DE TORTURA NA BACIA DO RIO DOCE

THE RISE OF DISASTER CAPITALISM IN BRAZIL:

THE FUNDÃO DAM'S RUPTURE AND THE TORTURE TECHNIQUES AND MECHANISMS IN THE DOCE RIVER BASIN

EL AUGE DEL CAPITALISMO DE DESASTRE EN BRASIL: LA RUPTURA DE LA PRESA DE RELAVES FUNDÃO Y LAS TÉCNICAS Y MECANISMOS DE TORTURA EN LA CUENCA DEL RÍO DOCE

CLAUDIA MARCELA ORDUZ ROJAS

Doutora em Geografia (UFMG)

E-mail: claudiaorduzrojas@gmail.com

DORALICE BARROS PEREIRA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: pereiradb@yahoo.com.br

Resumo: Em cinco de novembro de 2015, a barragem de rejeitos minerais de Fundão, de propriedade da Samarco (Vale S.A/BHP Billiton), rompeu-se, deixando 19 mortos, milhares de atingidos e um rastro de destruição ao longo da Bacia do Rio Doce. Estas reflexões objetivam compreender as relações entre esse rompimento e a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil. As informações foram coletadas a partir de revisão bibliográfica e documental, trabalhos de campo e entrevistas. Como em outros cenários de crise, o rompimento do reservatório favoreceu o primeiro experimento de grande monta do capitalismo de desastre no Brasil. Além do próprio colapso do reservatório e do programa econômico neoliberal desenhado para reparar os danos, os atingidos foram submetidos a diversos mecanismos e técnicas de tortura coletiva que os atormentaram, angustiaram e sufocaram econômica, social, psíquica, física e politicamente. Tais mecanismos contribuíram para reduzir o gasto social, neutralizar a resistência e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre(s).

Palavras-chave: crise, capitalismo de desastre, barragem de Fundão, tortura, Fundação Renova.

Abstract:
On November 5th, 2015, the Fundão mineral waste dam, owned by Samarco (Vale S.A. / BHP Billiton), collapsed causing the death of 19 individuals, leaving thousands of affected people, and a trail of destruction along the Rio Doce basin. These reflections aim at grasping the connection between the Fundão dam's rupture and the rise of disaster capitalism in Brazil. Data have been collected from bibliographic and documental review, fieldwork and interviews. As in other crisis scenarios, the rupture of the dam provided for the first experiment of major disaster capitalism in Brazil. In addition to the dam´s rupture itself and the neoliberal economic program designed to repair the damages, those affected have been subjected to several mechanisms and techniques of collective torture that tormented, distressed and suffocated them economically, socially, psychologically, physically and politically. These mechanisms helped reduce social spending, neutralize opposition and consolidate the ascension of disaster(s) capitalism.

Keywords: crisis, disaster capitalism, Fundão Dam, torture, Renova Foundation.

Resumen:
El 5 de noviembre de 2015, la presa de relaves minerales Fundão, de propiedad de Samarco (Vale SA / BHP Billiton), se rompió dejando 19 muertos, miles de personas afectadas y un rastro de destrucción a lo largo de la cuenca del Río Doce. Estas reflexiones exploran la relación entre el colapso de la represa y el auge del capitalismo de desastre en Brasil. Las informaciones fueron recopiladas a partir de revisión bibliográfica y documental, trabajos de campo y entrevistas. Como en otros escenarios de crisis, la ruptura de la represa posibilitó el primer gran experimento del capitalismo de desastre en Brasil. Además del propio colapso de la presa y del programa económico neoliberal diseñado para reparar los daños, los afectados fueron sometidos a diversos mecanismos y técnicas de tortura colectiva que los atormentaron, angustiaron y asfixiaron económica, social, psíquica, física y políticamente. Dichos mecanismos contribuyeron a reducir el gasto social, neutralizar la resistencia y consolidar el auge del capitalismo de desastre(s).

Palabras-clave: crisis, capitalismo de desastre, represa Fundão, tortura, Fundación Renova.

Introdução

A história do capitalismo está associada intrinsecamente à história de suas crises[1]: além de essenciais para a sua reprodução, nas crises[2], "seus desequilíbrios[3] são confrontados, reacomodados e reorganizados para criar uma nova versão de seu núcleo dinâmico" (HARVEY, 2014, p. 10). Esse movimento contínuo de (re)ajuste e reacomodação do capital produz mudanças profundas de diferentes ordens: espaços físicos são transformados, atividades econômicas despontam ou são reatualizadas, novos modos de pensamento e de compreensão afloram, instituições e ideologias dominantes são consagradas, relações sociotemporais são aceleradas e relações sociais, reestruturadas e reordenadas profundamente.

O Brasil e a América Latina de maneira geral não escapam a esses movimentos e processos. Nas últimas décadas do século XX, a região (re)ssurge como um novo nicho no/do processo de (re)estruturação e (re)acomodação do capital global (TEUBAL & PALMISANO, 2012). A combinação de preços altos, a presença de significativas reservas minerais, a criação de novas tecnologias para explorar locais antes inviáveis e o conjunto de reformas políticas e econômicas neoliberais tornaram a região uma fronteira atrativa à expansão e acumulação do capital (BEBBINGTON, 2007). A partir da década de 1990, a região abrigou uma avalanche

[1]A ideia de crise como uma determinação constitutiva do capital, inerente a ele, foi incorporada pela primeira vez por Karl Marx, no terceiro livro de *O Capital*. Nesse trecho, o autor apresenta a crise não como algo que podia ou não acontecer, mas como uma tendência, uma lei.

[2]Segundo Marx (2017), se por um lado existe uma tendência à queda da taxa de lucro, por outro lado, existe também uma contratendência à sua recomposição. Tanto a tendência à queda, como à recomposição da taxa de lucro são leis.

[3]Se o capital é valor que se valoriza, a crise representa o momento no qual acontece a desvalorização do valor. E uma vez que é uma lei, ela sempre acontece. É esse jogo de tendência e contratendência que caracteriza o movimento da história do capitalismo (GRESPAN, 2017).

de investimentos nacionais e internacionais, que geraram concomitantemente, dinâmicas e transformações econômicas, territoriais, ambientais, sociais, entre outras. Na década seguinte, esses investimentos aumentaram exponencialmente em função das taxas de crescimento econômico da China e Índia, do aumento da demanda externa por matérias-primas minerais e da forte valorização das *commodities* minerais no mercado internacional.

A imposição e adoção desse novo padrão extrativista de acumulação, sob a direção de corporações transnacionais apoiadas/alinhadas com os Estados e sustentado na exploração intensiva de recursos naturais e territórios, deflagraram novas contradições e crises. Convertido em uma das principais forças motrizes da economia, o capitalismo extrativista (PETRAS, 2014) conduz a América Latina a reprimarização, produzindo *efectos derrame* em escala local e nacional (GUDYNAS, 2015). Nos últimos anos, esses *efecto*s acentuaram-se devido a dependência e volatilidade dos preços internacionais das *commodities* minerais, exigindo novos reajustes e manobras por parte das empresas para manter as taxas de lucros ou ir além delas. A diminuição dos investimentos e custos operacionais em setores como saúde e segurança mostrou ser a saída rápida e transitória para superar a desvalorização dos preços das matérias-primas (ZONTA & TROCATE, 2016). Todavia, essas estratégias deflagraram novas crises, cuja gestão e resolução transitórias, aparentemente democráticas e legais, garantiram novo fôlego ao capital.

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, localizada em Mariana/MG, em 5 de novembro de 2015, bem como a gestão do desastre, compõem um cenário profícuo para melhor compreender esses fenômenos quanto a crise estrutural do próprio capital.

Considerado um dos maiores desastres relacionados com rompimentos de barragens de rejeitos no Brasil - e um dos maiores do mundo (FREITAS & SILVA, 2019; MPF *et al.*, 2020; MILANEZ *et al.*, 2015), a catástrofe deixou um lastro de destruição sem precedentes. Mais de 40 milhões de m^3 de rejeitos de minério percorreram 680 km na Bacia do Rio Doce. No litoral, a lama se espalhou por 40 km^2 acabando com a vida marinha. Além de ceifar a vida de 19 pessoas, a lama provocou a morte de milhares de plantas e animais; arrasou nascentes; dizimou espécies nativas; destruiu casas, empresas, pequenos comércios, patrimônios públicos e históricos; solapou os modos de vida de pescadores e comunidades tradicionais e arruinou a economia dos munícipios ao longo da Bacia (MPF *et al.*, 2020).

Entretanto, nem todos perderam com a tragédia! O capital tem demostrado uma capacidade extraordinária para reacomodar-se e continuar circulando e acumulando-se em meio às catástrofes ambientais (HARVEY, 2014; KLEIN, 2008). Por ser um sistema expansionista, destrutivo e incontrolável (MÉSZÁROS, 2011), ele precisa superar continuamente suas próprias contradições e crises ambientais, econômicas, financeiras, políticas ou sanitárias, ainda que nunca as resolva definitivamente (GRESPAN, 2017; MÉSZÁROS, 2011). Uma solução eficaz, ainda não permanente, utilizada pelo capital para superar suas próprias contradições e crises é a abertura de novas fronteiras de acumulação a partir das catástrofes (KLEIN, 2008).

Desse modo, como em outros cenários de crise, essa foi explorada para promover uma agenda radical em prol do livre-mercado e das grandes corporações. A ascensão do capitalismo de desastre (Ibid, 2008) aqui efetivou-se a partir de três terapias de

choque. A primeira terapia foi o próprio rompimento da barragem, um evento físico, que apesar de ser evitável, aconteceu de maneira abrupta e violenta. O rompimento preparou o terreno para a introdução da segunda terapia: o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)[4]. Esse ambicioso programa econômico neoliberal, antidemocrático e impopular, para reparar e compensar os danos ocasionados permitiu às corporações responsáveis inaugurar um novo mercado e conquistar os últimos bastiões do Estado. Não sendo suficientes as duas terapias anteriores, os atingidos foram submetidos a diversos mecanismos e técnicas de tortura coletiva aqui analisadas, que reduziram o gasto social ao máximo, neutralizaram a resistência ao tratamento de choque econômico e consolidaram a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil.

As informações foram coletadas a partir da análise de jornais e de documentos do Comitê Interfederativo (CIF)[5], órgãos públicos estaduais, instituições de justiça e consultorias independentes. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com atores-chave e visitas às localidades afetadas[6]. O texto está organizado em duas partes: a primeira traz uma breve discussão sobre o capitalismo de desastre e as técnicas de tortura necessárias para consolidá-lo e a segunda aborda as cinco técnicas e mecanismos de tortura empreendidos na Bacia do Rio Doce.

---

[4]Assinado em 02 de março de 2016, o acordo previu a execução de 41 programas socioambientais e socioeconômicos para reparar e compensar os danos ocasionados (TTAC, 2016).

[5]O CIF, previsto no TTAC, é constituído por 11 Câmaras Técnicas que acompanham, monitoram e fiscalizam o cumprimento dos programas de reparação e compensação dos danos a cargo da Fundação Renova.

[6]Os trabalhos de campo foram realizados entre 2016 e 2018 nos povoados e centros urbanos de Bento Rodrigues, Mariana, Ponte da Gama, Paracatu de Baixo, Barra Longa, Gesteira, Rio Doce, Ipatinga, Belo Oriente, Governador Valadares, Resplendor, Baixo Guandu, Colatina, Maria Ortiz, Linhares e Regência.

A tortura: um sócio silencioso da ascensão do capitalismo de desastre

As crises não só podem produzir mudanças estruturais como também possibilitar ganhos excepcionais para um determinado grupo ou segmento social. O precursor dessa ideia, o economista americano Milton Friedman, argumentava que somente uma crise, real ou pressentida, produz mudanças verdadeiras (FRIEDMAN, 1962). Friedman se referia essencialmente às crises econômicas, mas rapidamente sua tese passou a ser utilizada numa escala mais ampla (KLEIN, 2008). Dessa forma, sucessivas crises foram exploradas sistematicamente nos últimos 50 anos para promover uma agenda radical em prol do livre-mercado e das grandes corporações. Esse processo foi batizado pela jornalista e ativista canadense Naomi Klein de capitalismo de desastre (Ibid, 2008). A estratégia concebida pelo economista e seus seguidores era simples: após um evento traumático, explorava-se a desorientação coletiva para suspender a democracia temporariamente e introduzir programas econômicos que, em contextos de "normalidade", seriam intoleráveis. As crises serviam para vender/transferir partes das atribuições do Estado a investidores privados, transformar "reformas novas" em mudanças permanentes e implantar uma engenharia social e econômica radical (Ibid, 2008).

A América Latina foi escolhida para testar, pela primeira vez, a doutrina do choque, e o Chile, o primeiro laboratório de experimentação da "terapia de choque" e da ideologia fundamentalista de Milton Friedman e colegas. Em 1973, o país, que era conduzido por Salvador Allende, foi "surpreendido" por uma crise econômica planejada e um golpe militar. Ambos

acontecimentos possibilitaram a instalação de um regime ditatorial e permitiram colocar em prática, pela primeira vez, os ideários econômicos de Friedman (ANDERSON, 1995). Após o golpe militar e a suspensão da democracia, o país foi submetido a outros dois choques, replicados em países vizinhos e no Iraque. O segundo choque consistiu na introdução de reformas pró-mercado, desenhadas e disseminadas pela Universidade de Chicago, que favoreciam e enriqueciam uma minoria. O terceiro choque consistiu na adoção de mecanismos de terror – como perseguições, prisões massivas, torturas e mortes – que fragilizaram a resistência às medidas políticas e econômicas implementadas (KLEIN, 2008).

Após essa experiência-piloto, reproduziu-se o experimento em países acometidos por crises econômicas como: Bolívia, Rússia, Polônia, Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Coreia do Sul, México, Brasil e Argentina (Ibid, 2008). No início da primeira década do século XXI, foi a vez dos Estados Unidos e o Iraque. As variadas terapias de choque postas em marcha no mundo celeremente consolidaram o "complexo político-econômico do capitalismo do desastre". Um complexo que expandiu seu mercado ao incorporar desde a luta contra o terrorismo até a solução de problemas causados por desastres "naturais"[7]. Este novo complexo rompeu todos os tabus protetores do "núcleo" do Estado e construiu uma indústria multibilionária "incapaz de distinguir entre destruição e criação, entre ferir e curar"[8] reveladora da "guerra

[7]A rigor não existem desastres "naturais". As catástrofes "naturais" são iminentemente políticas e estão associadas a um modo de produção que precisa incluir/destruir tudo o que for preciso e possível para garantir sua reprodução.

[8]Sobre os efeitos do furacão Mitch, o tsunami que afetou o Sri Lanka em 2004, o furacão Katrina e os novos arranjos possibilitados pelo capitalismo de desastre ver: Klein (2008).

global travada em todos os campos pelas empresas privadas" (Ibid, 2008, p. 22).

E nessa cruzada global em prol das grandes corporações, a tortura funcionou como um sócio silencioso da cruzada pela liberdade de mercado. Os primeiros testes, realizados no Chile, na década de 1970, foram inspirados nos experimentos do psiquiatra Ewen Cameron, voltaram-se a apagar e refazer a mente humana por meio de uma sucessão de eletrochoques no cérebro (Ibid, 2008). O objetivo era destruir a personalidade e fragilizar os corpos. Desse modo, os centros e câmaras de tortura impediram a reação da população às medidas econômicas neoliberais e antidemocráticas. Técnicas e mecanismos de tortura similares também foram utilizados nas ditaduras do Brasil, Uruguai e Argentina.

Com as sucessivas crises que sacudiram o mundo, os mecanismos e técnicas foram evoluindo e se aperfeiçoando, para atingirem uma eficácia mais ampla. Após o ataque terrorista às Torres Gêmeas e ao Pentágono, por exemplo, os Estados Unidos utilizaram amplamente técnicas de tortura nas suas próprias prisões e nas instalações estrangeiras (como Guantánamo). Os mecanismos abarcaram: isolamentos por meses, privação de luz e estímulos auditivos, retirada de roupas, emprego das fobias, uso de coquetéis medicamentosos, choques elétricos, entre outros (Ibid, 2008).

Técnicas similares foram também empregadas pelos Estados Unidos quando da invasão, ocupação e reconstrução do Iraque. Estima-se que nos primeiros três anos e meio da ocupação, 61.500 iraquianos foram capturados e aprisionados pelas forças norte-americanas. Dentro das prisões, procedimentos de interrogação baseados no modelo de Guantánamo, que incluíam humilhação

deliberada, exploração do medo árabe de cachorros, privação dos sentidos, tinas geladas, sobrecarga dos sentidos e posições estressantes visaram impor a obediência aos iraquianos (Ibid, 2008).

Mas, afinal, como definir a tortura? Os dicionários de língua latina definem tortura como "a ação de torcer". *Tortum* é a "corda ou azorrague para tatear e torturar"; e *tortuose* é a "maneira intrincada e dissimulada". Ambos os termos remetem a dois verbos: *tortare, que é* "entortar, retorcer, atormentar", e *torquere* "dobrar, torcer, entortar, reger, governar, angustiar, atormentar, destruir" (CHAUI, 2017, p. 103). De acordo com essa definição, a tortura é, portanto, uma forma extrema de violência que visa atormentar, angustiar, retorcer, degradar o outro. É uma violência essencialmente humana contra a humanidade.

Segundo Chauí (2017), a tortura instaura entre dois humanos, uma relação não humana, marcada pela desumanização do torturado: o torturador se coloca acima da condição humana e força/submete o torturado abaixo dessa condição. Nessa relação de poder, o torturado é reduzido à condição de coisa (abaixo da dignidade humana). A violência se expressa na destruição da essência do outro, "de sua humanidade, para transformá-lo na desumanidade de uma coisa" (Ibid, p. 104). A violência, no seu sentido abrangente, é tudo que age pela força e vai contra a natureza de algum ser. Seu uso corporal ou psicológico desnaturaliza e viola o outro com brutalidade e suplício.

Desse modo, continua Chauí, por meio da dor e da degradação, a tortura então instaura uma situação-limite "na qual se destrói a humanidade de alguém para que, paradoxalmente, atue como humano estabelecendo com o torturador uma relação

intersubjetiva sem a qual torturar perde sentido" (Ibid, p. 105). A tortura, portanto, é uma situação de insanidade que destrói o reconhecimento recíproco de si e do outro como humano. Ela destrói/dizima o lugar onde se realiza a política (Ibid, 2017).

Técnicas e mecanismos de tortura que afloraram na Bacia do Rio Doce

Na Bacia do Rio Doce se fundem inúmeras formas de violências naturalizadas (ROJAS, 2020). Contudo, as técnicas de tortura social que ali prosperam são mais sutis e refinadas do que as das prisões da América Latina, EUA ou Iraque: as técnicas que privilegiavam o isolamento, os eletrochoques, a força bruta física e a exploração das fobias são substituídas por outras que acorrem ao sufocamento econômico, à contaminação e adoecimento dos corpos e mentes, ao desaparecimento da solidariedade e à fragilização/perecimento do corpo político.

Os dados apresentados a seguir sugerem que a tortura social foi cuidadosamente planejada e executada. Durante cinco anos, a Fundação Renova[9] - entidade prevista no TTAC para reparar e compensar os danos oriundos do rompimento da barragem de Fundão - submeteu os atingidos a fartas técnicas e mecanismos de tortura. Ela os empurrou a viver "situações-limite" e a resistirem, individual e coletivamente. Após destruir suas essências e torná-los "coisas" que podiam ser manipuladas, ofereceu acordos de

[9]A Fundação Renova, criada em 2016, é mantida pela Samarco/Vale/BHP Billiton e goza de total liberdade para executar o processo de reparação e compensação dos danos causados pelas suas mantenedoras.

indenização[10], para ressarci-los pelos danos sofridos. Consumou-se assim a terceira terapia de choque.

Primeira técnica de tortura social: sufocamento econômico das famílias, comunidades e municípios atingidos

Após a passagem da lama, de Mariana até a foz do rio Doce, a população sofreu os efeitos sistêmicos da contaminação do solo, do ar e da água. Uma das consequências mais dramáticas foi a eliminação/redução drástica das suas rendas, agravada com o passar dos meses e anos. A primeira técnica de tortura social consistiu em restringir/limitar o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), previsto nas cláusulas 137 a 140 do TTAC. O AFE previa o pagamento às famílias de um salário mínimo mensal, acrescido de 20% por dependente elegível, mais o valor de uma cesta básica (ROJAS, 2020). Porém, nem todos os atingidos acessaram ao "benefício".

A partir de critérios de elegibilidade desenhados pela própria Fundação Renova, ela definia se o indivíduo/família era ou não "elegível" ao programa. Na prática, o cadastro funcionou como uma

[10]O TTAC previu a execução de um programa de ressarcimento e indenizações voltado a reparar e indenizar os impactados que comprovassem prejuízos e danos. Referente ao Programa consultar: ROJAS (2020), ROJAS & PEREIRA (2017; 2018). Cinco anos após o crime, muitos atingidos ainda permanecem em luta para garantir indenizações justas. Em Barra Longa, por exemplo, o processo está judicializado e uma nova perícia foi determinada pelo juiz da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte. Em outras localidades, os atingidos foram obrigados a aderir ao Sistema Indenizatório Simplificado (Novel), implementado em agosto de 2020 pela Fundação Renova a partir de uma decisão do juiz da 12ª Vara Federal. O novo sistema, construído para categorias com dificuldade de comprovação dos danos, oferece indenizações conforme uma matriz de danos construída pelo juiz. Além dos valores serem aleatórios e baixos, os atingidos são obrigados a assinar cláusulas de quitação definitiva que desresponsabilizam por qualquer dano futuro às empresas e a pagar honorários aos advogados que os representam (10% do valor total da indenização).

barreira/muro de contenção social, para reduzir o universo de atingidos e o acesso ao AFE. Com lacunas[11] e falhas deliberadas,[12] ele visou extinguir os direitos de indivíduos/famílias/grupos/comunidades, que se entendessem como atingidos. O programa igualmente desconsiderou a composição da renda familiar (RAMBOLL, 2019a), as condições de vulnerabilidade social das famílias mais pobres e desprezou o trabalho e a renda das mulheres atingidas que viram minguar seus ingressos e passaram a depender economicamente de seus companheiros (ROSA, 2019; MPF *et al.*, 2018).

Em outras palavras, utilizando diversos entraves e empecilhos, a representante das empresas criou dezenas de restrições para não reconhecer/desqualificar indivíduos/famílias/grupos/comunidades como atingidos. Com isso, o cadastro, que deveria ser a porta de entrada para múltiplas formas de reparação, funcionou, na verdade, como uma "barreira de acesso", isto é, uma porta instransponível para muitos atingidos (CIF, CT-OS, 2019; FGV, 2019a).

As estratégias da Fundação Renova contribuíram de maneira decisiva para o sufocamento/estrangulamento econômico das famílias atingidas. De acordo com informações dos Governos de Minas e do Espírito Santo, a população atingida nos 45 municípios reconhecidos superava os dois milhões de pessoas (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2018; GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 2018). Desse total, em novembro de 2019, havia 29.672

[11]Como a ausência de diretrizes claras de elegibilidade, a inexistência de referências técnicas para abordar cenários pós-desastres e outras inadequações teóricas e metodológicas (ROJAS, 2020; RAMBOLL, 2019g; GESTA, 2016).

[12]Como, por exemplo, o não reconhecimento da autodeclaração; exigência de documentos comprovatórios pré-estabelecidos; distinção entre impacto "direto" e "indireto"; estabelecimento de recortes geográficos arbitrários, etc. (Ibid).

famílias cadastradas, e, delas, apenas 11.489 (39%) recebiam o AFE.[13] O restante das famílias cadastradas – 18.183 famílias (61%) – ainda aguardava uma resposta sobre sua situação. Segundo a Renova, das 18.183 famílias sem o auxílio, 22% estavam em análise, 28% não se enquadravam nas políticas para grupos específicos, e 11% eram atingidas indiretas e/ou inelegíveis (RAMBOLL, 2019a). Apesar dos ínfimos contemplados, a Renova argumentava que mais da metade (56%) do orçamento total planejado para o programa (R$ 1,92 bilhões), já havia sido consumido (Ibid, 2019a).

As consequências desse sufocamento econômico dispensado pela Renova apareceram já em 2017, no Mapa de Vulnerabilidade Social produzido pela consultoria Herkenhoff & Prates e pela Fundação Renova. As rendas das famílias mais pobres tiveram uma redução de 73% (RAMBOLL, 2019b). Em novembro de 2019, dois anos depois, a situação piorara. Das 30.062 famílias (97.730 pessoas) cadastradas pela Renova, 19.684 famílias (44.718 pessoas) se encontravam em situação de vulnerabilidade social (RAMBOLL, 2019c). E havia grande possibilidade de que a situação de vulnerabilidade de milhares de famílias/pessoas estivesse subnotificada e subestimada.

Os estudos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, nos municípios atingidos, corroboram o empobrecimento massivo e o agravamento da vulnerabilidade social pós-rompimento. Em 2017, havia 151.823 famílias inscritas no CadÚnico. Desse total, 74.790 (49%) eram consideradas pobres e, dessas, 53.395 (35%) foram classificadas como extremamente pobres (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2018). O agravo da pobreza decorreu dos

[13]Em abril de 2020 havia 31.314 famílias cadastradas e, delas, 14.910 (47%) recebiam o AFE (RAMBOLL, 2020).

danos ao trabalho, emprego e renda (falta de oportunidades de emprego); impactos na renda familiar (impossibilidade da pesca, plantio, insegurança alimentar, gastos extras); aumento da emigração (busca de emprego) e imigração (busca de auxílio emergencial) (Ibid, 2018). Nos municípios capixabas, a situação se repetia. A suspensão da pesca e comercialização do pescado na área litorânea atingida; as perdas na produção agrícola; o declínio do turismo; a baixa demanda de artesanatos e de micro empreendimentos locais, exacerbaram a vulnerabilidade social nos municípios capixabas (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 2018).

A situação dos municípios atingidos também não era fácil. A enxurrada de lama gerou prejuízos financeiros e acentuou o caos social. Após o colapso da barragem, os municípios foram obrigados a arcar com ações e serviços de saúde, assistência social, limpeza, contratação de terceiros, entre outros, para enfrentar o período emergencial. O ressarcimento desses gastos públicos, previsto no TTAC (TTAC, 2016), ultrapassou o tempo esperado e desejado pelos prefeitos (RAMBOLL, 2019d). O valor inicialmente previsto pelos municípios, em torno de 83 milhões, foi rebaixado para R$ 53 milhões, a serem distribuídos entre 39 municípios atingidos. Após inúmeras alterações e atrasos, no final de 2018, a Fundação Renova lançou uma nova proposta de pagamento, junto a um Termo de Transação, Quitação e Exoneração (TTQE) (ROJAS, 2020).

Segundo o TTQE, para receberem a indenização, as prefeituras tinham que desistir de ações judiciais nacionais e internacionais, notadamente o processo promovido pelo escritório anglo-americano SPG Law contra a BHP Billiton. Diante das denúncias dos prefeitos sobre as condicionantes abusivas, a entidade mudou parcialmente os Termos de Quitação,

especialmente com relação à temporalidade da quitação e à definição do que era considerado como gasto extraordinário. A condição para efetuar os pagamentos, manteve-se inalterada. Somente 24% dos municípios receberam os valores dentro dos prazos previstos. O restante recebeu o pagamento posteriormente. Até setembro de 2019, os municípios de Mariana (MG), Tumiritinga (MG), Colatina (ES), Linhares (ES) e Aracruz (ES) ainda não tinham sido reembolsados pelos gastos efetuados no período emergencial! E mais, 75% dos prefeitos se sentiam insatisfeitos com os valores recebidos (RAMBOLL, 2019d).

Segunda técnica de tortura social: sufocamento intrafamiliar, familiar e comunitário

Desde o dia do rompimento da barragem, algumas das denúncias mais frequentes e que causavam grande sofrimento entre os atingidos referiam-se à emergência e proliferação de brigas, desavenças e à destruição dos laços familiares e comunitários. Essa desarmonia, segundo os atingidos, era atribuída a Fundação Renova e as empresas mantenedoras (Samarco/Vale/BHP Billiton). E tinham razão. A segunda técnica de tortura social visou sufocar/estressar socialmente os atingidos por meio de brigas, desavenças, desconfianças e traições. Essa técnica de tortura, ao que parece, sustentou-se no axioma da ciência política: "dividir para conquistar" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, p.16), necessário para neutralizar a resistência, reduzir o gasto social e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre.

Posteriormente à ruptura do reservatório, famílias, vizinhos, grupos sociais, comunidades e assessorias técnicas foram

propositalmente submetidos a práticas que fomentaram a violência doméstica e/ou comunitária e acentuaram a conflitividade social, num dissenso muito auspicioso para uma das partes envolvidas. A ausência de informações claras sobre o processo de cadastramento e sobre os critérios de reconhecimento da condição de atingido foi um dos mecanismos que gerou insegurança, boatos, conflitos e disputas entre si (RAMBOLL, 2019c). Muitas famílias que viviam na mesma rua e realizavam atividades econômicas semelhantes, receberam tratamentos diferenciados (ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIOS DA CONSULTORIA PRÁXIS, 2017). Apesar da inadequação dos critérios e diretrizes do cadastro, as empresas procederam à distribuição dos cartões do Auxílio Financeiro Emergencial, que se tornou um estopim que potencializou a escalada da conflitividade social nas comunidades atingidas (FGV, 2019b). O cartão foi um instrumento de pulverização, dissidências e fragmentação entre os atingidos, agora divididos "entre os Com Cartão e os Sem Cartão" (GUIMARÃES, 2017).

Esse *modus operandi*, contudo, fazia parte das práticas de controle territorial acionadas pela Vale (ROJAS & PEREIRA, 2015) e por outras empresas de mineração com operações em Minas Gerais, no Brasil e na América Latina. A novidade, na Bacia do Rio Doce, consistiu em dividir, também internamente, as próprias famílias. Para isso, a Fundação Renova outorgou o cartão emergencial apenas ao responsável do núcleo familiar, isto é, ao "chefe da família" Ao negar o cartão às mulheres que também perderam renda, a entidade acentuou os conflitos intrafamiliares e a violência doméstica/patriarcal sobre elas (FGV, 2019b; ROSA, 2019).

Ao receberem o auxílio apenas como dependentes dos companheiros, ou seja, 20% do valor em relação ao que os homens recebiam (1 salário-mínimo), as mulheres foram conduzidas a um injusto processo de submissão, opressão e discriminação (ROSA, 2019). Os dados são contundentes: 63% dos titulares dos cartões de AFE distribuídos foram destinados aos homens e 36,7%, às mulheres (FGV, 2019b). Essa segregação desestruturou o ambiente familiar. Dos 45 municípios atingidos, 34 registraram aumento da violência doméstica, sexual e/ou outras violências (Ibid, 2019b) -a violência doméstica, por exemplo, cresceu em mais de 70% (FGV, 2019c).

Outros grupos vulneráveis e historicamente invisibilizados também foram penalizados. Assim, por exemplo, enquanto os pescadores que possuíam carteira de pesca e/ou Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foram cadastrados e receberam o auxílio, os pescadores de subsistência, areeiros, artesãos, ribeirinhos, lavadeiras, coletores de marisco, trabalhadores vinculados ao turismo, lazer e recreação tiveram que lutar para serem reconhecidos e incluídos nos programas da entidade (RAMBOLL, 2019a). Outro exemplo foi o dos faiscadores que após uma longa luta, foram deliberadamente rejeitados pela Fundação. Até novembro de 2019, apenas 42% deles recebiam o AFE (RAMBOLL, 2019e).

Mas não só isso. A estratégia de dividir as famílias, vizinhos e comunidades foi ainda replicada para fragilizar a relação entre os atingidos e as assessorias técnicas - conforme denunciado pelo procurador da República em Minas Gerais, Helder Magno da Silva (ALMG, 2019) - e entre os atingidos e o Ministério Público (A SIRENE, 2019a).

Terceira técnica de tortura social: sufocamento e adoecimento psíquico da população

A passagem da lama desatou uma série de perdas, danos e prejuízos, que foram sentidos/vividos de Mariana até o litoral capixaba. Apesar de que a literatura médica recomenda oferecer ajuda e recursos psicossociais para evitar, reduzir e/ou minimizar o sofrimento mental da população em contextos catastróficos (VIANA *et al.*, 2014) não foi isso o que aconteceu. Uma vez que os danos à saúde, especialmente os de natureza psicológica, não foram considerados impactos "elegíveis" e passíveis de serem reparados, as empresas e a Fundação Renova agiram de forma omissa e negligente. Logo, a terceira técnica de tortura social acirrou o estresse, o sofrimento psicossocial e os transtornos psicossociais dos atingidos. As informações sugerem que o objetivo da Renova era anestesiar, desestabilizar e sufocar suas mentes, para empurrá-los a aceitarem as irrisórias ofertas de indenização.

Os mecanismos foram diversos e fulcrais. Entre eles, podem ser mencionados: ausência de medidas psicossociais precoces e eficazes para atenuar o sofrimento mental; assistência precária e/ou inexistente para lidar com as perdas; ausência de atendimento a grupos vulneráveis; delonga na implementação dos programas de saúde física e mental dos atingidos; lentidão e empecilhos para apoiar e fortalecer a rede de saúde dos estados e municípios atingidos; processo de revitimização dos atingidos, que os obrigava a "reviverem" o sofrimento vivido, repetidas vezes, ocasionando um dano continuado ou secundário (RAMBOLL, 2019f). Ademais, outras falhas, como a ausência de punição e de condenação dos responsáveis pela tragédia (tanto as pessoas físicas quanto as

empresas) elevaram os sentimentos de desrespeito, injustiça e impunidade.

Esse adoecimento mental prolongado foi constatado por equipes de saúde dos municípios afetados, por pesquisadores de universidades públicas e pelos *experts* do Ministério Público Federal. Dois anos após o rompimento, pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) identificaram cinco tipos de transtornos mentais presentes nas famílias atingidas, no munícipio de Mariana: depressão, Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), risco de suicídio e transtornos relacionados ao uso de substâncias químicas (PRISMMA, 2018).

O estudo revelou que 28,9% da população sofria com depressão – prevalência cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial da Saúde; 32% foram diagnosticados com TAG – prevalência três vezes maior que a brasileira; 12% apresentavam TEPT; em 16,4% foi identificado comportamento suicida – 6,7% tiveram ideação suicida e 1,8% intentaram se matar no mês anterior à pesquisa; e 5,8% declararam ser dependentes de álcool e 20% de tabaco. A dependência, segundo os entrevistados, piorou após o rompimento do reservatório (Ibid, 2018). De todos os transtornos apurados, existia maior prevalência de transtornos mentais em mulheres atingidas quando comparados aos sofrimentos masculinos (Ibid, 2018). Apesar dos transtornos mentais também terem sido identificados na população masculina, ao que parece, eram menos verbalizados e diagnosticados.

O estudo também constatou significativo incremento de transtornos psiquiátricos relacionados ao estresse nas famílias atingidas quando comparados aos dados descritos na literatura

médica. O agravamento da saúde mental de crianças e adolescentes atingidas foi especialmente preocupante. Os pesquisadores encontraram que a depressão, ansiedade e estresse pós-traumático tinham prevalência nesses dois grupos, considerados altamente vulneráveis em contexto de catástrofes e desastres (Ibid, 2018). As afetações foram mais dramáticas para os jovens: 91,7% vivenciaram o evento traumático (rompimento da barragem); 82,9 % contraíram sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático; 39,1% estavam deprimidas, valor 10 vezes superior ao observado na população mundial; 26,1% declararam ter tido pensamentos de morte e 13% tiveram ideação suicida. Além disso, os jovens declararam sofrer delírios (6,5%), alucinações (8,7%), dificuldades para dormir (52%) e pesadelos recorrentes relacionados com o desastre (19,5%) (Ibid, 2018).

A Secretaria Municipal de Saúde de Mariana (SMSM) também corroborou tais condições. Os casos de violência interpessoal/autoprovocada subiram exponencialmente: em 2015, foram notificados 127 casos; em 2016, 259; em 2017, foram contabilizados 232, e, em 2018, aproximadamente 364 casos (SMSM, 2019). A Secretaria também constatou um incremento da mortalidade associada aos transtornos mentais e comportamentais (que saltaram de 1 em 2015 para 12 em 2017) e a multiplicação de doenças do sistema nervoso (que elevaram de 5 em 2015 para 14 em 2017) (Ibid, 2019).

Nas demais localidades da Bacia do Rio Doce e do litoral capixaba, o adoecimento mental foi similar. A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SESMG), por exemplo, constatou um aumento significativo dos casos de violência interpessoal/autoprovocada nos municípios atingidos: em 2015

foram notificados 2,737 casos; três anos depois, os casos notificados chegaram a 3.655 (SESMG, 2019). Também foi constatado aumento expressivo no uso de medicamentos como Fluoxetina, Clonazepam e Nortriptilina, empregados no tratamento de transtornos mentais (Ibid, 2019).

O aumento expressivo de transtornos mentais e de suicídios foi corroborado também pela equipe de *experts* do MPF. Segundo a FGV, as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) mostram que, entre 2015 e 2018, houve leve aumento no número de suicídios nos 45 municípios atingidos. Os transtornos mentais cresceram 68,43%, quando comparados ao período anterior ao rompimento da barragem (FGV, 2019b). A situação tornou-se ainda mais dramática em virtude da ausência de especialistas para tratar as doenças que acometem os atingidos; o alto custo das consultas e dos tratamentos que recaem principalmente sobre os atingidos; a sobrecarga imposta ao sistema público de saúde e a falta de equipes, recursos humanos e infraestrutura para atender adequadamente o quadro de adoecimento mental da população (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). Portanto, passados quatro anos, a saúde mental dos atingidos mostra-se prejudicada e degradada.

Quarta técnica de tortura social: sufocamento e adoecimento físico da população

Após a passagem da lama, os atingidos denunciaram a chegada e a proliferação de riscos, danos e problemas de saúde, novos ou até então com pouca incidência, derivados da

contaminação da água, ar, solo e/ou alimentos.[14] No DATASUS, notificações reportaram problemas gastrointestinais, dermatológicos, endócrinos, circulatórios, respiratórios, neurológicos, cardiovasculares, reprodutivos, psiquiátricos, entre outros. Ademais, foram notificadas epidemias de dengue, febre amarela e zika, nas localidades atingidas (RAMBOLL, 2019g; SESMG, 2019).

Não obstante a multiplicidade e gravidade dos riscos e problemas de saúde, os atingidos foram abandonados, desde o início de gestão do desastre, pela Fundação Renova (Samarco/Vale/BHP Billiton). A entidade desconheceu os problemas de saúde como danos "elegíveis" e passíveis de serem reparados (CIF, CT-OS, 2019). Os únicos compromissos assumidos ficaram registrados no TTAC, especificamente nas cláusulas 106 a 112, que dispõem sobre o Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada (TTAC, 2016). A implementação desse programa, apesar de ser uma medida urgente, contudo, foi/vem sendo efetuada de maneira negligente e lenta (JUSTIÇA FEDERAL, 2020).

Aliás, essa foi a quarta técnica de tortura social a que foi exposta a população atingida. De maneira similar à tortura psíquica, o objetivo foi o de fragilizar e sufocar fisicamente aos moradores, para empuxá-los a aceitarem ofertas de indenização pífias. A estratégia foi eficaz. Dois anos após o rompimento, a Fundação Renova ainda não tinha submetido ao CIF o Programa de Apoio à Saúde. Em maio de 2018, premeditadamente, a entidade solicitou a alteração do prazo para a entrega do escopo do programa (CIF, 2018a). Somente em outubro de 2018, a Renova depositou a

[14]Para estudos associando a contaminação com metais pesados ao surgimento e proliferação de riscos e doenças que podem afetar a população no curto, médio e longo prazos consultar: ROJAS (2020).

primeira versão (CIF, 2018b). A segunda versão do Programa, encaminhada em junho de 2019, continuava desconsiderando as bases mínimas aprovadas pela Câmara Técnica de Saúde (CT-Saúde) e as recomendações e diretrizes, nacionais e internacionais, para respostas a emergências e desastres (RAMBOLL, 2020). Findos quatro anos e meio, o escopo do programa mantinha-se sem aprovação do CIF (RAMBOLL, 2019h). Apenas os municípios de Mariana e Barra Longa atualmente possuem Planos de Ação Municipais aprovados pelo CIF, o de Mariana encontra-se em implementação.

Os adiamentos propositais, contudo, não se restringiram apenas à implementação dos planos de saúde. Os estudos epidemiológicos e toxicológicos, previstos no TTAC, também foram negligenciados. Em abril de 2020, apenas 40% desses estudos tinham sido contratados (RAMBOLL, 2020). O Acordo de Cooperação Técnica entre a Renova e a Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e a Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Espírito Santo para elaboração dos estudos, previsto desde setembro de 2018, foi assinado somente em março de 2020 (RAMBOLL, 2020; JUSTIÇA FEDERAL, 2020). Em suma, de concreto, pouco ou quase nada foi feito para interromper e/ou minimizar os riscos, danos e problemas de saúde dos atingidos.

Enquanto isso, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi ficando cada vez mais sobrecarregado e sem recursos financeiros e humanos suficientes para garantir a atenção aos atingidos. Em Mariana, por exemplo, a Rede de Atenção à Saúde registrou aumentos nos atendimentos de urgência e emergências – que passaram de 100.949 em 2015 para 112.463 em 2017; na Rede de Atenção Psicossocial – de 6.147 em 2015 para 8.820 em 2016; e na

Rede de Atenção Assistencial Primária e Especializada – a primeira passou de 62.264 atendimentos em 2015 para 157.692 em 2017; a última quase triplicou o montante de atendimentos (SMSM, 2019).

Em Barra Longa, a Secretaria de Saúde e outras entidades também constataram aumento nos atendimentos da rede pública, que passaram de 2.983 em 2015 para 4.142 em 2017. Houve também aumento significativo no número de óbitos, que saltaram de 16 em 2015, para 38 em 2017. Além disso, novos agravos, como surtos de dengue, febre amarela, diarreia e conjuntivite, também foram reportados (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA LONGA *et al.*, 2019). A equipe de LEA-Auepas, da Universidade de Ouro Preto, também constatou a proliferação de doenças e o aumento dos atendimentos na rede pública do município. De acordo com os pesquisadores, entre 2016 e 2018, os atendimentos no SUS por "parasitose, hipertensão, dermatite, diabete, depressão, transtorno mental e asma tiveram um incremento superior a 1.000%" (MPF, 2020a, p. 1).

Nos demais municípios atingidos, também foram registrados aumentos nos atendimentos da rede pública. Os dados dos quatro bancos de dados do DATASUS - o Sistema de Agravos de Notificações (SINAN), o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), o Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)- revelam a magnitude e gravidade dos problemas de saúde pós-rompimento. Dos 45 municípios atingidos, 38 registraram aumento de febre de chikungunya; 39, de doença aguda pelo vírus zika e 30, de febre amarela, quando comparados aos municípios controle (85 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo) (FGV, 2019c). Ainda houve alta na incidência de doenças: respiratórias

agudas (75%), leishmaniose (6,3%), dermatites (5%), diarreia e gastroenterite (180%) e abortos (6,8%) (Ibid, 2019c).

Com relação aos abortos, o SIH registrou um crescimento de 400% nas internações por essa causa, o que indica uma situação de saúde extremamente séria e preocupante nesses municípios (FGV, 2019d). Tanto o SIH como o SIM, também registraram aumentos significativos de hospitalizações e mortes por câncer nos municípios atingidos, quando comparados com os municípios controle (Ibid, 2019d) – embora não se possa estabelecer uma relação direta com os rejeitos, eis que se trata de uma doença que pode levar anos para se manifestar e até décadas para se desenvolver. Após quatro anos do colapso de Fundão, apenas 25% das ações projetadas pela Renova para apoiar e fortalecer o SUS tinham sido implementadas ou executadas (RAMBOLL, 2019h).

Como se não bastasse, a Renova ocultou e questionou estudos que alertavam sobre a exposição dos atingidos aos riscos. Um exemplo foi o estudo de Avaliação de Risco a Saúde Humana (ARSH), elaborado pela empresa Ambios Engenharia e Processos (Ambios), que classificou os municípios de Mariana e Barra Longa, como Locais de Perigo Categoria A: perigo urgente para a Saúde Pública Apesar dos riscos toxicológicos e os danos à saúde, os resultados do estudo foram ocultados (MPF, 2019a). Somente após pressão, as devolutivas à população atingida foram efetuadas. A Renova, porém, desprezou o resultado do estudo sendo o mesmo judicializado.[15]

A incisiva postura da Renova em somente concordar com a execução de qualquer ação de saúde, após estabelecido o nexo de causalidade, esmorece o quadro de saúde da população atingida

[15] Informações sobre o processo na 12ª Vara Federal podem ser consultadas em ROJAS (2020).

(RAMBOLL, 2019h). A diminuição da exposição dos atingidos às fontes de contaminação, indispensável para minimizar/aliviar os danos e riscos à saúde, ainda perdura num horizonte muito distante. Ao final de 2019, só 2,6% dos mais de 40 milhões de rejeitos tóxicos despejados no ambiente tinham sido retirados (RAMBOLL, 2019i). E mais ultrajante ainda, a Renova espera retirar apenas 5% de todo o rejeito depositado no rio e no mar (CHEREM, 2018)!

Quinta técnica de tortura social: sufocamento político de lideranças locais e comunidades

Em virtude das omissões, negligências sistemáticas, violações e violências (ROJAS & PEREIRA, 2019), os atingidos foram forçados a se organizar e mobilizar, por meio de uma gama de mecanismos e ações, para pressionar e reverter a situação à qual foram submetidos. O rompimento da barragem não foi o único golpe/choque que os castigou. O programa econômico posto em marcha para gerenciar a crise os puniu cruelmente, alvejando os segmentos sociais mais vulneráveis. Esses choques fomentaram processos e dinâmicas de resistência, de Mariana até o litoral capixaba.

Um dos principais mecanismos de denúncia e pressão utilizados pelos atingidos foi a realização de ações diretas, como mobilizações e marchas nas cidades e municípios envolvidos, manifestações e ocupações dos escritórios da Renova, bloqueios de estradas e ferrovias (principalmente a Ferro Vitória-Minas), e atos e denúncias nas casas legislativas de Minas Gerais e do Espírito Santo, entre outras. Ademais, a fé e as festividades religiosas

trilharam caminhos outros para manter a esperança, resistir às injustiças e agregar forças para lutarem pelos seus direitos violados (ZHOURI, 2019, A SIRENE, 2019b). Desde 2015, as ações diretas e as manifestações religiosas, patentearam a luta e resistência forte e articulada ao longo da Bacia.

Os processos de luta e resistência não foram fáceis, serenos e muito menos pacíficos. Qualquer ataque ou ameaça que colocasse em risco os interesses das empresas ou o projeto econômico em curso rapidamente foi neutralizado e aniquilado. Os questionadores ou denunciantes foram atacados, desmobilizados, perseguidos e criminalizados. A quinta e última técnica de tortura, portanto, visou embargar/liquidar/esmorecer a resistência e eliminar o corpo político. O uso da força e a criminalização dos protestos e das lideranças não foram, contudo, estratégias novas (ZHOURI, 2018; ROJAS & PEREIRA, 2015; GUDYNAS, 2015; ARÁOZ, 2013).

A Polícia Militar e o Batalhão de Choque, com o uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, despejaram e extinguiram, rápida e violentamente, os bloqueios e manifestações nas ferrovias e nas estradas (BAETA, 2016). As liminares judiciais recorrentemente obrigaram a desobstrução das estradas e da Ferrovia Vitória Minas. Os afrontantes às ordens judiciais foram punidos com multas diárias de R$ 25 mil, e, se reincidentes, a multa poderia chegar a R$ 50 mil (DIÁRIO DO AÇO, 2019).

A Renova também perseguiu, deslegitimou e criminalizou lideranças comunitárias e militantes de movimento populares – além de assessorias e grupos críticos engajados na resistência à mineração ((MPF, 2019b; ZHOURI, 2018; ACSELRAD, 2018). Mas não só. As empresas foram além e criaram diversos barramentos/empecilhos jurídicos para impedir a contratação das

Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), que deveriam empoderar as comunidades afetadas, outorgar condições de produzirem seus próprios diagnósticos e auxiliar na reparação integral dos danos sofridos. Um dos primeiros barramentos/empecilhos acionados foi à restrição, feita ao Fundo Brasil, quanto à contratação de entidades/equipes/profissionais/indivíduos que tivessem vínculos diretos ou indiretos com partidos políticos, movimentos sociais ou ONG e/ou entidades religiosas (JUSTIÇA FEDERAL, 2018).

As ressalvas apresentadas violaram direitos fundamentais tais como a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de consciência e religião, a liberdade de organização e livre associação, dentre outras garantidas pela Constituição e pela Convenção Americana de Direitos Humanos (GEPSA, 2018; REDE DE PESQUISA RIO DOCE, 2018). Além disso, as empresas também procrastinaram e criaram diversos impedimentos e manobras desleais para a efetivação das 18 entidades definidas no TAP e no seu Aditivo. Apesar de a escolha das entidades terem sido homologadas judicialmente em setembro de 2019, apenas duas das 18 assessorias técnicas escolhidas tinham sido efetivadas. Até setembro de 2020, somente os municípios de Barra Longa e Rio Doce (que incluía também Santa Cruz do Escalvado e Chopotó) - além do munícipio de Mariana que garantiu a contratação da assessoria em um acordo judicial assinado em 2016 - possuíam o auxílio das entidades escolhidas pelos próprios atingidos (MPF, 2020b; 2020c).

Adicionalmente, as empresas tentaram desidratar as assessorias antes mesmo de sua efetivação. A elaboração de produtos e pesquisas, a cargo das assessorias técnicas, foi

combatida pelas empresas com o objetivo de limitar o escopo, prazos e finalidade das entidades (Ibid, 2020b; 2020c). Em outras palavras, o formato de assessoria abolia os serviços e ajuda de que precisavam os atingidos, desvirtuando, assim, sua razão de ser. As empresas tentaram reduzir em 14 vezes o orçamento global destinado à contratação das entidades selecionadas (MAB, 2020), desrespeitando e quebrando os acordos assinados com os Ministérios Públicos Estadual e Federal. Quando as instituições de justiça, os movimentos sociais e os atingidos questionaram e recusaram as "novas" exigências, as mineradoras romperam unilateralmente as tratativas extrajudiciais em curso para a contratação das assessorias[16] (MPF, 2020b).

O sufocamento/repressão políticos sobre os atingidos foram fundamentais, e não incidentais, para concretizar a agenda econômica das empresas e garantir a ascensão do capitalismo de desastre. A violência estrutural, bombardeada sistemática e ininterruptamente sobre os corpos, mentes, almas e corpo social, paulatinamente os "domesticou" e adestrou. Como em outros contextos, os moradores se acostumaram a olhar para o horror sem realmente vê-lo ou tampouco senti-lo; aprenderam a tolerá-lo e, finalmente, a aceitá-lo e até justificá-lo (ARÁOZ, 2013) segundo suas visões sociais de mundo.

Considerações finais

De Mariana até o litoral capixaba, os atingidos foram submetidos a diversas técnicas e mecanismos de tortura, que

[16]Diante da atuação das empresas, em 30 de agosto de 2020, os ministérios e defensórias públicas peticionaram a retomada da Ação Civil Pública que demandava R$ 155 bilhões para a reparação integral dos danos (MPF, 2020c).

visaram atormentá-los, angustiá-los, degradá-los e sufocá-los econômica, social, psíquica, física e politicamente. Eles foram empurrados e arremessados a viverem situações-limite (CHAUÍ, 2017). Além de terem destruídas/eliminadas/fragilizadas suas essências, foram/são obrigados a atuar como humanos ou pseudo-humanos e a estabelecerem uma relação com o torturador, que lhes ofereceu/oferece acordos de indenização, para supostamente ressarci-los pelos imensuráveis danos sofridos.

As diversas técnicas e mecanismos de tortura visaram ao empobrecimento (no mais amplo sentido) massivo da população. Em outras palavras, as pessoas foram expostas a um processo de vulnerabilidade multidimensional e empurradas a viverem situações-limite. Esse processo acentuou-se sobremaneira com a pandemia de Covid-19. Diante da "necessidade e vulnerabilidade" crônicas, só restou/resta aos atingidos consentir com as migalhas oferecidas/disponibilizadas. Esse processo e os mecanismos e técnicas de tortura avaliza a Fundação Renova e as empresas responsáveis em sua peripécia de reduzir o gasto social ao máximo, neutralizar resistências e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre(s) no Brasil.

Contudo, essa nova *economia do desastre* desenhada para e pelas corporações vem sendo questionada. Em 2021, cinco instituições de justiça ajuizaram uma Ação Civil Pública contra a Fundação Renova por veicular propaganda enganosa e abusiva. Ademais, entraram com um pedido de suspeição do juiz federal substituto da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, responsável por conduzir o caso. O Ministério Público de Minas Gerais, por sua vez, solicitou à justiça a extinção da Fundação Renova. O pedido de suspeição do juiz federal foi negado pelo TRF-1 e o da extinção da

Fundação Renova foi suspendido pelo Superior Tribunal de Justiça para avaliar a competência da justiça estadual.

As possibilidades de mudanças parecem estar num horizonte longínquo. A justiça brasileira, desde o início, se mostrou afeita aos fortes e resguardou-lhes zelosamente os privilégios. Por enquanto, continua operando uma espiral infinita de injustiças, violências e torturas que sustentam a nova economia e garantem a reprodução do capital.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI, A. (Org). *Mineração, violências e resistências:* um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018, p. 155-175

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-38

ARÁOZ, H. Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, p. 11-43, abril de 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). *Audiência Pública* - 15ª Reunião Extraordinária de 03/05/2019. 2019.Disponível em: https://bit.ly/2VYWpHh. Acesso em: 15 de fev. 2020

BAETA, J. Marcha pela Democracia é recebida com bombas de gás na sede da Samarco. *O Tempo,* 23 de abril de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3cO4Z1A>. Acesso em: 11 de fev. 2017

BEBBINGTON, A. *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas:* una ecológica política de transformaciones territoriales. Lima: IEP, CEPES, 2007

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diligência a comunidades no Espírito Santo atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana*.

Brasília, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, 2019. Disponível em:<https://bit.ly/2TVQb8a>. Acesso em: 15 de fev. 2020

CHAUI, M. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

CHEREM, C. Fundação Renova prevê retirar apenas 5% do volume de lama vazado em Mariana. *UOL*, 10 de agosto de 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/Rdmhrj4>. Acesso em: 14 nov. 2019

COMITÉ INTERFEDERATIVO (CIF). *Deliberação no 172, de 28 de junho de 2018a.* Disponível em:<https://bit.ly/2IyTXiB>. Acesso em: 06 jan. 2020

___.*Deliberação no. 219, de 30 de outubro de 2018b*. Disponível em: <https://bit.ly/39C9ESd>. Acesso em: 06 jan. 2020

____.*CT-OS, NT no 32,* 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cGFI9k>. Acesso em: 03 dez. 2019

DIÁRIO DO AÇO. Por ordem da Justiça, linha férrea é desbloqueada em Baixo Guandu, 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/39OdLe5>. Acesso em: 03 dez. 2019

FUNDAÇÃO GÉTULIO VARGAS (FGV). *Análise do Cadastro Socioeconômico*. Rio de Janeiro, São Paulo: FGV, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3fCtPSn>. Acesso em: 21 mar. 2020

___.*A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir de dados da Ouvidoria da Fundação Renova*. Rio de Janeiro, São Paulo: FGV, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3hGRnYb>. Acesso em: 22 mar. 2020

___. *Análise de Agravos Notificados às bases do DATASUS* – Parte 1. Rio de Janeiro, São Paulo: FGV, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/2BpyPLh>. Acesso em: 21 mar. 2020

___. *Análise de Agravos Notificados às Bases do DATASUS* – Parte 2. Rio de Janeiro, São Paulo: FGV, 2019d. Disponível em: <https://bit.ly/2UZr0D7>. Acesso em: 20 mar. 2020

FREITAS, C. *et al*. Desastres em barragens de mineração: lições do passado para reduzir riscos atuai e futuros. *Epidemiol.* Serv. Saúde,

Brasília, 28 (1), 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2IKYjU9>. Acesso em: 28 jan. 2020

FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago, 1962, 1982

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS (GEPSA). *O conflito jurídico/político em torno do direito das pessoas atingidas à assistência técnica independente,* 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cKSio4>. Acesso em: 28 jan. 2020

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS (GESTA). *Parecer* sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2016

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. *Projeto de enfrentamento à pobreza nos territórios atingidos do Espírito Santo.* 2018. Nota Técnica nº 030/2018/CTOS-CIF. Disponível em: <https://bit.ly/2Q28Xd4>. Acesso em: 28 fev. 2020

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Plano de proteção social do Estado de Minas Gerais integrante do "Programa de proteção social"- Cláusulas 54 a 58 do TTAC*. Jul. 2018. Nota Técnica nº 024/2018/CTOS-CIF. Disponível em:< https://bit.ly/2TSqg1m>. Acesso em: 28 fev. 2020

GRESPAN, J. Leis Tendenciais: capital, acumulação e crise, com Jorge Grespan. *TV Boitempo,* 15 de agosto de 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/LiptL39>. Acesso em: 22 fev. 2020

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del sur y sus efectos derrame. *La Revista,* Sociedad Suiza Americanista, Boletin No. 76, p. 13-23, 2015

GUIMARAES, P. Com cartão, sem cartão: as fragmentações como estratégia de controle do território pela Samarco (Vale-BHP). *In: Debate,* 19 de junho de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2PZZ6o8>. Acesso em: 28 fev. 2020

HARVEY, D. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo.* Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador – IAEN, Traficantes de sueños, 2014

JUSTIÇA FEDERAL, *Decisão Eixo prioritário no2 -Risco à saúde humana e risco ecológico.*Justiça Federal, 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3aI8AMI>. Acesso em: 06 fev. 2020

___. *Sentença Conjunta* – Homologação judicial Termo Aditivo e TAC Governança. Belo horizonte, Justiça Federal, 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2TVdak1>. Acesso em: 06 fev. 2020

KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008

MARX, K. O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011

MILANEZ, B. *et al*. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). POEMAS, Relatório de pesquisa, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3hn4rC1>. Acesso em: 23 nov. 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *MPF recorre de decisão que negou implementação de Plano de Ação em Saúde em Barra Longa (MG),* 19 de junho de 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/2V4L7zN>. Acesso em: 20 jun. 2020

___. *Instituições de Justiça pedem homologação dos planos de trabalho e orçamentos das assessorias técnicas*, 4 de março de 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/2WXxiol>. Acesso em: 08 de mar. de 2020

___. *Ministérios Públicos e Defensorias Públicas pedem retomada do trâmite da ação de R$ 155 bi suspenso desde 2018,* 1 de outubro de 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/2SJ6xRo>. Acesso em: 02 out. 2020

___.*Reunião com gestores públicos e atingidos trata da elaboração dos planos de ação em saúde,* 31 de outubro de 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2TQNMvz>. Acesso em: 28 dez. 2019

___.*Ata audiência pública em Barra Longa*, 22 de novembro de 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2YHxRC9>. Acesso em: 28 dez. 2019

MPF *et al. 2020.Recomendação Conjunta de 29 de outubro de 2020.* Disponível em:<https://cutt.ly/8hLKyvZ>*. Acesso em: 21 nov. 2020*

___. *Recomendação Conjunta no. 10 de 26 de março de 2018*. Disponível em: <https://bit.ly/39Dwlp2>. Acesso em: 03 mar. 2020

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). MAB repudia boicote das mineradoras às assessorias técnicas no Rio Doce, 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2W5aD9D>. Acesso em: 03 mar.

PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Revista Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/oda9MRU>. Acesso em: 23 fev. 2018

PRISMMA. *Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Belo Horizonte*: Corpus, 2018

RAMBOLL. *Relatório de monitoramento mensal dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do Rio Doce com os indicadores propostos*. 16/03/2020 a 15/04/2020. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/ATKAg>. Acesso em: 2 jun. 2020

___.*Monitoramento do programa 21:* Auxílio Financeiro Emergencial. 2019a. Disponível em: <https://cutt.ly/ftoTybh>. Acesso em: 06 mar. 2020

___. *Monitoramento do programa 05:* Proteção Social. 2019b. Disponível em: <https://cutt.ly/qpdYSu6>. Acesso em: 02 mar. 2020

___.*Monitoramento do programa 01:* levantamento e cadastro dos atingidos. 2019c. Disponível em: <https://cutt.ly/stoTeZ2>. Acesso em: 06 mar. 2020

___.*Monitoramento do programa 42:* Ressarcimento dos gastos públicos extraordinários. 2019d. Disponível em: <https://cutt.ly/ltoTdDJ>. Acesso em: 09 mar. 2020

___.*Monitoramento do programa 04:* Proteção e recuperação da qualidade de vida de outros povos e comunidades tradicionais. 2019e. Disponível em: <https://cutt.ly/ctoTonj>. Acesso em: 06 mar. 2020

___.*Monitoramento do programa 14:* Apoio à saúde física e mental dos atingidos. 2019f. Disponível em: <https://cutt.ly/VtoTg5X>. Acesso em: 09 mar. 2020

___.*Relatório de monitoramento quadrimestral – compilado de Dossiês de questões críticas.* 2019g. Disponível em: <https://cutt.ly/BtoR5CP>. Acesso em: 03 mar. 2020

___.*Relatório de Monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da Bacia do Rio Doce*. Dezembro/2018-Março/2019. 2019h. Disponível em: <https://cutt.ly/itoTkCF>. Acesso em: 09 mar. 2020

___.*Monitoramento do programa 23 e 24:* Manejo de rejeitos. 2019i. Disponível em: <https://cutt.ly/4toTzP3>. Acesso em: 09 mar. 2020

REDE DE PESQUISA RIO DOCE. *Carta Aberta da Rede de Pesquisa Rio Doce sobre homologação do TAC de Governança referente à tragédia no Rio Doce.* REDE, 18 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/JtoTbdJ>. Acesso em: 09 dez. 2018

ROJAS, C. *O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão e a ascensão do capitalismo de desastre(s) no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) - IGC, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020

ROJAS, C. & PEREIRA, D. O desastre na/da Bacia do Rio Doce: violências e violações sistemáticas no âmbito do (neo)extrativismo. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, n. 17 (1), p. 6-31, jan./jun. 2019. <https://bit.ly/2Dk6gQT>. Acesso em: 23 jan. 2021

____. As veias continuam abertas: o rompimento da barragem de Fundão/MG e o modus operandi da Samarco (Vale/BHP Billiton). *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 22, n. 41, p. 223-236, jul./dez.,2018. <https://bit.ly/2Xs2lbD>. Acesso em: 21 jan. 2021

____. O rompimento da barragem de Fundão/MG: reflexões preliminares sobre o *modus operandi* da Samarco (Vale/BHP

Billiton). *Anais* do 41o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017. <https://goo.gl/AtM4fY>. Acesso em: 10 jan. 2020

____. Políticas e estratégias empresariais de controle territorial: a VALE S.A e os embates na Serra do Gandarela/MG. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 3, p. 29-49, set-dez., 2015. <https://bit.ly/2EHHGcX>. Acesso em: 12 jan. 2020

ROSA, D. *Violências e Resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG*. Tese (Doutorado em psicologia) - FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. *Perfil sumário de morbimortalidade dos municípios afetados pelo rompimento das Barragens do Fundão e Córrego do Feijão em Minas Gerais,* 2014 a 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/ctoYHVq>. Acesso em: 02 fev. 2019

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA LONGA; Comissão de Atingidas e atingidos de Barra Longa; Coletivo de Saúde, Assessoria Técnica dos Atingidos. Out. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/PtoYL3T>. Acesso em: 02 fev. 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARIANA. *Atualização do plano municipal de planejamento e gerenciamento de ações de recuperação em saúde após o rompimento da barragem de rejeito da Samarco em Bento Rodrigues, Mariana – MG*, junho de 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/otoYVoh>. Acesso em: 22 dez. 2019

A SIRENE. *As estratégias de desmobilização da Renova***.** 09 de abril de 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2VXMp0M>. Acesso em: 22 jan. 2020

___. *Edição Especial 4 anos.* Edição no. 43, Novembro de 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2xqt3av>. Acesso em: 15 de fev. 2020

TEUBAL, M. & PALMISANO, T. Acumulación por desposesión: la colonialidad del poder en América Latina. In: MASSUH, G. *Renunciar al bien común:* extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina. Buenos Aires: Mardulce, 2012, p. 131-156

TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC). 02 de março de 2016. Disponível em: <https://goo.gl/yayTAY>. Acesso em: 17 mar. 2017

VIANA *et al*. Saúde humana e saúde ambiental em contexto de desastre. In: CARMO, Roberto; VALENCIO, N. (Org). *Segurança humana no contexto dos desastres*. São Carlos: RiMa Editora, 2014, p. 109-126

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. *Repocs,* v.16, n.32, ago./dez., p. 51-68, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/ItoUucX>. Acesso em: 08 fev. 2020

___. *Mineração, violências e resistências:* um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Org.). (2016). *Antes fosse mais leve a carga:* reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editoral iGuana, 2016, p. 139-181.

Submetido em: 18 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 28 de maio de 2021.

Aprovado em: 08 de junho de 2021.

A QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS -BRASIL: LEITURA(S) NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE CRÉDITO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

THE AGRARIAN QUESTION IN MINAS GERAIS - BRAZIL: READING(S) IN THE CONTEXT OF CREDIT POLICIES TO RURAL SETTLEMENTS

LA CUESTIÓN AGRARIA EN MINAS GERAIS - BRASIL: LECTURA (S) EN EL CONTEXTO DE LAS POLÍTICAS DE CRÉDITO A LOS ASENTAMIENTOS RURALES

Onelia Carmem Rossetto

Luciane Cleonice Durante

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Giseli Dalla Nora

Olivan da Silva Rabelo

Paulo Cesar Venere

Resumo:
A questão agrária em Minas Gerais envolve vários processos para sua leitura e compreensão. Um destes universos são os que envolvem políticas para os agricultores familiares obterem e permanecerem na terra. Entre elas, o acesso aos programas de crédito rural, pois, de maneira geral, as famílias possuem pouca ou nenhuma infraestrutura quando recebem a terra, mas não têm condições de dela retirar renda suficiente para manutenção das necessidades básicas, consequentemente acabam subutilizando os lotes, colaborando para o insucesso da desconcentração fundiária. Sendo assim, este artigo tem por objetivo realizar o diagnóstico da situação de acesso aos programas de crédito por parte de 1.111 lotes de agricultores familiares em 25 assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em Minas Gerais, nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Jequitinhonha. Os aportes metodológicos estiveram centrados em pesquisa qualitativa, via trabalho de campo; e quantitativa, subsidiada pelo banco de dados do Projeto Diagnóstico para Regularização Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária (RADIS/UFMT). Os resultados evidenciaram que na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba menos da metade dos assentados tiveram acesso ao crédito; as linhas de crédito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONAF) foram as mais acessadas.
Palavras-chave: Reforma Agrária; Crédito Rural; Agricultura Familiar.

Abstract:
The agrarian issue in Minas Gerais involves several processes for its reading and understanding. One of these universes are those that involve policies for family farmers to obtain and remain on the land. Among them, access to rural credit programs, since, in general, families have little or no infrastructure when they receive the land, but are unable to obtain sufficient income from it to maintain basic needs, consequently they end up underutilizing the lots, contributing to the failure of land decentralization. Thus, this article aims to diagnose the situation of access to credit programs by 1,111 batches of family farmers in 25 settlements of the National Agrarian Reform Program (PNRA) in Minas Gerais, in the mesoregions of the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Northwest of Minas, North of Minas and Jequitinhonha. The methodological contributions were centered on qualitative research, via fieldwork; and quantitative, subsidized by the database of the Diagnostic Project for the Environmental Regularization of Agrarian Reform Settlements (RADIS / UFMT). The results showed that in the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba mesoregion less than half of the settlers had access to credit; the credit lines of the National Agrarian Reform Program (PRONAF) were the most accessed.
Keywords: Agrarian Reform, Rural Credit. Family Farming.

Resumen :
El tema agrario en Minas Gerais involucra varios procesos para su lectura y comprensión. Uno de estos universos son los que involucran políticas para que los agricultores familiares obtengan y permanezcan en la tierra. Entre ellos, el acceso a programas de crédito rural, ya que, en general, las familias tienen poca o ninguna infraestructura cuando reciben la tierra, pero no pueden obtener de ella ingresos suficientes para mantener las necesidades básicas, por lo que terminan subutilizando los lotes, contribuyendo a el fracaso de la descentralización de la tierra. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo diagnosticar la situación de acceso a programas de crédito por 1,111 lotes de agricultores familiares en 25 asentamientos del Programa Nacional de Reforma Agraria (PNRA) en Minas Gerais, en las mesorregiones del Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Noroeste de Minas , Al norte de Minas y Jequitinhonha. Los aportes metodológicos se centraron en la investigación cualitativa, a través del trabajo de campo; y cuantitativo, subsidiado por la base de datos del Proyecto de Diagnóstico de Regularización Ambiental de Asentamientos de Reforma Agraria (RADIS / UFMT). Los resultados mostraron que en la mesorregión Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba menos de la mitad de los pobladores tenían acceso al crédito; las líneas de crédito del Programa Nacional de Reforma Agraria (PRONAF) fueron las de mayor acceso.
Palabras clave: Reforma Agraria. Crédito rural. Agricultura familiar.

Introdução

No Brasil, a política de crédito rural se destaca como elemento constituinte do Programa Nacional de Reforma Agrária, estabelecido pela Lei nº 8.629/1993 (BRASIL, 2018a), que busca desenhar estratégias sustentáveis para inserção do agricultor familiar no mercado, por meio de diversas modalidades de crédito, direcionadas a projetos produtivos voltados para promoção de segurança alimentar e nutricional e estímulo à geração de trabalho e renda.

A Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) consiste em um conjunto de medidas para acesso, permanência na terra e proteção dos direitos da população trabalhadora no campo.

Segundo Oliveira (2007), a reforma agrária é uma necessidade conjuntural do capital e contribui sobremaneira para resolver as questões sociais e econômicas resultantes da concentração da estrutura fundiária, característica que integra o processo histórico de acesso à posse da terra no país.

Assim, a reforma agrária envolve vários processos para sua leitura e compreensão. Um destes universos são os que envolvem políticas para os agricultores familiares obterem e permanecerem na terra. A eficácia de tal processo está relacionada, entre outros fatores, à disponibilização de linhas de crédito para os agricultores que, de maneira geral, desprovidos de qualquer capital, recebem a terra mas não têm condições de trabalhar nela e obter renda suficiente para manutenção das necessidades básicas da família. Consequentemente, acabam abandonando ou vendendo os lotes, colaborando para o insucesso da desconcentração das terras e da regularização fundiária.

Tal fato é recorrente em todas as unidades da federação brasileira, inclusive em Minas Gerais, cujo território possui 607.448

estabelecimentos rurais em uma área de 37.900.000 hectares, dos quais 530.492 tem menos de 100 hectares – ou seja, 87% dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar (BRASIL, 2018b), dentre os quais 414 assentamentos rurais resultantes do processo de reforma agrária (NERA, 2017).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo realizar o diagnóstico da situação de acesso aos programas de crédito por parte de 1.111 lotes de agricultores familiares em 25 assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em Minas Gerais, nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Jequitinhonha.

Além da presente introdução, a segunda seção do texto realiza a revisão da literatura, apresentando os múltiplos pontos de vista de autores que discutem a temática; na terceira seção busca-se descrever a trajetória metodológica; e a quarta seção está voltada para a análise dos dados pertinentes ao crédito rural.

Revisão da literatura

Na agricultura familiar brasileira, o acesso ao crédito é um dos elementos fundamentais para o êxito da reforma agrária e para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Segundo Buainain e Souza Filho (2001), a disponibilidade de recursos via crédito agrícola é uma das condições fundamentais para a produção agropecuária e a qualidade de vida dos habitantes das áreas rurais.

Portanto, observa-se que a agricultura familiar necessita de recursos financeiros, por meio de instrumentos apropriados de crédito. Na concepção de Cleps Junior (2017), a criação das políticas de crédito fundiário desloca a responsabilidade da resolução de problemas estruturais, das áreas rurais brasileiras, do Estado para

o mercado. E em nome da concepção de desenvolvimento rural sustentável difunde a ideia de alívio da pobreza rural.

Na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, destaca-se (no ano de 1996) a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como uma política nacional de crédito agrícola voltada aos agricultores familiares. Em 2006, a categoria agricultura familiar foi devidamente conceituada e legitimada através da Lei n.º 11.326/2006 e posteriormente atualizada pelo Decreto n.º 9.064/2017, que define as características da agricultura familiar e da unidade familiar de produção agrária – ou melhor, estabelece um perfil de agricultor familiar: trabalhador rural que detenha e dirija imóvel rural não superior a quatro módulos fiscais, para fins de moradia e de produção familiar, que o tenha como a sua principal fonte de renda e que não utilize, predominantemente, força de trabalho de terceiros nele.

Grisa e Schneider (2015) analisam as políticas públicas para a agricultura familiar e as formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil, identificando (a partir de 1990) três gerações de políticas públicas: a) focadas nos vieses agrícola e agrário; b) direcionadas para políticas sociais e assistenciais; c) orientadas para o desenvolvimento sustentável e para segurança alimentar e nutricional. Todavia, ressaltam os autores que, dada a diversidade das situações vivenciadas pela agricultura familiar, uma única modalidade de crédito não se mostrou suficiente para atender às múltiplas necessidades. Assim sendo, foram instituídas várias linhas para agricultores descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social.

Elucidando esta perspectiva, Bolter, Schneider e Haas (2015) avaliam que, primeiramente, foram instituídas políticas de cunho

produtivo/econômico, por meio de programas de acesso ao crédito, os quais possibilitaram o fortalecimento individual e coletivo dos agricultores familiares e, mais tarde, os agricultores familiares por meio de suas organizações passaram a atuar de forma mais ativa no processo político. Criou-se também políticas e programas, com objetivos mais amplos e diversificados destinados aos assentados rurais – beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

No contexto federativo, a gestão dos assentamentos rurais da reforma agrária compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável por acompanhar a situação dos assentados rurais, sobretudo o compromisso dos mesmos de residir e de explorar adequadamente os seus imóveis rurais, de não arrendar ou alienar o imóvel rural para terceiros e de cumprir com as obrigações assumidas perante o INCRA e as instituições financeiras em caso de utilização de créditos rurais.

Fabrini (2010) afirma que os assentamentos rurais da reforma agrária se destacam como locais onde novas e antigas sociabilidades são reavivadas e recriadas, subsidiadas por um conjunto de saberes e conhecimentos secularmente acumulados, ou seja, saberes que estavam sendo perdidos com a expulsão e expropriação dos camponeses e que são recriados e recuperados como estratégias de existência.

Sendo beneficiários e responsáveis por suas unidades produtivas familiares ou lotes, aos assentados rurais é facultado (no âmbito das atribuições do INCRA) o acesso às modalidades de Crédito de Instalação (Quadro 1) estabelecidas conforme o Decreto nº 9.424/2018 (INCRA, 2018).

Quadro 1 – Modalidades de Créditos de Instalação

Modalidades	Objetivo	Valor (R$)[i]
Apoio inicial	Apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos.	Até R$5.200,00
Fomento	Viabilizar projetos produtivos de promoção à segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda.	Até R$6.400,00[ii]
Fomento Mulher	Implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote.	Até R$5.000,00[iii]
Semiárido	Atender à necessidade de segurança hídrica nos assentamentos localizados nas áreas circunscritas ao Semiárido, reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se destinando a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo.	Até R$5.000,00
Florestal	Viabilizar a implantação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de área de reserva legal com vegetação nativa, igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental, nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA.	Até R$6.400,00
Recuperação ambiental	Viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes, de área de reserva legal e área de preservação permanente, degradados até 25 de maio de 2012, referentes a assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA.	Até R$6.400,00
Cacau	Viabilizar a implantação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal.	Até R$6.000,00[iv]
Habitacional	Viabilizar a construção de habitação rural nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA.	Até R$34.000,00
Reforma habitacional	Viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações rurais, em assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA.	Até R$17.000,00

i: por família assentada. ii: pode ser dividido em duas operações de até R$3.200,00. iii: permitida a renovação em até três operações. iv: em operação única.
Fonte: Decreto n.º 9.424/2018 (INCRA, 2018b). Organizado pelos autores (2019).

O PRONAF contempla agricultores familiares assentados e não assentados e encontra-se devidamente contemplado no Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020 e nele estão previstas as seguintes linhas de financiamento, sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Síntese das Linhas de Crédito do PRONAF

Linha	Finalidade
Pronaf Custeio	Custeio para diferentes tipos de cultivo previstos pelo programa e para cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica; e custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Investimento para adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais e do solo; formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies de forrageiras; produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal; implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e para infraestrutura de irrigação; aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido; construção de silos, ampliação e construção de armazéns e câmaras frias destinados à guarda de produtos.
Pronaf Agroindústria	Investimento em atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf.
Pronaf Floresta	Investimento para implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo - floresta.
Pronaf Semiárido	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor financiado) e demais infraestruturas de produção.
Pronaf Jovem	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.
Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar	Beneficiamento e industrialização da produção.
Pronaf Cota-Parte	Integralização de cota-parte.
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Estruturação dos lotes.
Pronaf Custeio da Reforma Agrária	Custeio de atividades agropecuárias.
Pronaf Microcrédito da Reforma Agrária	Financiamento de atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural.
Pronaf Produtivo Orientado de Investimento	Crédito rural com ATER para inovação tecnológica, sistemas agroflorestais, convivência com o bioma, sistema de base agroecológica ou orgânica.
Pronaf Agroecologia	Investimento para implantação de sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.
Pronaf Eco	Investimento para implantação de sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos; investimento para aproveitamento hidro energético, tecnologia de energia renovável, tecnologias ambientais; projetos de adequação ambiental, adequação ou regularização das unidades familiares à legislação ambiental, implantação de viveiros de mudas; investimento em silvicultura; investimento em dendê (Pronaf Eco Dendê); investimento em seringueira (Pronaf Eco Seringueira).
Microcrédito Produtivo Rural Grupo "B"	Financiamento diferenciado para implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários.
Pronaf Mulher Grupo "B"	Financiamento diferenciado para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.
Pronaf Mulher Investimento	Financiamento diferenciado para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.

Fonte: Plano Safra da Agricultura Familiar, 2017-2020 (BRASIL, 2017).
Organizado pelos autores (2019).

Aquino e Schneider (2015) observam que o PRONAF tem estimulado poucas mudanças nas estruturas produtivas e nas atividades econômicas, argumentando que no Nordeste, considerada

a região mais pobre do Brasil, o programa não tem contribuído efetivamente no sentido de promover a diversificação econômica e a disseminação de tecnologias alternativas de convivência com o clima semiárido. Registram ainda que nos estados da região Sul, onde se concentram os produtores familiares mais integrados ao mercado, o maior volume de crédito está direcionado para reforçar o modelo tradicional de modernização tecnológica e a especialização produtiva. Dessa forma, concluem que a democratização do crédito do PRONAF não tem sido suficiente para lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento no espaço rural brasileiro devido à lógica interna do programa e a um conjunto de problemas operacionais e estruturais.

É importante ressaltar que a questão agrária e os problemas da produtividade e do desenvolvimento do campo extrapolam a dimensão econômica (e creditícia). Contudo, o crédito ainda é um elemento potencializador da agricultura familiar rumo aos mercados. Assim sendo, mister se faz a abordagem do crédito no contexto dos assentamentos da reforma agrária brasileira, para entendimento da efetividade das políticas públicas e da realidade desse setor.

Procedimentos metodológicos

A trajetória metodológica percorrida constituiu-se por etapas articuladas entre si, subsidiadas inicialmente por pesquisa bibliográfica documental que, segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), apresenta inúmeras informações que possibilitam ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização. Dessa forma, optou-se por privilegiar como fontes as legislações brasileiras que disciplinam a Política Nacional de Reforma Agrária e a Política Nacional para Agricultura Familiar,

especificamente as normas concernentes aos programas de crédito rural.

Foi realizada pesquisa qualitativa por meio da observação direta em campo; e quantitativa subsidiada pelo banco de dados do Projeto Diagnóstico para Regularização Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária (RADIS/UFMT), desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem como prerrogativas a regularização ambiental dos assentamentos rurais através do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Diagnóstico dos Sistemas Agrários e a elaboração de pesquisas acadêmicas, para subsidiar a proposição de políticas públicas em Minas Gerais (2018). Nesse contexto, foram analisadas as variáveis que tratavam das políticas de crédito do INCRA, direcionadas para agricultura familiar. A saber: a) se o entrevistado pertence à Relação de Beneficiários (RB); b) se acessou crédito fundiário e em que modalidade; c) qual o valor do crédito acessado; d) qual o valor da produção oriunda do lote, ambos em moeda corrente no país (R$).

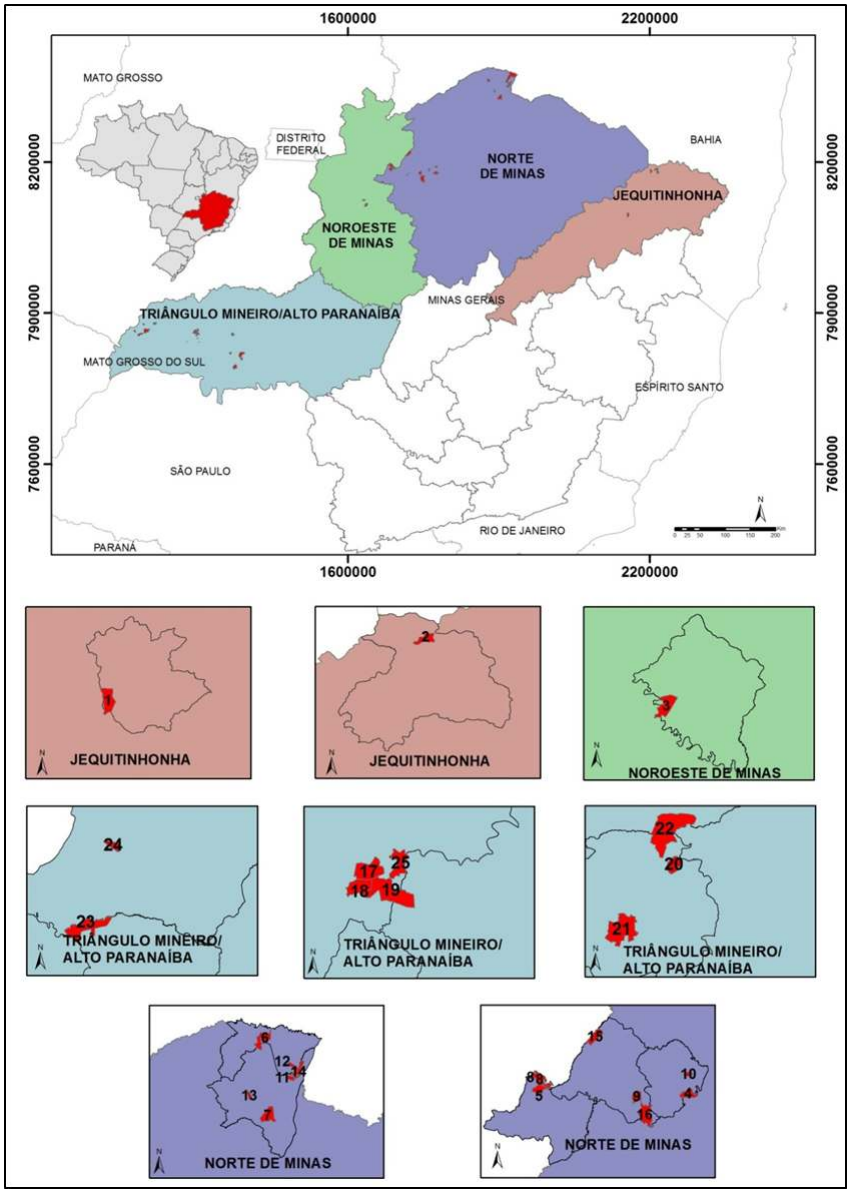
A amostra selecionada constitui-se em 25 assentamentos rurais da reforma agrária situados no estado de Minas Gerais, distribuídos em 13 municípios, com 1.111 lotes rurais (Tabela 1 e Mapa 1). A coleta de dados em campo ocorreu nos anos de 2018-2019. Tal seleção amostral foi obtida por meio não probabilístico, denominada por Marconi e Lakatos (2011) como amostra por tipicidade, que se caracteriza como a busca de um subgrupo que seja típico, em relação à população como um todo.

Tabela 1 - Amostra da pesquisa

Mesorregiões	Municípios	Legenda	Assentamentos	Número de Lotes pesquisados	Data de criação
Jequitinhonha	Itaobim	1	PA Bela Vista	17	05/12/2007
	Pedra Azul	2	PA Nova Serrana	23	28/11/1997
	Subtotal		2	**40**	
Noroeste de Minas	Dom Bosco	3	PA Novo Progresso	40	07/12/2005
	Subtotal		1	**40**	
Norte de Minas	Pintópolis	4	PA Alvorada	39	12/06/2000
	Riachinho	5	PA Brejo Verde	48	29/08/1989
	Juvenilia	6	PA Grota do Escuro	1	26/10/2005
	Manga	7	PA Japoré	91	26/10/1988
	Manga	13	PA Santa Lúcia	12	19/12/1997
	Manga	11	PA Novo Plano	30	02/12/1996
	Manga	14	PA Três Rios	17	18/01/1999
	Juvenilia	12	PA Ouro Verde	20	22/12/2000
	Riachinho	8	PA Logradouro	80	22/12/2000
	Pintópolis	10	PA Nova Nazareth	25	16/10/2000
	Urucuia	15	PA Vereda da Cuia-Barreirinho	48	22/12/2000
	Urucuia	16	PA Vereda Grande	78	11/12/1998
	Urucuia	9	PA Matão	48	01/10/1986
	Subtotal		13	**537**	
Triângulo Mineiro	Ituiutaba	17	PA Chico Mendes	50	23/12/1999
	Ituiutaba	18	PA Divisa	26	26/07/1999
	Ituiutaba	19	PA Engenho da Serra	1	18/01/1999
	Campo Florido	20	PA Francisca Veras	35	29/11/2005
	Campo Florido	21	PA Nova Santo Inácio/Ranchinho	104	26/05/1994
	Prata	22	PA Paulo Faria	193	26/10/2005
	União de Minas	23	PA Pontal do Arantes	82	03/10/1997
	Santa Vitória	24	PA Porto Feliz	1	02/12/1996
	Ituiutaba	25	PA Renascer	2	28/10/2008
	Subtotal		**9**	**494**	05/12/2007
	Total		**24**	**1.111**	

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018). Organizado pelos autores (2019).

Mapa 1 - Área da pesquisa: Minas Gerais por mesorregiões e assentamentos



Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018).

A coleta de dados qualitativos se deu por meio de uma pesquisa de campo realizada em agosto de 2019, acompanhando os técnicos de campo na aplicação das entrevistas e, por vezes, aplicando-as. A observação direta possibilitou uma gama de dados

qualitativos devidamente registrados que, aliados aos dados quantitativos, resultaram na compilação e sistematização das informações. Recorreu-se, complementarmente, à consulta de outras fontes (documentos, legislação, dissertações, teses) para esclarecimento de questões pontuais e, na mesma medida, a textos acadêmicos e experiência intelectual dos autores. Com o apoio de fontes complementares, os resultados foram analisados buscando atender, verificar e apreciar o contexto e as questões pertinentes aos objetivos do trabalho.

Resultados e Discussões

Para alguns agricultores familiares residentes no estado de Minas Gerais, o acesso aos recursos financeiros dos créditos é a única forma de obter renda e buscar a inserção no mercado. Por conseguinte, o cenário que se apresenta no âmbito dos 1.111 lotes pesquisados é que, em média, 45% declararam ter acessado algum tipo de crédito, enquanto 55% declararam não ter acessado (Tabela 2).

Tabela 2 - Percentual de Obtenção de Créditos pelos Assentados Rurais - Mesorregiões de Minas Gerais

Mesorregião	Assentados que declararam ter acessado crédito (%)		Assentados que declararam não ter acessado crédito (%)		Total do universo pesquisado (%)	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
Jequitinhonha	18	45%	22	55%	40	3,60 %
Noroeste de Minas	21	52,50 %	19	47,50%	40	3,60 %
Norte de Minas	249	46,37 %	288	53,63%	537	48,33 %

Triângulo Mineiro Alto Paranaíba	201	40,69 %	293	59,31%	494	44,46 %
Total	489		622		1111	100,00%
Média (%)		45%		55%		

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018-2019). Organizado pelos autores (2019).

Analisando a tabela observa-se que em sua maioria os agricultores familiares não receberam créditos, uma possível explicação é a condição de beneficiário, ou seja, o assentado rural deve obrigatoriamente integrar a RB do INCRA como beneficiário direto do PNRA. Desse modo, a situação irregular do assentado rural implica na impossibilidade de acesso aos programas de crédito. A Tabela 3 revela o percentual de assentados que são beneficiários da Reforma Agrária e cujos nomes constam na RB, portanto, aptos a usufruir do crédito rural.

Tabela 3 - Situação dos assentados rurais perante o INCRA, por mesorregião de Minas Gerais

Mesorregião	Assentados rurais constantes na RB (%)	Assentados rurais não constantes na RB (%)	Total (%)
Jequitinhonha	95%	5 %	100%
Noroeste de Minas	70%	30%	100%
Norte de Minas	77,09%	22,91%	100,00%
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	59,11%	40,89%	100,00%
Média (%)	75,30%	24,70%	

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018-2019). Organizado pelos autores (2019).

Além da condição de ser o primeiro beneficiário do lote e constar na RB, o acesso ao crédito pelos agricultores familiares está relacionado à posição que a agricultura familiar ocupa nas políticas direcionadas à agricultura no Brasil. Pesquisa realizada por Arruda

e Hespanhol (2012) ressalta que o PRONAF representou o reconhecimento institucional dos agricultores familiares, os quais foram historicamente excluídos das políticas de desenvolvimento rural. Ademais, o referido programa permitiu aos agricultores familiares terem acesso ao crédito rural subsidiado, todavia, os autores consideram sua eficácia relativa porque existe um conjunto de restrições que bloqueia o fortalecimento da agricultura familiar e a política nacional de desenvolvimento rural conduzida pelo Estado brasileiro continua a priorizar o agronegócio.

Nos lotes pesquisados o acesso ao crédito mostrou-se restrito mesmo entre os agricultores cujos nomes constam na RB, conforme demonstrado na tabela 4, evidenciando que tal situação não influencia diretamente no acesso aos recursos financeiros.

Tabela 4 - Acesso ao crédito e situação dos assentados rurais perante o INCRA, por mesorregião de Minas Gerais

Mesorregião	Assentados rurais constantes da RB (%)		Total
	Assentados rurais que declararam ter acessado crédito (%)	Assentados rurais que declararam não ter acessado crédito (%)	
Jequitinhonha	45,00%	52,25%	97,25%
Noroeste de Minas	52,50%	33,25%	85,75%
Norte de Minas	46,37%	41,35%	87,72%
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	41,28%	35,07%	76,35%

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018-2019). Organizado pelos autores (2019).

Esses dados, analisados de forma conjunta, permitem inferir que na mesorregião Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba uma parte significativa dos beneficiários não permanecem na terra, pois, 40,89% dos assentados não constam na RB, sendo um dos indicadores que pode justificar a ocorrência das menores taxas de acesso ao crédito (41,28%).

Contudo, esse não é o único fator que explica a situação mencionada, durante a observação direta registrou-se em todas as mesorregiões pesquisadas que o poder público oferece os programas de crédito, entretanto, não fornece a estrutura necessária para capacitar os agricultores familiares e qualificar os projetos produtivos para (assim) garantir a capacidade dos pagamentos e o bem-estar das famílias.

Ademais, no Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba, constatou-se que os agricultores familiares não são proprietários dos maquinários necessários para as atividades agropecuárias tendo que pagar aluguéis caros, porque a linha de crédito do PRONAF, especificamente o PRONAF B, pode ser aplicada somente com custeio da produção (compra de insumo, matérias-primas, animais e realização de melhorias na infraestrutura), limitando o acesso dos agricultores familiares à tecnologia.

A mesorregião Jequitinhonha, mesmo com a maior taxa de permanência do assentado no lote, apresenta baixo percentual de acesso ao crédito (45%). A princípio, isso pode estar associado com a carência de bens e serviços constatada durante a observação direta na região, como correlato, algumas famílias destinam parte do recurso contratado via crédito para atender outras demandas que não sejam a produtiva.

De forma geral, o acesso aos créditos foi incipiente nos 1.111 lotes estudados, com um montante menor que R$150.000 (Tabela 5). Acrescenta-se que os assentamentos mais recentes da amostra datam de 2005 e os mais antigos de 1986, portanto, é necessário considerar a baixa efetividade das políticas de crédito da PNRA, especificamente do INCRA.

Tabela 5 - Valor (R$) e principais modalidades de crédito obtidas pelos assentados rurais entrevistados pelo Projeto RADIS/UFMT por mesorregião de Minas Gerais, considerando os créditos geridos pelo INCRA

Modalidades	Mesorregiões			
	Jequitinhonha	Noroeste de Minas	Norte de Minas	TriânguloMineiro/ Alto Paranaíba
Lotes e assentados rurais entrevistados pelo Projeto RADIS/UFMT	40 lotes em 02 assentamentos rurais	40 lotes em 01 assentamento rural	537 lotes em 13 assentamentos rurais	434 lotes em 09 assentamentos rurais
Adicional-Fomento	-	R$3.000,00	R$20.600,00	-
Créditos para moradia (Aquisição de material de construção, habitação, recuperação de material de construção)	-	-	R$14.500	R$ 24.500,00
Alimentação	-	-	-	R$16.000,00
Insumos	-	-	R$9.000,00	-
Semiárido	-	-	R$30.600,00	-
Total (R$)	R$0,00	R$3.000,00	R$74.700,00	R$46.500,00
Total (%)	0,00%	2,42%	60,14%	37,44%

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018-2019). Organizado pelos autores (2019).

Embora os dois assentamentos da mesorregião do Jequitinhonha, PA Bela Vista e PA Nova Serrana, tenham sido criados em 05 de dezembro de 2007 e 28 de novembro de 1997, respectivamente, de acordo com os critérios do INCRA, ainda são considerados como não consolidados. Quando enquadrados nessa fase, o INCRA é responsável pela sua infraestrutura, fornecimento de crédito e geração de renda nos assentamentos.

Verificou-se também que no PA Nova Serrana, o mais antigo, 100% dos assentados participavam da associação de agricultores; e que no PA Bela Vista, com data de criação mais recente, apenas 50%

destes – o que demonstra que os agricultores ainda estão em processo de organização socioprodutiva, sabendo-se que esta impulsiona os programas de geração de renda e ampliação da produção.

Dentre os recursos acessados, os mais significativos são o crédito Semiárido e para aplicação na moradia, sendo este último voltado para aquisição de materiais para a construção ou conclusão/reforma/ampliação das moradias de agricultores. Bolter (2013) reconhece a importância desta modalidade de crédito para permanência das famílias no ambiente rural, visto que essas necessitam de condições mínimas de vida, dentre as quais a habitação é fundamental.

Em relação aos valores destinados aos agricultores familiares entrevistados na presente pesquisa, constata-se que tanto na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba como na do Noroeste de Minas, a modalidade de crédito do PRONAF foi a mais acessada, na ordem de 4,5 milhões em cada uma delas, em todas as mesorregiões, em todas as suas modalidades: A, A/C, C, Mulher, Mais Alimentos, Recuperação, V, Reforma da Casa e Estiagem (Tabela 6).

Tabela 6 - Modalidades de crédito PRONAF por mesorregião de Minas Gerais

Modalidades	Mesorregiões			
	Jequitinhonha	Noroeste de Minas	Norte de Minas	Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba
Pronaf A	-	4,95%	40,76 %	34,20%
Pronaf A/C	0,89%	0,30%	4,74%	3,21%
Pronaf C	-	-	-	0,24%
Pronaf Mais Alimentos, PRONAF Mulher, PRONAF	-	-	0,48%	1,51%

Recuperação, PRONAF Semiárido, PRONAF Reforma da Casa				
Pronaf V	-	-	-	7,31%
Total	0,89%	5,26%	45,98 %	46,47%

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018-2019). Organizado pelos autores (2019).

O PRONAF A financia projetos individuais ou coletivos dos agricultores familiares e para sua obtenção é necessário que o assentado tenha um documento denominado Declaração de Aptidão para Agricultura Familiar (DAP), que comprova sua inserção na categoria social.

Após o PRONAF A, o crédito PRONAF A/C é mais acessado nas Mesorregiões Norte de Minas (4,74%), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (3,21%), Jequitinhonha (0,89%), Noroeste de Minas (0,30%). Tal modalidade tem como limite o valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) e é destinada ao custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias, diretamente ou não, vinculadas ao investimento e de beneficiamento ou industrialização da produção. Pode ser concedida em até três créditos de custeio com uma taxa efetiva de juros de 1,5% ao ano. O pagamento é realizado de acordo com a destinação: até dois anos para custeio agrícola, observado o ciclo de cada empreendimento; até um ano para custeio pecuário; até um ano para custeio da agroindústria (BRASIL, 2017).

A Mesorregião Norte de Minas foi a única que recebeu modalidade de crédito Semiárido ou PRONAF Semiárido, haja vista suas características geográficas, pois, localiza-se entre os biomas Cerrados (63%) e a Caatinga (13%) – incluindo também áreas denominadas mata seca (7%), matas de transição (14%) e de outras

tipologias afins (3%) (MINAS GERAIS, 2008). Portanto, a modalidade de crédito buscou atender à necessidade de segurança hídrica dos agricultores familiares que vivem expostos à variabilidade climática.

Os valores totais acessados por mesorregião encontram-se na Tabela 7, assim como a renda declarada oriunda da produção.

Tabela 7 - Crédito acessado e valor anual total da produção agropecuária por mesorregião de Minas Gerais

Mesorregião	Crédito (R$)	Produção agropecuária (R$)		
		Agrícola	Pecuária	Total
Jequitinhonha	R$234.500,00	R$32.628,00	R$24.700,00	R$57.328,00
Noroeste de Minas	R$554.993,81	R$12.275,00	R$78.765,00	R$91.040,00
Norte de Minas	R$4.887.753,00	312.078,00	R$2.410.972,40	R$2.723.050,40
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	R$5.372.088,00	R$1.278.041,70	R$ 9.516.731,42	R$10.794.773,12
Total	R$11.049.334,81		R$13.666.191,52	

Fonte: Projeto RADIS/UFMT (2018-2019). Organizado pelos autores (2019).

Verifica-se que, muito embora o Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba seja a mesorregião com menor número de assentados constantes na RB (59,16%) e de menor número de assentados que declararam ter acessado crédito (41,28%), a produção declarada é maior que a da mesorregião Noroeste de Minas que possui 77,09% dos assentados pertencentes à RB e a maior taxa de assentados que declararam ter acessado crédito (52,5%).

O valor produzido pelos assentados nessas duas mesorregiões é da ordem de cinco milhões na primeira e de dois milhões de reais na segunda. A maior ordem de grandeza da mesorregião Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba. Conclui-se, portanto, que é para a

mesorregião mais desenvolvida do estado de Minas Gerais que se destinam os maiores montantes de recursos do PRONAF. Sobre essa constatação, seriam necessárias pesquisas mais aprofundadas para esclarecer os múltiplos fatores que influenciam na distribuição de recursos dos créditos para agricultura familiar.

Todavia, Santos (2017) alega que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma das principais regiões produtivas do agronegócio nacional, destacando-se no cultivo e processamento de grãos (soja, milho e café), cana-de-açúcar e na criação de rebanho bovino voltada para corte e leite, além de receber vultuosos investimentos públicos e privados. Assim, o agronegócio atrai condições positivas também para as pequenas propriedades. Contudo, o autor afirma que a ação da agricultura moderna também é responsável pelo forte êxodo rural verificado em alguns municípios, pela expropriação socioeconômica de camponeses e algumas comunidades tradicionais e pela subordinação dos agricultores familiares ao agronegócio, expropriando-os em sua autonomia.

Já a mesorregião do Norte de Minas demonstra maior acesso à política pública de crédito, haja vista que obteve 45% do valor total de crédito da amostra pesquisada e possui 77,09% de assentados pertencentes à RB e destes 46,37% que acessaram créditos. Logo, é possível indicar o impacto positivo do acesso ao crédito na produção agropecuária dos assentamentos dessa mesorregião, impulsionado pelo PRONAF A, muito embora essa região esteja localizada no semiárido e exista um crédito específico para assentamentos nessa condição geográfica.

Diante do exposto, observa-se que, apesar das diferenciações regionais, o acesso ao crédito tem contribuído para mudanças e melhorias no espaço agrário de Minas Gerais. Nesse sentido,

corrobora-se com as afirmações de Azevedo e Pessoa (2012) que alegam a desigualdade regional na alocação e distribuição de recursos das modalidades do crédito PRONAF, destacando uma série de problemas, entre eles o descontrole e pouco acompanhamento dos resultados do programa por parte de alguns órgãos responsáveis; fragilidades no método de avaliação da política pública; ausência de integração dessa política com outras políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

Aquino e Schneider (2015) acrescentam que a democratização do crédito do PRONAF não tem sido suficiente para lançar as bases de desenvolvimento rural devido à lógica interna do programa e a um conjunto de problemas operacionais e estruturais.

Diante do exposto, vale ressaltar a importância de se compreender a Política Nacional de Crédito para Agricultura Familiar como uma das dimensões do Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo relevante considerá-la alinhada com outras ações que coletivamente contribuam para efetivação da reforma agrária e do desenvolvimento rural.

Considerações Finais

Considerando a amostra da pesquisa e sua espacialidade, a metodologia adotada permitiu elaborar um diagnóstico da situação de acesso aos programas de crédito, por parte dos agricultores familiares assentados pelo PNRA, no estado de Minas Gerais, nas mesorregiões geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Jequitinhonha.

Os resultados evidenciaram que na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, embora o número de assentados pertencentes à RB seja menor que nas demais mesorregiões da

amostra (apenas 59,11% estão na RB), foi registrado que menos da metade dos assentados da amostra tiveram acesso ao crédito, cujo valor correspondeu a aproximadamente 3, 10 e 20 vezes o montante acessado nas mesorregiões do Norte de Minas, Noroeste de Minas e Jequitinhonha, respectivamente.

O acesso ao crédito foi incipiente nos assentamentos, com um montante de menos de R$150.000,00 anuais nos 1111 lotes estudados. Os assentamentos mais recentes da amostra datam de 2005 e os mais antigos de 1986, dessa maneira, infere-se que o INCRA e demais instituições públicas pertinentes analisam e direcionam ações buscando maior efetividade das políticas de crédito para agricultura familiar.

Constata-se que a modalidade de crédito do PRONAF foi a mais acessada, em todas as suas modalidades: A, A/C, C, Mulher, Mais Alimentos, Recuperação, V, Reforma da Casa e Estiagem. Do total de crédito do PRONAF, 40,76% concentrou-se na mesorregião Norte de Minas, 34,20% no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e apenas 4,95% no Noroeste de Minas. A Mesorregião Norte de Minas foi a única que recebeu modalidade de crédito Semiárido ou PRONAF Semiárido.

Ao cruzarmos os dados de acesso ao crédito com a produção agropecuária dos assentamentos por mesorregião, evidencia-se que o maior acesso ao crédito impactou positivamente na produção e, consequentemente, na renda dos assentados, constituindo-se em um dos agentes que impulsionaram o desenvolvimento regional, ainda que encontradas heterogeneidades entre as localidades estudadas.

Referências

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In:

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 53-81, 2015.

ARRUDA SARON, F.; HESPANHOL, A. N. O Pronaf e as Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à agricultura familiar. *Geo UERJ*, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2012.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 1982, p. 4513, 2012.

BITTENCOURT, G. M.; LIMA, J. E. Perfil do desenvolvimento rural dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Gestão & Regionalidade*, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 4-19, 2014.

BOLTER, J. A. G. *Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar*: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural. Porto Alegre. 173 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BOLTER, J. A. G.; SCHNEIDER, S.; HAAS, J. M. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 465-482, 2015.

BRASIL. *Lei n.º 8.629 de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. *Lei Federal n. 11.326 de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 8.256 de 26 de maio de 2014*. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8256-26-maio-2014-778803-publicacaooriginal-144210-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. *Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018*. Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9424-26-junho-2018-786907-publicacaooriginal-155922-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. *Elementos para análise e desenho de políticas de crédito para agricultura familiar*. São Carlos: NEA, IE/UNICAMP, 2001.

CLÉPS JÚNIOR, J. Descaminhos da Reforma Agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise institucional no Brasil. *NERA– Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária*, n. 120, 2017.

FABRINI, J. E. *O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível*. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão popular, p. 55-88, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-50, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PIB Municipal 2011*. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/base/base_2006_2011_xls.zip>. Acesso em: 22 out. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE,

2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultados agro/pdf/MG.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Acesso à terra*. Disponível em: <www.incra.gov.br/acesso-terra>. Acesso em: 29 nov. 2018a.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Créditos para a reforma agrária*. Disponível em: <www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao>. Acesso em: 29 nov. 2018b.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Incra nos Estados* - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 23 fev. 2018c.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAS GERAIS. *Perfil da agricultura familiar de Minas Gerais*. Governo do Estado de Minas Gerais e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, 2014.

MINAS GERAIS; IFMG - Instituto Florestal de Minas Gerais. *Espécies Arbóreas da Flora Nativa*. Lavras: UFLA, 2008.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, FCT/ UNESP. Coordenação: GIRARDI, E. P. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. *Relatório Brasil 2016*. Presidente Prudente: NERA, 2017.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

RADIS. *Diagnóstico para Regularização Ambiental dos Assentamentos da Reforma Agrária*. Disponível em: <http://radis.ufmt.br/site/>. Acesso em: 16 out. 2018.

ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 260-269, 2010.

SANTOS, H. F. dos. O processo de modernização da agricultura e dinâmica do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. *Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 15, 2009.

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra 2017-2020*. Brasília: SEAD, 2017. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, F. F.; SANTOS, R. M. F. *Financiamento da agricultura familiar e desenvolvimento rural:* o caso de Minas Gerais. Disponível em: <www.bnb.gov.br/documents/160445/960821/financiamento_da_agricultura_familiar_e_desenvolvimento_rural_o_caso_de_minas_gerais.pdf/68e3ee4a-078e-4c8c-9195-d2d6633e9c47>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SILVA, S. P. *Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial:* uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha - MG. 2012.

SOUSA, J. M. M.; LARA, D. C.; SOUZA, Í. F. As condições de moradia, o nível de satisfação das famílias assentadas em Sergipe e as interfaces com a política nacional de reforma agrária. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, Viçosa, v. 23, n.2, p. 82-106, 2012.

Submetido em: 30 de novembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 01 de abril de 2021.

Aprovado em: 23 de abril de 2021.

AGRICULTURA CAPITALISTA NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS: EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS E RECRIAÇÃO CAMPONESA

CAPITALIST AGRICULTURE IN THE RURAL TERRITORY OF BOLSÃO/MS: EXPANSION OF MONOCULTURE AND THE PEASANT RECREATION

AGRICULTURA CAPITALISTA EN EL TERRITORIO RURAL DEL BOLSÃO/MS: EXPANSIÓN DEL MONOCULTIVOS Y RECREACIÓN CAMPESINA

LÉTICIA ALVES LEONARDO
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: leh_al95@hotmail.com

AMANDA EMILIANA SANTOS BARATELLI
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: baratelli46@gmail.com

JHIOVANNA EDUARDA BRAGHIN FERREIRA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: jhi.braghin96@gmail.com

JODENIR CALIXTO TEIXEIRA
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Três Lagoas/MS
E-mail: jodenirc@gmail.com

Resumo:
O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o processo de ocupação e a integração do Território Rural do Bolsão/MS, via *commodities*, aos mercados nacional e internacional, a partir da modernização da base técnica no campo e analisar os desdobramentos desse processo no território, principalmente para as famílias camponesas. Para tanto, o esforço teórico foi no sentido de resgatar as formas de apropriação de terras e a ocupação da região, de modo a evidenciar que o avanço da fronteira agrícola e a territorialização do capital estão relacionados aos processos históricos de concentração de terra e renda, e ressaltar que toda essa dinâmica foi viabilizada pelo Estado. O território está em disputa, portanto, nesta região de forte aliança do latifúndio boi/eucalipto, uma vez que famílias camponesas teimosamente resistem num processo de enfrentamento à territorialização/monopolização do capital.

Palavras-chave: Modernização do campo, Concentração da terra, Recriação camponesa.

Abstract:
The present work has as main objective to comprehend the occupation and integration process of Rural Territory of Bolsão/MS, via *commodities*, to the national and international markets, from the modernization of the field, and to analyze the developments of this process in the territory, mainly for peasant families. Therefore, the theoretical effort was to recall the land appropriation and land occupation forms in the region, in order to highlight that the advance of the agricultural frontier and the capital territorialization are related to the historical processes of land and income concentration, and to emphasize that all this dynamic was made possible by the State. The territory is in dispute, for that reason, on a region with strong alliance between cattle farming/eucalyptus monoculture, ox/ eucalyptus latifundium, peasant families stubbornly resist in a confrontation process against the capital territorialization/ monopolization.

Keywords: Field Modernization, Land Concentration, Peasant recreation.

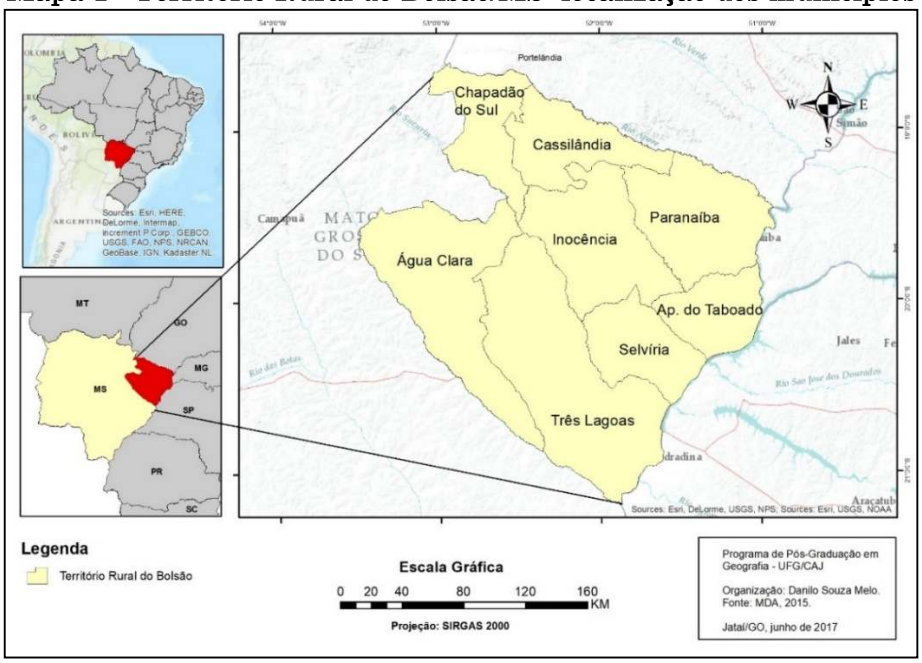
Resumen:
El presente trabajo tiene como objetivo principal comprender el proceso de ocupación y integración del Territorio Rural del Bolsão/MS, a través de las *commodities*, a los mercados nacional e internacional, desde la modernización del campo y la expansión del capital y, analizar las consecuencias de este proceso en el territorio, principalmente para las familias campesinas. Por tanto, el esfuerzo teórico fue rescatar las formas de acaparamiento de tierras y el proceso de ocupación de la región, para evidenciar que el avance de la frontera agrícola y la territorialización del capital en la región están relacionados a los procesos históricos de concentración de tierras y renta, y señalar que toda esta dinámica fue posible gracias al Estado. El territorio está en disputa, por lo tanto, en esta región de fuerte alianza del latifundio de ganadería bovina/eucalipto, las familias campesinas resisten obstinadamente en un proceso de confrontación ante la territorialización/monopolización del capital.

Palabras-clave: Modernización del campo, Concentración de tierras, Recriación campesina.

Introdução[1]

O Território Rural do Bolsão/MS é constituído pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas (mapa 1), compreendendo uma extensão territorial de 45.929,9 km², criado em 2013 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mapa 1 - Território Rural do Bolsão/MS: localização dos municípios



Fonte: MELO; SILVA (2016).

Os municípios que compõem a região do Bolsão/MS são marcados por uma intensa concentração fundiária, assim como todo o estado de Mato Grosso do Sul. Tal realidade é resultante das

[1] O artigo em questão foi elaborado durante a disciplina Dinâmica regional e a estrutura da produção agropecuária no Brasil, ministrada pelo Professor Dr. Jodenir Calixto Teixeira, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS/CPTL) e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

formas históricas de apropriação das terras públicas por latifundiários e capitalistas, com o apoio do Estado. A ocupação não indígena está diretamente ligada à expansão da fronteira, a partir da atividade pecuária, quando fazendeiros migrantes do norte de Mato Grosso, de Minas Gerais, São Paulo e do Rio Grande do Sul migraram com objetivo de ocupar as extensas áreas devolutas do estado, abrindo fazendas para si e para seus agregados (ABREU, 2001; CAMPESTRINI, 2002; CAMARGO, 2010)

A partir da expansão da agricultura capitalista, no processo de modernização da base técnica das atividades agropecuárias, a região passou a ser inserida na dinâmica nacional e também internacional. Aos poucos, a pecuária foi dando lugar ao monocultivo, primeiro com a cana-de-açúcar, soja, e, num processo recente de territorialização do capital, ao plantio de eucalipto.

A expansão do eucalipto na região é resultante da escolha do município de Três Lagoas para ser a sede de duas empresas do setor: Suzano e da Eldorado Brasil. A presença das empresas alterou a dinâmica produtiva dos municípios ao redor, inserindo-os, via expansão das bases florestais (KUDLAVICS, 2011; NARDOQUE; ALMEIDA, 2015; NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho é entender como ocorreu, ao longo do tempo, a integração dessa região, via *commodities*, ao mercado nacional e internacional, a partir do processo de modernização da base técnica no campo e expansão do capital e, ainda, os desdobramentos desse processo no território, principalmente para as famílias camponesas.

Para tanto, é preciso resgatar as formas de apropriação de terras e o processo de ocupação da região, evidenciando que o

avanço da fronteira e a territorialização do capital estão diretamente ligados aos processos históricos de concentração de terra e renda, ressaltando que todo esse processo foi viabilizado pelo Estado, desde a posse da terra por meio da elaboração de leis que facilitaram a grilagem ou pela fiscalização ineficiente (MORENO, 1994), até a criação de políticas de desenvolvimento e a concessão financiamento e de incentivos fiscais (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2001), uma vez que a expansão e consolidação do agronegócio foi pautada no fundo público.

Contraditoriamente, nesta região de forte aliança do latifúndio boi/eucalipto, famílias camponesas teimosamente resistem num processo de enfrentamento à territorialização/monopolização do capital.

Dessa forma, para cumprir o objetivo proposto, foram utilizadas algumas metodologias que possibilitaram a análise da realidade agrária da região. Para entender a integração regional, bem como analisar as transformações causadas no Território Rural do Bolsão/MS e os processos de resistência dos pequenos camponeses frente ao grande capital, a partir da perspectiva de desenvolvimento desigual do sistema capitalista, recorreu-se a revisão bibliográfica em autores que tratam a temática da questão agrária e da dinâmica agrícola.

Complementarmente, foram analisados dados sobre a produção agropecuária na região, publicados na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e ainda na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura(PEVS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados sobre estrutura fundiária dos Censos Agropecuários, relativos aos anos de 1995/96, 2005/06 e 2017. A análise dos dados permitiu verificar a

expansão do agronegócio com plantios de *commodities* em detrimento da produção de alimentos que compõem a mesa da população, intensificando o uso capitalista do solo no Território Rural do Bolsão e, consequentemente, reforçando a concentração de terra e renda.

No que se refere a (re)criação camponesa no Território Rural do Bolsão/MS, foram visitados dois assentamentos de Reforma Agrária: PA São Joaquim no munícipio de Selvíria e PA 20 de Março em Três Lagoas. O PA São Joaquim foi visitado no ano de 2019, oportunidade em que realizou-se somente uma conversa informal com alguns assentados, sendo registrados alguns momentos por fotografia. Já no PA 20 de Março, a visita ocorreu no ano de 2020, para tanto, foram estruturadas entrevistas para serem aplicadas junto aos assentados, nessa ocasião foram visitados 05 lotes. O roteiro de entrevista abordava assuntos referentes à conquista do lote, perfil socioeconômico, práticas agroecológicas utilizadas dentro dos lotes e o acesso das políticas públicas.

Breves considerações sobre a formação do estado do Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos na realidade do Território Rural do Bolsão/MS

De acordo com Hespanhol (2000), a região Centro-Oeste passou por um processo de ocupação, iniciada no século XVIII pelos bandeirantes que buscavam regiões com localização de minérios para extração. Com a realização de tal atividade, as cidades de Cuiabá, Cáceres, Poconé, Corumbá, Pirinópolis e o estado de Goiás protagonizaram a ocupação em questão. Todavia, embora a centralidade esteja na discussão sobre a ocupação econômica, já havia nessa região diversos territórios de comunidades indígenas,

que foram sendo dizimados de forma violenta para o domínio dessas terras (BORGES, 2012).

No século XIX a região passou a desempenhar maior dinamização econômica e ocupação populacional, a partir da criação de bovinos para corte e com o cultivo da erva-mate no sul de Mato Grosso. O protagonismo político mantinha-se centralizado em Cuiabá – desde o período da exacerbada extração de minérios –, no entanto, com o desenvolvimento econômico de outras regiões, a cidade perdeu tal centralidade (HESPANHOL, 2000).

A perda de controle de Cuiabá ocorreu alicerçada ao avanço do cultivo da erva-mate no sul de Mato Grosso, direcionado pela Companhia Mate Laranjeira que, em 1872, recebeu concessão do Estado para o cultivo da erva nas terras devolutas[2].

Fabrini (2008) considera que aliado ao latifúndio improdutivo, mascarado pelas imensas áreas de pecuária, o cultivo da erva-mate contribuiu como parte da concentração fundiária na região Centro-Oeste. Isto porque as ações de monopólio da terra no cultivo da erva-mate dificultaram o desenvolvimento de pequenas propriedades, principalmente porque a empresa concentrava imensas áreas e também a infraestrutura para o escoamento da produção, impulsionando os agricultores das pequenas propriedades a venderem sua produção para a Companhia.

No ano de 1916, o contrato de posse do uso da terra concedida à Companhia Mate Laranjeira foi findado. Isto ocorreu aliado à mudança nas políticas fundiárias decorrentes da Proclamação da República (1889), que transferiu o controle da terra, centrado no poder Federal, para o controle dos estados

[2] Terras devolutas - São as que não estão aplicadas ao uso da União, dos Estados, dos municípios ou ainda não foram incorporadas a particulares através de título legítimo. (ALMEIDA, 2004).

(FABRINI, 2008). Assim, a pressão e o descontentamento por parte dos ruralistas com o poder de mando de Tomas Laranjeira – dono da Companhia Mate Laranjeira – e seu monopólio exercido sobre as terras no sul de Mato Grosso fez com que o estado findasse o contrato de uso (BITTAR, 1999).

A transferência de poder de decisão de posse e uso da terra para os estados culminou em vendas/doações de terras devolutas para proprietários fundiários. Moreno (1994, p. 100) aponta que essa transferência da gestão das terras públicas:

> [...] representou um prêmio para as oligarquias regionais, mais especificamente proprietários e grandes posseiros, que almejavam ver descentralizado o poder de decisão sobre o destino das terras devolutas. As classes dominantes nos estados poderiam daí em diante influir mais diretamente na distribuição das terras, de acordo com os seus interesses econômicos e políticos.

Com a redução do império da erva-mate, a pecuária tornou-se a principal atividade desenvolvida no sul de Mato Grosso. A exportação do "gado em pé" para os portos do sudeste ocorreu por meio do Porto de Corumbá e com uso da Ferrovia Noroeste Brasil, ligando de Campo Grande ao estado de São Paulo (HESPANHOL, 2000).

Nesse sentido, as cidades no sul do Mato Grosso passam a exercer as dinâmicas de integração com outras regiões por meio do dinamismo econômico, fazendo com que Cuiabá perdesse a centralidade econômica, mantendo somente o controle político do estado. Isto intensifica a luta dos movimentos divisionistas pela separação do estado. Dentre as reivindicações desses movimentos, estava a busca do controle político de um "novo" estado, considerando que em Campo Grande havia, além do protagonismo econômico, o crescimento de "doutores" e homens da lei – filhos dos

latifundiários que haviam cursado o ensino superior em outros locais (BITTAR, 1999).

Os movimentos separatistas pressionavam o então presidente Getúlio Vargas, no entanto, sua perspectiva "nacionalista" de governo negava a necessidade de uma separação e objetivava a integração nacional e o povoamento das regiões de fronteira, o que fez concentrar esforços na política de "Marcha para o Oeste", intensificada por meio da criação das Colônias Agrícolas Nacionais.

No processo de criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o Estado investiu em infraestrutura para a integração entre as regiões, o que abriu brecha para a valorização de vastas propriedades que se tornaram objetos de especulação, mantendo a concentração fundiária (HESPANHOL, 2000).

A utilização da "Marcha para o Oeste" e a implantação de Colônias Agrícolas Nacionais de fato serviu como forma de auxílio no povoamento da região (HESPANHOL, 2000), todavia, não resolveu os conflitos das elites do norte e do sul de Mato Grosso pela separação do estado. A disputa seguiu em curso até 1977, período da ditadura militar em que foram alteradas as políticas territoriais, e neste ano foi promulgada a divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (BITTAR, 1999).

Nesse sentido, materializando a estrutura da concentração fundiária herdada na formação de Mato Grosso do Sul, evidenciaremos esse desdobramento nas características fundiárias do Território Rural do Bolsão/MS. O território em questão foi instituído em 2013, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio das políticas de combate à pobreza no campo que objetivavam promover desenvolvimento rural numa

perspectiva de "descentralização", fortalecendo a participação dos agentes locais, todavia, transferindo também a responsabilidade do desenvolvimento territorial àqueles que compõe os territórios, logo, isentando as responsabilidades do Estado. (MELO; SILVA, 2016).

A origem da constituição do estado de Mato Grosso do Sul muito reflete em sua estrutura fundiária altamente concentrada e com discrepância na comparação dos dados. O exemplo é que os estabelecimentos rurais acima de mil hectares representam 9,38% do total e detém 80,45% da terra do estado, enquanto os estabelecimentos de até 200 hectares representam 75,22% do total e detém 0,19% da terra, conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1 - Mato Grosso do Sul: Estrutura fundiária - 2017

Classe de Área total (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
0 a menos 200	53.083	75,22%	1.509.548	0,19%	28,44
200 a menos de 500	6.153	8,72%	2.015.063	7,27%	327,49
500 a menos de 1.000	4.718	6,69%	3.348.921	12,09%	709,82
Acima de 1.000	6.619	9,38%	22.286.452	80,45%	3.367,04
Total	**70.573**	**100%**	**29.159.984**	**100%**	**413,19**

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2017. Org. AUTORES, 2020.

A presença do agronegócio, com a utilização de terras para a plantação de monocultivos para exportação de *commodities*, cria a ilusão de que o campo brasileiro e/ou sul-mato-grossense é produtivo, mascarando o uso da terra para auferir renda. Em contraponto ao caráter produtivo do campo sul-mato-grossense, Leonardo (2020), baseada nas análises de Oliveira (2008), evidencia que 23,67% dos imóveis presentes no estado de Mato Grosso do Sul eram improdutivos. A presente afirmação reforça que a aliança exercida entre agronegócio e proprietários fundiários, em que a propriedade da terra não se torna empecilho na expansão da agricultura capitalista no campo, via territorialização de

monopólios (OLIVEIRA, 2010), logo, a dinâmica em questão materializa a aliança entre terra-capital. (MARTINS, 1994).

Diante da quantidade de imóveis improdutivos no estado de Mato Grosso do Sul, cabe o destaque para os municípios do Território Rural do Bolsão, considerando que Três Lagoas detém a maior quantidade, com 149, seguido de Paranaíba que detém 129 imóveis (LEONARDO, 2020). Além do forte absenteísmo na região, considerando que em Três Lagoas 81% dos proprietários de terra não residem no município (NARDOQUE, 2017).

Essas informações contribuem para a compreensão da estrutura fundiária do Território Rural do Bolsão/MS. De acordo com dados da tabela 2, fica evidente a presença das grandes propriedades, uma vez que os estabelecimentos acima de 1.000 hectares representam apenas 13,95% do número total e ocupam uma área de 2.822.213 hectares, concentrando 71,57% das terras da região. Leonardo (2020), ao analisar os Censos de 1995/96, 2006 e 2017, ressalta que a estrutura fundiária sofreu poucas alterações, mantendo a essência da concentração de terra.

Tabela 2 – Território Rural do Bolsão/MS: estrutura fundiária – 2017

Classe de Área total (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Nº de estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Área média
0 a menos 50	2.101	33,61%	40.681	1,03%	19,36
50 a menos de 100	670	10,72%	39.219	0,99%	58,54
100 a menos de 200	683	10,92%	100.407	2,55%	147,01
200 a menos de 500	1.128	18,04%	369.075	9,36%	327,19
500 a menos de 1.000	798	12,76%	571.960	14,50%	716,74
Acima de 1.000	872	13,95%	2.822.213	71,57%	3.236,48
Total	**6.252**	**100,00%**	**3.943.555**	**100,00%**	**630,76**

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2017. Org. AUTORES, 2020.

Neste sentido, pode-se relacionar a concentração fundiária e o processo histórico de ocupação, com o protagonismo da pecuária de corte desenvolvida no território, que foi tradicionalmente usada no município de Três Lagoas como forma de desmatar as áreas de

cerrado para introdução da gramínea braquiária para o gado e expandir os latifúndios, com recursos do POLOCENTRO (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2001).

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi o programa governamental instituído para o desenvolvimento das áreas de cerrados para atividades de lavouras, pastagens e reflorestamento (HESPANHOL, 2000; TEIXEIRA, 2005).

A forma como o POLOCENTRO foi utilizado nos municípios da região serve como argumento para ressaltar a materialização das heranças da concentração fundiária na formação do Centro-Oeste e do Mato do Grosso do Sul nas relações exercidas pelos proprietários fundiários nos municípios do Território Rural do Bolsão/MS. Ademais, a dinâmica de desmatamento das áreas de cerrado serviu como brecha para introdução do discurso de "reflorestamento" por espécies exóticas, tal como o eucalipto, assim, mantendo as relações de concentração fundiária protegidas pelas ações do latifúndio produtivo que contribuem, inclusive, para majoração do preço da terra e retardo da Reforma Agrária (BARATELLI, 2019).

A expansão do agronegócio no Território Rural do Bolsão/MS

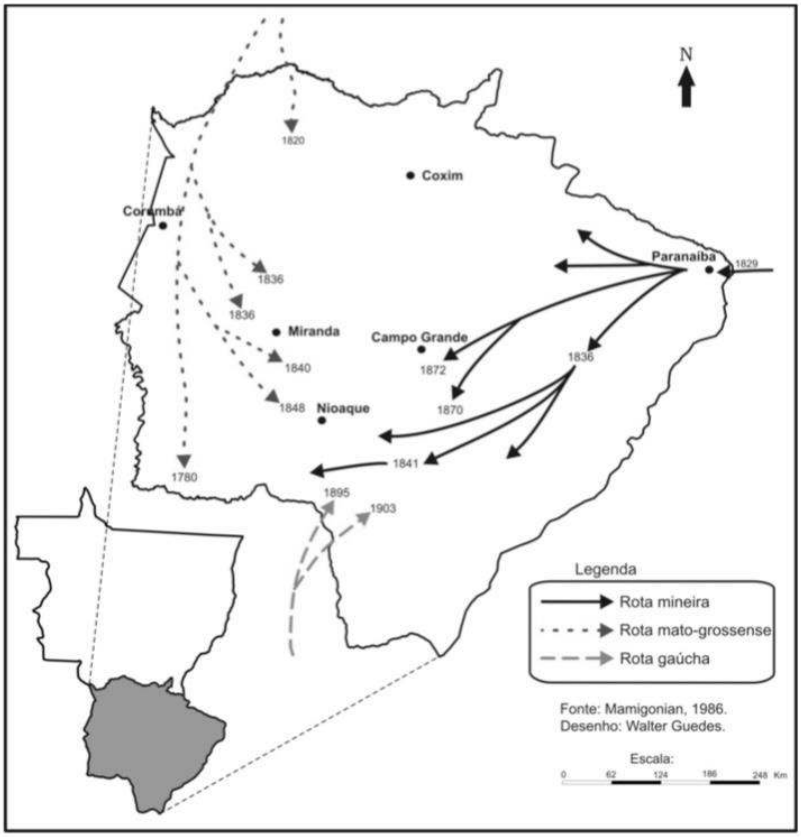
O Território Rural do Bolsão/MS, como destacado, é constituído por oito municípios caracterizados por uma estrutura fundiária concentrada, resultado das formas históricas de apropriação de terras legitimadas pelo Estado e em conjunto com grandes latifundiários. A passagem das terras devolutas para o domínio privado significou um prêmio para as oligarquias regionais, pois tiveram acesso e influência sobre o processo de gestão das

terras públicas (MORENO, 1994). Dessa forma, e conforme já apontara Fabrini (2008), a conformação do Mato Grosso do Sul enquanto estado foi fundada na grande propriedade.

Kudlavicz (2017) pontua que antes do processo de expansão do capital na região do Território Rural do Bolsão/MS, com a modernização da agricultura e a inserção no mercado de eucalipto/celulose, havia uma predileção para a atividade pecuária, um consenso em torno de uma "vocação" dos munícipios para a criação de bovinos, justamente por conta das condições naturais do solo, terras consideradas de baixa fertilidade. A própria inserção do estado de Mato Grosso do Sul no mercado nacional e o processo de integração se deram, justamente, por meio da atividade pecuária. O surgimento das fazendas de gado remonta ao século XIX, com a migração dos fazendeiros do norte do estado, de Minas Gerais e de São Paulo (figura 1) (HESPANHOL, 2000; ABREU, 2001; SILVA, 2011).

Em relação à região do Bolsão, Queiroz (2008) aponta que o domínio foi exercido pela Família Garcia Leal e seus agregados, que foram, aos poucos, abrindo outras fazendas ao sul do município de Paranaíba, formando grandes posses até onde se localiza atualmente o município de Três Lagoas. A atividade agropastoril marcou essa região também pelo fato de ser rota de passagem entre as províncias de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo. Nesse sentido, os municípios do Bolsão/MS foram se consolidando como área criatória de rebanho bovino, assentada na grande propriedade (CAMPESTRINI, 2002; CAMARGO, 2010).

Figura 1 - Sul de Mato Grosso: principais rotas de avanço da pecuária bovina (1780-1903)



Fonte: SILVA, 2011.

Em relação à pecuária bovina, por meio do exame dos dados da tabela 3, é possível constatar a evolução do efetivo de bovinos na região ao longo dos anos, atingindo o maior número de cabeças no ano de 2005, com um total de 3.881.990 bovinos. Todavia, o número sofreu queda após o ano de 2005, período correspondente à instalação da primeira empresa de eucalipto/celulose, no caso a Suzano (lançamento da pedra fundamental do Complexo VCP-IP) ocorrida em 2006; e 2010, com as primeiras atividades ligadas a Eldorado Brasil, ambas no município de Três Lagoas, marcando uma nova territorialização do complexo eucalipto/celulose na região. Em 2019, o número

registrado foi de 2.585.334 cabeças, uma queda de 33,39% em relação ao ano de 2005.

Tabela 3 - Território Rural do Bolsão/MS: efetivo de rebanho bovino (1980-2019)

Ano	Efetivo do rebanho
1980	1.541.739
1985	2.309.035
1990	2.953.770
1995	3.727.302
2000	3.678.412
2005	3.881.990
2010	3.332.252
2015	2.907.956
2019	2.585.334

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2019). Org. AUTORES.

Os municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Água Clara são os que, historicamente, se destacaram em relação à atividade criatória de bovinos. Três Lagoas atingiu a marca de 938.008 cabeças no ano de 2005 e, em 2019, registrou 540.685 cabeças, regredindo aos números de 1985, quando contabilizava 516.495 cabeças. O município de Paranaíba registrou o maior rebanho no ano de 1995, com 638.302 cabeças e, em 2019, o número foi de 481.942. Em Água Clara, o crescimento do rebanho ocorreu a partir de 1995, atingindo a maior marca em 2005, com 803.606 cabeças, diminuindo a partir desse período até atingir, em 2019, 451.887 cabeças, uma queda de 43,77% em relação ao período de maior expansão.

Kudlavicz (2011) destaca a atuação do Estado brasileiro como agente indutor do desenvolvimento do capitalismo no campo, atuando de forma decisiva para efetuar a ocupação da região Centro-Oeste. Dessa forma, o Estado realizou a criação de políticas públicas direcionando a transformação da região em produtora de matérias-primas. O destaque para a região do Bolsão/MS veio com a

criação em 1975 do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Os sistemas de créditos oferecidos pelos programas governamentais, com destaque aqui para o POLOCENTRO, privilegiaram as médias e grandes propriedades. No caso da região em questão, a política desenvolvimentista foi importante na expansão da pecuária e do plantio de eucalipto e pinus (ABREU, 2001).

Kudlavicz (2011) destaca que na década de 1970 havia, então, uma priorização na destinação das terras para plantio de eucalipto/pinus na região. Todavia, concomitante a esse processo, que o autor vai denominar de "eucaliptização", há também uma expansão na pecuária bovina, em resposta aos objetivos do II PND para a região Centro-Oeste, que era o de criar um corredor de abastecimento para os grandes centros urbanos.

Na atualidade, os números mostram uma redução no efetivo bovino da região e o crescimento significativo da área plantada com eucalipto e pinus.

O aumento dos plantios de eucalipto e pinus entre os anos de 1970 e 1980 foi resultado dos incentivos fiscais do governo federal, estimulados pela Lei nº 5.106 de 1966, que visava oferecer incentivos a empreendimentos florestais e, também, diretamente ligado à criação, pelo Decreto-Lei Nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, do FISET (Fundo de Investimentos Setoriais). Nesse período, Kudlavicz (2011) aponta que foram ocupados, com eucalipto e pinus, 416 mil hectares de terras nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas.

> Fazer referência a esta política de incentivos fiscais é fundamental porque é ela que vai dar

> origem aos primeiros plantios de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, situados na Microrregião de Três Lagoas. Ainda que nessa época os plantios tenham sido feitos em pequena escala, eles foram determinantes como sinalizador dessa Microrregião como área reservada para o monocultivo de eucalipto e pinus. E essa função de "vocação florestal" fica esboçada, em 1974, com a criação do "Distrito Florestal de Mato Grosso do Sul" (SILVA, p. 65, 2002), compreendendo "uma área contígua de 63.000 km² nos municípios de Água Clara, Brasilândia, Camapuã, Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas" [...] (KUDLAVICS, 2011, p. 59).

Os dados mais recentes de área plantada com eucalipto e pinus (tabela 4) evidenciam com bastante clareza a nova territorialização do cultivo. Em 2013, 326.700 hectares de terras da região estavam ocupados com o plantio de eucalipto e 3.350 hectares, ocupados com pinus. A área territorial do eucalipto expandiu-se significativamente ao longo dos anos com a consolidação do Complexo na região. Em 2016, a área plantada com eucalipto foi de 516.400 hectares e apenas 276 hectares plantados com pinus; já no ano de 2019, 572.974 hectares estavam ocupados com eucalipto e 334 hectares plantados com pinus, uma expansão de 75,38% na área plantada com eucalipto em relação ao ano de 2013[3].

[3] Os registros de silvicultura disponíveis no banco de dados do IBGE são a partir do ano de 2013. Os dados dos anos anteriores não estão disponíveis no banco de dados, impossibilitando, dessa forma, a análise de períodos anteriores.

Tabela 4 - Território Rural do Bolsão/MS: Área plantada (em hectares) com eucalipto/pinus (2013-2019)

Ano x cultivo	Eucalipto	Pinus
2013	326.700	3.350
2014	484.450	700
2015	486.398	500
2016	516.400	276
2017	581.847	265
2018	571.800	340
2019	572.974	334

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2019). Org. AUTORES.

A partir dos dados é possível afirmar que no Mato Grosso do Sul e, consequentemente, nos municípios do Território Rural do Bolsão/MS, houve a priorização de alguns cultivos, no caso o plantio de eucalipto e pinus, e da pecuária, em detrimento de produção de alimentos. Essa seletividade está diretamente ligada à renda da terra. O Território Rural do Bolsão/MS não se consolidou como área de produção de alimentos, pois a utilização das terras sempre foi para cultivos voltados para a exportação e baseados na grande propriedade, justamente, por conta da gênese da apropriação da terra no estado e região.

Por meio da análise dos dados (tabela 5) é possível perceber a diminuição da área plantada dos cultivos como arroz, feijão, mandioca. No caso do arroz, a queda é ainda mais significativa, pois não há registros de produção do cultivo no ano de 2019. A área plantada com feijão passou de 2.407 hectares em 1990, para 1.062 hectares em 2019, uma redução de 55,88%. Em relação à quantidade produzida houve, na realidade, uma expansão, passando de 1.249 toneladas em 1990, para 2.582 toneladas em 2019, podendo-se concluir que houve aumento da produtividade do cultivo, possivelmente ligado ao processo de modernização da agricultura. Em relação à mandioca, a área plantada também

apresentou retração de 47,31%, passando de 1.860 hectares em 1990, para 980 hectares em 2019.

Tabela 5 - Território Rural do Bolsão/MS: área plantada com os cultivos de arroz, feijão e mandioca (em hectares) (1990-2019)

Ano x cultivo	Arroz	Feijão	Mandioca
1990	11.100	2.407	1.860
1995	8.257	220	1.300
2000	4.770	830	710
2005	63	637	750
2010	20	1.590	360
2015	110	750	360
2019	-	1.062	980

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2019). Org. AUTORES.

Dessa forma, o plantio de alimentos (arroz, feijão e mandioca) foi diminuindo ao longo dos anos, passou de 15.367 hectares em 1990, para 6.310 hectares nos anos 2000, regredindo para 1.970 hectares em 2010 e, em 2019, registrando 2.042 hectares.

Os cultivos de algodão e milho apresentaram expansão no período em análise. A área plantada com algodão passou de 372 hectares em 1990, para 13.772 hectares em 2019, uma expansão de 3.602% na área plantada e 15.172% na quantidade produzida (de 408 toneladas em 1990 para 62.310 toneladas em 2019). O milho também apresentou expansão, considerando que, em 1990, havia 24.380 hectares plantados com o cultivo, a área aumentou 100%, atingindo 48.980 hectares, em 2019. A quantidade produzida também aumentou em 376%, passando de 69.745 toneladas em 1990, para 331.997 toneladas, em 2019.

A expansão da área e da quantidade produzida de ambos os cultivos, bem como da cana-de-açúcar e a continuidade da produção de soja, mesmo esta apresentando uma relativa retração (tabela 6), pode ser explicada pelo fato de serem cultivos destinados à exportação, num período de forte incentivo e valorização das

commodities, visando o aumento das exportações do país (HESPANHOL, 2000).

Segundo Domingues e Thomaz Júnior (2012) e Teixeira (2015) a territorialização do capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul tonou-se exponencial, principalmente por conta das políticas públicas destinadas à produção de biodiesel, à produção do etanol a partir da cana-de-açúcar, destacando a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), com financiamentos na implantação de destilarias por todo o país. Nessa perspectiva:

> [...] o processo expansionista da cana-de-açúcar, além de obter incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, também fez parte das prioridades do apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras fontes de investimentos públicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (DOMINGUES; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 140).

A produção de cana-de-açúcar apresentou crescimento significativo nos últimos anos. Em 1990 a área plantada com o cultivo era de apenas 3.264 hectares, produzindo 163.200 toneladas; no ano de 2000 houve uma bruta interrupção no plantio, registrando apenas 20 hectares de área plantada; já em 2010 a área plantada com cana-de-açúcar era de 50.702 hectares, com uma produção de 3.603.284 toneladas; em 2019, a área plantada foi para 54.327 hectares e quantidade produzida foi de 3.502.629 toneladas. O município de Aparecida do Taboado até os anos 2000 era o único produtor de cana-de-açúcar entre os municípios do Bolsão/MS, somente a partir do ano de 2010 é que houve o incremento de áreas plantadas em outros municípios.

Tabela 6 - Território Rural do Bolsão/MS: Área plantada com os cultivos de cana-de-açúcar e soja (em hectares) (1990-2019)

Ano x cultivo	Cana-de-açúcar	Soja
1990	3.264	142.062
1995	2.254	143.014
2000	20	124.009
2005	13.676	145.970
2010	50.702	95.250
2015	55.719	90.768
2019	54.327	106.053

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2019). Org. AUTORES.

Em relação ao cultivo de soja, houve uma queda na área plantada a partir do ano de 2010, que não representou uma diminuição significativa na quantidade produzida. Em 1990 a quantidade produzida foi de 270.282 toneladas, não havendo registro de produção em 2000 e, em 2010, a produção foi de 303.622 toneladas. Em 2019 a área plantada aumentou para 106.053 hectares e a quantidade produzida atingiu a marca de 393.788 toneladas. O município de Chapadão do Sul é destaque na produção de grãos, tanto do milho, quanto da soja; em relação à soja o município produziu, no ano de 2019, 347.930 toneladas do cultivo, o que representa 88,35% do total da produção da região.

Dessa forma, é possível entender o território sul-mato-grossense, a partir da modernização da agricultura, como atrativo para a expansão e territorialização das *commodities*, principalmente a cana, a soja e o eucalipto. Três Lagoas foi eleita, no ano de 2010, a "capital mundial da celulose", em um artigo[4] publicado em outubro daquele ano, no site da revista Época Negócios, cuja matéria ressalta as vantagens econômicas da instalação da indústria de celulose no referido município.

[4] Disponível em:< http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642-6,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html>. Acesso em 04 Dez. 2020.

Nos anos recentes, houve uma expansão da produção de eucalipto/celulose. São duas empresas do setor instaladas no município de Três Lagoas, a Suzano e a Eldorado Brasil.

Segundo os dados do Relatório da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, publicado pelo IBGE em 2019, o município de Três Lagoas apresentou o segundo maior valor de produção da silvicultura do país, com R$ 247,1 milhões, e 263,7 mil hectares de área ocupada pela silvicultura, o que representa 2,7% na participação nacional.

Há ainda outros três municípios do Mato Grosso do Sul (Água Clara, Brasilândia e Selvíria) que integraram o ranking de municípios com maior área ocupada pela silvicultura em 2019, sendo dois deles: Água Clara (4º lugar com 132.276 ha) e Selvíria (9º lugar com 87.321 ha) pertencentes ao Território Rural do Bolsão/MS. Tanto Ribas do Rio Pardo (2º lugar com 217.291 ha), quanto Brasilândia (5º lugar com 128.600 ha) não fazem parte do Bolsão, mas integram à microrregião de Três Lagoas, o que explica os números da silvicultura nesses municípios, visto que constituem área de influência direta da indústria de eucalipto e celulose, por meio da expansão de suas bases florestais.

A atuação da Eldorado Brasil, segundo Plano de Manejo[5] da empresa, publicado em 2020, se estende pelos munícipios Água Clara, Anastácio, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Dois Irmãos do Buriti, Inocência, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. O total da área territorial ocupada pela empresa foi de 366.947 hectares em 2019, desse total: 232.714 hectares estavam ocupados com a base

[5] SUSANO. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal. Disponível em: < https://storage.googleapis.com/stateless-site-suzano-com-br/2020/08/e972ee61-resumo2019-ms_final.pdf>. Acesso em 04 Dez. 2020.

florestal, sem especificação da área plantada por município; 109.084 hectares reservados como Área de Conservação e Preservação; 25.148 mil hectares identificados como outros usos. Do total de 366.947 hectares, 68% eram terras na modalidade de arrendamento, 28% na modalidade de parceria e apenas 4% eram terras próprias, tituladas em nome da empresa.

Segundo o Resumo Público do Plano de Manejo Florestal[6], publicado em 2020, pela Suzano, sua área de atuação na unidade de Três Lagoas compreende uma extensão de 466.366 hectares, sendo 314.253 hectares ocupados pelo plantio, 135.728 hectares reservados como área de preservação e 16.385 hectares ocupados por infraestrutura e outros usos. Do total de área de plantio, 52.676 hectares são terras próprias da empresa. Contudo, a área arrendada de outros proprietários ou em parceria é bem maior, sendo 204.109 hectares plantados em terras arrendadas e 57.468 hectares na modalidade de parceria. A área identificada como outros usos corresponde a estradas, construções, faixa proteção das redes de alta tensão etc. Dentre os municípios, os que apresentam maior extensão territorial sob domínio da Suzano são: Três Lagoas, Brasilândia e Ribas do Rio Pardo, com 184.147 hectares, 153.421 hectares e 44.689 hectares, respectivamente. A produção média anual dos plantios é em torno de 34,5 m^3/ha/ano.

Os dados apresentados permitem evidenciar a territorialização do complexo de eucalipto/celulose, uma vez que a área sobre domínio das duas empresas soma 833.313 hectares.

A consolidação da pecuária bovina, a expansão do agronegócio na região, e recentemente do complexo do

[6] ELDORADO BRASIL. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal. Disponível em: < http://www.eldoradobrasil.com.br/img/plano-de-manejo-florestal-2020.pdf>. Acesso em 04 Dez. 2020.

eucalipto/celulose espalhou-se com muita facilidade no Território Rural do Bolsão/MS, em decorrência do que Martins (1994) denominou de "aliança terra-capital".

Essa aliança foi muito bem evidenciada por Silva e Almeida (2017, p. 80) ao destacarem que:

> A implantação das empresas de celulose e papel marcou a intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado – uma tríplice aliança materializada nos municípios por meio da expansão da agricultura empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território que perpassa a articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto (SILVA; ALMEIDA, 2017, p. 80).

Esse processo tem ocorrido na perspectiva do desenvolvimento desigual já apontado por Oliveira (2010). O Território Rural do Bolsão está em disputa, ao mesmo tempo em que há a reprodução e expansão de relações capitalistas, via territorialização do capital e monopolização do território, há, por outro lado, a reprodução de relações baseadas em outra lógica de vida e de produção, a lógica camponesa, representada pelo seu modo de vida e a partir de suas lutas para ocupar e resistir numa fração do território capitalista.

Recriação camponesa no Território Rural do Bolsão/MS

O estado do Mato Grosso do Sul possuiu uma forte concentração fundiária alicerçada na aliança capitalista-latifundiários-Estado e no processo histórico da apropriação capitalista da terra (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018). Essa fração do território que outrora era marcado majoritariamente pela atividade da pecuária, agora é evidenciado, também, pelo pacto

de classes expressado pelo complexo eucalipto-celulose-papel (ALMEIDA, 2012).

A territorialização do capital no campo é um entrave para que se concretize a Reforma Agrária, uma vez que "esse modelo de uso e ocupação das terras no Bolsão tem contribuído para a expulsão de milhares de camponeses [...] gerando uma agricultura sem agricultores" (KUDLAVICZ, 2017, p. 09).

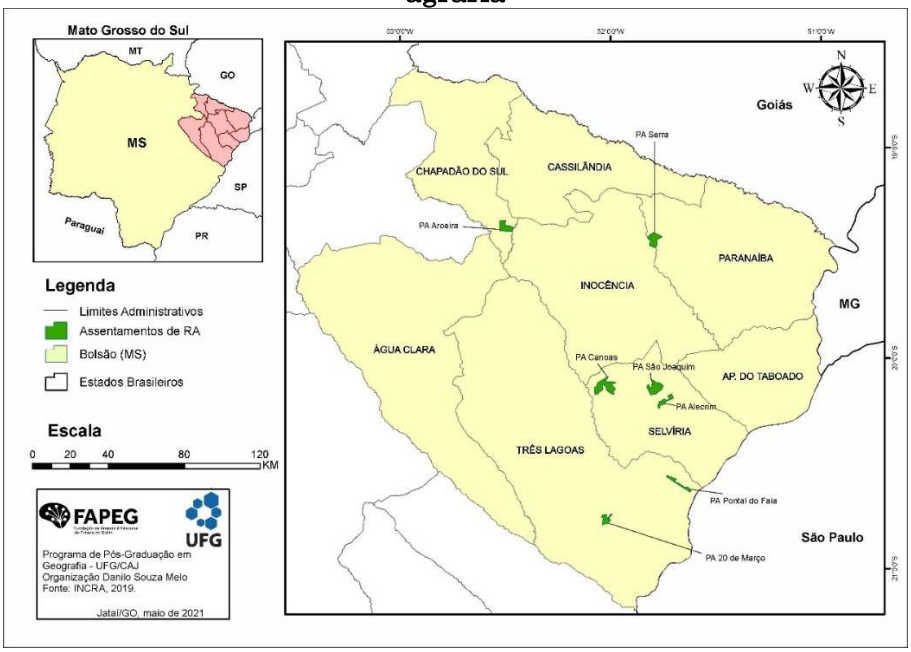
Todavia, esse processo de territorialização/monopolização é realizado de forma desigual e contraditória no território, pois as famílias camponesas resistem, mantendo seu modo de vida, nessa fração de território capitalista. O desenvolvimento desigual e contraditório, ao mesmo tempo em que reproduz relações estritamente capitalista, também produz relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2007).

Podemos destacar como relações não capitalistas de produção, o trabalho familiar camponês. A priorização das terras da região para o desenvolvimento da agricultura capitalista tem causado a expulsão e expropriação dos camponeses de suas terras. Quando a expulsão não ocorre via territorialização do agronegócio e o consequente processo de migração para a cidade, os camponeses são direcionados a uma situação de subordinação ao capital, via estratégias de monopolização da produção camponesa.

O Território Rural do Bolsão possui sete assentamentos de reforma agrária, a saber: PA Canoas, PA Alecrim e PA São Joaquim localizado no município de Selvíria; PA Pontal do Faia e PA 20 de Março, em Três Lagoas; PA Aroeira em Chapadão do Sul e PA Serra em Paranaíba (mapa 02). Para Almeida (2017, p. 5) esses assentamentos são uma "presença incômoda", evidenciando o

território em disputa e a luta pela terra, que ocorre entre capital, personificado no agronegócio, e a agricultura familiar camponesa.

Mapa 2 - Território Rural do Bolsão/MS: assentamentos de reforma agrária



Fonte: MELO (2021).

Nos últimos anos, houve forte desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar camponesa, sobretudo a partir do pós-golpe em 2016, que levou à presidência da República Michel Temer. Segundo Cleps Júnior (2018), mediante o golpe iniciou uma nova tendência neoliberal. A extinção de política de governos e a diminuição orçamentária destinada para a agricultura familiar camponesa, no limite, provocam a expulsão dos camponeses do campo.

Durante saída de campo realizada no PA 20 de Março, em 06 de dezembro de 2020, foi possível constatar várias falas que denunciam o abandono do Estado. Nesse sentido, a assentada relata:

> [...] é o que eu falo, para o pobre ser melhor tinha que ter, o que eles tinham que fazer, olhar com uns olhos melhor pra gente, porque se nós não produzir vai falta alimento na mesa do brasileiro, né? E eles não vê isso, que quem produz é nós, e você pensa que trabalhar no sol é fácil? Não é fácil [...] tem que gostar [...], tem que dar valor, né. E não, eles ficam fazendo descaso, da gente, achando que a gente não é gente, e a gente somos gente igual eles [...] se eles olhasse pros pobres com bons olhos as coisa seriam bem melhor, se desse mais atenção, se tivesse mais objetivo com a gente [...] Até hoje não acessei o meu PRONAF, até hoje não acessei nada [...] e o meu projeto tá lá no banco, é como estou falando pra você, é muito difícil você conseguir acessar, é igual a casa, vieram aqui, tiraram foto, deram a prancheta pra nós assinar é... passaram o GPS, essas casas nunca saiu do papel [...].

Deste modo, a diminuição orçamentária das políticas públicas voltadas para os camponeses atinge bruscamente programas essenciais que permitem a (re)produção camponesa, podemos citar: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Outro ponto importante que afetam os agricultores familiares camponeses está relacionado a burocracia para acessar esses programas e a falta de acesso a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que, sem este documento, os camponeses não conseguem acessar os programas a cima citados. Portanto, os agricultores buscam outras alternativas para permanecer na terra e garantir a sua reprodução enquanto classe.

Podemos citar como exemplo o assentamento de reforma agrária São Joaquim localizado no município de Selvíria. Durante saída de campo ao assentamento no ano de 2019, pode-se notar a contrarreforma agrária em curso no campo brasileiro, já muito

apontada nos trabalhos de Oliveira (2007) e Nardoque (2017). Esse processo se materializa na ausência do Estado no sentido de efetivar políticas públicas para que os assentados possam escoar a produção e, assim, permanecer na terra de morada e de trabalho. Nesse sentido, por falta de acesso as políticas públicas, o agricultor familiar camponês perdeu toda sua produção de banana.

Figura 2 – Selvíria-MS: produção de bananas no Assentamento São Joaquim - 2019



Fonte: Trabalho de campo. Foto: AUTORES, 11 de fev. 2019.

Assim, a contrarreforma agrária, a dificuldade dos camponeses no acesso às políticas públicas que, apesar de todos os problemas, permitem a permanência na terra, são elementos que abrem margem para a atuação da iniciativa privada mediante a criação de projetos de responsabilidade social. Essas empresas buscam, por meio dos projetos sociais, esconder a conflitualidade

com os camponeses presentes nessa fração do território e garantir o selo de exportação.

> A debilidade da presença do Estado nos projetos de assentamentos e, consequentemente, o abandono das famílias à própria sorte, tem permitido o que chamamos de privatização da Reforma Agrária. Fenômeno que ocorre na região por duas determinantes articuladas: uma é a existência da 'porteira abandonada' da Reforma Agrária por parte do Estado, a outra, a necessidade por parte das papeleiras, leia-se Fibria e Eldorado Brasil, de executarem 'ações sociais' com vistas à obtenção das certificações fundamentais para a venda da celulose a partir de um imaginário exitoso de 'desenvolvimento sustentável', dentre outras questões (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 3).

Embora ocorra a territorialização do capital no campo, nenhuma classe detém o monopólio total do território (FABRINI, 2011). Podemos destacar a recriação camponesa no Território Rural do Bolsão/MS que, mesmo não tendo o apoio do Estado, busca estratégias para permanência na terra e vê nos projetos de responsabilidade social das empresas "uma luz no fim do túnel".

Contudo, os assentados possuem consciência que essas empresas criam seus projetos de responsabilidade social objetivando outros fins que não a colaboração e o fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Há relação contraditória entre os assentados do assentamento de reforma agrária 20 de Março e a Suzano. Esta empresa criou um projeto denominado Produção Integrada Madeira e Alimento (PIMA). Em síntese, ocorria integração do eucalipto e da agricultura camponesa em uma área da Fibria destinada para essa ação, tendo como um dos objetivos do projeto a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxico. Porém, esses projetos tratam-se de uma forma de cooptação e não possibilitam que os agricultores tenham autonomia.

Portanto, os projetos criados pelas papeleiras vedam os conflitos existentes nesta fração do território, pois, embora os assentados tenham consciência dos impactos socioambientais causados pelas ações destas, as poucas alternativas existentes são os projetos de responsabilidade social.

Há ainda projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, com destaque para as Sacolas Agroecológicas e a Feira de produtos em Transição Agroecológica da Agricultura Camponesa. Por meio desses projetos e de uma relação horizontal construída com a Universidade, os assentados têm conseguido superar os empecilhos colocados pela lógica capitalista. No primeiro momento, os projetos eram voltados para o escoamento da produção através dos canais curtos de comercialização (CCC) e, no segundo momento, os projetos estavam relacionados à produção, apoiando na transição agroecológica.

> [...] hoje, nós aqui estamos bem graças a Deus. Mas primeiro, foi depois que a gente começou nesses projetos com a faculdade que as coisas começaram a melhorar, a primeira coisa que começou a melhorar pra nós, quando nós começamos com a sacola [...] aí as coisas começaram, sabe, eles olham pra gente diferente, mas antes, nós não éramos vistos com bons olhos, nós assentados é considerado vagabundo, não tem isso, não tem coragem pra trabalhar, que toma terra dos outros, sendo que a terra tem que se de todo mundo [...][7].

Deste modo, podemos concluir que, mesmo com presença debilitada do Estado, esses camponeses buscam estratégias e alternativas para permanecer na terra de morada e de trabalho. Além da autonomia, os projetos da Universidade proporcionam o

[7] Entrevista com assentada no PA 20 de Março, em Três Lagoas, concedida aos autores, em 06/12/2020

resgate da identidade, das sementes crioulas, o respeito pela agricultura familiar camponesa, dentre outros.

Considerações finais

O presente trabalho objetivou entender como foi ocorrendo, ao longo do tempo, a integração do Território Rural do Bolsão/MS, via *commodities*, aos mercados nacional e internacional, a partir do processo de modernização do campo e expansão do capital e, ainda, os desdobramentos desse processo no território, principalmente para as famílias camponesas.

Para cumprir com o objetivo proposto, foi necessário realizar a análise acerca do processo de integração e desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, seus desdobramentos na formação do estado de Mato Grosso do Sul e características da realidade agrária do Território Rural do Bolsão/MS. Desta forma, foi evidenciado que o processo de ocupação do Centro-Oeste ocorreu por meio da apropriação de grandes áreas rurais para auferir renda, logo, essa dinâmica reproduziu-se na formação do estado de Mato Grosso do Sul. A materialização do processo histórico de formação pôde ser explicitada também a partir da realidade agrária do Bolsão/MS, em que impera a concentração fundiária por parte do latifúndio improdutivo e produtivo – via territorialização do capital celulósico.

Historicamente, o Território Rural do Bolsão/MS manteve sua "vocação" centrada na criação de bovinos para corte, isto porque as condições de baixa fertilidade de solo e relevo plano favoreciam tal atividade, além dos incentivos governamentais. Nesse sentido, os incentivos fiscais e recente histórico (década de 1970) de plantio de eucalipto na região fez com que a expansão do monocultivo

ocorresse em grande escala. Assim, a intensa e rápida expansão do monocultivo culminou, inclusive, em períodos de redução na criação de bovinos. Todavia, atualmente as principais atividades do campo se dividem entre os grandes proprietários de terra, seja pela criação de bovinos, para o plantio de eucalipto e/ou arrendamento para as empresas de celulose.

De fato, a centralidade econômica da região do Bolsão/MS ocorre nas atividades já apontadas nesse texto como a pecuária, o eucalipto, a soja e a cana-de-açúcar, no entanto, o desenvolvimento capitalista desigual e combinado produz também relações não capitalistas de produção, logo, a agricultura familiar camponesa é a materialização deste processo, que se evidencia por meio da resistência camponesa na produção de alimentos, manutenção do modo de vida e zelo com a biodiversidade.

O problemático processo de integração do Centro-Oeste e formação do estado de Mato Grosso do Sul, centrado em atividades econômicas em grandes propriedades fundiárias, tais como a pecuária e plantio de monocultivos, evidencia o poder exercido pela concentração fundiária. Nesse sentido, no Território Rural do Bolsão/MS, em que se expande o latifúndio combinado na aliança terra-capital, os camponeses se (re)criam e resistem teimosamente aos avanços da agricultura capitalista.

Referências

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental:* A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições. 2001. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *Pequeno glossário da questão agrária.* Três Lagoas, 2004. Mimeografado.

_____. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. *Anais* XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012.

_____. Recriação Camponesa no Bolsão/MS em tempos de impérios de papel: ambiguidade e resistência. *Anais [...]* VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 13 – Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos. UFPR: Curitiba, 2017.

BARATELLI, Amanda E. S. *A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas.* Três Lagoas: 2019. 71 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

BITTAR, Marisa. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. *Multitemas,* Campo Grande, (15): 93- 124, out. 1999.

BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do Sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, p. 45-67, 2012.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O Sertão de Santana de Paranaíba:* um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do antigo Mato Grosso (1830 - 1888). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana de Paranaíba (de 1700 a 2002).* 3 ed. Campo Grande/ MS: IHGB/MS: 2002.

CLEPS JR., J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. *Revista OKARA*: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

DOMINGUES, Alex Torres; JÚNIOR, Antônio Thomaz. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012.

FABRINI, João Eduardo. A posse e a concentração de terra do sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul*: uma visão multidisciplinar. Campo Grande. Editora UFMS, 2008, p. 53-80.

_____. Território, Classe e Movimentos Sociais. *Revista da Anpege*, v.7, n.7, p. 97-112, Jan./Jul. 2011.

FONSECA. Silas Rafael da. *Latifúndio (im)produtivo e impasses à recriação camponesa no sudeste paranaense***.** 2019. Tese (Doutorado

em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. *Caderno Prudentino de geografia*, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário*, 1995-1996. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. *Censo agropecuário*, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. *Censo agropecuário*, 2017. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html>. Acesso em: 25 set. 2020

_____. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)*. Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-8, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2018_v33_informativo.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

_____. *Produção Agrícola Municipal*, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em 01 dez. 2020.

_____. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5930>. Acesso em 01 dez. 2020.

_____. *Produção da Pecuária Municipal*, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em 01 dez. 2020.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Em tempos de "privatização" da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum. *BOLETIM DATALUTA*, Artigo do mês de: fevereiro de 2014. Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2014.pdf/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

_____. Territorialização da Indústria de Celulose o Bloqueio da Reforma Agrária. In: SINGA 2017, Curitiba. *Anais*...Curitiba, PR.

Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina: resistência e rebeldia desde baixo nos territórios da vida., 2017.

LEONARDO. Letícia Alves. *Questão Agrária e patrimônios religiosos na diocese de Três Lagoas (MS)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, Danilo Souza; SILVA, Mariele de Oliveira. A Questão Agrária no Território Rural do Bolsão/MS: algumas aproximações. *Revista Cerrados*, v.14, n. 1, p.140-164, jan/jun-2016.

MORENO, Gislaene. *Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.* Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. *O campo no Brasil contemporâneo*: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). Curitiba: CRV, 2017.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Território Rural do Bolsão (MS): Realidade e Perspectivas. *Boletim DATALUTA*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, p. 02- 10, jan. 2015. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

NARDOQUE, S.; MELO, D. S.; KUDLAVICZ, M. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós- golpe de 2016. *Revista OKARA*: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. p.184.

_____. Prefácio. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Editora UFMS, Três Lagoas, 2008.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. *CAMPO-TERRITÓRIO*, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da UFGD, 2008, p. 15-76.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Os contornos da resistência: agricultura camponesa familiar no limite da expansão do monocultivo de eucalipto no Território Rural do Bolsão/MS. *Campo-Território*: revista de geografia agrária, v. 12, n. 26, p. 171-188, abr., 2017.

SILVA, Walter Guedes. Controle e domínio territorial no Sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 15, p. 102-125, 2011.

_____. A estratégia de integração do Sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o Governo Vargas: uma análise a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 31, p. 26-42. 2016.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As alterações na agropecuária de Três Lagoas no contexto de Mato Grosso do Sul. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 23, p. 246-264, 2001.

_____. A Região Centro-Oeste no contexto das mudanças ocorridas no período pós-1960. Revista Eletrônica AGB-TL, v. 1, n. 3, p. 52-66, 2006.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A estrutura produtiva do campo e a evolução da pecuária no município de Três Lagoas-MS. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005. *Anais*... Presidente Prudente - SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

_____. Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Ivinhema no Estado de Mato Grosso do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2015.

Submetido em: 20 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 28 de maio de 2021.

APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA AGROPECUÁRIA E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS (PITR)

CAPITALIST APPROPRIATION OF AGROPECUARIA AND SOCIO-SPATIAL CONFLICTS IN CEARÁ: AN ANALYSIS OF THE IRRIGATED PERIMETER TABLELAND OF RUSSAS (PITR)

APROPIACIÓN CAPITALISTA DE LA AGROPECUARIA Y CONFLICTOS SOCIO-ESPACIALES EN CEARÁ: UN ANÁLISIS DESDE DEL PERÍMETRO REGADO TABLERO DE RUSSAS (PITR)

Thainá Ramos Queiroz Mourão
Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Fortaleza/CE.
E-mail: thaina.mourao@aluno.uece.br

Felipe Rodrigues Leitão
Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Fortaleza/CE.
E-mail: mr.feliper@gmail.com

Camila Dutra dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Fortaleza/CE.
E-mail: camila.dutra@uece.br

Resumo:
A aliança entre Estado e setor empresarial acarreta impactos socioespaciais através de expropriação, uso indevido do solo, mudanças na obtenção e uso da água nos processos produtivos agrícolas, entre outros. O artigo objetiva mostrar os processos envolvidos na estrutura agrária do Nordeste e Ceará, identificando o avanço das políticas públicas voltadas ao setor hídrico e de irrigação, reconhecendo a reestruturação socioespacial em curso, direcionada à ampliação do agronegócio na microrregião do Baixo Jaguaribe, em foco o território de Lagoa dos Cavalos, onde se estabelece o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas. Nossa metodologia usou dados qualitativos e quantitativos que permitiram analisarmos os conflitos decorrentes da ação do agronegócio e das políticas de irrigação no território e concluirmos que essa configuração espacial multiplica os conflitos territoriais na região.

Palavras-chave: Agronegócio. Água. Irrigação. Conflitos. Lagoa dos Cavalos.

Abstract:
The alliance between the State and companies brings socio-spatial impacts through expropriation, improper use of the soil, changes in obtaining and using water in agriculture, among others. The article aims to show the processes involved in the agrarian structure of the Northeast and Ceará, identifying the advancement of public policies aimed at the water and irrigation sector, recognizing the ongoing socio-spatial restructuring, aimed at expanding agribusiness in the lower Jaguaribe micro-region, focusing on Lagoa dos Cavalos territory, where the Irrigated Perimeter Tableland of Russas is established. The methodology used qualitative and quantitative data that allowed us to analyze the conflicts resulting from the action of agribusiness and irrigation policies in the territory and conclude that this spatial configuration multiplies the territorial conflicts in the region.

Keywords: Agribusiness. Water. Irrigation. Conflicts. Lagoa dos Cavalos.

Resumen:
La alianza entre el Estado y el sector empresarial tiene impactos socioespaciales mediante la expropiación, uso indebido del suelo, cambios en la obtención y uso del agua en los procesos productivos agrícolas, entre otros. El artículo tiene como objetivo mostrar los procesos involucrados en la estructura agraria del Nordeste y Ceará, identificando el avance de las políticas públicas orientadas al sector de la agua y riego, reconociendo la reestructuración socioespacial en curso, dirigida a la expansión de la agroindustria en la microrregión del Bajo Jaguaribe, con foco en Territorio Lagoa dos Cavalos, donde se establece el Perímetro Regado Tablero de Russas. Nuestra metodología utilizó datos cualitativos y cuantitativos que nos permitieron analizar los conflictos resultantes de la acción de las políticas agroindustriales y de riego en el territorio y concluir que esta configuración espacial multiplica los conflictos territoriales en la región.

Palabras clave: Agroindustria. Agua. Riego. Conflictos. Laguna de los Caballos.

Introdução

A modernização da agricultura faz parte de um processo de reestruturação da produção a nível global, como reflexo de um momento da história da humanidade ao qual Santos (2014) chama técnico- cientifico-informacional, onde as relações tanto sociais, políticas e econômicas são globalizadas. Os espaços são inseridos em uma lógica de fluidez e velocidade, que tem na ciência, tecnologia e informação, elementos centrais desse processo, por meio de sistemas de engenharia que fazem parte desse circuito global.

A tecnificação no campo trouxe consequências no espaço agrário brasileiro, uma vez inserido na lógica da modernização agrícola, constrói-se um período de intensa contradição e desigualdade, gerando conflitos. A operação de novas relações sociais de produção e estabelecimento de alianças entre Estado e setor empresarial vem causando impactos de ordem social, ambiental, política, dentre outros.

Deste modo, se tornam cruciais os estudos sobre o espaço agrário brasileiro e os conteúdos que envolvem essa discussão no cenário atual, essencialmente quando é posto em denuncia o esgotamento da prática agrícola, baseada no modelo do agronegócio no campo brasileiro. A experiência de outros modelos de produção, como a agroecológica, traz ao centro das discussões a possibilidade de pensar práticas que envolvam outra percepção das ações humanas, em relação a outro modo de vida e cultura em comum com o ambiente.

O Nordeste, com a conjunção da questão agrária e o semiárido, nos revela que historicamente, através dos saberes tradicionais de convivência com o semiárido, a prática agroecológica é possível e experienciada, porém encontra limites e confronta-se ao modelo imposto pelo capital. Nesse sentido, analisamos essas dinâmicas na região do Baixo Jaguaribe, através do estudo do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), dando foco à comunidade de Lagoa dos Cavalos no município de Russas no Ceará, identificando o avanço das políticas públicas direcionadas ao setor hídrico e de irrigação, reconhecendo a reestruturação socioespacial em desenvolvimento, direcionada à ampliação do agronegócio, vetor gerador de conflitos na microrregião e no município onde se localiza a comunida Lagoa dos Cavalos.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo apresenta outras 5 (cinco) seções: na primeira apresentamos os procedimentos metodológicos que orientaram a construção desse trabalho; na segunda nos dedicamos a discussão teórica do processo de reestruturação da agropecuária no Brasil e Ceará; a quarta e quinta seção se dedicam, respectivamente, a discutir as políticas hídricas no Nordeste brasileiro e o cenário no Vale do Jaguaribe (CE) quanto a reestruturação produtiva da agropecuária e as políticas hídricas.

Procedimentos metodológicos

A territorialização do agronegócio em alguns projetos hídricos, a exemplo do PITR, que se estende aos municípios de

Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, municípios pertencentes ao estado do Ceará, Brasil. Trouxe à tona diferentes conflitos nos territórios compreendidos, configurando uma territorialização ideológica produtiva ligada aos interesses do capital. Nesse sentido, nossa pesquisa abrange o território de atuação do PITR, com foco nas transformações espaciais ocorrentes na microrregião do Baixo Jaguaribe, na chamada zona de Transição Norte dos Tabuleiros de Russas (DNOCS, 2012).

Para compreensão do impacto direto as comunidades circunvizinhas ao PITR, realizamos trabalho de campo e "entrevistas não estruturada clinica ou não dirigida e de uma observação participante" como exemplifica Marconi e Lakatos (2003, p. 197), aplicadas na comunidade Lagoa dos Cavalos, em Russas, Ceará, Brasil.

Para análise dos processos estudados, fez-se necessário a construção de um embasamento teórico dos processos, categorias e conceitos estudados e expostos ao longo do artigo, a partir das discussões da questão agrária e das relações socioambientais. Nesse sentido, o processo metodológico da pesquisa foi realizado a partir de conceitos e discussões advindas dessas duas categorias principais. Dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, de análise qualitativa e quantitativa, os trabalhos de campo foram realizados no recorte espacial abordado entre os anos de 2017 e 2018.

Apropriação capitalista da agropecuária e as metamorfoses do espaço agrário brasileiro

O atual momento da história da humanidade é marcado pela atuação maciça da ciência, tecnologia e informação, cuja ação combinada passa a ocupar posição na "[...] base da produção, da utilização e funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato" (SANTOS, 2017, p. 238). Dessa forma, os espaços são requalificados a fim de atenderem os interesses de agentes hegemônicos passando a se alinharem aos movimentos internacionais (SANTOS, 2017) sob a égide de atender aos impulsos do lucro e da acumulação, onde quer que seja possível (SANTOS, 2014).

Movido por esse impulso, o capitalismo reestrutura, de forma contínua, espaços e setores da economia, de forma a atender sua busca desenfreada por acumulação. Assim, é possível entender a reestruturação produtiva como a "busca do capital por novas formas de organização do trabalho mais adequadas à autovalorização do valor" (ALVES, 2011, p. 33) impondo um novo modelo de acumulação a níveis planetários marcados por uma acumulação flexível (HARVEY, 1992) e que, a partir da mundialização do capital, passa a caracterizar-se por um regime de acumulação predominantemente financeiro (CHESNAIS, 1998).

A agropecuária não passa imune a esta reestruturação, pelo contrário, torna-se alvo de acentuado processo de modernização com a incorporação intensa de capital, tecnologia e informação, minimizando o tempo de rotação do capital (ELIAS, 2002; 2003). Este processo traz impactos tanto nos elementos técnicos quanto

sociais do meio agrário, apresentando reflexos tanto na base técnica da produção agropecuária, quanto na economia e sociedade, que podem ser sentidos no campo e na cidade (ELIAS, 2011).

Trata-se de uma nova lógica de produção agrícola que passa a se caracterizar por inúmeras transformações, as quais atingem a base técnica (inovações tecnológicas em insumos químicos, biológicos e mecânicos), política (redução das influências do Estado e maior poder das corporações globais), financeira (crescente participação do capital financeiro) e produtiva (reorganização do trabalho, e de redes empresariais) que impacta uma parte significativa da agricultura mundial pós 1990 (SILVEIRA, 2005). Esta lógica faz parte de um processo de transformação da produção agrícola mundial, onde as relações sociais, políticas e econômicas se dão de maneira globalizada, como relatado por Santos (2014, p. 16): "o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas".

A configuração econômica mundial vai se concentrar em uma nova dinâmica do capital, o chamado capital financeiro globalizado (STEDILE, 2013), essa esfera passa a controlar e ditar a produção agrícola, através de alguns mecanismos de controle, criando novas dependências e endividamento dos produtores rurais, tornando os camponeses trabalhadores das empresas agrícolas. Estas empresas agrícolas tendem a seguir a lógica de produção chamada de agronegócio.

A formação do agronegócio diz respeito à intensificação da apropriação capitalista da agricultura, que passa a realizar-se cada vez mais unificada aos demais setores da economia, incluindo o capital financeiro, industrial e comercial (ELIAS, 2003). Sob a égide do agronegócio, a produção agrícola passa a atender uma "referência planetária" conduzida sob as mesmas leis das demais atividades econômicas - com crescente importância do papel da ciência, tecnologia, informação e do dinheiro (FREDERICO, 2015), o que leva Elias (2003, 2017) a chamá-los de agronegócio globalizado.

No Brasil, esse conjunto de intensas modificações observadas no campo, especialmente no final do século XX e início do século XXI, juntamente com o suporte aos investimentos do agronegócio, relançam novas bases para integração do capital agrícola no campo. As ações estruturais e a inserção da economia do Brasil nas relações internacionais se inserem, a partir dos anos 1980, no que Araújo (2006, p. 36) chama de "integração competitiva", ou melhor, de "integração competitiva dos pedaços competitivos do Brasil", onde a autora faz uma análise dos investimentos estruturais relacionados às dinâmicas produtivas econômicas dos espaços atingidos por estes investimentos, como ela expõe:

> É muito fácil observar que estes investimentos foram colocados em cima de áreas dinâmicas do Brasil. Quer dizer coloca-se o investimento, fortalece-se a infra-estrutura de acessibilidade, melhora a competitividade dessas frações do espaço nacional para articulá-las à economia mundial. Essa é a grande lógica do pouco que se tem de iniciativa federal em termos de ação com impacto regional. Ela atua no sentido de levar melhorias de condição de competitividade para os polos dinâmicos (ARAÚJO, 2006, p. 36-37).

A modernização da produção agropecuária no Brasil ocorre de forma conservadora e seletiva, uma vez que prioriza os espaços melhor adaptados, e que reúnem as condições necessárias ao desenvolvimento dessas novas práticas, além disso, mantém e aprofunda históricos problemas sociais e constitui novos; não ocorre de forma homogênea, mas de forma seletiva, privilegiando e beneficiando determinados territórios e agentes nesse processo. Desta forma, criam-se regiões e territórios centrais com a modernização, chamado por Santos (2014) de regiões concentradas, e regiões e territórios periféricos a este processo.

Acerca disso, como expõe Porto (2006, p. 84), quando "modificam-se os processos produtivos, são modificados os procedimentos de atuação do Estado em potencializar o desenvolvimento e tudo isso altera as políticas regionais". Com a observada necessidade de um planejamento regional ligado à constituição de políticas públicas, com foco nos recursos hídricos, tem-se a projeção de novas estruturas na paisagem nordestina, inseridas em um cenário de mudanças econômicas e políticas, na esfera nacional e regional.

Por muito tempo o Nordeste foi encarado como um espaço arcaico da produção agropecuária moderna do país, mas a partir da década de 1980, e de forma mais especial a partir da década de 1990, passa a ter partes de seus espaços agrícolas ocupados pelo agronegócio globalizado, difundindo assim a "agricultura científica" (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003), promovendo várias transformações socioespacias em algumas áreas (ELIAS, 2006). A modernização da

produção agrícola se espalha pelo semiárido como "pontos luminosos" (SANTOS, 2017) sobretudo em regiões de vales úmidos, cuja produção visa à exportação. Os espaços, que até então compunham o exército dos lugares de reserva, passam a ser incorporados aos circuitos produtivos de empresas nacionais e internacionais, assumindo novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola (ELIAS, 2006).

O território cearense, dessa forma, deve ser entendido como uma parcela do espaço total do planeta, que a partir do processo de globalização e mundialização do capital torna-se sujeito a fortes influências e exigências externas a ele, ficando cada vez menos autônomo e cada vez mais dependente e influenciável por essa economia globalizada. Neste ambiente, o discurso de uma constante renovação, modernização e avanço do campo se torna hegemônico, mas ainda resistentem históricos problemas socioespaciais, como a concentração fundiária, os quais se aprofundam e se agravam, além de novos problemas decorrentes de outros e novos processos.

Dinâmica do capital no espaço agrário nordestino: outras estruturas e funções

A constituição dos espaços dinâmicos de produção agrícola, ditos "modernos", onde prevalece a lógica de produção capitalista, beneficiam-se no uso intensivo de capital, tecnologia e informação, o que contribui para um ganho de produção muito maior em uma mesma área. No caso do Nordeste, esse cenário contribui para criar uma realidade em que se confrontam os modelos de produção do

agronegócio e de agricultura familiar, em que se "[...] criou um ambiente propício para a reprodução do capital em espaços concentrados beneficiando uma minoria, ou seja, além da concentração, estimula-se a segregação." (MUNIZ, 2004, p. 60).

Essa segregação se amplia por meio da organização e implementação das políticas públicas, pensadas em um modelo de beneficiamento à intervenção capitalista, principalmente no espaço agrário nordestino. Diante da expansão da fronteira agrícola, a questão hídrica se torna eixo central ao pensar essa expansão no semiárido brasileiro, pois como se investiriam em áreas com pouca capacidade hídrica? as soluções foram pensadas para as corporações, por meio de intervenção de novas estruturas hídricas e outros modelos de irrigação para as produções agrícolas. A partir dos anos 1980, com uma tendência econômica pautada na produção e exportação de commodities, essa configuração no campo terá característica e setores direcionados para sua expansão, o que configurará em políticas setorizadas:

> Os documentos produzidos pelo Estado, através de seus órgãos de planejamento e execução, apresentam, de forma clara, os objetivos perseguidos com os programas de irrigação no Brasil e, em particular, aqueles desenvolvidos para a região Nordeste, voltados para o aumento da produção e da produtividade, cujas orientações centrais buscam a modernização e inserção do capitalismo no campo (COELHO NETO, 2009, p. 5).

Visando regular essa expansão da irrigação no país, a legislação específica ligada a esse setor tem início nos anos 1960, especificamente em 1967, com o Decreto-Lei nº 200 em que no art. 35

cria o Ministério do Interior (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), colocando em sua competência as questões voltadas ao setor de irrigação. Porém, segundo França (2001b) o primeiro ordenamento jurídico sobre irrigação no Brasil ocorreu em 25 de junho de 1979 instaurando a Política Nacional de Irrigação.

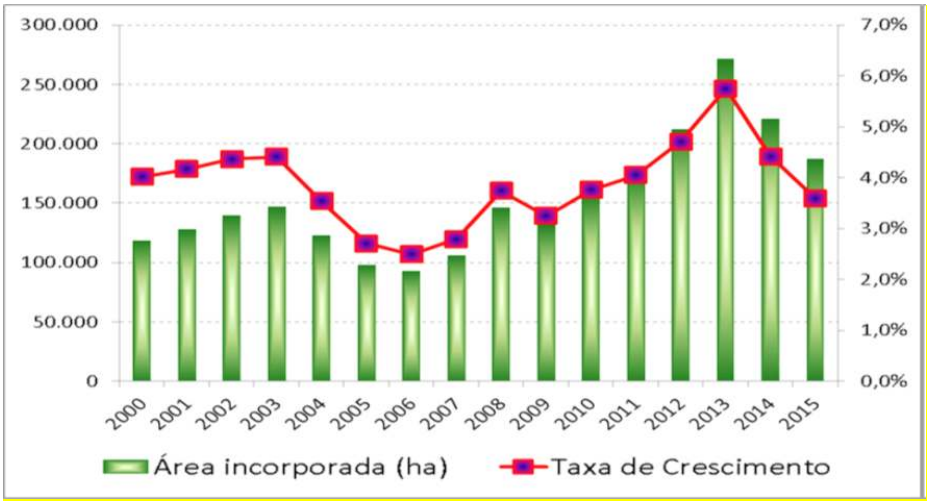
Outro órgão que marca a concepção de estudos e planejamento do setor de irrigação é a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), voltada a elaboração de políticas regionais, conferindo, segundo França (2001a, p. 45), "prioridade ao desenvolvimento da agricultura irrigada e à criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)". Ainda decorrente desse movimento, em 1986 foram criados o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) através do decreto nº 92.344, a ser implementado na área de atuação da SUDENE; e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste.

Esse conjunto de ações estatais de regulação e políticas públicas setoriais, contribuiu para que, entre o período de 2000 a 2003, e depois entre 2008 e 2015, houvesse um constante crescimento da taxa de irrigação (como apresentado no gráfico 1) fazendo com que, em 2016, o Brasil entrasse no ranking dos dez países com maior espaço irrigado no planeta.

Desde 2009 a incorporação de novos espaços irrigados segue em trajetória crescente no país. Conforme os dados apresentados no gráfico 1, podemos observar o ápice em 2013 quando o Brasil incorporou novos 271.786 hectares irrigados, em 2014 a queda foi 19% e em 2015 a redução da incorporação de novos espaços irrigados

foi de 15%, totalizando em 187 mil hectares as novas incorporações, porém é inegável o crescimento do setor no país, fator motivado, basicamente, pelo crescimento no uso de equipamentos de pivôs centrais nas lavouras.

Gráfico 1- Área incorporada e taxa de crescimento da irrigação no Brasil (2000 – 2015)



Fonte: Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação – CSEI, ABIMAQ (2016).

De acordo com o relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, da Agência Nacional de Águas (ANA), divulgado em 2016, a irrigação é a atividade responsável por 72% do consumo de água no Brasil e a técnica mais utilizada é a de pivôs centrais. Do total de aumento espacial em 2015, 105 mil hectares, ou 48% do total, foram desse tipo de equipamento para irrigação.

Os usos da água se dividem em cinco grandes setores, o mais alto uso vem da irrigação representando mais de 77% do total

consumido, ressaltando que o setor de irrigação no Brasil é voltado em sua maior parte ao agronegócio e aos grandes projetos de irrigação, ou seja, a distribuição voltada para a produção da agricultura irrigada reflete um contexto econômico, político e social no qual está inserida a questão da água no país, regada a má distribuição e exclusão dos sujeitos socias que deveriam ser a prioridade da gestão hídrica.

As obras de irrigação, modelo do agronegócio para o setor agrícola por toda a região Nordeste, especialmente grandes perímetros públicos irrigados, torna a fruticultura carro chefe na produção agrícola no semiárido. Desta forma, as tecnologias desde este período foram pensadas para adaptação às intempéries da região e para a produção em grande escala para exportação, sem levar em consideração fatores naturais, priorizando o lucro nas produções agropecuárias, como Ribeiro (2008) expõe:

> A fruticultura exportadora praticada no Nordeste brasileiro é um exemplo de emprego insustentável dos recursos hídricos, frutas exóticas foram introduzidas em meio ao sertão, onde encontra baixa pluviosidade e elevada insolação, sob alegação de que podem ser vendidas no mercado externo a preços mais competitivos devido às distâncias menores da Europa e dos EUA se comparada às tradicionais regiões produtoras dessas frutas no Brasil (RIBEIRO, 2008, p. 41).

Os perímetros irrigados no Nordeste e, por consequência, no Ceará, se constituem em signos da modernização agrícola e meio, utilizado pelo Estado, para alcançar o objetivo de suas políticas de irrigação. Para além disso, buscam, segundo Muniz (2004), a solução

de um problema político que diz respeito à reforma agrária e a concentração fundiária, ao passo que promove a distribuição de terras aos produtores; e outro de ordem econômica, incentivando a produção agrícola moderna.

Para a autora, nenhuma dessas soluções, dadas a partir dos perímetros irrigados, são realmente efetivas, ao passo que a quantidade de beneficiados pela concessão de terras nos perímetros é insignificante em relação ao universo da população rural, além de, só terem acesso ao lote de terra irrigada através do modelo de compra e venda, ou seja, quem não tem renda para compra do terreno nao tem acesso nem direito à irrigação do PITR.

Dessa forma, parafraseando Andrade (1993) que fala na existência de vários Nordestes, com profundas diferenças entre si, há vários "Cearás", em que convivem, lado a lado, modernos espaços agrícolas dotados de tecnologia e informação - como é o caso dos perímetros irrigados e espaços não modernizados. Dentre o espaço do Ceará, marcado por esse processo acentuado de modernização e políticas de irrigação, destacamos o Vale do Jaguaribe.

Capitalismo agropecuário e política de irrigação no vale do Jaguaribe: o que o Estado tem a ver com isso?

Conforme coloca Quintiliano (2008, p. 11), "a década de 1990 caracteriza-se como marco temporal na implementação de investimentos públicos no Ceará, configurando-se como mais uma fase de modernização do território cearense", modificando sua base produtiva e alinhando-se aos ditames do capital global, iniciando

uma nova trajetória reestruturante, a irrigação foi tomando outras formas e ganhando estruturas maiores e mais caras, visando se tornar mais eficiente para o capital, modificando o espaço agrário e as relações sociais que ali se estabelecem.

> O território cearense vem passando pelo quarto processo reestruturativo de sua história para realinhar-se aos ditames das políticas nacionais e internacionais e se adequar às negociações e fluxos comerciais da economia-mundo, com amplos impactos espaciais e sociais (QUINTILIANO, 2008, p. 11).

A construção de perímetros irrigados públicos federais no Ceará está ligada às inovações técnicas e às novas características do setor administrativo e político cearense, que tiveram início já no final dos anos 1950, quando o Estado inicia uma demanda de incentivos públicos, sobretudo para o desenvolvimento industrial, sob forte mediação da SUDENE. Mais tarde isto também se refletiu no setor agropecuário, com o incentivo à dinamização da irrigação na produção agrícola cearense mediante a instalação de grandes projetos irrigados.

Dos 35 perímetros irrigados administrados pelo Governo Federal sob a supervisão do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) construídos no Nordeste, 14 estão no Ceará. A região do Vale do Rio Jaguaribe foi uma das áreas escolhidas para a implementação dessa política de irrigação no estado, concentrando quatro perímetros irrigados, localizando-se nos municípios de Morada Nova, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas, "o que mostra ser esta região palco das parcerias do capital público e privado" (MUNIZ, 2004, p. 61).

A irrigação no Vale do Jaguaribe vai ser foco do agronegócio, que se territorializa nesses espaços produtivos engendrados pelo Estado. Os perímetros irrigados são a marca da reestruturação socioespacial e deixam rastros de destruição onde são instalados, já que as técnicas modernizantes são sinônimas dessa reestruturação.

> Diversos são os problemas encontrados nesses perímetros, dentre os quais a concentração da renda e da terra, as descontinuidades da assistência técnica, a desterritorialização de famílias e das comunidades, dentre outros. É desse modo que se processa a reestruturação socioespacial no campo cearense: alterações no espaço geográfico voltados aos interesses do capital, apesar da resistência e a força do lugar (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 66).

Dessa apropriação surgem os conflitos de interesses e de usos da natureza, e o Estado atua como grande intermediário desse processo, pois detêm o poder de regular e distribuir socialmente os bens advindos da natureza, sendo o principal atuante na distribuição dos bens comuns, direcionando os recursos para os diferentes grupos sociais, podendo também atuar como agente promotor desses conflitos.

Diante dos conflitos insurgentes, dessa ordem de dominação do plano material e simbólico da natureza, regidos pelo Estado, surgem os conflitos socioambientais. Estes estão ligados ao poder estabelecido de grupos sociais, que são privilegiados na relação distributiva dos bens comuns pelo Estado, ou até mesmo esses conflitos são causados por este agente público, pois como reafirmamos, este se alinha às normas do capital, produzindo e reproduzindo o espaço em prol das dinâmicas de ordem global.

O Estado está frequentemente relacionado aos conflitos socioambientais, os quais "derivam das disputas entre os diferentes grupos humanos pelo acesso aos recursos naturais ofertados pela Terra" (SOUZA; MILANEZ, 2016, p.4); além disso, o Estado detém ideologicamente a apropriação da base material, que é a natureza ou o próprio território, integrando-a numa visão social de um ambiente que o pertence, ou seja, que o mesmo deve gerir e planejar de forma regulatória, para que seja possível a distribuição justa e igualitária dos bens comuns. O que se tem é um quadro inverso a esse, uma vez que o próprio Estado possui relações diretas com o capital, já que por vezes se submete aos ditames e interesses dessa força hegemônica, assumindo o papel de um Estado burguês e capitalista, cujos interesses privados se sobrepõem aos interesses públicos e coletivos.

O cenário que se cria é de um embate de forças e interesses, em que o Estado, capitaneado por agentes hegemônicos da economia capitalista, projeta e gere as políticas públicas, de forma a atender os interesses desses agentes, promovendo uma transferência da riqueza pública coletiva para entes privados (ARAÚJO, 1995). No meio desse fogo cruzado, as comunidades tradicionais impõem sua resistência diária em prol da manutenção de suas existências locais frente à territorialização e a monopolização dos territórios, imposta pelo capital hegemônico (OLIVEIRA, 2010).

(Re)existência de comunidades rurais: o caso de Lagoa dos Cavalos

A política de irrigação no Ceará é vetor de conflitos, uma vez que, onde as obras hídricas se instalaram houve registro de conflitos dessa natureza. Todos os 14 perímetros públicos federais construídos no estado foram foco, e ainda os são, de conflitos que se dão por várias formas de expropriação, principalmente ligadas à terra, ao território, à cultura, da água, do meio ambiente, do trabalho e da saúde, pontos essenciais para a sobrevivência e atuação dos sujeitos nas relações sociais.

Os planos do Governo Federal para o aproveitamento hidroagrícola no Vale do Jaguaribe se intensificaram na década de 1960, com a elaboração do Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe, realizado pela SUDENE, corroborando para a intensificação de mais pesquisas desenvolvimentistas nos territórios. Essas pesquisas estiveram voltadas à identificação de locais mais propícios para exploração agrícola, com a construção de grandes projetos irrigados, culminando na construção de quatro perímetros na região Jaguaribana: Morada Nova (1970), Jaguaruana (1977), Jaguaribe-Apodi (1989) e Tabuleiro de Russas (2004).

O Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR) está inserido na microrregião do Baixo Jaguaribe no estado do Ceará, ocupando parte dos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, todavia o projeto está contido em sua quase totalidade no município de Russas. Com obras iniciadas em 1992 desenvolve-se o projeto básico em um espaço de 10.500 ha, as estruturas de

administração, operação, manutenção e serviços foram iniciadas somente em 2004 (DNOCS, 2012).

O DNOCS, órgão responsável pela obra, "grande gestor do perímetro, responsabilizando-se pelas diferentes necessidades para seu funcionamento, desde a execução das obras de engenharia" (ELIAS, 2002, p. 298), dividiu a implantação do PITR em duas etapas: as obras da primeira etapa iniciaram no ano de 1992, totalizando 10.765 hectares e a segunda, com 3.365 ha, no ano de 2008, como exposto na tabela 1.

Segundo os dados do documento regulamentar e contratual do projeto, a obra ficou a cargo da empresa Andrade Gutierrez/OAS, com o contrato PGE-45/2002, inicialmente orçada em R$ 14.155.646,62, porém com os custos finais da obra, este montante chegou a R$ 84.737.023,48, além dos aditamentos contratuais, com acréscimo de aproximadamente R$ 19,7 milhões.

Tabela 1 – Divisão espacial do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (2012)

Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas	
Espaço Desapropriado	18.915,00 ha
Sequeiro	-
Reserva Legal	3.209,28 ha
Com Infraestrutura	199,00 ha
Espaço Irrigável	15. 506,72 ha
A implantar	4. 741, 00 ha
Implantada	10. 765, 72 ha
Entregue	9. 775, 03 ha

Fonte: DNOCS (2012). Org. AUTORES (2018).

Pela tabela 1 podemos compreender a grandiosidade da obra e entender os conflitos posteriores, frente aos 18.915,00ha desapropriados, necessários para sua implementação. Quanto a ocupação desses espaços, através do agronegócio tem-se um grande número de empresas instaladas no PITR, quase todas voltadas à exportação da fruticultura irrigada. Atualmente essas empresas investem nas produções para a bananicultura e outras culturas perenes, como pode ser entendido na entrevista realizada com o gerente executivo do Distrito do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (DISTAR):

> As empresas FRUTACOR, AGRÍCOLA FAMOSA, CIALNE, LELEO, são as empresas nacionais instaladas no PITR, e MERIPOPO de origem Austríaca. Agrícola Famosa, que exporta banana é uma das maiores no PITR; a Meripopo também, tem a CIALNE, com produção de leite e utilização do pivô central para forrageira pro gado, que são os mesmos donos da marca DUDICO de produção avícola. As principais culturas são goiaba, banana, coco, abacaxi e uva ainda produzidos no PITR (Entrevista ao Gerente Executivo do DISTAR, Russas, 2018).

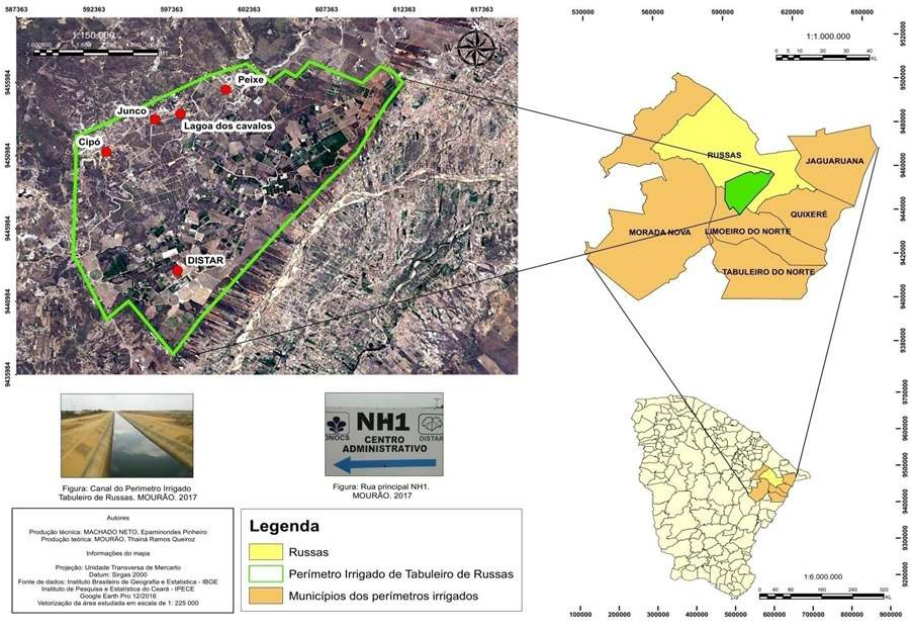
Fica claro para quem são destinados os perímetros irrigados, com presença massificante de corporações do agronegócio. Além de que, a constituição e elaboração do PITR não levou em consideração a existência de 22 comunidades tradicionais (compostas por 782 famílias) que ocupavam a região desde a década de 1930, onde desenvolviam práticas de uso sustentável dos bens da natureza, reconhecidas pelo Ministério Público Federal como atividades tradicionais (ALVES, 2012), como por exemplo a comunidade de

Lagoa dos Cavalos, sobre a qual aprofundaremos nossas análises a respeito dos impactos do PITR.

A primeira etapa do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas atingiu 22 comunidades rurais, compostas por 782 famílias impactadas diretamente pela construção do projeto. Na segunda etapa houve a desapropriação de 306 propriedades rurais, com um contingente populacional de 67 famílias, distribuídas em 8 comunidades. A figura 1 apresenta as referidas comunidades atingidas pela segunda etapa das obras do PITR.

A segunda etapa do projeto trouxe à tona a desapropriação de Lagoa dos Cavalos, que tinha como projetyo inicial a invasão de todo o território da comunidade. Todavia, com a resistência dos moradores e organização da Comissão de Defesa e Negociação (CDN), formado pelas lideranças de Lagoa dos Cavalos, Cáritas e Associação Comunitária, com assessoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Russas, montaram uma estratégia de mobilização que "por meio da Associação Comunitária local, convocaram as associações das demais comunidades atingidas e, em conjunto construíram a CDN" (ALVES *et al*, 2015, p. 414).

Figura 1- Mapa das comunidades atingidas pela segunda etapa da obra do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas



Fonte: Org. AUTORES (2018).

Lagoa dos Cavalos, fica localizada no município de Russas no Ceará, é uma comunidade de 280 habitantes, distribuídos entre 79 famílias, uma média de 3,5 pessoas por domicílio (ALVES *et al*, 2015). A comunidade, segundo o relato de vida de um dos agricultores/moradores da comunidade, tem mais de 100 anos de existência, como declara: "minha família mora há anos na comunidade, minha mãe morreu em 2016 com 93 anos e ela já morava na comunidade, creio eu que a comunidade conta aí com mais de 100 anos de existência" (Entrevistado 01, Russas, 2018). Alves (2012, p. 163) corrobora com esse relato: "Tendo as quatro primeiras famílias se estabelecido entre o início do século XX e o ano de 1932, nos anos 1950 já se constituíam novos núcleos familiares (3ª geração)".

O processo de expropriação foi o mais cruel; a desinformação quanto às etapas do processo, à indenização e ao destino final dos moradores tornaram um caos toda a dinâmica das comunidades rurais próximas à implantação do projeto. Além disso, as construções iniciaram-se sem o processo de desapropriação adequado, como pode ser visto nos relatos dos moradores. "As famílias relatam que o órgão usou de diversas estratégias para 'entrar' nas terras atingidas, visto que os trâmites administrativos para pagamento de indenizações e reassentamento iriam 'atrasar' o cronograma estabelecido" (RIGOTTO *et al*, 2014, sp.).

> Em 2009 lançaram o edital e logo em seguida já começaram as obras, instalaram um canteiro de obras em bananeiras, por estratégia da empresa responsável pela obra, começaram as obras mesmo sem desapropriarem as casas, o que ficou inviável morar ali, porque as obras estavam acontecendo na frente da sua casa e você ficar ali né, ficou difícil, sobre a indenização ainda tem famílias para receber indenização, alguns não concordaram com o preço dado pelo DNOCS e recorreram na indenização (Entrevistado 02, Russas, 2017).

Diante da perda das terras de produção da comunidade, as principais atividades foram paralisadas, algumas ações da agricultura familiar ainda sobrevivem em Lagoa dos Cavalos, todavia a maioria das produções comunais acabaram, além de não restarem muitas terras para a produção integrada que costumava ser feita, principalmente das áreas de agrosilvopastoril, que eram responsáveis pelas áreas de produção em transição agroecológica e pela maior parte da economia da comunidade.

A esperança de reviver essas memórias e as vivências da época de produção familiar é muito forte nas falas dos entrevistados, que descrevem com bastante clareza os dias em que existia uma riqueza produtiva coletiva criada por eles, na agricultura familiar. As produções ainda presentes na comunidade são a apicultura, mesmo que paralisada ainda continua como projeto da comunidade, a casa de farinha e de sementes (Figura 2), atualmente ponto de encontro social da comunidade e da continuação da atividade produtiva coletiva comunitária.

Figura 2- Casa de Farinha e Casa de Sementes em Lagoa dos Cavalos



Fonte: Org. AUTORES (2018).

A apicultura, o espaço modelo de agrofloresta, a ovinocultura, o sistema agrosilvopastoril foram perdidos no processo de expropriação de suas terras, porém vivem firme na esperança da restituição das terras perdidas e da formação de uma agricultura agroecológica como realizavam antes da chegada do PITR. Isto é

notado na fala da entrevistada 4, com a exposição de suas memórias e o desejo de reconstituição de seu território:

> Um dia desses eu tava até relembrando, do tempo que nós ia colher caju pros meninos levarem para a polpa, era dois sítios do meu pai, um tinha cajueiro anão precoce que chamava, tinha outro e tinha outro aqui, naquele tempo a gente saia em cima do carro pra apanhar caju e hoje não tém né, a gente caça caju pra chupar e não tem mais e antes tinha um sitio medonho de cajueiro todo bonitinho, todo mundo tinha cajueiro, depois da expropriação foi a perca total, talvez um dia a gente veja os filhos da gente colhendo um caju, e era uma fonte de renda muito boa, porque quem tinha sitio de cajueiro pagava gente pra apanhar, as castanhas eram vendidas, o caju eram aproveitado para a polpa, era uma fonte de renda, era um período muito rico e a comunidade perdeu isso, não tem mais, hoje a gente sente o impacto realmente em tudo, o que a gente tinha estruturado, um espaço pra criar porco, galinha, a gente não tem mais espaço pra criar (Entrevistada 04, Russas, 2018).

Observamos que o Estado tem papel atuante nesse processo, uma vez que invade o território dos camponeses para expansão do projeto político, econômico, que não atua em nenhum sentido positivo para os povos que vivem nessa região impactada. Do outro lado os camponeses apresentam sua resistência, e cobram seus direitos, mostrando que ser camponês e camponesa não se trata apenas de uma forma de produzir, mas sim de uma concepção de vida. No âmago desse processo está o onipresente papel do Estado e sua face conservadora de gerir as águas e de implementar políticas hídricas, que acabam não atendendo aos interesses da população do campo.

Desta forma, entendemos que o caminho da segurança dos aspectos da vida camponesa se encontra na "valorização das identidades e do saber-fazer dos sujeitos urbanos e rurais..." (SAQUET, 2019, p. 7). Significa garantir que todos os sentidos e necessidades da vivência camponesa possa ser assegurada pelo Estado, através das políticas, programas, leis, que possibilitem a plena relação da reprodução dessa classe.

Torna-se então essencial resgatarmos a memória desses povos subalternizados, pois o que podemos constatar é a omissão de sua história, marcada por expropriações desde o início das ocupações territoriais. Diante da governança excludente, e de um Estado corruptivo, trazer à tona as memórias e a história dos povos camponeses nos leva a pensar novas formas de resistir frente à imposição desses poderes na sociedade.

Considerações finais

Os impactos que a modernização e a reestruturação socioespacial trouxeram, no que concerne à apropriação dos direitos das famílias rurais, frente ao processo de uso indiscriminado da terra e da água pelo agronegócio, têm mostrado um quadro de conflitos intensos no Vale do Jaguaribe. Além dos já destacados impactos, a venda e consequente esvaziamento dos aquíferos subterrâneos, através de obras de perfuração de poços profundos pelas empresas do agronegócio, mostram um quadro cruel para a população que vive nesses espaços produtivos.

O predomínio do agronegócio e de seus interesses, acima dos direitos populares, evidencia a necessidade de repensar a atual estrutura produtiva da agropecuária e refletir sobre as

desigualdades no espaço agrário brasileiro. Porém, repensar esses processos é lidar com uma crítica que é de ordem estrutural, confrontando um modelo alimentar pautado no envenenamento e na morte. Os conflitos destacados, os territórios invadidos a mando do Estado, contaminação dos solos, da água, dos alimentos e do corpo nos alerta sobre a necessidade de aprofundarmos as discussões sobre o espaço agrário cearense, pautado em uma estrutura fundiária conservadora e práticas ditas modernizantes que vêm destruindo a agricultura familiar e limitando o avanço das práticas agroecológicas.

Frente a tudo isso, é necessário destacarmos as práticas de (re)existências que os camponeses vêm desenvolvendo com as experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido, nos mostrando o caminho da agricultura que prioriza a saúde ambiental e que além disso, destaca a importância da ação humana consciente, em um processo de equilíbrio ambiental. Esses camponeses, impõe suas existências como "formas de 'ruptura' com o sistema hegemônico", quer seja com suas lutas para permanecer na terra, mesmo frente às diversas investidas do agronegócio e do Estado, ou através da consolidação de diversas formas de agropecuária e de convivência com o território, constituindo verdadeiros Territórios de Esperança (MOREIRA, 2007).

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulador. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335839909_Mercado_Arame_e_Estado_recursos_comuns_e_resistencia_em_Lagoa_dos_Cavalos_no_sertao_do_Ceara>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Ação coletiva e delegação de poder no semiárido nordestino: papel de lideranças locais e assessores externos numa comunidade rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v. 53, n. 3, p. 409-432, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000300409>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? *In*: AFFONSO, Rui; BARROS, Pedro Luiz. (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: UNESP, 1995. p. 125-156.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A questão regional, o Nordeste e Celso Furtado. *In*: BERNAL, Cleide (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; UFC, 2006. p.17-45.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Governança, comunicação e participação social:** introdução a gestão participativa. Brasília, DF: ANA, 2016. 100 p. Disponível em: <https://capacitacao.ead.unesp.br/dspace/bitstream/ana/123/1/Apostila__Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Participativa.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018:** informe anual. Brasília, DF: ANA, 2018. 72 p. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/portal/publicacao/Conjuntura2018.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/b3w-876.htm>. Acesso em: 19 fev. 2020

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 185-212, jul. 1998. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10660>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (Brasil). **Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas**. Fortaleza, 20 dez. 2012. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce.htm>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. *In*: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada**. Fortaleza: FUNECE, 2002.

ELIAS, Denise . A integração competitiva do semiárido cearense. *In*: ELIAS, Denise; FURTADO, J.L.S. (Org.). **Modernização excludente.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ELIAS, Denise . **Globalização e agricultura:** a região de ribeirão preto. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise . Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA,** Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 29-51, jan./jul. 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article /view/1442>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ELIAS, Denise . Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.153-167, nov. 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/ rbeur/article/view/400>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ELIAS, Denise . Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. *In*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia (Org.). **O espaço e a metropolização:** cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 587-509.

FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. **A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001a.

FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. **Estado da arte nacional e internacional do agronegócio da irrigação 2000**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001b.

FREDERICO, Samuel. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 35, p. 68-94, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13729>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Emília. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe:** mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. 335f.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PORTO, Edgard. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 83-113.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará**: ações do Estado. Fortaleza: EdUECE, 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* **Dossiê perímetros irrigados perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo:** quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2014. Não paginado. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>. Acesso em: 19 jan. 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: USP, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territorial e contra -hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexos agroindustriais, rede e território. *In*: DIAS, Leila Christina.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). **Redes, sociedade e territórios.** Santa Cruz de Sul: Edunisc, 2005. p. 11-28.

SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Revista Perspectiva Geográfica**, Paraná, v. 11, n. 14, p. 2-12, jan./jun. 2016. Disponível em: < http://e-revista. unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/15568/10496>. Acesso em: 19 jan. 2020.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Submetido em: 30 de novembro de 2020.
Devolvido para revisão em: 23 de abril de 2021.
Aprovado em: 25 de maio de 2021.

SISTEMAS TÉCNICOS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO JAGUARIBE/CE

TECHNICAL SYSTEMS AND THE CAPITALIST MODERNIZATION PROCESS OF THE COUNTRYSIDE IN THE CITY OF SÃO JOÃO DO JAGUARIBE/CE

LOS SISTEMAS TÉCNICOS Y EL PROCESO DE MODERNIZACIÓN CAPITALISTA DEL CAMPO EN EL SÃO JOÃO DO JAGUARIBE/CE

Antônio Flávio Costa Pinheiro
Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – CE
E-mail: fpinheiro666@gmail.com

Andrea Almeida Cavalcante
Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – CE
E-mail: andrea.cavalcante@uece.br

João César Abreu de Oliveira Filho
Instituto Federal do Ceará (IFCE) – Fortaleza -CE
E-mail: joao.cesar@ifce.edu.br

Amanda Quintela de Castro
Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza – CE
E-mail: amandaquintela12@gmail.com

Resumo: Este artigo objetiva compreender a tipificação dos sistemas técnicos de captação das águas do aquífero aluvionar do rio Jaguaribe no município de São João do Jaguaribe-CE, no elo com o uso e ocupação do solo no contexto da intensificação das relações capitalistas no campo na região, a partir da década de 1970. Como bases teóricas foram utilizados os filósofos Karl Marx e Herbert Marcuse e o geógrafo Milton Santos. Foram mapeados e classificados todos os poços da área, segundo tipologia, localização, profundidade, nível estático e lâmina d'água. Pelo mapeamento *in situ*, foram cadastrados e caracterizados, para este artigo, 831 poços na área aluvionar no referido município, sendo que 22,38% são tubulares, 38,51% mistos e 39,11% são cacimbões. Questiona-se a visão de neutralidade das técnicas, advogando-se que estas estão atreladas a manutenção da forma social vigente. Os dados apontam para um entendimento ligado à influência da inserção do capitalismo na região estudada, na constituição dos sistemas técnicos de captação das águas, o que não resultou em melhorias das condições sociais da maioria dos trabalhadores e pequenos produtores.

Palavras-chave: Captação, Aquífero Aluvião, Poço, Capitalismo.

Abstract: This article aims to understand the typification of technical water capture systems in the Jaguaribe River alluvium in São João do Jaguaribe-Ce county, in observation with the use and occupation of the soil in the context of the intensification of capitalist relations in the countryside, from the 1970s. Philosophers Karl Marx, Herbert Marcuse and the geographer Milton Santos were used as theoretical bases. All wells in the area were mapped and classified according to their type, location, depth and static level. By *in situ* mapping, 831 wells were registered in Jaguaribe River alluvium, being 22.38% tubular, 38.51% mixed and 39.11% *cacimbões*. The view of techniques neutrality is questioned, advocating that these are linked to the current social form and that the research indicates to an understanding linked to the influence of capitalism insertion in the studied region, in the constitution of the technical systems of water capture, which did not result in improvements in the social conditions of workers and small farmers.
Keywords: Water capture systems, aquifer, alluvium, well, capitalism.

Resumen: Este artículo tiene por objetivo comprender la tipificación de los sistemas técnicos de captación de aguas en el aluvión del río Jaguaribe en el municipio de São João do Jaguaribe-Ce, en el vínculo con el uso y la ocupación del suelo en el contexto de la intensificación de las relaciones capitalistas en el campo en la región del bajo Jaguaribe, a partir de la década del 70. Los pensamientos de los filósofos Karl Marx, Herbert Marcuse y del geógrafo Milton Santos se usaron como base teórica. Fueron mapeados, *in situ,* 831 pozos que fueron categorizados y analizados de acuerdo con su profundidad, nivel estático y columna de agua y sistemas de captación de agua. 22,38% son tubulares, 38,51% mixtos y 39,11% son pozos excavados. Se hace un enfoque histórico de las técnicas de captación y se cuestiona la visión de neutralidad de las técnicas, defendiéndose la comprensión de que éstas están atadas a la forma social vigente. La investigación apunta a un entendimiento vinculado a la influencia de la inserción del capitalismo en la región estudiada, en la constitución de los sistemas técnicos de captación de agua, lo que no resultó en mejoras de las condiciones sociales de los trabajadores y pequeños productores.
Palabras-clave: sistemas de captación de agua, acuíferos, aluvión, pozos, capitalismo

Introdução

O ser humano sempre construiu sua forma social e transformou os ambientes por meio das técnicas que estão ao seu alcance. Contudo, com o advento da segunda Revolução Industrial e consolidação do modo de produção capitalista a partir da segunda metade do século XIX, a discussão sobre tecnologia passou a ter maior relevância na filosofia e nas chamadas ciências modernas como a Geografia, especialmente diante das necessidades de compreensão dos objetos técnicos e suas implicações socioeconômicas e ambientais, no que concerne às necessidades, benefícios, malefícios, fins, e, enfim, toda racionalidade presente.

A colonização do vale Jaguaribano foi marcada pelo genocídio e etnocídio das comunidades originárias, é caracterizada, também, pela predominância de diversas atividades econômicas registradas no Ceará, em que merecem destaques o binômio gado-algodão, o extrativismo da cera de carnaúba e a irrigação, que inicialmente destinava-se à agricultura de subsistência, com o uso de cataventos[1], mais tarde dando lugar à agricultura mecanizada. Tal processo "civilizatório" de dominação e expropriação teve início no século XVII, através da pecuária que se deu com o gado trazido das capitanias vizinhas por colonizadores que invadiram e dominaram as margens do rio Jaguaribe (CAVALCANTE, 2012).

A partir do século XVIII, os vales com seus rios no sertão nordestino, foram determinantes para o domínio dos sertões,

[1] Essas engenhocas eram construídas com madeiras de carnaubeiras associadas à aroeira e pau branco, e gradativamente foram sendo modernizadas (OLIVEIRA, 2005).

favorecendo o estabelecimento de fazendas, o surgimento de povoados, de cidades, o uso da água para a pecuária e consumo humano, além da exploração da fértil área aluvionar para produção agrícola (ABREU, 2004).

No século XIX, o sertão, conforme Lemenhe (1991), esteve ligado ao domínio da cotonicultura, atrelada ao mercado europeu e americano, além da relação com a atividade portuária de Fortaleza. Apesar da diminuição da demanda do mercado externo, essa atividade continuou importante no século XX até a crise produtiva provocada pelo bicudo[2]. Uma atividade econômica que também foi destaque no século XX na área estudada foi o extrativismo da cera de carnaúba, conforme enfatizam Girão (1985) e Oliveira (2005).

Até a metade do século XX, a captação de água se dava diretamente dos fluxos de água (rios e riachos) e de lagoas. Contudo, a partir da década de 1950, o modelo degradador do processo de modernização na lógica capitalista se constituiu em nome do progresso e do produtivismo (PINHEIRO, 2004). Esse novo cenário influenciou nos sistemas de objetos técnicos de captação de água subterrânea.

Até o final da década de 1970, no Vale do Rio Jaguaribe, a irrigação era artesanal via cata-vento, técnica que foi agregando adaptações. Esse meio de irrigação surgiu na região banhada pelo

[2] O bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) é um besouro da família dos curculionídeos. A espécie foi introduzida no Brasil nos anos de 1980, causando prejuízos nas plantações de algodão, principalmente no Nordeste. O bicudo, portanto, é considerado a principal praga dos algodoeiros. Se não controlado corretamente, a praga pode causar perdas de até 70% da produção em função da sua alta capacidade de reprodução e elevado poder destrutivo (AGROLINK, 2020).

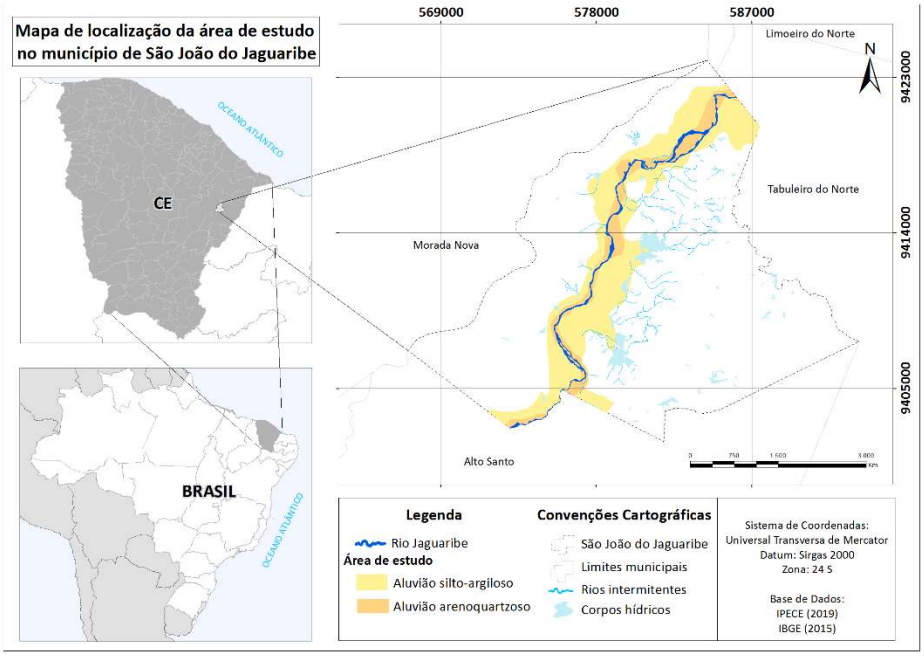
Rio Jaguaribe no início do século XX, acompanhando o contexto econômico da pecuária, cultura do algodão e a exploração da cera de carnaúba. Essa técnica foi apropriada não só pelos pequenos produtores, como também pelos maiores, como meio de elevar a produtividade de suas terras cultivadas.

A intensificação das relações capitalistas do Vale Jaguaribano, significou, além da eletrificação rural, mudanças dos sistemas de captação de água, o aumento do consumo de fertilizantes químicos e de agrotóxicos que contaminam o solo, os produtos agropecuários, as águas de superfície e subterrâneas.

Este artigo objetiva contribuir para compreensão da tipificação de poços e da evolução dos sistemas técnicos de explotação de água com uso e ocupação do solo, no contexto de intensificação da inserção do capitalismo, essencialmente a partir da década de 1970, no município São João do Jaguaribe (Figura 1), na região do Médio/Baixo Jaguaribe (porção nordeste do estado do Ceará).

O município, que está totalmente situado no polígono das secas, portanto no contexto climático semiárido, possui, consoante o Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará - IPECE (2017), 280,44 km², (0,19% do território cearense), com 57, 96km² de aluvião. A altitude média do município é de 51 m, sendo que na área aluvionar estudada é 45,23 m. Localiza-se na carta topográfica Limoeiro do Norte SB.24-X-CII, limitando-se a norte com Limoeiro do Norte, a sul com Alto Santo; a Leste com Tabuleiro do Norte e a oeste com Morada Nova.

Figura 1: Área de estudo – aquífero aluvionar do Rio Jaguaribe / São João do Jaguaribe-CE.



Fonte: Autores, 2020.

Procedimentos Teórico-Metodológicos

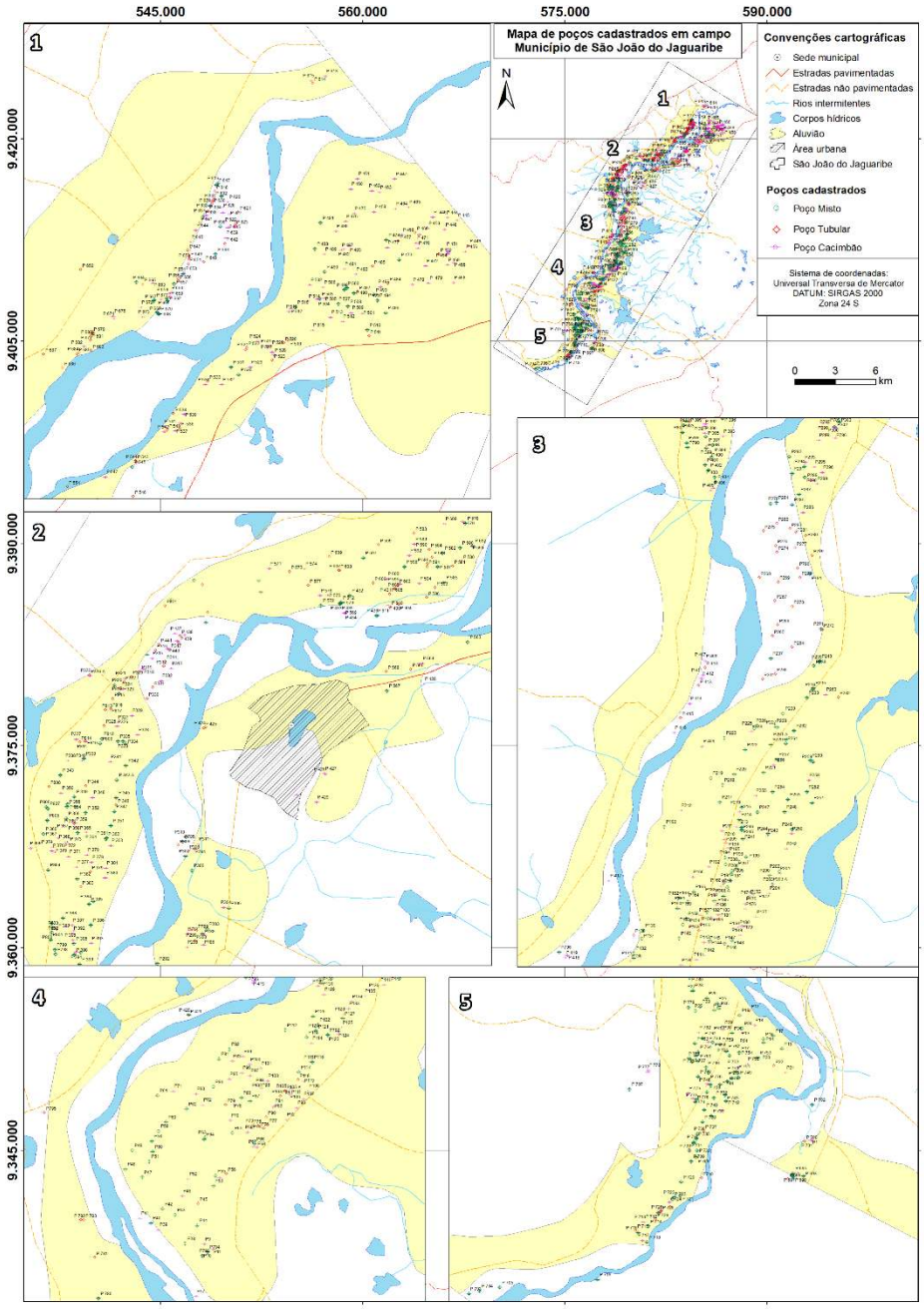
A abordagem dos sistemas técnicos de captação de água foi feita num prisma filosófico, histórico e geográfico, considerando que, na produção espacial, espaço e tempo fazem parte de uma mesma totalidade. Assim, para compreensão da realidade socioeconômica do espaço estudado a partir do século XVIII foram importantes os estudos baseados em Girão (1985), Lemenhe (1991), Abreu (2004), Oliveira (2005). Como referencial para a abordagem dialética marxiana foi fundamental Marx (2018), Marx e Engels (2018) e Marx (2019a; 2019b). Na Geografia foram fundamentais Santos (2001), Santos (2008), Santos (2012), Santos (2013), Santos (2014a), Santos (2014b), Santos (2017).

A caracterização dos poços partiu dos dados empíricos através de anotações *in situ* e de mapeamento, realizado com o uso de GPS portátil (GPS Map 60 Cx – Marca Garmim). Para medições diversas como de profundidade e nível estático (NE) foi utilizada uma trena métrica metálica e linha metálica graduada com a presença de um prisma de ferro na extremidade. Foi utilizado, também, um medidor eletrônico de nível d'água da marca JACIRI, modelo HSNA-30, com alcance de 100 m.

Ao todo foram mapeados e cadastrados 831 poços, durante o ano de 2020, no cenário aluvionar do rio Jaguaribe, considerado um aquífero livre. Os poços são rasos (freáticos) e foram individualizados em cacimbões (poços escavados), tubulares e mistos (Figura 2).

Para se construir um poço, conforme Costa Filho (2000), é de suma importância que se faça uma avaliação adequada do local (locação do poço), levando em consideração os aspectos hidrogeológico e socioeconômico, conforme interesse público ou privado. Para os estudos hidrogeológicos e de caracterização dos poços, foi fundamental o conhecimento de obras como Cavalcante (1998) e Feitosa *et al.* (2008).

Figura 2: Distribuição dos poços (Misto, tubular e Cacimbão) na área de estudo.



Fonte: Autores, 2021.

Para analisar o processo de modernização capitalista na interface com o uso e ocupação do solo e suas implicações no aquífero

aluvionar estudado, foi feita a opção como referencial teórico o Materialismo Histórico e Dialético, por considerá-lo instrumental racional mais adequado, pois, na visão marxiana, o ponto de partida do conhecimento é a realidade estudada dentro de condições históricas concretas. Esse entendimento possibilita problematizar a sociedade, considerando, dialeticamente, os níveis socioeconômicos, jurídico-político, ideológico e cultural (PINHEIRO, 2004).

Esse decurso modernizador capitalista é tido como conservador, pois o avanço técnico e científico na produção do espaço agropecuário, manifestado, por exemplo, com o incremento de insumos químicos, instrumentos mecânicos e formas avançadas de explotação de água, conservou sem alteração a estrutura anacrônica da propriedade fundiária e das relações sociais capitalistas. Portanto, as mudanças qualitativas nos instrumentos tecnológicos, na maneira de pensar, de agir, nas mentalidades continuaram no âmbito da racionalidade capitalista[3] com expropriação da natureza e da força de trabalho.

O entendimento da realidade a partir da totalidade e de suas contradições foi fundamental para pensar a produção contraditória do espaço estudado, identificando os processos, agentes da (re)produção espacial.

Assim, a compreensão dos aspectos quali-quantitativos desse sistema aluvionar se deu na interface com a evolução do uso e ocupação do solo no contexto do processo de modernização do campo,

[3] Weber (2004) reforça que a racionalidade capitalista tem que ser vista na sua globalidade econômica e cultural.

considerando as condições de sustentabilidade e/ou vulnerabilidades socioeconômicas e ambiental.

Técnica e tecnologia X (re)produção do capital

Etimologicamente, os termos *técnica* e *tecnologia* têm origem da palavra grega *techné,* que significa o conhecimento ou prática que está associada a uma determinada forma. Como reforça Vargas (1994, p.18): "techné consiste no conhecimento empírico de um objeto ou ação que serve ao homem; portanto, tal saber só se realiza como aplicação prática e não como contemplação".

Considerando que a discussão sobre técnica e tecnologia está ligada aos conceitos de ser humano e natureza, então, o termo *techné* está associado aos termos *physis* e *poiesis.*

Phisis significa algo não humanamente criado, mas que emerge de si mesmo; é compreendida também como a natureza tomada em sua totalidade, isto é, a natureza entendida como princípio e causa primordial da existência e das transformações das coisas naturais (os seres humanos aí incluídos), como o conjunto ordenado e organizado de todos os seres naturais ou fenômenos físico-químicos.

A categoria *poiesis* está presente desde o pensamento filosófico da antiguidade clássica, como em Aristóteles (2014), que diferencia a práxis (atividade prática consciente) da *poiesis* (atividade criativa), e no pensamento filosófico renascentista de Vico (2005), que está relacionado à prática do fazer, do criar, do inventar, distanciando-se do cunho religioso da palavra "criação" e aproximando-se da palavra "fabricação", da prática do fazer, do criar, do inventar, distanciando-se do cunho religioso da palavra "criação"

e aproximando-se da palavra "fabricação", da prática do fazer, do criar, do inventar.

Tendo como referência Pinto (2005), pode-se afirmar que palavra tecnologia tem sua gênese na combinação de "tecno", originada do grego *techné*, e *logia*, originada do grego "logos" (razão, conhecimento), sendo, portanto, o estudo da técnica. Para Corrêia,

> O termo original grego 'tecknologia' significa tratamento ou descrição sistemática de uma ou mais *tecknai* (artes práticas, ofícios) [...] foi em torno do século XVIII que se passou a utilizar o termo tecnologia com o significado de melhoramento racional das artes (técnicas), em especial daquelas que se exerciam na indústria mediante o estudo científico das mesmas e de seus produtos (CORREIA, 2002, p.315).

Karl Marx (2015; 2018, 2019a; 2019b) compreende técnica, tecnologia e ciência na totalidade do modo de produção, estando a concretude e o desenvolvimento desses conceitos no capitalismo, associados à exploração e subsunção do trabalho ao capital, portanto, na lógica da produção de mercadorias com a ciência e a técnica se constituindo no modo de produção vigente como mecanismos de extração de mais-valia.

Na obra de Karl Marx, a tecnologia, conforme reforça Romero (2005), é abstraída enquanto tecnologia em si (1); enquanto instrumento de trabalho em geral (2); enquanto capital (3); e enquanto momento determinante da composição orgânica do capital (4).

Na primeira situação é considerada enquanto um todo abstrato, sem relação com trabalho e o seu processo de valorização;

na segunda situação, já apresenta uma concretude enquanto parte de um todo e instrumento de mediação para produção de valores de uso, mas ainda não está associada a uma determinada formação social; na terceira situação apresenta uma concretude no âmbito da produção capitalista, e, assim, no contexto do trabalho abstrato com sua função de produção da mais-valia e do lucro; na quarta situação é caracterizada pela dominância do capital constante, compensando, de maneira contraditória, o processo de retração da taxa de lucro pela diminuição relativa do uso da força de trabalho.

Embora em Marx e Engels (2014) seja mostrada uma euforia pelo avanço das forças produtivas promovidas no século XIX, esses autores não se iludem com o progresso no âmbito do modo de produção capitalista, pois, para eles, nessa forma social não existe concomitância entre progresso técnico e desenvolvimento social. Inclusive Marx (2019b) denuncia os impactos negativos nos ambientes, em especial no solo, em consequência do modelo de agricultura industrial de sua época.

É no contexto de consolidação do mercado mundial que se considera o nível mais concreto, portanto, o mais completo, em que a tecnologia é tratada na relação de concorrência entre nações. Para Marx, a compreensão da relação entre tecnologia e produção no capitalismo passa pelo conceito de subsunção, condição em que trabalho e trabalhadores se submetem à máquina enquanto partes constituintes, com o trabalho se constituindo numa dimensão do capital. Segundo Romero,

> Tal processo se expressa pela conversão do trabalho vivo (capital variável) em trabalho morto (trabalho cristalizado na forma de capital, isto é,

> capital constante), de modo que se tem uma relação de identidade e negação entre as duas formas de trabalho. Pode-se dizer, identidade entre trabalho e não-trabalho ao mesmo tempo em que o não-trabalho se opõe ao trabalhador (ROMERO, 2005, p.20).

Nesse sentido, ontologicamente, a técnica não deve ser compreendida, ontologicamente, como se tivesse dinâmica em si, determinações próprias e neutras, mas que está atrelada ao modo de produção vigente. Na dinâmica de sujeição do trabalho ao capital, a maquinaria, todo instrumental tecnológico, deve ser compreendido como atrelados à lógica do trabalho abstrato com sua produção de mais-valia, reproduzindo as relações sociais de exploração inerentes ao modo de produção vigente.

A técnica, para Herbert Marcuse, em Kellner (1999), é compreendida como neutra, podendo ser utilizada tanto para a libertação quanto para engendrar o autoritarismo. Por ser neutra, ela só impede o desenvolvimento do indivíduo quando inserida em um decurso de controle social e produção de escassez. Pode gerar tanto abastança para um povo como oprimi-lo pela sua escassez contínua.

O uso da técnica pode trazer tanto benefício como malefício. Apesar de considerar o potencial da técnica para libertar o homem do trabalho abstrato, reconhece-se que ela vem sendo efetuada pela racionalidade tecnológica como instrumento de exploração e de dominação do homem pelo homem. Marcuse aponta que a técnica é um instrumento que tem a potencialidade de proporcionar a liberdade para o ser humano ou a sua submissão.

Marcuse vê a tecnologia na totalidade "instrumento - forma de controle", realizada numa racionalidade que determina padrões de individualidades com os indivíduos adaptados e integrados a uma tecnocracia que favorece a (re)produção do capitalismo com seus monopólios industriais.

A partir de Marcuse, compreende-se que a técnica, num primeiro momento, tem a conotação de ter o papel necessário e importante na mediação entre o homem e a natureza, no sentido de cumprir a função de transformar as condições naturais e antrópicas, possibilitando melhores condições para os seres humanos. Por outro lado, o aprimoramento dos aportes técnicos passa a servir de instrumentos de formatação e dominação dos indivíduos, como acontece no modo de produção capitalista.

Percebe-se uma visão dualista e contraditória acerca da temática, pois ora a técnica é vista como emancipadora, podendo, inclusive, livrar o ser humano das longas jornadas de trabalho árduo, como também o aprisiona numa extensa cadeia de servidão conforme as demandas do aparato técnico no contexto do modo de produção capitalista.

Marcuse (2015) procura unir as esferas da vida humana e a estrutura social, mostrando como o progresso técnico no mundo industrial se tornou aparato para uma vida de labuta, temor, submissão, servidão aceitáveis pela própria humanidade nas esferas social, política e econômica, numa ilusão de melhorias das condições de vida de todos indivíduos. Isso é o que Marcuse chama de sociedade unidimensional que reprime os sujeitos pela mecanização e padronização do processo produtivo, exigindo desempenhos pré-determinados.

A tecnologia é vista, portanto, enquanto um processo social que passa a assumir seu caráter de dominação sob os ditames do aparato técnico. Essa sociedade unidimensional reside no fato da racionalidade tecnológica ter se tornado racionalidade política, como ressalta Marcuse,

> A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político quando ela se torna o grande veículo da mais perfeita dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual a sociedade e natureza, o espírito (*mind*) e o corpo são mantidos em um estado de permanente mobilização para a defesa desse universo (MARCUSE, 2015, p.54).

Para o autor, a tecnologia enquanto totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções, organiza, direciona e influencia nas relações sociais, reproduzindo a manifestação do pensamento e dos padrões de comportamentos, pensamentos e hábitos conforme o interesse da tecnocracia de caráter totalitário[4], tratando-se, portanto, de um verdadeiro instrumento para (re)produção do capitalismo.

Na Geografia, os conceitos "técnica" e "tecnologia" estão associados à relação "sociedade-natureza", abrindo sempre a polêmica desse elo visto numa totalidade de referência marxiana ou numa lógica dicotômica excludente, mais próximo à influência da concepção kantiana de conhecimento (KANT, 2015) ou do marxismo

[4] O sentido da expressão "totalitária" não é só para caracterizar o sistema terrorista de governo, como também para definir o sistema específico de produção e distribuição em massa, em razão da manipulação do poder inerente à tecnologia.

estruturalista de influência althusseriana (ALTHUSSER, 2009; 2015).

Em Milton Santos, a compreensão sobre técnica e tecnologia passa pela compreensão do conceito de espaço geográfico, tido por Santos (2013; 2017) como um misto, um híbrido da condição social e física, mesclando materialidades e relações sociais.

Santos (2017, p.63), considera "o espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá", associado à evolução das técnicas a partir dos conceitos de "natureza" e "meio", entendidos como equivalentes, pautados pela técnica, e sendo a própria técnica um meio.

Para Milton Santos a complexidade social e de produção espacial em um dado momento de sua história coabita numa unicidade com o estado de técnicas desse tempo, considerando que o que envolve o homem e seu meio é composto de tecnicidade. Advoga que a história do espaço e a história das técnicas estão imbricadas, e cada mudança na divisão do trabalho implica numa (re)elaboração do espaço.

O conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos, portanto, é tido como fundamental para compreensão do espaço geográfico no que concerne a funcionalidade, a estrutura, a construção e a articulação de territórios. Sobre esse vínculo entre a história e a técnica, Santos diz que,

> O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e

> toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é o tempo congelado e revela sua história (SANTOS, 2017, p. 48).

Apesar de considerar o espaço como formado de objetos, estes são determinados pelo espaço em que "cada novo objeto é apropriado, de modo específico, pelo espaço preexistente" (SANTOS, 2017, p.40). Sobre a inerência entre esses dois sistemas de objetos e os sistemas de ações, Santos argumenta que,

> Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos (SANTOS, 2013, p. 86).

Os sistemas de objetos são compreendidos por Milton Santos (2013, 2014a) como o conjunto das forças produtivas, enquanto os sistemas de ações englobam o conjunto das relações sociais de produção, com ambos assegurando o dinamismo espacial. Distingue os objetos das coisas ao mostrar que os primeiros têm feitura social, enquanto os últimos são obras da natureza. Os objetos funcionam, portanto, através de sistemas, podendo ser simbólicos ou sociais e que um objeto insulado só possui valor enquanto coisa, granjeando valor social quando estão no entrecho das relações sociais.

Milton Santos considera que as ações são dotadas de intencionalidades e as relações entre os sistemas de objetos e os de

ações são mediadas pelas leis e normas. Embora as ações se tornem gradativamente mais técnicas, não se pode negar o caráter emotivo e simbólico. Reforça que as relações sociais animam as formas espaciais, conferindo-lhes conteúdo, transcendendo a condição de simples paisagens - que são mais morfológicas, enquanto o espaço geográfico tem também no seu conteúdo, a funcionalidade.

Objetos e ações são compreendidos por Milton Santos numa unidade sistemática, com essas ações dando sentido aos objetos e estes quantificando e qualificando as ações graças ao conteúdo técnico, havendo uma horizontalidade que distribui os objetos conforme a dinâmica e vontade do capital, e em uma verticalidade (técnica) que favorece as conexões, caracterizando ações geográficas.

A técnica em Milton Santos não é uma explicação da história, mas é considerada relevante para esse objetivo. Santos exora que a técnica pode transformar ou até mesmo produzir um meio geográfico, influenciando na produção econômica e na cultura no seu sentido amplo.

Em épocas vetustas, cada local do planeta possuía um sistema técnico peculiar. Com as invasões e com a intensificação das relações econômicas e culturais, as composições de técnicas foram sendo diminuídas, reduzindo, também, o número de sistemas técnicos devido à sua tendência homogeneizante típica do modo de produção capitalista.

Sobre a técnica em tempos pretéritos e na contemporaneidade, apesar de considerar a universalidade das técnicas atualmente, Milton Santos assevera que o espraiamento destas e dos objetos técnicos se dá de forma díspar, chegando de modo e intensidade diferentes, conforme as características dos lugares

onde vão ser estabelecidas. Sobre a associação entre meio e técnica, Santos diz que,

> É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (SANTOS, 2017, p. 29).

O autor advoga que as técnicas não se constituem isoladamente, mas sim, em sistemas que correspondem a conjuntos de técnicas hegemônicas num dado momento, com as diferentes técnicas e objetos distinguindo os períodos históricos. Assim, o trabalho e as técnicas de cada época caracterizam seu tempo e seu espaço.

É com base no entendimento da técnica como meio dentro do capitalismo que se compreende a relação técnica e trabalho na produção do espaço (LIMA, 2014). Assim, é a partir da capacidade teleológica do homem que a técnica se torna um instrumental importante na transformação da natureza. Desse modo, a técnica se torna meio e não fim do processo de transformação da natureza, sendo, portanto, o trabalho a condição humana essencial para essa transformação. Marx esclarece:

> Os modos (e instrumentos) mais rudes do trabalho humano regressam: assim o moinho de tambor do escravo romano tornou-se modo de produção, modo de existência de muitos trabalhadores ingleses. O homem deixa de ter não só quaisquer necessidades humanas, mas mesmo necessidades animais (MARX, 2015, p. 393).

Portanto, para Marx (2015), as transformações técnicas são produto do trabalho humano, e no capitalismo o trabalho passa pelo processo de alienação/estranhamento. A técnica como instrumento do trabalho também está condicionada ao processo de alienação do trabalhador, afinal, ela não é neutra.

Karl Marx entende a natureza, portanto, como o elemento central da produção humana e a mediação social é o trabalho como condição ontológica do ser social, considerando que "o trabalhador não pode criar nada sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é o material no qual o seu trabalho se realiza, no qual este é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz" (MARX, 2015, p. 306). Assim, em Marx podemos compreender o papel da natureza, técnica e trabalho no processo de construção social:

> Porém, tal como a natureza fornece o *meio de vida* do trabalho, no sentido de que o trabalho não poder viver sem objetos nos quais se exerce, assim a natureza fornece por outro lado também o *meio de vida* no sentido estrito; a saber, o meio da subsistência física do próprio trabalhador (MARX, 2015, p. 306).

Essas transformações da natureza pelo homem mediadas pelo trabalho, instrumentalizadas pela técnica, nos ajuda a compreender os meios e os sistemas técnicos como processos de consolidação de instrumental humano para desenvolvimento das forças produtivas ao longo do tempo histórico. A saber, os meios técnicos teorizados por Santos (2017) nos ajudam nessa compreensão.

O Meio Geográfico é sistematizado por Santos (2017) em três momentos. Denomina o primeiro momento como "Meio Natural", quando as transformações humanas eram localizadas, sem uso de

objetos técnicos, sem expressividade, em função de técnicas simples, com a agricultura e a pecuária domesticada numa simbiose com a natureza. Portanto, "as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação" (SANTOS, 2017, p. 235).

O segundo momento é denominado de "Meio Técnico", no contexto da Revolução Industrial e no processo de consolidação do modo de produção capitalista, com a mecanização e associação da tradição cultural e inovações técnicas, apesar da artificialização do espaço ainda não ser hegemônica.

Essa nova situação intensifica a tecnificação das relações socioambientais verticalizadas. Assim, "utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar.

Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais" (SANTOS, 2017, p.237). Essa nova racionalidade se impõe nos espaços de trabalho, no cotidiano da vida das pessoas e no rompimento do elo simbiótico com a natureza em função de interesses econômicos.

A partir da metade do século XX, se consolida o meio técnico científico, com o mercado global unindo técnica, ciência e informação, havendo hoje uma imprescindibilidade entre esses aspectos, determinando a materialidade e o dinamismo territorial.

As técnicas fundadas na informação passaram a predominar nos espaços de produção econômica e na cotidianidade privada e social das pessoas, o que constitui o período técnico-científico com a hegemonia de um único sistema técnico marcado pela flexibilidade dos meios de circulação materiais como as rodovias, e imateriais,

como os informacionais, com destaque para a internet e outras inovações que são rapidamente disseminadas.

Na década de 1970 se processou, no âmbito internacional, a associação entre as técnicas e os fluxos de pessoas e mercadorias, se estabelecendo a tecnociência com a inseparabilidade de ciência e técnica, permeadas pela informação sob a égide do mercado, gestando, assim, o Meio Técnico-Científico Informacional associado ao conceito de globalização (SANTOS, 2013; 2017).

Esse sistema técnico atual, meio técnico-científico-informacional, é caracterizado pela racionalidade, pela artificialidade, pela rapidez e pela universalidade, com íntima articulação entre ciência e técnica. Apesar de ser heterogêneo em sua atuação espacial ele é díspar e excludente, pois é regido e submetido à lógica do capitalismo, influenciando na produção espacial, regulando e determinando a dinâmica da produção de mercadorias e os modos de vida com a formatação da vida do ser humano, principalmente com a ditadura do tempo imposto pelo sistema de produção de mercadorias.

A racionalização da sociedade implicou na racionalização do espaço geográfico. No entanto, diante desse contexto, os lugares ainda apresentam peculiaridades, ao mesmo tempo em que retratam aspectos globais.

Nesse sistema técnico hegemônico, a produção de mercadorias manifesta uma mais-valia global na produção de dinheiro que, contraditoriamente, se efetiva cada vez mais sem a produção de "valor", e com a diminuição intensa dos postos de trabalho e concentração das atividades em um número cada vez maior de trabalhadores em atividade, pelo uso de técnicas

excludentes (na lógica capitalista) aos interesses dos trabalhadores, mas favoráveis ao capital.

Coexistem hoje, uma generalização e uma universalização de objetos, uma dominação da técnica que se constitui cada vez mais sofisticada e efêmera, numa materialidade amplamente artificializada e modos de vida cada vez mais fugazes e fortemente influenciados pelo atual sistema técnico gerido e dominado pelo capital, e não em função da emancipação humana e de superação da vulnerabilidade ambiental.

Santos (2001) questiona a globalização em que a tecnociência[5] não seja submetida à lógica do capital, o que provoca perversidade manifestada pelo colapso ambiental, destruição de vidas, escassez, desigualdade social. Santos exora, entretanto, a possibilidade de uma outra globalização marcada por um período técnico-científico-informacional que seja de inclusão, de valorização de todos seres humanos, frente ao mercado, em que todos os benefícios da tecnociência sejam democratizados pra todos, na construção de uma cidadania universal, da solidariedade, da paz mundial.

Milton Santos, contudo, não deixa claro se essas mudanças podem acontecer nos limites do modo de produção capitalista, se seria uma luta por direitos, por concessões no interior do sistema que tem como fundamento a produção de "mais-valia".

[5] A tecnociência para Santos (2013) seria o avanço dos sistemas técnicos a partir do meio técnico-científico-informacional, em a técnica e a ciências seriam os instrumentos mais importantes na produção do espaço geográfico atual.

No pensamento geográfico de Milton Santos, percebe-se, portanto, em suas primeiras obras, como em Santos (2012, 2014a, 2014b), uma reflexão de totalidade social de influência marxiana quando propõe a compreensão do espaço geográfico em suas contradições sociais, pela construção de novos conceitos como estrutura, forma, função, processo associados a temas diversos como teoria, práxis, técnica e método, natureza, transcendendo a condição do espaço como simples substrato e palco de relações sociais, mas como uma produção pelo trabalho (técnica) no contexto do complexo modo de produção vigente.

Santos (2012) desenvolve uma revisão crítica do pensamento geográfico de influência positivista e neopositivista que incorpora a noção de sistemas e o uso de modelos a partir de dados empíricos segundo padrões espaciais, sem a preocupação de reflexão no sentido filosófico, escamoteando as transformações e contradições sociais, não questionando e legitimando o modelo de desenvolvimento do capital.

Em obras como em Santos (2013, 2017), contudo, percebe-se um distanciamento em relação ao pensamento marxiano e uma notável influência da fenomenologia, e até mesmo do kantismo, quando dicotomiza, como opostos, alguns conceitos como sociedade e natureza, apesar do discurso de totalidade.

A categoria técnica assume uma condição ontológica, apresentando uma autonomia, com determinações próprias, o que vai contra a visão marxiana em que técnica e ciência são compreendidas como ligadas à produção capitalista com a função de nutrificar a subsunção do trabalho no capital, como meio de exploração e dominação do trabalho.

Em Santos (2017), que é uma obra da maturidade intelectual do autor, são notáveis as influências de um marxismo estruturalista e, principalmente, da fenomenologia nas reflexões sobre o espaço e das técnicas, denotando um fetichismo desses conceitos.

A tipificação dos sistemas técnicos na captação de água

No que concerne a tipificação os poços são categorizados (individualizados), a partir de Feitosa *et al.* (2008), em tubulares, mistos e cacimbas, estas também conhecidas como poços escavados manualmente.

Poço tubular é aquele utilizado para captação de água subterrânea e que recebe, após a perfuração, um revestimento constituído por tubos (metálicos ou de "policloreto de vinila" - PVC) com diâmetro geralmente inferior a vinte polegadas (20″), onde os revestimentos são intercalados com filtros, cuja água é explotada por meio de bombas e compressores (CAVALCANTE, 1998). Na área, alguns poços tubulares são de manilhas de argila e outros são de manilha de cimento.

Cacimbão ou Poço Escavado Manualmente, é aquele construído por escavação manual convencional (artesanalmente), em geral de seção circular, por ser mais estável, onde a profundidade final da escavação depende da profundidade do nível estático do aquífero que se propõe explotar (COSTA FILHO *et al.*, 2000). É revestido com material pré-moldado, tijolos ou pedras, e a retirada de água é realizada através do uso de baldes, bombas de pequena potência, bombas manuais e cata-ventos.

Os poços mistos, consoante Pinheiro *et al.* (2019), podem ser individualizados em poço misto de alvenaria e tubular, poço misto de anel e tubular, poço misto de alvenaria de anel e tubular. Sobre os poços na aluvião, ver a figura 3 A, B, C.

Figura 3 – Tipos de Poços. A – Cacimbão; B – Poço tubular de PVC; C – Poço Misto; D – Poço tubular de cimento.



Fonte: Fotos registradas *in loco* pelos autores, 2020.

No início do século XX passou a ser comum no vale do Rio Jaguaribe, a irrigação artesanal via cata-vento (Figura 4). Esse objeto técnico de captação de água predominou até a metade da década de 1970, sendo utilizado no abastecimento doméstico e fornecimento de água para a pecuária e para irrigação. As culturas para fins comerciais e a produção de pomares (feijão, banana,

mamão, goiaba, hortaliças etc) para consumo doméstico aconteciam sem uso de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos.

Era comum a construção de tanques para banho, alimentados pelos cata-ventos, para o lazer familiar e até mesmo para festejos nos finais de semana.

Figura 4 – Cata-ventos. A) Cata-vento de madeira inativo. B) Cata-vento metálico em atividade.



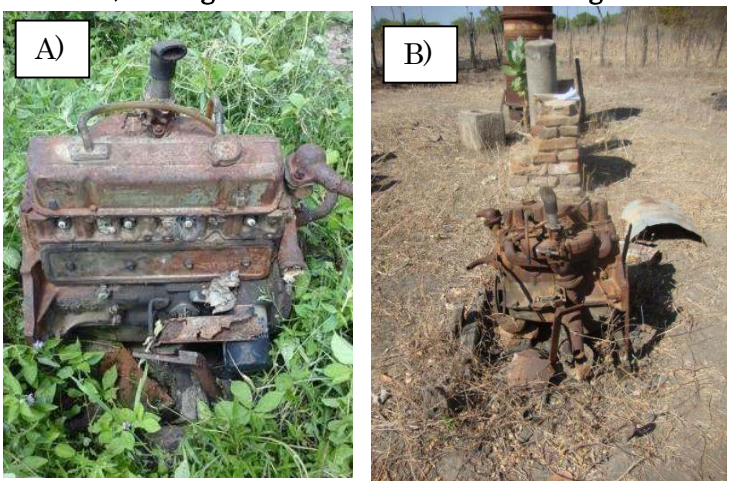
Fonte: Fotos registradas *in loco* pelos autores, 2020.

A partir da década de 1950 com modernização conservadora capitalista, constituída em nome do progresso e do produtivismo, influenciou em mudanças nos sistemas de objetos de explotação de água de superfície e subterrânea.

Gradualmente, essencialmente a partir da década de 1970, os cata-ventos foram sendo substituídos, conforme Pinheiro *et al.* (2019), pelo gasogênio (aparelho que transforma, por oxidação incompleta, o carvão ou a madeira no gás pobre, empregado nos motores de explosão como substituto da gasolina).

O gasogênio, também chamado de gaseificador, funcionava com a queima de lenha, carvão ou resíduos agrícolas, tais como bagaços de cana, cascas de frutos e sabugos de milho, se obtendo uma mistura gasosa que funcionava como combustível (Figura 5). Essa mistura gasosa depende do tipo de material do qual foi gerado, da sua constituição química e da umidade.

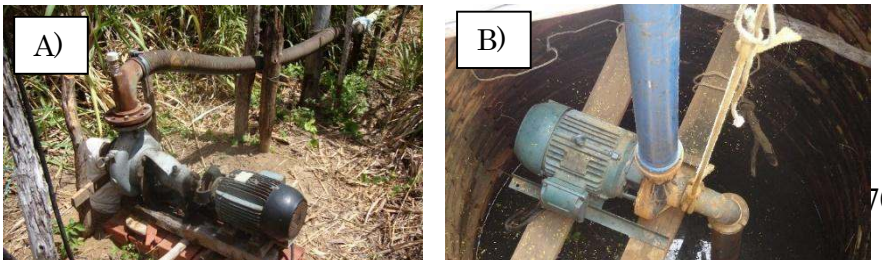
Figura 5- Estrutura básica do sistema de gasogênio. A) Gasogênio em detalhe. B) Gasogênio com evidências da antiga estrutura



Fonte: Fotos registradas in loco pelos autores, 2020.

Depois vieram os motores a óleo diesel e os elétricos que passaram a predominar a partir da metade da década de 1980 (Figura 6).

Figura 6- A) Sistema elétrico captando água em poço tubular B) Sistema elétrico captando água em cacimbão.



Fonte: Fotos registradas in loco pelos autores, 2020.

Com o avanço das técnicas de captação de água subterrânea e o desenvolvimento das forças produtivas e dos sistemas técnicos, a produção pôde ser aumentada, havendo maior investimento de capital na aquisição de equipamentos e insumos, inclusive a partir de políticas públicas de governo e serviços de empréstimo de instituições financeiras, objetivando a construção de poços e formas mais avançadas de captação de água, no intuído de aumentar a produção e incentivar a circulação de capital no campo.

Esse processo de modernização dos sistemas técnicos propiciou um aumento da produção, porém o desenvolvimento das técnicas empregadas não transformou as condições de vida dos trabalhadores do campo no município de São João do Jaguaribe.

Esse debate a partir obras de Karl Marx, Herbert Marcuse e Milton Santos nos coloca em torno da discussão do processo de fetiche da técnica e da tecnologia na produção do espaço/território, pois a técnica por si, sem a mediação de relações sociais, no caso das relações sociais capitalistas e da luta de classes, não nos dá condições de explicar a realidade concreta, pois, somente a técnica como meio e instrumento de produção não explica as contradições do campo brasileiro. Lima (2014) nos ajuda a compreender também como esse processo de alienação/estranhamento pela técnica:

> O desenvolvimento das técnicas, sem dúvida, contribui para o desenvolvimento geral da sociedade, porém é preciso datar seu desenvolvimento historicamente, e no capitalismo, estas não permitem o desenvolver por completo das potencialidades humanas e nem são apropriadas por toda a sociedade, visto o processo de alienação-estranhamento produzido pela sociabilidade do capital. Devemos ter cuidado para não fetichizarmos as técnicas e entender seu desenvolvimento como algo independente das relações sociais de produção e das forças produtivas: tal posicionamento, ao invés de desvendar, corre o risco de mascarar a realidade (LIMA, 2014, p. 33).

Associado a isso, as questões vinculadas à estrutura fundiária, ao papel do Estado nas políticas públicas, à luta pela terra e às condições ambientais são fundamentais para a compreensão das contradições do processo de modernização capitalista do campo em São João do Jaguaribe-CE.

As transformações dos sistemas técnicos no processo de modernização capitalista do campo

O Baixo Jaguaribe, essencialmente, tem se constituído como centro privilegiado do agronegócio tendo sua paisagem marcada, por exemplo, por hectares dedicados à fruticultura irrigada (CHAVES, 2010).

Isso tem resultado numa nova configuração e fragmentação do território cearense, como também, intensas desigualdades Sociais e contradições na dinâmica econômica e social, em que municípios como como São João do Jaguaribe são desprovidas de dinamismo econômico e de incentivos governamentais, enquanto outros situados na mesma

região, como Limoeiro do Norte, constituem-se focos do planejamento e do direcionamento de políticas públicas.

Esses espaços bem servidos pelas redes informacionais, de produção e de infraestruturas urbana são denominados de luminosos. Já os espaços opacos estão nos interstícios desses espaços, onde as infraestruturas modernizantes estão ausentes ou são insignificantes e as políticas públicas não chegam, apesar de seus habitantes participarem da dinâmica territorial, enquanto trabalhadores (SANTOS E SILVEIRA, 2008.

O município de São João do Jaguaribe-CE, apesar da sua condição mais opaca e lenta no fenômeno de reestruturação da dinâmica sócio-espacial, assume seu papel no cenário de intensificação de mundialização das relações capitalistas manifestadas na economia, nos hábitos, nos costumes, nas mudanças dos sistemas técnicos, como os de explotação de água, nas mudanças nos hábitos, costumes, interferência nos diversos ambientes como as águas de superfície e nos aquíferos.

Esse processo em toda região do vale do Jaguaribe é influenciado por uma nova conjuntura sócio-espacial voltada para a lógica de (re)produção do capital inserida na lógica mais ampla de mundialização desse sistema vigente que não se explica apenas pelos dados quantitativos de instrumentais tecnológicos, de produção e produtividade, de uso de máquinas como tratores, de adubos químicos, de agrotóxicos e outros insumos agroindustriais, mas também a partir das condições de vida das comunidades.

Deve-se levar em conta as consequências qualitativas, no que concerne aos impactos positivos e negativos, associados aos dados quantitativos como, por exemplo, as mudanças provocadas

pelas transformações dos sistemas técnicos de captação das águas para os diversos usos, em essencial para o consumo doméstico e agropecuário, mudanças na dinâmica da mobilidade populacional em diversas escalas, além de mudanças na qualidade alimentar.

A visão de produção, até mesmo para os pequenos produtores, deixou de priorizar o consumo doméstico e venda do excedente para o comércio local, para ser voltada unicamente para a lógica do mercado, na perspectiva de ter dinheiro para se poder consumir os alimentos processados e os bens tecnológicos do mundo globalizado. Nesse sentido, aquilo que é produzido, mas que não gera lucro passou a ser desqualificado.

Essa tipificação dos poços e dos mecanismos técnicos de explotação de água, desde a conjuntura de predominância dos cata-ventos, passando pela coexistência destes com os gasogênios até a dominância da opção pelo uso de bombas atreladas a motores elétricos, reflete a dinâmica socioeconômica, a produção espacial e temporal no que concerne ao uso e ocupação do solo com seus objetos técnicos de valores de uso e de trocas (mercadorias), no contexto de intensificação das relações capitalistas no campo em São João do Jaguaribe.

A região do Vale do Jaguaribe é exemplar no cenário do Ceará e do Nordeste como um importante polo do agronegócio[6], inclusive a partir da intensa mecanização agrícola, uso de agrotóxicos, políticas hídricas de Estado para o desenvolvimento de

[6] Veja como exemplo os estudos de CHAVES (2010), LIMA (2014), Rigotto (2011) e ELIAS (2002).

forças produtivas no campo, como é o caso do Castanhão[7], canal do trabalhador[8] e a transposição do Rio São Francisco. São, então, políticas hídricas que objetivam o desenvolvimento das forças produtivas no campo a partir da reestruturação dos sistemas técnicos.

Além dessa dinâmica natural e de objetos no âmbito das relações capitalistas influenciar na tipologia dos poços, aumentou o consumo de equipamentos, adubos químicos, de agrotóxicos, o que promoveu o desequilíbrio ambiental com desmatamento, contaminação química das águas subterrâneas, endividamento, fragilizando as comunidades, o que tem provocado um significativo esvaziamento do campo.

Os meios técnicos com suas bases energéticas atrelados à lógica do capitalismo com suas contradições inerentes não foram condicionados pela busca do bem-estar social, mas para favorecer os interesses dos grandes proprietários e da indústria de insumos e equipamentos agrícolas, que se apropriam de uma renda total, cada vez maior, em consequência do aumento da produção e produtividade, desconsiderando os impactos negativos no ambiente físico-social.

A política de uso das águas subterrâneas deve privilegiar o abastecimento público e privado no sentido de consumo doméstico e

[7]Represa no leito do rio Jaguaribe, no estado do Ceará, localizada no município de Alto Santo, que faz fronteira sul com São João do Jaguaribe, abrangendo também outros municípios como Jaguaribara. Tem capacidade de 6.700.000.000 m³.

[8] Tem 113km de extensão e capta águas do rio Jaguaribe provenientes do Açude Orós (localizado no município de Orós-CE), desaguando-as no Açude Pacajus (no município de Pacajus-CE), tendo como principal finalidade garantir o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza.

para atividades econômicas como agropecuária e industrial. Para isso, é importante que a captação das águas subterrâneas seja pensada numa visão de gestão integrada, considerando também as águas de superfície.

No que concerne a apropriação dessas águas pelas atividades econômicas, não há qualquer estratégia de "planejamento-gestão" por parte dos proprietários e do poder público para uso mais qualitativo e de controle racional do consumo diário, semanal ou mensal da água pelas diversas atividades, a não ser determinação de restrição à captação diretamente do rio e nos poços situados próximo a esse rio, imposta pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), devido escassez de água, resultantes de anos de secas.

A partir da estratégia de mapeamento *in situ*, foram cadastrados e caracterizados (tipificados) 831 poços, sendo que 22,38% são tubulares, 38,51% são mistos e 39,11% são cacimbões (poços escavados artesanalmente), mostrando que a maior parcela já se utiliza de tecnologia mais avançada. Predominam os poços rasos (freáticos) com profundidade variando de um mínimo de 1,55 m e máximo de 21,40 m, com média aritmética de 8,74 m; o Nível Estático 0,050 m a 14,30 m, com média aritmética de 4,28m.

A partir do que foi discutido, exora-se aqui, que, na área estudada, o avanço tecnológico dos sistemas técnicos para captação de água subterrânea e de superfície não significou um melhoramento qualitativo das condições vitais dos trabalhadores rurais, das pequenas e médias famílias produtoras a nível local e até mesmo regional.

Os fins dos objetos técnicos que se constituíram foram na lógica do produtivismo, para o interesse do mercado e não para garantir a redução do tempo de trabalhos e atividades educativas e de lazer, garantindo uma viabilidade econômica, alimentar e ambiental para os pequenos agropecuaristas. Além disso, os trabalhadores sem propriedades estão em condições desfavoráveis, ficando submetidos a condição de arrendamento, parceria, morador ou à condição de vender a força de trabalho, principalmente para os maiores produtores.

Na época dos cata-ventos dominavam os pomares com diversidade de espécies (banana, limão, gergelim, hortaliças, mandioca, macaxeira etc.), o uso de adubos orgânicos, emprego de instrumentos simples como enxada, arado ou cultivador puxado a força animal, além do benefício natural do vento para mover o sistema de captação de água.

A intensificação da inserção da lógica capitalista no campo com seus instrumentos tecnológicos (eletrificação, máquinas, sistema de captação de água mais avançados), pacotes de insumos agroindustriais (agrotóxicos, adubos químicos, maquinas como tratores), obtenção de equipamentos eletrodomésticos, favoreceu o aumento da produção e produtividade, em função dos interesses do capital com suas intervenções no campo produtivo a nível municipal ou regional, mas alheias à sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Sabe-se que em Santos (2017), suas reflexões sobre a metamorfose da evolução sócio-espacial estão relacionadas aos sistemas técnicos sucessivos e que uma técnica não se efetiva em

isolamento, havendo também um acúmulo de conhecimento nesse processo.

Na dinâmica do espaço geográfico no contexto atual, denominado por Milton Santos como Meio Técnico-Científico-Informacional, a produção econômica e as forças produtivas devem ser compreendidas na configuração da economia mundial em que a circulação é considerada tão importante quanto a produção, numa totalidade que se apresenta tanto global quanto local, com o global agindo no local e vice-versa, tendo o lugar como medianeiro entre o mundo e o indivíduo, considerando que é diante do lugar que o individual se depara com o coletivo.

Já no século XIX, como enfatiza Mello (2000), a dimensão mundial do processo civilizatório ditado pelo capitalismo já estava posta na obra de Karl Marx, quando o autor concebe o planeta como um gigantesco mercado mundial. Ainda sobre a mundialização do capitalismo, a partir de Karl Marx, Mello diz que:

> O mundo aparente do capital é o mundo do mercado, da imensa acumulação de mercadorias, do frenesi das trocas, da circulação das coisas, que precisa, porém, ser resgatado (como forma capitalista de ser) num plano superior de cientificidade, como síntese de múltiplas determinações, desmistificadas previamente suas engrenagens dinâmicas mais essenciais (MELLO, 2000, p. 31-32).

Não se trata de negar o desenvolvimento tecnológico, contudo, a mentalidade e a práxis produtivista em função do interesse do capital têm gerado insustentabilidade socioeconômica e ambiental, manifestadas no esvaziamento do campo, concentração fundiária,

perda de fertilidade do solo e contaminação das águas pela contaminação de resíduos de fertilizantes químicos e de agrotóxicos.

Com o avanço tecnológico do sistema de captação de água houve um aumento da vazão, favorecendo uma maior produtividade agropecuária, mas somente os maiores produtores conseguem ter lucro satisfatório, mesmo com dívidas geradas em função do alto preço pago pelo consumo de energia e pela compra de pacotes tecnológicos.

A partir do pensamento filosófico de Herbert Marcuse (1941, 2015), pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico no modo de produção vigente formata os indivíduos, a sociedade como um todo, cooptando suas vidas à escravidão moderna para produção de mercadorias, à alienação, a um mundo totalitário.

Na sociedade unidimensional as decisões que afetam a vida dos indivíduos e das comunidades são tomadas em esferas que essas pessoas não podem controlar devido às condições objetivas desfavoráveis e ao instrumental ideológico construído pelo capitalismo no interesse de perpetuar e legitimar a produção de mais valia e lucro, mesmo às custas de uma vida hostil dos trabalhadores e de impactos negativos aos ambientes como os bens hídricos de superfície e os aquíferos.

Considerações Finais

Questiona-se a concepção de neutralidade das forças produtivas, numa suposta ontologia das técnicas, pois sabe-se que as forças produtivas estão atreladas à formação social, seja ela pré-capitalista, capitalista ou pós-capitalista.

Concordando com Herbert Marcuse, não se deve negar a tecnologia, considerando que o progresso tecnológico é importante para a humanidade, no que concerne à geração de bens necessários e numa maior produtividade, possibilitando para os seres humanos, maior tempo ao seu pleno desenvolvimento com dedicação ao conhecimento, à criatividade, ao lazer, além de poder favorecer o descanso, o prazer, a felicidade.

O que se questiona é a tecnologia numa racionalidade de dominação, de controle dos indivíduos para (re)produção do modo de produção capitalista com toda sua estrutura de poder e de exploração.

É preciso, portanto, resgatar e fortalecer a vontade e as ações pela transformação social, numa recusa ao sistema de vida estabelecido pelo capitalismo com todo seu aparato tecnológico que unidimensiona comportamentos, pensamentos e práticas que favorecem a (re)produção desse sistema vigente e não o processo de emancipação humana.

Como denuncia Karl Marx na obra Grundrisse, no modo de produção capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas não visa engrandecer o trabalhador e sim o sistema, com o progresso consistindo apenas em mudanças de forma de dominação. Assim o progresso tecnológico só contribuiria para o processo de emancipação humana com uma revolução social em que as relações de subjugação seriam destruídas.

Referências bibliográficas

AGROLINK. Problemas/ Bicudo. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/problemas/bicudo. Acesso em 10/01/2021.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: UNICAMP, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução, textosadicionais e notas. Trad. Edson Bini. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. O processo de formação territorial e a urbanização do baixo Jaguaribe: do século XIX aos anos de 1960. In: AMORA, Zenilde Baima; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de (Orgs.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza. Expressão Gráfica Editora, 2010. p.189-220.

CORRÊIA, Maíra Baumgarten. Tecnologia. Inc: CATTANI, Antonio David Cattani (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre-RS Editora da Universidade Federal do Rio Grande do SUL/UFRS.

COSTA FILHO, Walter Duarte; GALVÃO, Manoel Júlio da Trindade Gomes; Lima, Josias Barbosa de; LEAL, Onofre. **Noções Básicas Sobre Poços Tubulares**. Fortaleza: Associação Brasileira de águas Subterrâneas -ABAS, 2000.

CAVALCANTE, Itabaraci Nazareno. **Fundamentos Hidrogeológicos para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Região Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará**. 148 f. Tese. (Doutorado em Hidrogeologia). Instituto de Geociências. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

CAVALCANTE, A.A**. Morfodinâmica Fluvial em Áreas semiáridas: o rio Jaguaribe à jusante da barragem do Castanhão-Ce-Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 2012. 228p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

ELIAS, D.S. A Modernização da Produção Agropecuária. *In:* Denise de Souza Elias. (Org.). **O Novo Espaço da Produção Globalizada: o Baixo Jaguaribe (Ce)**. Fortaleza: FUNECE, 2002.

FEITOSA, F. A. C; MANOEL FILHO, J; FEITOSA, E. C; D, J. G. A. **Hidrogeologia-Conceitos& Aplicações**. Rio de Janeiro: CPRM. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ- IPECE. **Perfil Básico Municipal de São João do Jaguaribe.** Fortaleza: SEPLAG, 2017.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KELLNER, Douglas. **Tecnologia, Guerra e Fascismo.** Coletânea de artigos de Herbert Marcuse. Artigo: Algumas implicações sociais da tecnologia moderna, pág. 72-104, Editora UNESP, 1999.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de Uma Cidade**: conflito de hegemonia. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução Histórica do Cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE,1985.

LIMA, A.M. Geografia: filosofia das técnicas? reflexões para se pensar uma geografia do trabalho. **Revista Pegada** – vol. 15 n.2. 2014.

MARX, Karl. **Gundrisse:** manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2019a.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2019b.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARCUSE, Herbert. **Algumas implicações sociais da tecnologia moderna.** Studies in Philosophyand Social Science. v. 9. n. 3, p. 414-439, 1941.

MELLO, Alex Fiúza de. **Capitalismo e Mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva. Belém: SECTAM- Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2000.

OLIVEIRA, Sheila. **Carnaúba**: a árvore que arranha. Fortaleza: Tempo D'Imagem, 2005.

PINHEIRO, A.F.C et al. **AS ÁGUAS DO AQUÍFERO ALUVIONAR JAGUARIBE E SUA RELAÇÃO COM O USO/OCUPAÇÃO DO SOLO**: área piloto de São João do Jaguaribe – Ceará. In: AGUILERA, J.G; ZUFFO, A.M. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA E A DIMENSÃO ADQUIRIDA ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA. Ponta Grossa-PR: Atenas, 2019.

PINHEIRO, A. F. C. **Assentamento Barra do Leme e 24 de abril:** poder e sustentabilidade**.** 2015. 287f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

PINTO, A. V. **O Conceito de Tecnologia.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto,2005. Vol. I e II.

RIGOTTO, R. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Co-edição com a Expressão Popular. [organizadora]. – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ROMERO, Daniel. **Marx e a Técnica:** um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal**.** Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2008.

VICO, Giambattista. **A Ciência Nova**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenbenkian, 2005.

VARGAS, Milton. **Para Uma Filosofia da Tecnologia.** São Paulo: Alfa-Omega, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.**: São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

Submetido em: 10 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 28 de maio de 2021.

ENTRE A ARTICULAÇÃO, A EMANCIPAÇÃO E A COMUNICAÇÃO, O MAPA COMO PROCESSO FORMADOR INSERIDO NA CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

BETWEEN ARTICULATION, EMANCIPATION AND COMMUNICATION, MAP AS A TRAINING PROCESS INSERTED IN THE PERMANENT CAMPAIGN AGAINST AGROXOXICS AND FOR LIFE

ENTRE ARTICULACIÓN, EMANCIPACIÓN Y COMUNICACIÓN, EL MAPA COMO PROCESO DE FORMACIÓN INSERTADO EN LA CAMPAÑA PERMANENTE CONTRA LA AGROXÓXICA Y POR LA VIDA

GUSTAVO STEINMETZ SOARES
ENCONTTRA - Universidade Federal de Paraná (UFPR) – Curitiba/PR. E-mail: guguisbrow@gmail.com

Resumo:
O mapa reflete as intenções de quem o constrói. Como ferramenta especializada serve como legitimador de discursos e distante daqueles que não detém o conhecimento técnico necessário. Desde a década de 1980 busca-se formas de apropriação e ampliação do acesso ao mapa, com articulação de povos e comunidades em seus territórios e também de comunicação crítica, denúncia e reivindicação. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, é um movimento que busca denunciar os impactos do uso de agrotóxicos e divulgar alternativas que promovem a vida. Nos anos de 2019 e 2020 a Campanha articulou cursos de formação que contaram com a inserção de oficinas de cartografia social. A partir da definição de uma metodologia de mapeamento coletivo e/ou participativo, as práticas, nos tempos escola e comunidade, possibilitaram a materialização e espacialização de denúncias de conflitos e anúncios de resistência e modos de vida, fortalecendo relações sociais sobre os territórios dos sujeitos e sujeitas participantes e a articulação de redes de resistência em diversas escalas.

Palavras-chave: Mapa, Agrotóxico, Vida, Cartografia Social

Abstract:
Map reflects the intentions of those who built it. As a specialized tool it serves as a legitimizer of speeches, being distant from those who do not have the necessary technical knowledge. Since the 1980s, ways of appropriating and expanding access to the map have been sought, with the articulation of peoples and communities in their territories and also of critical communication and denunciation. The Permanent Campaign Against Pesticides and for Life is a movement that seeks to denounce the impacts of pesticides use and to disseminate alternatives that promote life. In 2019 and 2020, the Campaign articulated workshops that included social cartography. Based on participatory mapping methodology, this activities, in school and community times, enabled to materialize and spatialize the reports of conflicts and announcements of resistance and ways of life, strengthening social relations over the territories of participants and the articulation of resistance networks at different scales.

Keywords: Map, Agrochemicals, Life, Social Cartography

Resumen:
El mapa refleja las intenciones de quienes lo construyeron. Como herramienta especializada sirve como legitimador de discursos, distante de quienes no tienen los conocimientos técnicos necesarios. Desde la década de los ochenta se han buscado formas de apropiación y ampliación del acceso al mapa, con la articulación de los pueblos y comunidades en sus territorios y de comunicación crítica y denuncia. La Campaña Permanente Contra los Plaguicidas y por la Vida es un movimiento que busca denunciar los impactos del uso de plaguicidas y difundir alternativas que promuevan la vida. En 2019 y 2020, la Campaña articuló talleres que incluyeron cartografía social. Basadas en la metodología del mapeo participativo, estas actividades, en tiempos escolares y comunitarios, permitieron materializar y espacializar los relatos de conflictos y anuncios y formas de vida, fortaleciendo las relaciones sociales sobre los territórios y la articulación de redes de resistencia a diferentes escalas.

Palabras-clave: Mapa, Agroquímicos, Vida, Cartografía social

Introdução

O movimento Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida., lançado em 2011, conta com uma série de ações e articulações que extrapolam a denúncia dos malefícios dos agrotóxicos (veneno). A "Campanha busca explicitar as contradições e malefícios gerados pelo modelo de produção do agronegócio, ao mesmo tempo em que lança uma luz sobre a proposta de alternativa baseada na agroecologia." (TYGEL et al., 2014b, p.147). Os sujeitos e sujeitas que participam do movimento tem, de longa data, uma história de luta sobre as questões que a campanha se insere, "há muito mais tempo, travam uma difícil e desigual batalha contra os agrotóxicos e o modelo industrial de agricultura implementado no Brasil – o agronegócio." (TYGEL et al., 2014, p.38)

Diante dos enormes recursos que o setor do agronegócio mobiliza para gerar opiniões a seu favor, a alternativa é buscar uma articulação para a construção de "outro modelo de agricultura - a Agroecologia." (TYGEL et al., 2014, p.38). Em 2008, com a divulgação de números recordes no uso de agrotóxicos pela própria indústria, organizações e movimentos sociais do campo se motivaram e começaram a se articular. Em 2010, numa reunião inicial, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo, onde se definiu o lançamento da campanha.

> Hoje, a Campanha pode ser definida como uma articulação da sociedade civil que tem como objetivo denunciar os efeitos dos agrotóxicos e do agronegócio para a população e anunciar alternativas de modelo de organização da produção de alimentos saudáveis baseadas na Agroecologia. (TYGEL et al., 2014, p.39)

Assim, segundo os autores, a garantia da produção de alimentos saudáveis para a população implica na luta conjunta em

oposição aos agrotóxicos e aos transgênicos. Devido à complexidade do tema a Campanha definiu cinco focos de luta: "Proibição no Brasil do uso de agrotóxicos banidos em outros países do mundo. [...] Fim da isenção fiscal aos agrotóxicos. [...] Fim da pulverização aérea. [...] Em defesa da água sem agrotóxicos. [...] Conquista de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos." (TYGEL et al., 2014, p.41)

A Campanha se organiza em comitês regionais que contam com organizações locais e/ou nacionais, que atuam em seus territórios, envolvendo sociedade civil, movimentos rurais, sindicatos, figuras políticas, movimentos estudantis e instituições de ensino que tem alguma relação com questões ambientais e/ou agroecológicas. As práticas da Campanha envolvem o desenvolvimento de materiais de comunicação para o diálogo com a sociedade, dos quais se destacam os filmes "O Veneno está na mesa", volumes I e II. Também a realização de algumas "ações de massa" como a ocupação de espaços simbólicos. Essas práticas ocorrem em articulação com outras entidades da sociedade civil, além do diálogo com o Estado, na participação de fóruns específicos e elaboração de políticas que incentivam iniciativas agroecológicas e fiscalizam e restringem o uso de agrotóxicos. Assim se destaca a necessidade de fortalecer estratégias diante das forças que atuam no governo em favor do agronegócio, onde sua capacidade se mostra na alteração de leis para permitir o uso de pesticidas e agrotóxicos. "Fica evidente, portanto, que, quando há dinheiro suficiente envolvido e interesses políticos convergentes entre o agronegócio e o governo, é muito difícil resistir" (TYGEL et al., 2014, p.42).

Além disso, se acrescenta uma complexidade com o surgimento de novas tecnologias, que aumenta a capacidade e

formas de atuação do agronegócio. Diante disso os autores destacam dois instrumentos políticos, "a Campanha participou da elaboração do Plano Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Criado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)" os quais necessitam um esforço de esclarecimento e instrumentalização, para buscar sua implementação pela sociedade civil e seus diversos grupos, em seus territórios. A atuação frente aos desafios existentes da Campanha conta com o acionamento dos comitês regionais, e o comprometimento com as causas do movimento, sendo importante a base construída através das práticas já realizadas.

> Seguiremos convocando os comitês, as organizações e todas as pessoas, no Brasil e no mundo, a renovarem a sua luta contra os agrotóxicos e pela vida. Os muitos caminhos narrados aqui foram resultado do esforço coletivo de muitas trabalhadoras e trabalhadores que, espalhados pelo país, constroem e dão sentido às práticas e propostas almejadas pela Campanha. (TYGEL et al., 2014, p.42)

Dentro do escopo brevemente apresentado, sobre o que significa a Campanha, num contexto histórico específico, situado nos anos de 2019 e 2020. Contexto em que a Campanha realizou um curso de formação de base, de alcance nacional, que contou com etapas regionais, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e São Paulo. Cada etapa contou com uma semana de formação, com vários momentos de exposição sobre temas pertinentes aos objetivos propostos e, nesses cursos, foi inserido o processo de mapeamento ou cartografia social. Onde as práticas de mapeamento são diversificadas, assim como os objetivos do mapa, e também as terminologias referentes. O que vai se chamar de cartografia social neste texto é uma prática de mapeamento participativo que se baseia em outras formas de mapeamento existentes que serão explicadas no decorrer do texto.

O mapa sempre foi visto como uma ferramenta importante para o conhecimento e reconhecimento de um território, possibilitando uma visão "de cima" sobre o mesmo, auxiliando na compreensão das dimensões físicas, ambientais, sociais e políticas. A Geografia, como disciplina acadêmica, busca a compreensão da relação sociedade e espaço e tem no mapa uma ferramenta importante de visualização de informações. Já a Cartografia se dedica a compreensão e desenvolvimento de técnicas e tecnologias que possibilitam o mapeamento. Essas duas disciplinas, a segunda mais recente que a primeira, sempre trabalharam com as possibilidades que os mapas ofereceram ao longo do tempo, que foram mudando de acordo com as técnicas e tecnologias que foram surgindo.

Nos anos 1970, no Brasil, uma linha do pensamento geográfico, a Geografia Crítica, questiona a utilização do mapa, que vinha sendo concebido como uma ferramenta neutra na análise do espaço. Nesse momento em que a Cartografia, como disciplina acadêmica, busca o uso científico e quantitativo do mapa, começa a se denunciar que por trás do mapa existe um discurso ideológico. "Teóricos sociais argumentaram ainda que esse tipo de abordagem científica reforçava o status quo, uma epistemologia empirista que exclui da geografia a investigação de outros mundos possíveis além daquele em que vivemos." (SHEPPARD, 2008, p.116). Essas denúncias vêm de perspectivas humanistas e sociais sobre o uso e a importância do mapa, presentes tanto na Cartografia quanto na Geografia.

> Cartógrafos [e aqui se acrescenta geógrafos] há muito perceberam que mapas não apresentam o mundo direta e claramente. Mapas re-apresentam o mundo fornecendo versões da verdade para apreensão da mente humana. Em retorno, mentes

> representam o mundo também, internamente como 'mapas cognitivos'" (MONTELLO, 2002, p.294, tradução própria)

Sendo assim, o mapa, que, há muito, é utilizado de forma "oficial" por instituições de poder para a manutenção do mesmo, a partir de uma visão crítica, pode ser utilizado como ferramenta de reivindicação e de luta. O que vai determinar o caminho a ser tomado são as intenções e objetivos de quem o utiliza. "O mapa enquanto representação espacial é indissociável do discurso do seu produtor. Isto abre, em primeiro lugar, uma nova oportunidade de manipulação, mesmo inconsciente; mas, sobretudo isto complica seu uso como suporte à Participação." (JOLIVEAU, 2010, p.49). Na década de 1980, vão surgir diversos campos que vão buscar o papel social do uso do mapa, de forma crítica e participativa. Práticas que envolvem o uso subversivo de ferramentas de mapeamento e metodologias participativas de mapeamento, tornando os mesmos acessíveis a comunidades e grupos que de alguma forma foram e são invisibilizados em mapas científicos e oficiais de Estado.

Nesse sentido cabe um olhar atento aos processos participativos de mapeamento. Se por um lado surgem como forma de aproximar o uso do mapa de sujeitos e sujeitas não especialistas, por outro lado, o uso de metodologias participativas não garantem a autonomia sobre as técnicas e conteúdos, podendo, da mesma maneira ser usado como forma de dominação.

O mapa é, portanto, uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores e que é suscetível de criar, por seu uso, efeitos de poder, o que é um problema para o objetivo da participação. Parece que se abrem três grandes pistas de soluções. A primeira é a vulgarização do uso do

mapa e uma melhor formação cartográfica do cidadão. A segunda consiste em formar os mediadores da participação em cartografia, e os cartógrafos na concepção participativa dos mapas. A terceira é a de renovar o próprio mapa" (JOLIVEAU, 2008, p.50)

No sentido de estar atento aos riscos do mapeamento participativo a cartografia social que, no Brasil, vai ganhar visibilidade através do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, auxilia na construção de um uso do mapa com respeito a autonomia das comunidades.

> A partir de técnicas de mapeamento social, os trabalhos de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) visam analisar os processos diferenciados de territorialização, hoje em pauta na Amazônia, e sua relação com a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. (ALMEIDA, 2013, p.28)

O mapeamento no projeto envolve treinamento e capacitação dos sujeitos e sujeitas que tem autonomia na escolha dos conteúdos que serão mapeados. São novas/outras territorialidades que redesenham mapas "oficiais" existentes nas mesmas áreas. O autor afirma que o PNCSA difere dos mapeamentos participativos mais rígidos, pois aquele não pressupõe formas específicas,

> [...] não define ou propõe como devem participar e nem tão pouco possui uma 'metodologia' que discipline a ação dos membros da 'comunidade' nas atividades do projeto [...] Exerce também uma análise crítica tanto com respeito à abordagem primordialista [...] e à abordagem instrumentalista [...]propicia condições de possibilidade para que cada comunidade possa ter acesso a instrumentos que lhes permitam uma representação cartográfica intrínseca. (ALMEIDA, 2013, p.30).

Esse modo de fazer cartografia, que busca aproximar comunidades do uso de ferramentas de mapeamento, respeitando a sua forma de enxergar o seu território, o seu conhecimento e a sua autonomia, vai trazer uma nova relação no processo de mapeamento do território, o qual inspirou e direcionou as oficinas de cartografia social construídas junto aos cursos da Campanha. Esse artigo tem o objetivo de mostrar como se deu a construção das oficinas de mapeamento durante os cursos de formação da CPAV (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida), e assim, mostrar que o mapa, para além de uma ferramenta de visualização do território, é um instrumento de formação crítica dos sujeitos e sujeitas em relação ao seu território de vida e pode fortalecer as relações de sociais de uma comunidade. Não se pretende definir passos e etapas específicas de uma forma de mapeamento, mas mostrar a construção de uma relação participativa com o mapa, que consiste na construção coletiva do mapeamento do território de uma comunidade ou coletividade, respeitando sua autonomia sobre os processos e os resultados, formas e formatos.

> O planejamento comunicativo e participativo tem por missão não somente pensar e organizar o futuro do território, mas permitir sua construção contínua pela sociedade local, ao mesmo tempo em que os atores locais se inscrevem cada vez mais em redes que ultrapassam ou ignoram o território. (JOLIVEAU, 2008, p.54)

Tomando como referência o uso "convencional" do mapa, feito por um especialista, detentor de um conhecimento complexo, com padrões e formas pré-estabelecidas pela ciência, o mapeamento de um território se torna uma espécie de "tradução". O conhecimento das comunidades apresentado na forma e linguagem de um conhecimento técnico-científico. De outro modo, a postura

que se adotou nas práticas da cartografia social, parte de uma concepção de mapeamento simplificada, sem uso softwares de geoprocessamento complexos, mas com a utilização de ferramentas acessíveis e simples que não exijam dos sujeitos e sujeitas uma formação prévia, favorecendo para que se tornem protagonistas do processo de mapeamento.

Sendo assim, o mapeamento não tem um formato definido a princípio, pois vai depender do que estiver alcance em termos de custo, de adaptação e afinidade com o mapa, "não define ou propõe como devem participar e nem tão pouco possui uma 'metodologia' que discipline a ação dos membros da 'comunidade' nas atividades do projeto" (ALMEIDA, 2013, p.30).

Ao pensar na construção de uma oficina de cartografia social, ou mapeamento coletivo e/ou participativo, é preciso entender que a importância desse processo está numa relação de conhecimento e reconhecimento de um território que vai materializar as relações sociais de uma comunidade, ou seja, o mapeamento vai dar forma a relações socioespaciais, e, assim, visibilidade a modos de vida. Os sujeitos e sujeitas vão conhecer o seu território e, ao mesmo tempo, se reconhecer enquanto comunidade espacializada, e relações que antes não eram percebidas serão mostradas, podendo, assim, fortalecer as comunidades e seus territórios. "Está-se diante de uma dimensão política inegável, que organiza demandas na própria construção dos mapas produzidos, tornando este trabalho um fator de mobilização e de reforço da identidade étnica. Os sujeitos sociais avançam em sua capacidade de cartografar" (ALMEIDA, 2013, p.33).

O curso e as etapas da Campanha e organização e planejamento das oficinas

Segundo Tygel et al. (2014), a campanha sempre foi pautada na ideia da comunicação, de ocupar os espaços de mídia, com a campanha contra os agrotóxicos. Em 2018 surge a necessidade de afinar os discursos dos grupos realizando assim cursos de formação. Em 2019, surge a demanda manifesta pelos articuladores da campanha pela inserção de um processo de cartografia social nos cursos de formação que é proposta junto ao Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA)[1].

Formaram-se três setores de formação: Setor Sul; Setor Centro-Oeste; Setor Nordeste. Cada setor representa um curso realizado nas respectivas regiões, com duração de 7 dias, trabalhando a partir de casos de contaminação por agrotóxicos, por exemplo, no Paraná, Setor Sul, se trabalhou com as produções de Fumo, em São João do Triunfo. A partir do caso se estuda um aspecto específico como Saúde, Meio Ambiente e outras dimensões que variaram de acordo com a região. O curso no Setor Sul, por exemplo, teve como dimensões trabalhadas, a Saúde, Gênero, Raça e Classe, Legislação, Agrotóxicos e meio ambiente, Biotecnologia, Agroecologia, COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, em Paranacity), ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia, na Lapa), Comunicação, com momentos de avaliação.

Um dos objetivos dos cursos foi a formação de formadores para promover a multiplicação do processo. Seguindo a Pedagogia

[1] "O Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra foi formado em Curitiba inicialmente dentro do curso de Geografia da UFPR, com participação de alunos de graduação e pós-graduação e sob coordenação do prof. Jorge Montenegro." (ENCONTTRA, 2019)

da Alternância, após os dias de cursos em cada setor, o tempo escola, os sujeitos e sujeitas voltam para suas comunidades para pôr em prática os conhecimentos adquiridos, tempo comunidade, que foram 3 meses nos territórios das comunidades. Os resultados dessas práticas foram apresentados em uma plenária final que reuniu todos os participantes dos cursos.

Segundo Sandri (2011) a Pedagogia da Alternância tem origem no sudoeste da França. No ano de 1935, para atender a necessidade de formação de jovens agricultores, que se tornou o objetivo de articulações de movimentos rurais da época. Chega no Brasil na década de 1960 com Escolas Famílias agrícolas no Espírito Santo, e depois em outros estados com o Paraná, na década de 1980, com as casas Familiares Rurais. Segundo a autora, essa pedagogia buscou solucionar os problemas partindo das realidades vividas no campo, sendo os camponeses e camponesas os sujeitos protagonistas do processo, o que aproxima a prática da concepção de Paulo Freire sobre a autonomia dos educandos. "A Pedagogia da Alternância compreende duas etapas distintas: a primeira, quando os jovens estão em atividade integral na escola, durante uma semana, e a segunda em atividades no período em que os jovens permanecem com suas famílias, durante duas semanas, conforme consta no projeto" (SANDRI, 2011, p.258).

O primeiro curso foi realizado na região Centro-Oeste, nos dias 03 a 07 de julho de 2019. Nessa etapa o tempo escola foi realizado em um espaço importante do MST (Movimento Sem-Terra), no Centro de Formação Olga Benário Prestes, em Várzea Grande - MT, próximo de Cuiabá. O segundo curso aconteceu na região Nordeste, foi realizado no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, no município de Lagoa Seca - PB, entre os dias

23 a 29 de setembro de 2019. A etapa do curso na região Sul foi realizada na Escola Milton Santos, no município de Maringá – PR, entre os dias 22 a 28 de agosto de 2019. Em seguida o curso deu sequência na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no município da Lapa – PR, durante os dias 29 e 30 de agosto de 2019. A finalização dessa etapa e especificamente da cartografia social inserida no curso, aconteceu na 18ª Jornada de Agroecologia em Curitiba – PR, nos dias 29 de agosto a 1° de setembro de 2019, com o encerramento no último dia do evento.

Procedimentos Metodológicos

O motivador inicial para inserir a cartografia nos cursos foi para realizar o reconhecimento das práticas, resistências e conflitos existentes nessas regiões, mas também para comunicá-los em um âmbito nacional a partir da Campanha. Sendo assim, enxergou-se a possibilidade de realizar uma cartografia dinâmica, em movimento, com metodologias adaptadas, ao tempo escola e ao tempo comunidade, assim como no momento de apresentação na plenária final. Com o mapeamento aplicado a temas como conflitos (denúncias) e práticas territoriais (anúncios), a fim de fazer um relato e retrato desses territórios, podendo ser feita por qualquer um, sempre com um diálogo interno e horizontal, respondendo como, quando, e quais informações são inseridas no mapa. Cada etapa de curso contou com o envio de materiais prévios, como leituras para uma familiarização com as práticas. Assim, a cartografia durante o curso, tempo escola, buscou saber de onde as comunidades se enunciavam, articulando o conhecimento compartilhado durante os diálogos a fim construir em conjunto um mapeamento, achar e localizar as práticas e resistências existentes

e conflitos, ou seja, os anúncios e denúncias. Durante o curso a partir das temáticas lecionadas com estudos de casos concretos, buscou-se estar atento às informações que surgiram durante as discussões, tomando nota dos mesmos para construir o diálogo com a cartografia, tendo em mente as perguntas: Onde? Quais conflitos? Quais práticas? Quais resistências?

Construíram-se, então, duas esferas de mapeamento, uma mais ampla para se trabalhar com a sistematização gráfica e cartográfica durante o curso, no tempo escola, e uma no tempo comunidade, tempo comunidade, onde os sujeitos e sujeitas, como formadores e formadoras, poderiam levar a mesma prática para o seu território.

Tendo como referência a prática de Cartografia Social e também a Pedagogia da Alternância, o planejamento proposto não se caracterizou como uma receita a ser seguida à risca durante os cursos, mas sim, antes de tudo é um guia ou roteiro, adaptado à realidade apresentada, que serviu como ponto de partida para a prática. A construção de cartografia social na Campanha foi pensada também para a sistematização de "carta final de encontro", em que cada turma pudesse mostrar no contexto da Campanha e no debate com a sociedade. Sendo assim, a cartografia foi vista como um instrumento de reconhecimento dos territórios por parte das pessoas que a constroem e também como uma mensagem a ser divulgada. Ou seja, tem seu caráter formador, dos sujeitos e sujeitas, articulados às suas comunidades e seus territórios, conhecendo-os e se reconhecendo nos mesmos, e outro caráter comunicador, para estabelecer um diálogo com a sociedade.

Considerou-se que a construção da cartografia não se limitava aos momentos das oficinas, pois, desde as primeiras

atividades, os temas/assuntos/objetos mapeados foram manifestados nas falas em momentos de apresentação e/ou discussão e momentos informais de diálogo. Nesse sentido, pensou-se necessária uma equipe de sistematização composta por cinco pessoas para registrar e organizar esses temas/assuntos/objetos. As etapas pensadas para o processo foram: 1) etapa de sistematização, antes, durante e após os outros momentos com os facilitadores dos cursos (destacando temas e casos concretos); 2) primeira oficina de construção do mapa a partir da sistematização com a turma (preferencialmente no começo do curso); 3) segunda e última oficina de construção do mapa (nos dias finais dos cursos); 4) orientação para a aplicação da metodologia no tempo comunidade.

Todas essas etapas foram pensadas para serem articuladas junto à comissão pedagógica de cada curso (pessoas responsáveis pela organização geral dos cursos) a fim de buscar a melhor forma de aplicá-las, porém, se reforça a importância que a primeira oficina com a turma se realize nos primeiros dias de curso. Os outros momentos podem ser melhor aproveitados se ocorrerem próximos ao fim da semana de curso, para aproveitar as ideias, trocas de experiências e discussões surgidas após a primeira oficina. A etapa de sistematização se inicia previamente e se mantém contínua durante o curso, para manter os registros dos debates, o quadro 1 traz as especificações para a realização da etapa.

Quadro 1 - Especificações para a etapa de sistematização

Etapa de Sistematização (atividade contínua)
Função: Colher temas/assuntos-chave (estão descritas as propostas de temas-chave em um outro texto), organiza-los e apresentar os pontos principais para a turma no momento da oficina.
1. Formar equipe de sistematização (05 pessoas), propor os temas pré-elencados e fechar acordo sobre eles.

2. Anotar temas-chave que surjam durante o curso a partir da fala das pessoas.
3. No fim de cada dia se reunir para juntar as anotações e elencar os principais pontos.
4. Montar um painel (cartolina ou *kraft*) com os temas elencados, e expor para a turma no momento da primeira oficina de mapas.
***é preciso estabelecer um guia para orientar o processo de sistematização, considerando a impossibilidade de registrar todo o conteúdo.**

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

Após a organização da etapa de sistematização, e início do curso, a próxima etapa pensada é a primeira oficina dedicada a conversar sobre a cartografia. O quadro 2 coloca as direções para a realização da prática. Nessa oficina poderá ser feita uma pequena apresentação sobre a cartografia social e mapeamento coletivo, mas é preciso estabelecer um diálogo com a turma para que todos e todas se sintam à vontade com a prática, respeitando sua autonomia e sua forma de representar as coisas.

Quadro 2 - Direcionamentos para a primeira oficina dedicada

1ª Oficina - Etapa de Materialização do Mapa
1. Combinar a importância/sentido do mapa
2. Montar a estrutura com um mapa do Brasil com foco na região do curso, pensou-se na projeção com equipamento de data-show, se disponível, sobre um papel kraft ou cartolina. Ou pode ser representado com o material que tiver, fazendo o desenho do mapa base a mão-livre. Para auxiliar, o mapa projetado pode trazer elementos espacializados que ajudem na localização, como rodovias e corpos hídricos (rios, córregos, lagos ou outros).
3. Apresentar os temas capturados pela equipe de sistematização e instigar um debate acerca do que a turma quer mapear, partindo da sugestão de denúncias de conflitos e anúncios de práticas, tendo em vista que o mapa é uma mensagem, é como a formulação de uma carta final de evento, tem que ter um objetivo. Levar em conta o encontro final dos cursos e a visibilização do mapa no contexto da Campanha no cenário nacional.

4.Trazer as pessoas para perto do mapa em construção, talvez desenhando sobre a projeção os Estados do Brasil e para fácil edição coletiva levar o Kraft para uma mesa. (importante pensar nisso, considerando a possibilidade de participantes de outras regiões/estados)
5. Proposta de a turma colocar suas contribuições no mapa, ou seja, localizando a ocorrência do que se quer mostrar e no papel escrevendo ou desenhando.

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

Após a primeira oficina a sistematização continua de forma mais direcionada, relacionada às realidades que possivelmente foram mapeadas pela turma. Assim, a oficina seguinte foi pensada para ser uma revisão do mapa ou mapeamento realizado. O quadro 3 coloca alguns direcionamentos para sua realização.

Quadro 3 - Direcionamentos para a 2ª oficina

2º Oficina - Avaliação do mapa e "finalização"
1. Com a turma pensar coletivamente se o mapa está representativo, se está "no caminho que queremos", fazer acréscimos com a experiência no curso nos dias seguintes à oficina anterior. Utilizar a sistematização feita durante o curso para estimular o debate.
2. Apresentar esse processo realizado pela turma como inserido no que se considera "Cartografia Social", trazendo exemplos de processos desse tipo, enfatizando que o objetivo é o controle popular das informações.

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

A última etapa consiste em preparar a proposta para realização da cartografia no tempo comunidade, nos seus territórios, por parte de cada integrante da turma, compreendendo suas particularidades e o que a comunidade quer mostrar. A intervenção que cada um/uma irá fazer no tempo comunidade, a forma como vai fazer, depende da sua escolha, a cartografia entra como sugestão e, por isso, nessa etapa, são mostradas instruções que podem complementar a experiência dos momentos anteriores. O quadro 4 coloca alguns direcionamentos para se propor a cartografia no tempo comunidade.

Quadro 4 - Etapa final de direcionamento

Etapa final - proposição da cartografia no tempo comunidade
1. O processo é de construção coletiva e é uma forma de materializar o que a comunidade quer mostrar.
2. Tem um sentido político que se insere no contexto do combate aos agrotóxicos.
3. O importante é o processo, ou seja, as discussões, o pensamento coletivo sobre o território, a afirmação das pessoas sobre ele e a identificação do seu território, ameaças e resistências que o configuram, assim como ideias e trocas de experiências sobre possibilidades de enfrentamento e fortalecimento da comunidade em seu território.
4. Conversar sobre as diversas formas que isso pode ser construído, não necessariamente seguindo um formato padrão de mapa e preceitos estéticos.
Sugestão inicial de materiais: Rolo de papel *kraft*; *Datashow*; "canetões" de diferentes cores; cola; tesoura; fita adesiva; lápis de cor; mesa.

Fonte: Organizado por ENCONTTRA, 2020.

A prática proposta pode tomar vários nomes, como mapeamento coletivo e/ou cartografia social, mas pode-se trabalhar com a ideia de uma sistematização gráfica e cartográfica, no sentido de mapear visualmente (formas e símbolos) as discussões que vão surgindo no diálogo. A figura 1 traz uma sistematização gráfica do VI Encontro Terra e Território, em Marabá, PA, em 2018, feita pelo coletivo Enconttra, apresentada por Monnerat (2019).

Figura 1: Sistematização Gráfica de evento.

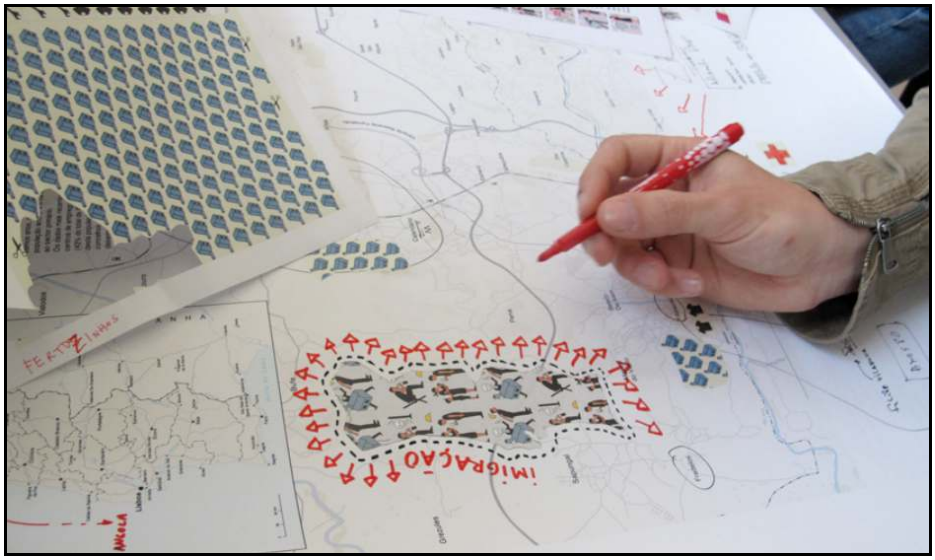


Fonte: MONERATT, 2019, p.125.

A sistematização gráfica procurou fazer um mapeamento do debate realizado no encontro e mostra a diversidade das formas de expressão gráfica, seja por símbolos, palavras, frases, organizados em torno da representação cartográfica porém sem necessariamente implicar em uma espacialização, sendo importante a articulação e a representação do conteúdo. Na medida que se busca sistematizar espacialmente as informações é possível preparar alguns materiais que ajudem a conduzir o processo, como a utilização de um mapa base com informações básicas localizadas como divisões administrativas, rede viária, hidrografia e outros. É possível também levar legendas e/ou ícones gráficos para auxiliar

as representações visuais. A figura 2, mostra um exemplo de mapeamento coletivo com mapa base e cartilhas de ícones pré definidos impressas e recortadas para o uso. Esse kit é utilizado nas metodologias do coletivo Iconoclasistas, que trabalha com cartografias coletivas.

Figua 2: Foto de processo de mapeamento coletivo do coletivo Iconoclasistas.



Fonte: ICONOCLASISTAS, 2020 (https://www.iconoclasistas.net/)[2]

> O mapeamento coletivo surge de uma miscigenação de práticas: à cartografia social mais convencional, adicionamos nossa experiência em criação, intervenção performativa e *copyleft*. Desde 2006, pretende-se que a criação de dispositivos, publicações e imagens seja retomada e, assim, adquirir uma deriva particular e situada. (ICONOCLASISTAS, 2020, tradução própria)

Fazer uma apresentação inicial é interessante para mostrar como vai ser a prática da sistematização, apresentando

[2] O grupo, em seu site, disponibiliza instruções (https://www.iconoclasistas.net/mapeo-colectivo/) e exemplos de cartilha (https://www.iconoclasistas.net/pictogramas/) com ícones para utilização e outros materiais que auxiliam na prática de uma cartografia social.

alguns exemplos, para que se instigue uma imaginação cartográfica dos sujeitos participantes do curso. É preciso avaliar que a adaptação dos processos é contínua, dependendo dos sujeitos e sujeitas participantes, da linguagem a que estão acostumados, certos exemplos podem limitar a criatividade e inibir a participação, por um outro lado, pode incentivar. Por isso o diálogo é constante a fim de incentivar a autonomia dos participantes.

Resultados e discussões

Como já comentado os cursos articularam uma diversidade de sujeitos e sujeitas, o que configurou uma experiência muito rica de troca e construção e, ao mesmo tempo, um desafio complexo de ser mapeado. Além disso, se possibilitou a aproximação de diversas formas de práticas que, diante das trocas de experiência, fortaleceram o enfrentamento aos agrotóxicos nos diversos territórios, por exemplo, pela aproximação às alternativas jurídicas (o que fazer junto a advogados populares e parceiros nos Ministérios Públicos, quais os dispositivos jurídicos que podem ser utilizados, etc...) e o aprofundamento acerca dos riscos, impactos e dinâmicas em torno do uso dos agrotóxicos. Tratou-se de conteúdos que vão desde o conhecimento da imprevisibilidade dos princípios ativos de elementos como o Glifosato e o conhecimento de como funciona a transgenia, até o contato com trabalhos de pesquisa como Pignati (2016) e Bombardi (2012), no entendimento da dimensão alarmante das contaminações, mostrando o peso que as pesquisas têm no entendimento e combate. E, talvez, mais importante, foi a continuidade dos cursos no tempo comunidade, que aconteceu como intervenção, que foi acompanhado pelos participantes em seus territórios.

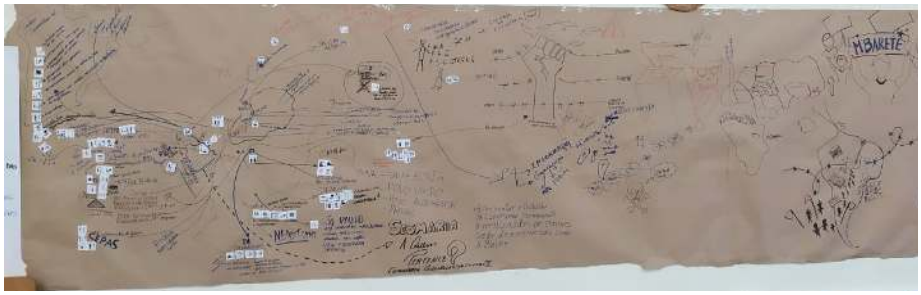
Os grandes destaques das turmas em relação a cursos anteriores já realizados pela Campanha foi a diversidade de representantes das regiões: de povos indígenas, quilombolas, Movimento Sem-Terra, professores do ensino básico, CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), universidades, dentre outros. A atividade de cartografia contribuiu para que esses diversos sujeitos e sujeitas reconhecessem os territórios uns dos outros, e a apropriação do mapa para a possibilidade de replicar essa metodologia, que apareceu nas propostas de intervenção (como a espacialização de comunidades com as quais determinados participante pretendem fazer um trabalho de base).

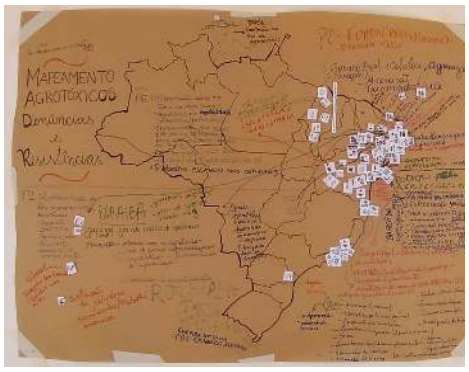
A metodologia pensada para a inserção da cartografia nos cursos teve severas mudanças durante os processos, o que tornou o processo mais rico e vivo. As práticas da cartografia ocorreram em quatro momentos dedicados, com duração de até duas horas. A proposta de criar uma equipe de sistematização, responsável pela construção dos mapas, com pessoas das turmas não deu certo, pois estavam muito ocupadas com as outras atividades do curso, e também porque as pessoas preferiram construir os mapas de forma autônoma, mostrando suas realidades diante dos venenos. Assim, nem tudo o que foi discutido durante as aulas se converteu em elementos cartografados. A cartografia ganhou uma linearidade à parte, mantendo a temática dos agrotóxicos em diálogo com o que ocorre em seus territórios, mas sem estar a reboque das aulas. Na organização prévia das oficinas, teve mais peso o papel da CPP (Comissão Pedagógica) para mediar a sistematização, não havendo

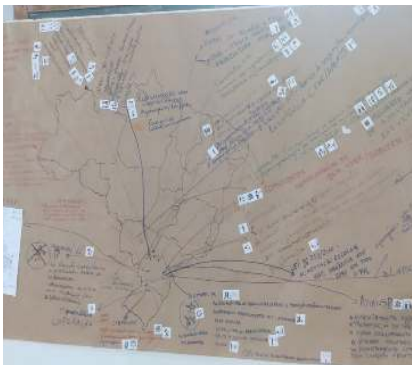
momentos específicos para entenderem a proposta da cartografia, pois esse processo se deu junto à toda a turma.

No geral a cartografia social foi um momento de trabalho prático onde as pessoas se sentiram mais à vontade do que nos outros momentos do curso. No primeiro momento, dedicado à atividade, foi projetado o mapa do Brasil sobre o papel kraft e praticamente todas as pessoas colocaram suas comunidades/territórios/lugares de atuação no mapa, "puxando" uma flecha para o lado, espaço no qual escreviam e/ou desenhavam mais detalhes. Sendo assim esse momento correspondeu em parte a etapa de sistematização pensada anteriormente, dando um panorama geral dos temas a serem mapeados e aproximando as turmas do mapa. No segundo momento dedicado à atividade, as práticas focaram em recortes territoriais. Esses foram aparecendo na construção dos mapas gerais e permitiram complementar e detalhar as informações mapeadas. Esse segundo momento correspondeu à segunda etapa pensada na metodologia pois permitiu uma avaliação do mapa geral. A figura 3 mostra as cartografias produzidas para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, os mapeamentos gerais que foram construídos principalmente nos dois primeiros momentos dedicados à cartografia em cada curso.

Figura 3 – Mapeamentos realizados nas primeiras etapas das oficinas







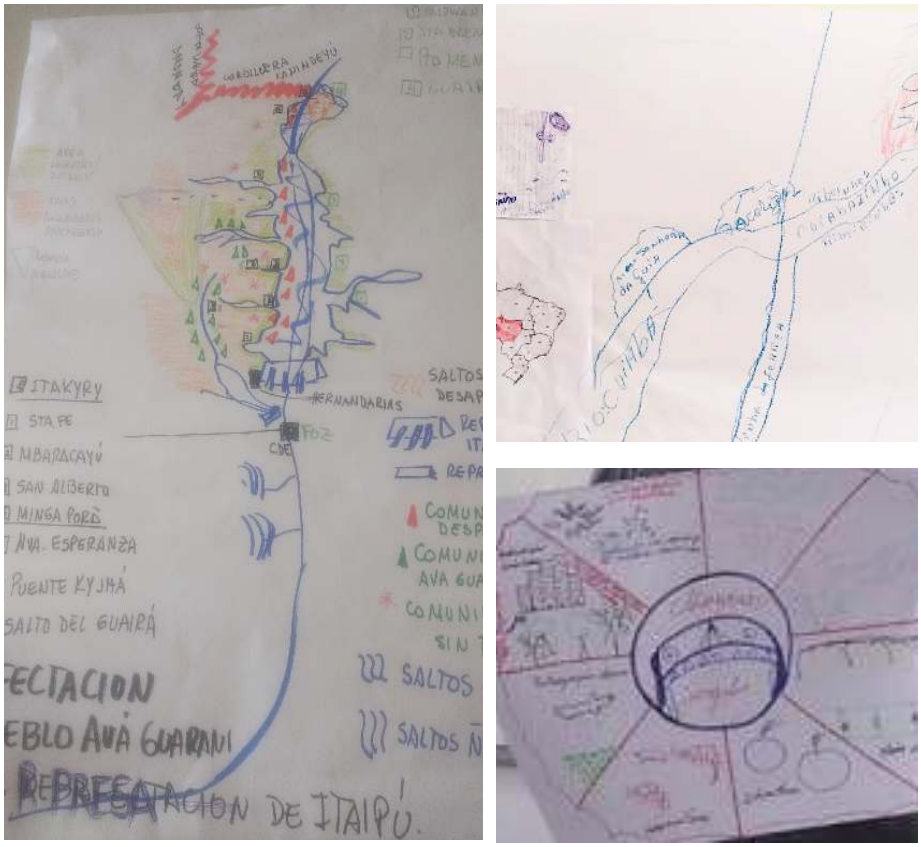
Fonte: ENCONTTRA, 2019.

No terceiro momento dedicado à cartografia foi proposto a divisão da turma em grupos por aproximação geográfica (mesmo estado), ou temática (forma de atuação). O que gerou muita discussão e também proposições que, em alguns casos, complementaram os projetos de intervenção. Daí se destaca a importância do diálogo constante e adaptação da dinâmica aos participantes. Nesse momento as atividades dos grupos se deram de forma autônoma, sendo assessorados pelos facilitadores e pelas facilitadoras da oficina, que buscavam provocar o debate e incentivar a construção da representação gráfica e cartográfica.

Diferente do que havia se pensado para momentos específicos de apresentação da prática da cartografia social essa se deu a partir das atividades práticas, sempre reforçando a noção de que a cartografia também é um objeto em disputa, onde quem faz

toda a gestão das informações é a própria comunidade, e isso não deve ser apropriado por grupos externos, ou seja, tem um sentido de controle popular das informações. A figura 4 mostra alguns mapeamentos realizados pelos grupos, que contaram com uma apresentação para turma, contextualizando e realizando o diálogo com os outros grupos.

Figura 4 - Mapeamento de grupo nos cursos da região Sul, Centro-Oeste e Nordeste



Fonte: ENCONTTRA, 2020.

É importante lembrar que os cursos contaram com espaços e momentos que em suas dimensões, simbolizam a luta e a resistência, contribuindo para a significação das práticas. Por exemplo, o curso da região Centro-Oeste, foi realizado em um

espaço importante do MST no Mato Grosso, o Centro de Formação Olga Benário Prestes, em Várzea Grande, muito próximo de Cuiabá. É um centro que estava sofrendo muitos ataques, sendo importante estar ali para quaisquer atividades, no sentido de dar força ao espaço e sair dali fortalecido também. Outro momento importante desse curso foi a participação da turma na Festa da Banana na Comunidade Quilombola Ribeirão da Mutuca. Houve uma inserção prévia na história de resistência da comunidade e a turma preparou uma mística que contou a história de resistência dos diversos povos, o horror do agronegócio, críticas severas ao governo e também fez um chamado à luta, com nuances de esperança. Isso teve, de acordo com organizadores do evento, uma repercussão forte na festa, que é frequentada por cerca de 2000 pessoas das cidades vizinhas. Esses aspectos são refletidos nas práticas do curso, ou seja, são construídos sobre a troca constante de experiências, de pessoas para pessoas, pessoas para lugares e lugares para pessoas, tudo sempre contextualizado no espaço e no tempo. Assim se destaca a importância da materialidade que a cartografia traz às relações sociais, dando forma e formatos aos territórios.

Sistematização e encontro final dos cursos

A etapa final do curso de formação da campanha foi realizada após os tempos comunidades, sendo assim, organizado para que, em grupos de trabalho, cada participante mostrasse os resultados das práticas realizadas nas comunidades. Essa etapa não foi pensada previamente na metodologia anterior, consistindo na apresentação das informações mapeadas. Houve um espaço reservado para sua apresentação. Para tal construiu-se uma

sistematização cartográfica das informações a fim de comunicar o mapeamento dos conflitos denunciados e das iniciativas de resistência existentes anunciadas nos territórios das comunidades dos sujeitos e sujeitas que participaram dos cursos e a territorialidade dessas práticas manifestadas.

Como observado anteriormente os mapeamentos realizados nas etapas anteriores tiveram uma linguagem, forma e formato livre, de acordo com a autonomia dos sujeitos e sujeitas que os construíram. Porém, na etapa final dos cursos, com o objetivo de comunicar a sistematização de todas as etapas, buscou-se construir uma linguagem mais objetiva, ou seja, utilizar formas e símbolos de padronização. Dessa maneira houve um trabalho de categorização e agrupamento das informações com o objetivo de espacializar os conflitos e as resistência. Esse processo, então, gerado a partir das construções coletivas, foi feito exclusivamente pelos facilitadores das oficinas, integrantes do coletivo ENCONTTRA. Os mapas construídos compuseram o material didático da última etapa, e também, em um formato maior, fizeram parte de um espaço expositivo-didático em que os participantes da etapa pudessem interagir, seja fazendo a leitura da sistematização do que ajudaram a construir como fazendo intervenções, correções ou acréscimos de informações nos mapas.

A etapa foi realizada nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2020, na Escola Nacional Florestan Fernandes, um espaço de formação do MST localizado no município de Guararema em São Paulo. Nos dias 6 e 7 os participantes da Campanha se juntaram à plenária nacional do movimento, abrindo a oportunidade de socializar os trabalhos realizados, inclusive os mapeamentos da cartografia social.

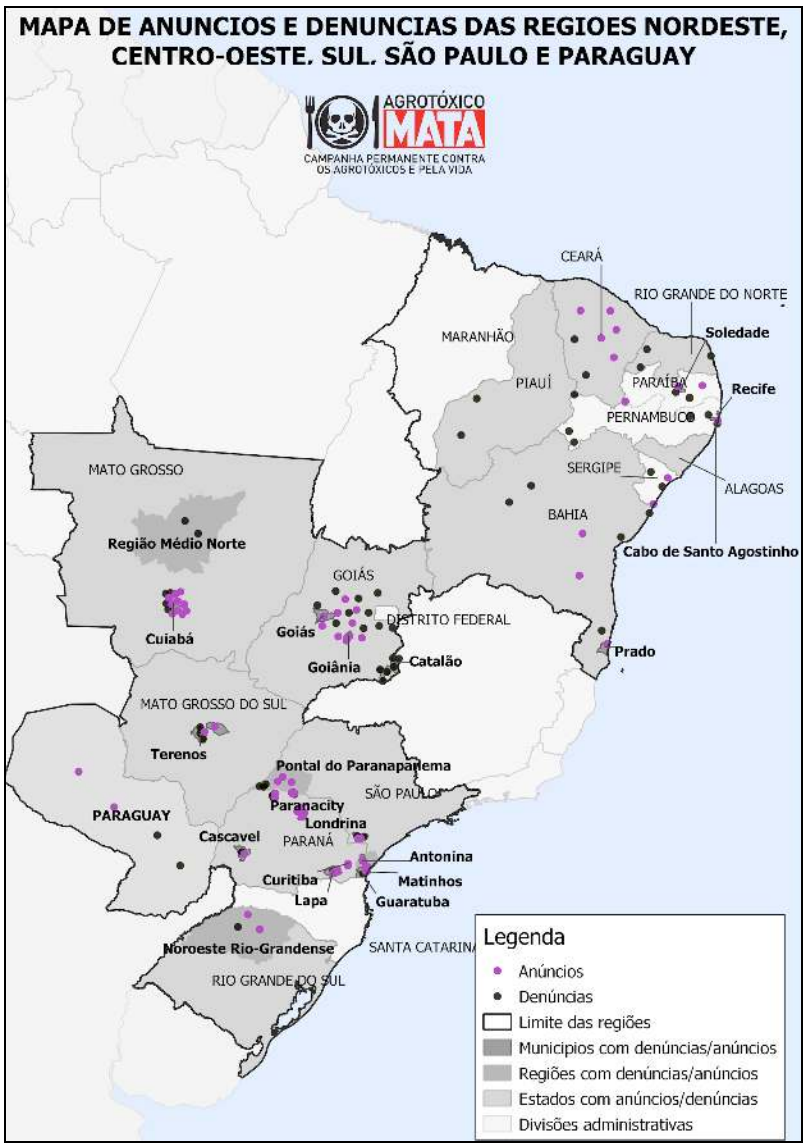
Num momento inicial foi feita a apresentação da sistematização dos mapas com todas as informações, buscando construir um diálogo sobre a importância da apropriação do mapa como ferramenta de articulação e reivindicação, buscando a reflexão do processo sobre as etapas anteriores e o reflexo resultante nos mapas finais. Nesse diálogo alguns sujeitos compartilharam a experiência do tempo comunidade em que utilizaram a cartografia social. Foram práticas com fins educacionais e também jurídicos, onde a cartografia social realizada pelos próprios sujeitos e sujeitas em seus territórios se tornou instrumento de reivindicação e defesa de direitos. Sendo assim, houve um retorno positivo diante do que havia se pensado inicialmente para a cartografia social apresentada, com o intuito de aproximar essa ferramenta para que houvesse uma apropriação da mesma, de forma autônoma, sem a dependência de especialistas técnicos.

Destaca-se que a metodologia buscada na aplicação da cartografia nas três primeiras etapas, baseada no diálogo e respeito ao conhecimento dos diversos sujeitos e sujeitas, possibilitou a construção de vínculos afetivos entre os participantes, o que ajudou na construção horizontal do conhecimento espacializado. Nesse mesmo momento inicial foram apresentados os mapas síntese de todas as informações mapeadas. Esses mapas buscaram comunicar a territorialidade das denúncias dos conflitos e anúncios de práticas e resistências. Foram organizados em diferentes formatos e escalas de visualização. Quanto aos formatos, foram dois, no tamanho A4 de papel (21 x 29,7 cm) e A0 (84 x 119 cm). Quanto às escalas de visualização foram feitos para visualização do Brasil e com recortes para cada região (Sul/Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) correspondente a cada etapa do curso. Enquanto os mapas em A4

foram pensados para comporem o material de apoio da etapa final, um caderno descritivo sobre as etapas anteriores, como foram organizadas as informações e a explicação das legendas construídas.

Os mapas com a visualização geral buscaram mostrar a distribuição dos pontos dos anúncios e denúncias. É importante destacar que ao resgatar as informações construídas nos mapeamentos de cada etapa as localizações, em parte, não são precisas, ou estavam associadas apenas a um município, região e/ou estado. Dessa maneira, muitas denúncias foram agregadas, com um posicionamento não preciso nos mapas. Porém, o foco dos mapas é a comunicação de uma territorialidade, e não a análise espacial precisa, por isso a falta de uma precisão cartográfica é possível. A figura 5 mostra o mapa geral em formato A4.

Figura 5 - Mapa de anúncios e denúncias.



Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos pela Vida, elaborado pelo coletivo ENCONTTRA, 2019.

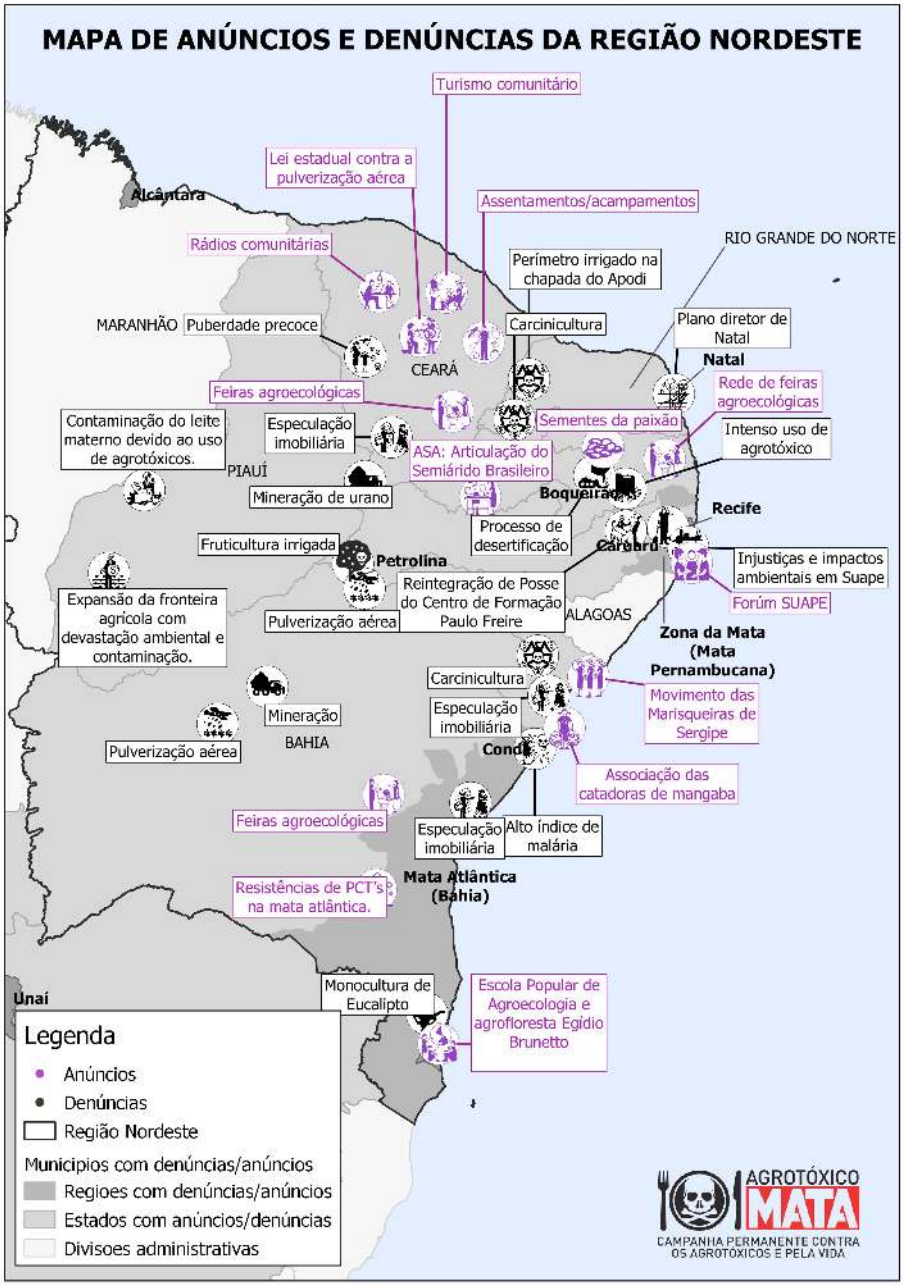
O mapa busca identificar a área de abrangência das regiões onde houve participantes das etapas e, dentro dessas áreas, distribuindo os pontos, é possível identificar locais de concentração de denúncias ou anúncios, mostrando áreas de conflitos/resistência relacionados ao agronegócio e agrotóxicos. As informações coletadas oferecem indicadores dos impactos nocivos e práticas ilegais do

agronegócio e o uso de agrotóxicos, assim como mostram, nesses mesmos locais e outros, alternativas, com cooperativas, processos de formação, práticas agroecológicas, movimentos sociais. A identificação reforça e materializa a construção de uma rede articulada de relações, onde sujeitos e sujeitas ao reconhecerem práticas semelhantes reforçam sua motivação, sua existência. Para uma melhor análise espacial, em escala nacional, é preciso uma quantidade maior de dados com uma localização definida, o que pode ir se acumulando com novos cursos da Campanha com a cartografia social inserida.

No sentido de aprofundar e complementar essa territorialidade foram gerados mapas no mesmo formato com um recorte nas regiões de cada etapa realizada, Sul/Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Com mais detalhes das informações espacializadas, que foram categorizadas e representadas com ícones gráficos[3], buscando uma comunicação mais significativa. Junto com esses mapas mais detalhados está associada uma legenda explicativa para cada denúncia e/ou anúncio. A figura 6 mostra o mapa da etapa na região nordeste.

Figura 6 - Mapa de Anúncios e Denúncias da região Nordeste.

[3] Os ícones utilizados são baseados no material gráfico disponibilizado pelo coletivo de mapeamentos participativos Iconoclacistas, diponível em: https://iconoclasistas.net//



Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos pela Vida, elaborado pelo coletivo ENCONTTRA, 2019.

Os símbolos foram utilizados a fim de trazer uma mensagem mais direta de impacto visual. A diversidade dos registros mapeados, ao serem traduzidas para outra linguagem, foi

em certa medida agrupada por tipos de ações. As denúncias e anúncios foram de forma geral espacialmente associadas a estados, regiões específicas e municípios, no mapa essas regiões foram destacadas. Dessa forma o mapeamento permite observar narrativas de conflito e resistência, mas sem generalizar para a região.

Assim, podemos observar, por exemplo, na Região Nordeste, a denúncia do avanço das fronteiras do agronegócio no estado do Piauí, e os impactos desse modelo que, no uso intensivo de agrotóxicos é denunciado pelo impacto da contaminação do leite materno, o que mostra o lastro das suas consequências. No estado do Ceará a denúncia da puberdade precoce complementa o quadro dos impactos do uso de agrotóxicos, impactos que, muitas vezes, são ignorados e/ou despercebidos. Neste mesmo estado se denunciam a especulação imobiliária, prática do modelo capitalista, que mostra uma diversidade das faces de atuação, na tentativa de controlar o mercado. No Ceará, em contrapartida, se anunciam formas de articulação comunitária e de resistência agroecológica, que aparecem nas rádios comunitárias, turismo comunitária, feiras agroecológicas e acampamentos e assentamentos, tendo também no estado o anúncio da Lei estadual contra a pulverização aérea (lei estadual 16.820/19).

A breve leitura descritiva do parágrafo anterior indica o potencial de denúncia e anúncio do mapa que serve como um direcionamento para o desvelamento e aprofundamento analítico das questões registradas. Assim, é possível construir narrativas críticas sobre a espacialidade mapeada.

Como já mencionado os mapas em formato A0 foram feitos para ficar em exposição ne plenária final, onde foi preparado um

espaço pedagógico para possibilitar a realização de intervenções nos mesmo. Nos momentos de diálogo a possibilidade e necessidade de intervenção foi reforçada para estimular e convidar os sujeitos e sujeitas presentes a modificar os mapas. Essa prática acontece com o sentido de reforçar que o mapa não deve ser considerado como algo pronto e dado como certo, mas que está sempre em transformação e deve ser modificado e alterado. Além disso, esses mapas possuíam uma linguagem cartográfica um pouco mais formal do que os mapas produzidos nas etapas anteriores, e o ato de modificar o mesmo traz uma ideia de romper a distância entre esse conhecimento técnico e os sujeitos e sujeitas não especialistas, que podem e devem se apropriar dos mesmos. Lembrando que um aspecto importante da cartografia social, apresentada desde o início, é a horizontalidade dos conhecimentos, respeitando a autonomia dos sujeitos e sujeitas, desconstruindo uma falsa hierarquização entre especialistas e não-especialistas. A figura 7 mostra a foto do espaço montado para a exposição e intervenção dos mapas e um detalhe de uma intervenção realizada. Junto com o painel montado na parede foram disponibilizados alguns marcadores para realizar qualquer outra intervenção.

Figura 7 - Espaço de exposição e intervenção nos mapas.



Fonte: Organizado pelo Coletivo ENCONTTRA, 2020.

Reforça-se a importância de um diálogo constante que convide e motive as pessoas a modificar os mapas. Esse diálogo se deu tanto em espaços de plenária quanto em conversas individuais durante as outras atividades e momentos informais de convívio. A disposição do espaço, posicionamento dos mapas em conjunto com o material marcador, e outros elementos decorativos e simbólicos, buscaram aproximar os sujeitos e sujeitas dos mapas.

Considerações finais

Desde os momentos de cartografia social das etapas iniciais, onde a linguagem dos mapeamentos era mais livre, o diálogo foi necessário. Entende-se que, em torno do mapa, existe uma construção simbólica que aos poucos foi reservando seu manuseio a especialistas. Proporcionar essa apropriação exige, então, uma desconstrução simbólica do mapa que pode proporcionar uma riqueza de informações e funcionalidades, que vão desde a articulação e reconhecimentos de sujeitos e sujeitas em seus territórios até a ampla comunicação e formação de redes de

relações. Em um processo gradual e esforço contínuo de motivação e convite a apropriação e as contribuições foram tomando forma.

O processo da cartografia social inserida nos cursos de formação da Campanha mostra que, se existem formatos e linguagens pré-definidas de mapeamentos só existem como direcionamento a ser modificado para a prática. O aspecto da cartografia vai se dar a partir da apropriação dos sujeitos e sujeitas, respeitando sua autonomia e formas de representar e compreender o mundo. Para além disso, as formas e linguagem, não são estáticas necessariamente, mas se transformam de acordo com as funcionalidades que o contexto exige, sendo assim, a prática vai desde o mapeamento livre e subjetivo, passando por uma linguagem simbólica de comunicação, até a subversão de uma linguagem cartográfica mais formal, tirando sua exclusividade do domínio de especialistas somente.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p.13-43.

ALMEIDA, A. W B. de. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: Almeida, A. W. B. de; Junior, E. de. A. F. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Manaus, 2013, p. 24-33.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: Direitos humanos no Brasil: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. p. 75-86, 2012.

ENCONTTRA. Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra. Disponível em: https://enconttra.wordpress.com/

ICONOCLASISTAS. Disponível em: https://www.iconoclasistas.net/

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (org.) Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p.45-70.

MONTELLO, D, R. Cognitive Map-Design Research in the Twentieth Century: Theoretical and Empirical Approaches. Cartography and Geographic Information Science, Vol. 29, No. 3, 2002, pp. 283-304.

PIGNATI, W. Agronegócio, agrotóxicos e saúde. In: SOUZA, M. M. O. de; FOLGADO, C. A. (orgs.) Agrotóxicos - Violações Socioambientais e Direitos Humanos no Brasil. Anápolis: Editora Universidade Estadual de Goiás, 2016, p.14-46.

SANDRI, T. Casas Familiares Rurais do Paraná e a prática da pedagogia da alternância. In: SOUZA, M. A. de (org.) Práticas educativas do/no campo. Ponta Grossa, PR, Editora UEPG, 2011, p. 249-272.

SHEPPARD, E. Produção de conhecimento através do sistema de informação geográfica (SIG) crítico: genealogia e perspectivas. In: ACSELRAD, H. (Org.) Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR, 2008, p.113-151,

TYGEL, A. F; FOLGADO, C; CASTRO, F. P. de; CASTILLERO, I. T. A; MELGAREJO, L; WINNIE, L. W. Y; SILVA, M. T. da; SOUZA, N. A; SILVA. N. R. da; AGUIAR, P. C; DORNELAS, R. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo.

Revista Agriculturas, Leisa Brasil, v. 11, n. 4, dezembro de 2014, p. 38-42.

Submetido em: 07 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 31 de março de 2021.

Aprovado em: 16 de abril de 2021.

HIDRELÉTRICAS E REASSENTAMENTO: ENSAIO SOBRE A TEMPORALIZAÇÃO DOS IMPACTOS LIGADOS A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS EM SANTA RITA, RONDÔNIA

HYDROELECTRIC AND RESETTLEMENTS: TEST ON THE TEMPORALIZATION OF IMPACTS RELATED TO (DE) TERRITORIALIZATION OF FAMILIES RESETTED IN SANTA RITA, RONDÔNIA

HIDROELÉCTRICA Y REASENTAMIENTOS: PRUEBA SOBRE LA TEMPORALIZACIÓN DE IMPACTOS RELACIONADOS CON LA (DES) TERRITORIALIZACIÓN DE FAMILIAS RESTABLADAS EN SANTA RITA, RONDÔNIA

LAILA CÍNTIA MOTA BELFORTE
Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: lailabelforte@gmail.com

MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE
Prof.ª Dr.ª na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
E-mail: mada.geoplan@gmail.com.br

Resumo:
O objetivo do artigo é identificar e temporalizar os impactos gerados aos moradores (des)territorializados do assentamento Joana D'arc I, II e III, reassentados em Santa Rita, devido à construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira/RO. A metodologia é composta pela pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. O conceito norteador é o território, pois auxilia no entendimento das relações de poder e na discussão do processo de territorialização, devido a apropriação de uma parte do rio Madeira, pela empresa Santo Antônio energia (SAE), com a finalidade de gerar energia elétrica. Os resultados apresentam que antes mesmo da usina ser implantada, ela causa mudanças, quanto a incerteza do futuro da população que será afetada, denominados de impactos especulativos. No momento de sua materialização tem-se o impacto imediato, o que significa a (des)territorialização das comunidades nas confluências do reservatório e, consequentemente, após a sua construção, ocorrem os impactos processuais, o que no caso em tela, as tentativa de (re)territorialização foco das observações e análises. Ao temporalizar os impactos, evidenciam-se sobreposições de interesses e conflitos referentes ao uso dos recursos naturais, os quais se estendem até os dias atuais.

Palavras-chave: Amazônia, Território, Impactos Hidrelétricos, Reassentamento.

Abstract:
The objective of the article is to identify and temporalize the impacts generated on the (de)territorialized residents of the Joana D'arc I, II and III settlement, resettled in Santa Rita, due to the construction of the Santo Antônio hydroelectric plant, on the Madeira river/RO. The methodology consists of bibliographical, documental and fieldwork research. The guiding concept is territory, as it helps in understanding power relations and in discussing the territorialization process, due to the appropriation of part of the Madeira river by the Santo Antônio Energy (SAE) company, with the purpose of generating electricity. The results show that even before the plant is implemented, it causes changes, regarding the uncertainty of the future of the population that will be affected, called speculative impacts. At the moment of its materialization, there is the immediate impact, which means the deterritorialization of the communities at the confluences of the reservoir and, consequently, after its construction, the procedural impacts occur, which in this case, the attempts to reterritorialization focus of observations and analyses. By temporalizing the impacts, overlays interests and conflicts regarding the use of natural resources are evidenced, which extend to the present day.

Keywords: Amazon, Territory, Hydroelectric Impacts, Resettlement.

Resumen:
El objetivo del artículo es identificar y temporalizar los impactos generados en los pobladores desterritorializados del asentamiento Joana D'arc I, II y III, reasentados en Santa Rita, debido a la construcción de la central hidroeléctrica Santo Antônio, en el río Madeira/RO. La metodología está compuesta por la investigación bibliográfica, documental y de trabajo de campo. El concepto orientador es territorio, pues ayuda a comprender las relaciones de poder y a discutir el proceso de territorialización, debido a la apropiación de una parte del río Madeira por parte de la empresa Santo Antônio Energía (SAE), con el propósito de generar electricidad. Los resultados muestran que incluso antes de que se implemente la planta, ella provoca cambios, en cuanto a la incertidumbre del futuro de la población que se afectará, denominados impactos especulativos. En el momento de su materialización, se da el impacto inmediato, lo que significa la desterritorialización de las comunidades en las confluencias del embalse y, en consecuencia, luego de su construcción, ocurren los impactos procesales, que en este caso, los intentos de reterritorialización foco de observaciones y análisis. Al temporalizar

los impactos se evidencian superposiciones de intereses y conflictos en torno al uso de los recursos naturales, que se extienden hasta la actualidad.

Palabras-clave: Amazonas, Territorio, Impactos hidroeléctricos, Reasentamiento.

Introdução

A construção de usinas hidrelétricas – UHEs, na Amazônia, é uma das principais ações para o atendimento à demanda energética nacional. Embora a geração de energia elétrica seja imprescindível ao desenvolvimento econômico do país, os impactos decorrentes dessas grandes obras de infraestrutura ocasionam impactos diversos ao ambiente, alterações na biota e nas relações sociais e econômicas.

Um dos impactos mais conflituoso e polêmico ocasionado pela instalação de hidrelétricas está relacionado à (des)territorialização da população afetada que ocorre com a saída compulsória das famílias residentes na área de influência direta do reservatório e canteiro de obras, resultando em alguns casos, no processo de reassentamento (CAVALCANTE, 2012; FEARNSIDE, 2016).

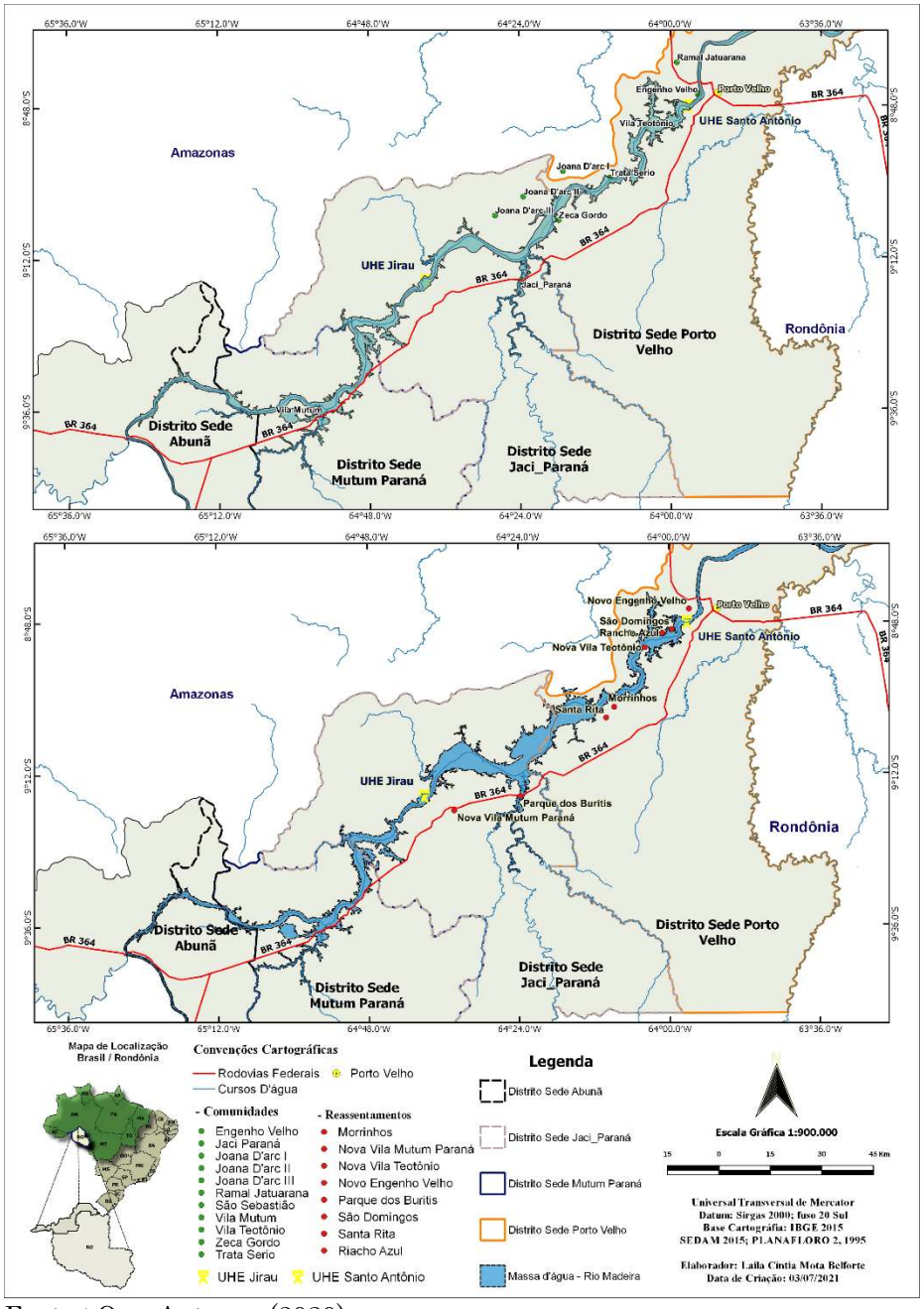
Os impactos sobre as populações atingidas pela implantação de usinas hidrelétricas não ocorrem apenas no momento da desapropriação da área, se dão antes mesmo da materialização da obra, como diria Santos (2005), no campo da psicosfera, ou seja, existe na idealização, porém, já é incorporado pela sociedade e, neste momento de prospecção, traz incertezas e inseguranças às populações a serem atingidas. Segundo Cavalcante (2012) para que os impactos ocasionados por hidrelétricas sejam melhor compreendidos, podem ser analisados numa perspectiva temporal (especulativo, imediatos e processuais), identificando o que ocorre

antes, durante e depois da implantação da obra, contribuindo de forma mais eficiente no planejamento das ações mitigadoras.

Diante da problematização exposta, o objetivo do artigo é apresentar a análise sobre a temporalidade dos impactos ocasionados às famílias (des)territorializadas nos assentamentos Joana D'arc I, II e III e reassentas em Santa Rita, em decorrência da instalação da usina hidrelétrica de Santo Antônio, município de Porto Velho, estado de Rondônia.

As duas usinas hidrelétricas de Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.568 MW), no rio Madeira, entraram em funcionamento entre os anos de 2013 e 2014, sendo responsáveis por (des)territorializar cerca de 5.000 famílias de sua área de influência (MAB, 2013). Parte da população afetada optou pelas indenizações e buscou outras localidades para residir. Uma outra parcela da população foi reassenta pelas empresas construtoras resultando em 08 (oito) reassentamentos, dos quais 07 (sete) ficaram sob a supervisão da Usina de Santo Antônio e 01 (um) pela Usina de Jirau, conforme expressa a Figura 01, com a localização das comunidades (des)territorializadas e as áreas de reassentamentos.

Figura 01 - Mapa de localização das comunidades (des)territorializadas e reassentamentos, Porto Velho – Rondônia

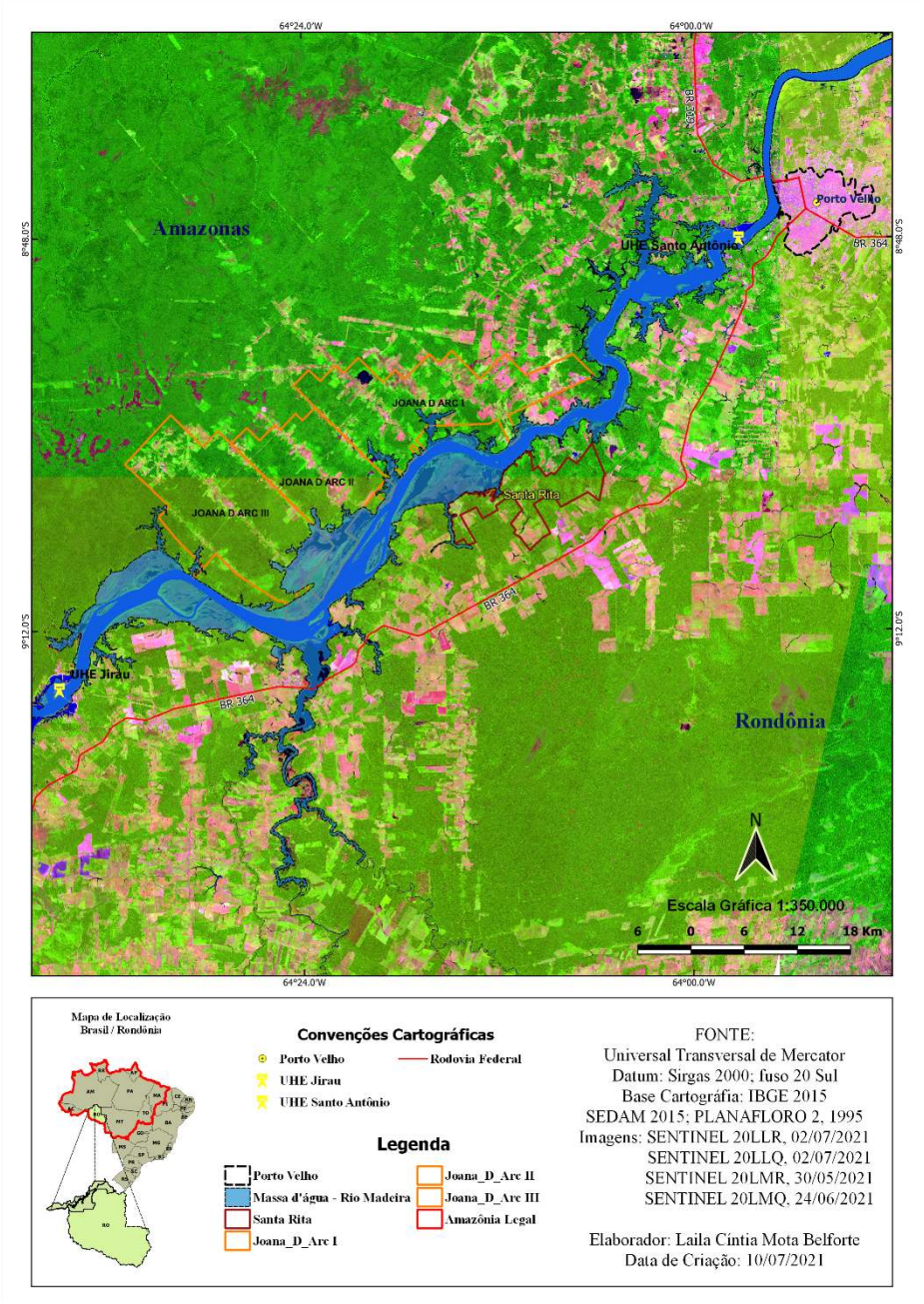


Fonte : Org. Autores, (2020).

A área de estudo é um dos reassentamentos construídos pela hidrelétrica de Santo Antônio, denominado Santa Rita, construido em 2011 para reassentar a população atingida pelo reservatório da usina. A população, hoje residente em Santa Rita, foi (des)territorializada de uma parte de Assentamentos de reforma agrária denominados Joana D'arc I, II e III, efetivados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma área de 60.714,9032 ha, na margem esquerda do rio Madeira, localizados nos limites dos estados de Rondônia e Amazonas (ADAMY; IZA; OLIVEIRA, 2013).

O reassentamento Santa Rita está localizado a 54km da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A área designada ao reassentamento equivale a 2.300 ha, seu acesso se dá através da BR-364. A Figura 02 apresenta o contexto da localização, tanto as áreas dos assentamentos Joana D'arc I, II e III em que parte foi atingida pelo reservatório, quanto a área do reassentamento Santa Rita, onde parte dessa população foi realocada.

Figura 02 - Mapa de localização do Assentamento Joana D'arc I, II e III e Reassentamento Santa Rita – Rondônia



Fonte : Org. Autores, (2020).

Para que os impactos temporais sejam compreendidos e, sobretudo, sejam previstos ou melhor atenuados, a temporalidade torna-se um elemento importante a ser considerado nos estudos de impactos hidrelétricos. Cavalcante (2011-2012), ao explicitar a sistematização em três momentos, sendo eles: (1) os *impactos especulativos* ocorrem antes da implantação da usina; (2) os *impactos imediatos* decorrem no momento da implantação e materialização da usina; e, (3) os *impactos processuais* ocorrem após a implantação das usinas hidrelétricas, permite um ensaio de como conceber esse processo relacionado à (des)territorialização das famílias atingidas pela usina de Santo Antônio, no rio Madeira, e que foram reassentas em Santa Rita.

Deste modo, esse artigo traz uma abordagem sobre o Território e, em especial, sobre o processo de (des)territorialização que se dá quando o domínio territorial é perdido, incluindo o sentimento de perda afetiva e desvinculação com a terra, trazendo a fragmentação e enfraquecimento das relações intra e intergrupais, além de afetar individualmente os sujeitos (HAESBAERT, 1997) e a perspeciva dos Impactos Temporais aos estudos sobre hidrelétricas e deslocamento de pessoas, demonstrando a partir da realidade encontrada no reassentamento Santa Rita, sem as generalidades e políticas pré-estabelecidas amparadas pela legislação e órgãos licenciadores que não atendem às especificidades locais.

Território e impactos temporais e possíveis aplicações: ensaios sobre o Reassentamento Santa Rita

A abordagem tem como leitura teórica o conceito de Território, que de acordo com Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, sendo então o território uma parte apropriada do espaço onde se

projeta as ações exercidas por pessoas ou grupos, fenômeno inerente a todas as relações sociais e, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

> Ao se estudar a distribuição de poder entre os diversos grupos da sociedade, impõe-se o recurso a uma problemática do poder, de influência e de análise dos processos de tomada de decisão nas escalas adequadas [...]. Essa perspectiva tem consequências imediatas quando o objeto do estudo é a territorialidade do poder e aponta a necessidade de diferenciar suas características em escalas diferentes, ou seja, a pertinência da medida deve ser, mais que nunca considerada (CASTRO, 2006, p. 128).

Neste artigo, este processo é observado na medida em que, ao se apropriar de uma parte do rio para geração de energia e promover a (des)territorialização da população na área inundada pelo reservatório da usina, evidencia a relação de poder imposta e expressa as escalas geográficas de atuações em um mesmo território, uma vez que a construção das hidrelétricas no rio Madeira foi uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, e adicionou novas tramas sociais e econômicas ao estado de Rondônia, sobretudo ligado à infraestruturas de transporte e energia elétrica. Contudo, na escala local, evidencia-se os impactos ambientais negativos, a (des)territorialização de comunidades locais, atribuindo novas funções e formas de organizações (CAVALCANTE *et al.*, 2011-2012).

A sobreposição das relações de poder é explicita quando parte das famílias do assentamento Joana D'arc I, II e III é (des)apropriada e reassentada em um novo local (Santa Rita). Uma das principais ações dessa sobreposição de interesses apoia-se em Haesbaert (2004) quando utiliza o termo *desterritorialização* ao relacionar à

precarização do controle territorial, seja no sentido concreto, ou simbólico:

> Desterritorialização, [...] nunca "total" ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural. (Haesbaert, 2004, p. 312).

A retirada das famílias para dar lugar aos canteiros de obra e reservatórios demonstra as distintas relações de poder que sobrepõem à lógica de organização territorial local, acirrando processos de tensões e conflitos entre hidrelétricas e comunidades amazônicas, onde, segundo Silva (2016):

> Na Amazônia esse processo é conflituoso devido as relações de poder desiguais existentes relacionadas ao uso dos recursos naturais, pois é na (des)territorialização que ocorre à retirada das populações das áreas de influência do canteiro de obras e do reservatório, nestas áreas residiam pescadores e agricultores de subsistência, cuja (des)territorialização representa o rompimento na forma de organização social, costumes e acordos estabelecidos ao longo de anos. (SILVA, 2016 p. 39).

As relações de poder são evidenciadas, bem como as duas escalas geográficas, de um lado, comunidades locais representadas por parte dos moradores de Joana D'arc I, II e III, e de outra, a hidrelétrica de Santo Antônio como causadoras da (des)territorialização. Desvela-se, assim, o caráter multidimensional do uso do território que dinamizam, desestabilizam e estabelecem novas formas de uso, de modo que o território é construído e

desconstruído, com intervenções das mais diversas escalas, ou como afirma Souza (2006), os territórios podem ter caráter permanente, mas também, podem ter uma existência periódica ou cíclica.

Essa multiplicidade de territórios é formada ou descontruída de acordo com os interesses diversos e escalas distintas. Pode resultar na restrição de usos, causar ruptura nas principais atividades de subsistência entres os moradores que antes dependiam do uso de determinado território com aquele a qual teve seu poder privilegiado. Nesse sentido, o represamento das águas causou a (des)territorialização de comunidades, o que não trouxe benefícios às populações atingidas, pois trata-se de um projeto energético que não tem o propósito de atender a população local.

Os impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação da usina de Santo Antônio, mesmo tendo instrumentos normativos garantidos no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1986), o qual define e estabelece os requisitos e condições para o desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), não foram capazes de atender as especificidades dos impactos locais, a exemplo de considerar em seus estudos toda a bacia hidrográfica atingida, ou especificidades socioeconômicas, especialmente as atividades econômicas vinculadas ao uso dos recursos naturais, culturais, e simbólicos que têm gerado questionamentos e intervenções do Ministério Público até os dias atuais.

Deste modo, são necessários estudos sobre os impactos decorrentes de implantação de Usinas Hidrelétricas. Vainer (1992) contribui ao afirmar que as usinas hidrelétricas são obras que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território. Desvelando-se sob a

lógica estritamente econômica, respondendo às decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Sobre essa lógica, o Reassentamento Santa Rita seguiu a lógica do mercado global, já que o rio Madeira dispunha do recurso natural necessário e o potencial para contribuir com o sistema elétrico nacional, tendo como protagonista a Santo Antônio Energia (SIQUEIRA, 2016). Nesta esteira, o movimento 'pró-usinas' fomentou e fez a mobilização social em favor da implantação da usina, utilizado a alusão às vantagens da geração de empregos, melhoria da qualidade de vida, entre outros discursos que demonstram o que Santos (2005) apontava como um discurso de alienação do território, que é uma das características comuns que ocorre anterior à materialização e efetivação de grandes obras de infraestrutura.

Percursos metodológicos e uma breve nota sobre a particularidade do reassentamento Santa Rita

A abordagem empírica trazida nesse artigo pautou-se em reconhecimento de campo para a escolha da área de estudo e entrevistas com famílias que foram (des)territorializadas na área do Joana D'arc I, II e III e que foram reassentadas em Santa Rita, no município de Porto Velho.

Santa Rita apresenta uma particularidade que se destaca entre as oito áreas de assentamentos. Trata-se de famílias remanescentes de um projeto de assentamento do INCRA afetado pelo reservatório da Usina hidrelétrica de Santo Antônio, ou seja, são famílias que possuem um perfil de agricultores.

Para melhor evidenciar a metodologia, a mesma foi dividida em três etapas operacionais, revisão bibliográfica e documental; trabalho de campo e sistematização dos produtos analíticos (gráficos, tabelas e mapas).

Na primeira etapa foi realizada a revisão bibliográfica sobre o conceito de território e temporalidade dos impactos a partir da instalação da Usina de Santo Antônio. Assim como a pesquisa documental em documentos públicos oficiais, tais como: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Projeto Básico Ambiental (PBA, 2008). A leitura e análise documental possibilitaram a coleta de dados secundários e fundamentação para identificar impactos gerados até a fase da implantação da usina hidrelétrica.

Na segunda etapa foi realizado o trabalho de campo, o qual possibilitou o reconhecimento da área de estudo, a compreensão da nova dinâmica existente no reassentamento e as entrevistas com base na amostra aleatória simples (AAS), o que permitiu a obtenção dos dados de 38 proprietários a partir de um Formulário de Coleta de Dados Geográficos (FCDG) – com questões pré-elaboradas sobre auxilio financeiro e sobre as principais atividades econômicas desempenhadas no assentamento Joana D'arc I, II e III, e em Santa Rita, bem como a adaptabilidade ao novo local.

O formulario utilizado foi estruturado em quatro blocos divididos por temas: o primeiro trata-se sobre o perfil da família; o segundo é uma comparação entre as principais atividades econômicas da família; e o terceiro é sobre o uso do rio ou reservatório e o quarto trata sobre a organização social e política da população.

Assim sendo, pode ser possível verificar os seguintes passos; traçar o perfil dos reassentados, identificar o tempo médio de

residência no reassentamento Santa Rita e de quais localidades os moradores são oriundos ; reconhecer as atividades anteriormente e na ocasião exercidas, temporalizar os impactos na comunidade e analisar quais os projetos implementados para o estabelecimento das atividades anteriormente desenvolvidas. Como trata-se de uma ampla coleta de informações, para este artigo optou-se tratar da identificação e temporalização dos impactos gerados aos moradores (des)territorializados do assentamento Joana D'arc I, II e III reassentados em Santa Rita.

Na terceira etapa foi realizada a tabulação dos formulários seguida da construção dos produtos analíticos (gráficos, quadros e mapas). No caso da elaboração dos mapas, utilizou-se a vetorização da base de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM, 2018). O vetor de drenagem utilizado para identificar os cursos d'água e demonstrar os assentamentos e reassentamentos que estão ao longo do rio Madeira para melhor compreensão da representação gráfica foi o *software* Quantum Gis 2.18, lançado em 21 de outubro de 2016, disponível no site https://download.qgis.org. As imagens utilizadas foram *Sentinel* 20LLQ, 20LLR, 20LMR e 20LMQ do ano 2021, e comparação nas bandas 11, banda 8A e banda 4, adquiridas do site *Land Viewer*, posteriormente reprojetadas para o Datum Sirgas 2000, UTM 31980, 20S.

No decorrer da cada etapa, foi possível sistematizar os impactos numa perspectiva temporal dos efeitos causados pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio às famílias reassentadas em Santa Rita entre o "antes usinas" e no "pós-usina".

De assentados a reassentados: Impactos Temporais da Hidrelétrica

A Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, exerce um papel de agente modificador, essas mudanças carecem de uma sistematização para ser melhor compreendida.

No primeiro momento, a perspectiva de implantação de uma grande usina hidrelétrica fomenta expectativas que trazem inseguranças para o futuro da população diretamente atingida. Para alguns, a expectativa pode ser positiva, dado a possibilidade de emprego, atraindo um contingente populacional, aquecimento do mercado imobiliário, dentre outros, o que caracteriza o **impacto especulativo**.

Em um segundo momento, ao iniciar a concretização da obra, tem-se o **impacto imediato**, neste, a (des)territorialização da população é um dos mais conflituoso, onde são retiradas para dar lugar ao reservatório.

Já, em um terceiro momento, em que a obra se encontra em pleno funcionamento, os **impactos processuais** ocorrem após a concretização das obras, é quando as populações já foram assentadas ou estão aguardando a conclusão do processo de reassentamentos, como é o caso de Santa Rita, projeto executado pela UHE Santo Antônio Energia, cuja execução e responsabilidade compreendiam moradia e infraestrutura econômica e social.

A compreensão dos impactos temporais observados em uma escala local, ou seja, a partir das comunidades, permite um melhor entendimento do que significa uma grande obra de usina hidrelétrica às comunidades Amazônicas. No caso em tela, as famílias que residiam no Joana D'arc, ao serem reassentadas em Santa Rita, o processo de (des)territorialização foi acompanhado de muitas

tensões, lutas e conflitos que iniciam em abril de 2011, até a data de levantamentos, em 2017.

A (des)territorialização iniciou com a desapropriação da área onde o reservatório da Usina Hidrelétrica poderia atingir depois do enchimento do lago. Os assentamentos Joana D'arc I, II e III foram atingidos parcialmente em razão do reservatório da usina. De acordo com a Santo Antônio Energia (SAE, 2012), foram remanejadas para Santa Rita 130 famílias, (des)territorializadas do Joana D'arc I, II e III (CONTAG). Contudo, no processo de (des)territorialização, havia indefinição e informações imprecisas quanto à população atingida.

Os critérios utilizados pela construtora responsável por reassentar a população não eram claros, havia indefinição sobre a identificação das propriedades, especialmente para as famílias que tiveram a informação que sua moradia e cultivo no Joana D'arc não seria atingida pelo reservatório, mas a área do plantio de suas culturas ficou inviável.

Os *impactos especulativos,* **especificamente às famílias que foram assentadas em Santa Rita,** iniciam quando ainda residiam em Joana D'arc I, II e III, ilustrado a partir da foto 3 (A), quando o projeto hidrelétrico foi mencionado, o que gerou expectativas sobre os possíveis impactos em áreas a serem inundadas, repercutindo nas mudanças sociais, empregos temporários, alusões comuns nesta fase.

Na fase de implantação de projeto, os *impactos imediatos*, os mais evidenciados se deram com a perda de áreas produtivas no ato da implantação das usinas hidrelétricas e, consequentemente, os impactos sociais, como o deslocamento compulsório na área do assentamento Joana D'arc que, além de uma parte comprometida pelo reservatório, a elevação do lençol freático gerou perda na produção, conforme pode ser observado na figura 3 (B).

Os impactos não cessaram após a construção e funcionamento da hidrelétrica, embora tenham se diferenciado das etapas anteriores. Cavalcante (2012) chamou de impactos processuais, por decorrerem posteriores ao funcionamento da usina, mesmo não tendo uma relação causa-efeito direta, como também indireta, e não apresentar um período certo para acabar. Para efeito prático de tal compreensão, no caso analisado, foi constatado, por meio das reivindicações de cerca de 250 famílias do assentamento Joana D'arc que ficaram acampadas por cerca de dois meses em frente à sede da UH Santo Antônio Energia, em Porto Velho, em busca das indenizações decorrentes da perda de áreas produtivas que tinham em Joana D'arc, mesmo as que já estavam reassentadas em Santa Rita, devido o prejuízo à produção agrícola e pecuária nos assentamentos, conforme ilustra a Figura 3(C).

Figura 03 - Impactos da instalação da hidrelétrica Santo Antônio aos moradores na área de influência indireta do assentamento Joana D'arc I, II e III



Fonte : A –Santo Antônio Energia, (2011). B –FETAGRO, (2013).
C - FETAGRO, (2013). Org. Autores, (2020).

Evidenciados alguns dos impactos ligados à (des)territorialização, um ensaio e classificação na perspectiva de impactos processuais podem ser observados a partir das reinvindicações da população, bem como apontamentos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), somados às constatadas *in loco*, junto aos moradores de Santa Rita, conforme dispõe o Quadro 01:

Quadro 01 - Impactos Processuais no reassentamento Santa Rita

Principais Impactos Processuais identificados no Reassentamento Santa Rita	
Impactos Processuais constados no Relatório de vistoria técnica IBAMA.	Impactos Processuais constados no FCDG.
Existência de entulho nos lotes (restos de desmate).	Ainda permanecem.
Dificuldades de algumas famílias para o restabelecimento das atividades produtivas.	Os moradores ainda reclamam da dificuldade em plantar por causa da baixa qualidade do solo.

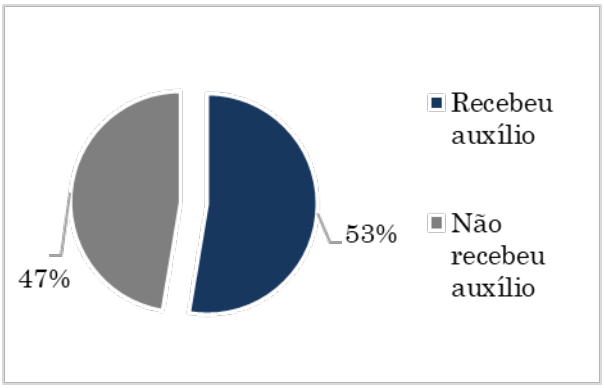
Há reclamações a respeito da estrutura das casas, são comuns os relatos sobre rachaduras no piso e no forro, mau cheiro produzido pelas fossas que ficam muito próximas à porta lateral das casas, além de vazamento do esgoto.	As estruturas são as mesmas e sem nenhum tipo de manutenção.
A escola Flor do Cupuaçu encontra-se com vários problemas em sua infraestrutura.	A escola, além dos mesmos problemas, encontra-se por vezes alagada e com ausência de aulas.

Fonte: Dados extraídos do relatório de Vistoria Técnica do IBAMA e do Formulário de Coletas de Dados Geográficos. Org. Autores, (2020).

O Relatório de vistoria técnica (IBAMA, 2011) e os levantamentos realizados apontam as dificuldades de produção no novo local, como também, baixa fertilidade do solo, por isso, para produzir, precisam de insumos. O Ibama ainda relata sobre o desmate realizado pelo consórcio Santo Antônio, que foi feito de forma inadequada, pois, nas propriedades há restos da supressão, como tocos, galhos e raízes, e de troncos de árvores sem valor comercial que acabam ocupando a área produtiva. A retirada da camada de solo orgânico, indica, por parte da Santo Antônio Energia, a negligência ao reassentar a comunidade sem as condições necessárias à produção imediata.

A assistência técnica e extensão rural do estado de Rondônia (EMATER) foram insuficientes. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, cerca de 47% afirmam que não receberam auxílio, e os demais, 53% o receberam, conforme o Gráfico (01), o que evidência, apos cinco anos de reassentados, que muitas famílias não tiveram o apoio para o reestabelecimento de suas atividades.

Gráfico 01 - Auxílio recebido pelos moradores de Santa Rita

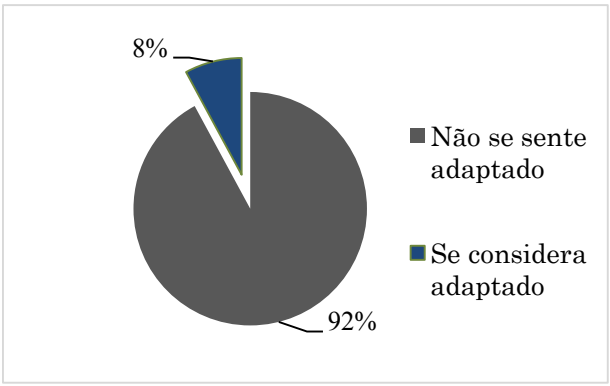


Fonte: Formulário de Coleta de Dados Geográficos.
Org. Autores, (2020).

Os auxílios relatados pelos entrevistados dizem respeito à capacitação de cursos (manejos de pastagens, culturas anuais e perenes, entre outros); equipamentos (tratores), e insumos (adubo e calcário), sendo ainda relatado que, dos que haviam recebido, cerca de 87% estavam ligados a auxílio, este que é parte da indenização que fazia parte do programa da Santo Antônio Energia e 13% da EMATER, instituição contratada para prestar assistência técnica ao produtor reassentado pela Santo Antônio Energia, no entanto, esses subsídios só foram disponibilizados apenas nos primeiros seis meses, após o remanejamento.

Ademais, no que se refere à adaptação dos moradores no reassentamento, conforme o Gráfico (02) foi possível verificar que apenas 8% dos entrevistados se sentem adaptados ao novo local e 92% relatam a não adaptação no reassentamento, demonstrando um descontentamento ligado à dificuldade em produzir suas plantações, energia com valor alto, por não morarem perto de amigos e familiares como, anteriormente, por não haver oferta de aulas na escola, pela alta incidência de mosquitos, dentre outros.

Gráfico 02 -
Adaptação dos moradores ao reassentamento Santa Rita



Fonte: Formulário de Coleta de Dados Geográficos.
Org. Autores, (2020).

Observa-se nos relatos um processo de reconstrução de sua rotina diária. Na transcrição do depoimento, o morador diz que não se sente adaptado no reassentamento, pois, antes da (des)territorialização, trabalhava como agricultor, a terra era fértil, vejamos:

> A terra no assentamento Joana D´arc era produtiva, vivia da agricultura, produzia melancia, pepino, macaxeira, ali tinha lavoura temporária e permanente. Aqui a situação é muito difícil, não dá para produzir, a terra é ruim e no período chuvoso se torna um lago. A energia é muito cara. (Morador do reassentamento Santa Rita. FCDG, 2017).

Com esse discurso, o morador deixa evidente o descontentamento com a nova localidade, a em relação à prática da agricultura em Joana D'arc, onde não havia a necessidade de adubar a terra para plantar, e após ser (des)territorializado, passou a não conseguir desempenhar seu principal meio de subsistência, a agricultura.

Considerando os resultados apresentados, a compreensão dos impactos, em uma perspectiva temporal, torna-se importante identificar, e quando possível, classificar os impactos, de modo a subsidiar os estudos de impactos ambientais aos órgãos ambientais

e aos gestores públicos sobre os danos causados no processo de (des)territorialização de modo a anteverem na organização social dos atingidos e, ao mesmo tempo, como estes podem ser harmonizados como forma de planejamento.

Os agentes públicos carecem de tal entendimento para que se atentem aos impactos temporais, uma vez que, na fase processual, recai sobre ele atuar e atenuar os impactos decorrentes dessas grandes obras de infraestruturas que geralmente estão marcadas por conflitos e impactos de natureza social e ambiental. Tais sinalizações são importantes de serem observadas para que as lições sejam aprendidas, sendo de extrema importância o papel do gestor local em compreender esses aspectos gerais para que possa planejar para lidar com suas especificidades na gestão de seus territórios.

Deste modo, por meio da abordagem do conceito de território e da abordagem dos impactos na perspectiva espaço-temporal, possibilita a compreensão de como a implantação de uma usina hidrelétrica reorganiza, desestabiliza e desestrutura todo o processo de organização territorial. Tais estudos são pertinentes à gestão pública para que ajam com responsabilidade, planejamento, visto que é seu dever dar condições de desenvolvimento local minimizando os efeitos predominantes das grandes obras serem excludentes às comunidades atingidas no processo decisório de gestão, onde os interesses se contrapõem aos das comunidades atingidas.

Considerações finais

Objetivou-se, neste artigo, identificar e temporalizar os impactos gerados aos moradores (des)territorializados do assentamento Joana D'arc I, II e III, reassentados em Santa Rita,

devido à construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira/RO, e mediante ao que fora constado, evidenciou-se que a implantação de uma Usina Hidrelétrica de Santo Antônio representou problemas às comunidades atingidas, não apenas os causados por ela diretamente, mas também, aqueles já existentes foram potencializados, como no caso do assentamento Joana D'arc I, II e III que já oferecia problemas na qualidade do solo e, com a implantação de barragens, houve a elevação do lençol freático, o que deixou impraticável a prática da agricultura.

As famílias reassentadas, em sua maioria entrevistadas, afirmam que tiveram significativa redução de sua renda após o reassentamento, uma vez que tiveram que iniciar toda a plantação. Além disso, ao serem reassentadas, a relação de vizinhança foi quebrada, levando ao reestabelecimento das relações sociais, de modo à influenciar na melhoria da qualidade de vida no âmbito local e uma vida digna que foi completamente alterada.

Recomenda-se às pesquisas futuras, a análise do perfil das comunidades atingidas para que seja designado um reassentamento adequado ao seu perfil, como é o caso do reassentamento Santa Rita, que necessita de maior atenção e de estudos para que se possa conhecer as potencialidades do solo para fins agrícolas; que respeite a relação de vizinhança para que os danos sejam minimizados.

Referências

ADAMY, A.; IZA, E.R.H.F; OLIVEIRA, C.E.S. **Relatório das atividades de campo desenvolvidas no assentamento rural Joana D'arc, município de Porto Velho-RO**. Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 2013. Disponível em: http://dspace.cprm.gov.br/bitstream/doc/15375/3/Visita_tecnica_JoanaDArc.pdf. Acesso em: 06 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: **Resolução CONAMA n°001/86**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/Conama/res/res86/res0186.html. Acesso em: 29 de maio de 2020.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E., *et. al*, **Geografia**: Conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAVALCANTE, M. M. de A. **Hidrelétricas do rio Madeira-RO**: território, tecnificação e meio ambiente. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG. – Curitiba, 2012.

CAVALCANTE, M. M. de A. *et al.*, "Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no rio Madeira (Rondônia/Brasil)", **Revista franco-brasileira de geografia Confins [Online],** 11/2011, Disponível em: http://confins.revues.org/6924 . Acesso em: 30 de nov. de 2020.

CONTAG. **Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares**. Disponível em: http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=9005&mt=1&nw=1&ano=&mes= Acesso em: 14 de dez. de 2020.

FEARNSIDE, P.M. 2016. Hidrelétricas na Amazônia brasileira: Questões ambientais e sociais. p. 289-315 In: D. Floriani & A.E. Hevia (Eds.) **América Latina Sociedade e Meio Ambiente**: Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento. Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. 348 p.

FETAGRO. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, 2013. **Relatório do INCRA comprova impactos e adoção de critérios prejudiciais aos atingidos do Joana D'arc,** (foto C). Disponível em: http://www.fetagro.org.br/noticias/446-relatorio-do-incra-comprova-impactos-e-adocao-de-criterios-prejudiciais-aos-atingidos-do-joana-darc. Acesso em: 25 de nov. de 2020

FETAGRO. Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, 2013. **Ouvidor agrário solicita que vistoria do INCRA no Joana D'arc, analise da inviabilidade do assentamento**, (foto B). Disponível em: http://fetagro.org.br/noticias/310-ouvidor-agrario-solicita-que-vistoria-do-incra-no-joana-darc-analise-inviabilidade-do-assentamento . Acesso em: 26 de nov. de 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói-Rio de Janeiro. Eduf, 1997. p.98.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2011. **Relatório de vistoria técnica n°011/2011**. IBAMA. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/auditorias/relatorio_gestao/2011-ibama-relatorio-gestao.pdf. Acesso em 19 de ago de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Geociências, imagens do Território. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragem, 2013. Sobre Santo Antônio. Disponível em: https://mab.org.br/2013/05/03/sobre_a_barragem_santo-antonio/. Acesso em: 11 de dez. 2020.

PBA. Projeto Básico Ambiental. **Programa de Remanejamento da População Atingida. Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio**. Vol.III. Seção 22. fev. 2008.

RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993. Pag. 140 - 145.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**, 2014. Disponível em: https://www.cemig.com.br/ptbr/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Documents/RIMA%202014%20%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf. Acesso em: 27 de nov. de 2020.

SAE. Santo Antônio Energia, 2012. **Plano Básico Complementar Alternativo sobre otimização energética da Hidrelétrica Santo Antônio**. Disponível em: https://www.santoantonioenergia.com.br/plano-basico-complementar-ambiental/. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

SAE. Santo Antônio Energia. **Santo Antônio gera energia, sonhos e mudanças sócias para várias gerações**. 2011, (foto A). Disponível em: https://livrozilla.com/doc/1470638/santo-antonio-gera-energia--sonhos-e-mudancas-socias-para. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

SANTOS. M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2005.

SEDAM. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, 2018. Coordenadoria de Geociências (COGEO). Acervo Técnico. Disponível em: http://cogeo.sedam.ro.gov.br/acervo-tecnico/. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

SILVA, G. V. L. **Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira-Rondônia e a (des)territorialização da comunidade de Teotônio**: é possível uma (re)territorização? Porto Velho, Rondônia, 2016.106f. Disponível em: http://www.got-amazonia.unir.br/arquivo. Acesso em 11 de dez. de 2020.

SIQUEIRA, E. M. de. **"Mudamos Outra Vez": mulheres atingidas pela Usina Santo Antônio contam sua história**. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais Amazônicos) – Departamento de História, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2016.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., *et. al*, **Geografia**: Conceitos e temas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, 82 e 86 p.

Submetido em: 20 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 10 de julho de 2021.

Aprovado em: 27 de julho de 2021.

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC E SUAS REPERCUSSÕES NO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS SUJEITOS

THE IMPLEMENTATION OF BNCC AND ITS REPERCUSSIONS IN TEACHING WORK: AN ANALYSIS FROM THE SUBJECT'S NARRATIVE

LA APLICACIÓN DE BNCC Y SUS REPERCUSIONES EN EL TRABAJO DE ENSEÑANZA: UN ANÁLISIS DE LA NARRATIVA DEL SUJETO

Jailton Santos Silva
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)- Maceió/AL.
E-mail: jailton-santos25@hotmail.com

Gilcileide Rodrigues da Silva
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)- Maceió/AL.
E-mail: gilsilvaxxi@yahoo.com.br

Resumo:
O presente artigo analisa a compreensão dos professores de Geografia da rede municipal de ensino de Feira de Santana/Bahia acerca do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Geografia, além de observar as repercussões do currículo-documento no trabalho docente. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, realizada a partir das seguintes etapas: levantamento bibliográfico, levantamento de dados, tratamento e análise dos dados a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) e a construção do metatexto. Para análise, utilizamos duas categorias: a compreensão da BNCC e os impactos da BNCC. Os principais resultados apontam que o currículo-documento assume dois sentidos para os docentes: o de padronização curricular e o outro de documento norteador do ensino. Para 80% dos docentes, a implementação da BNCC de Geografia produz impactos na sua prática.

Palavras-chave: Currículo, Educação, Geografia.

Abstract:
This article analyzes the understanding of Geography teachers in the Feira de Santana/Bahia municipal education system regarding the implementation process of the Common National Curriculum Base (BNCC) of Geography, in addition to observing the repercussions of the document-curriculum on teaching work. This is an exploratory and descriptive research, carried out from the following steps: bibliographic survey, data collection, treatment and analysis of data from the Textual Discursive Analysis (ATD) and the construction of the metatext. For analysis, we used two categories: the understanding of BNCC and the impacts of BNCC. The main results point out that the curriculum-document takes on two meanings for teachers: that of curricular standardization and the other of a guiding document for teaching. For 80% of the professors, the implementation of the BNCC of Geography has an impact on their practice.

Keywords: Curriculum, Education, Geography.

Resumen:
Este artículo analiza la comprensión de los docentes de Geografía del sistema educativo municipal de Feira de Santana / Bahía sobre el proceso de implementación del Currículo Base Común Nacional (BNCC) de Geografía, además de observar las repercusiones del documento-currículo en la labor docente. Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, realizada a partir de los siguientes pasos: levantamiento bibliográfico, recolección de datos, tratamiento y análisis de datos provenientes del Análisis Textual Discursivo (ATD) y la construcción del metatexto. Para el análisis, utilizamos dos categorías: la comprensión de BNCC y los impactos de BNCC. Los principales resultados señalan que el currículum-documento adquiere dos significados para los docentes: el de estandarización curricular y el otro de documento rector para la docencia. Para el 80% de los profesores, la implementación del BNCC de Geografía tiene un impacto en su práctica.

Palabras-clave: Currículo, Educación, Geografía.

Introdução

Não é recente no Brasil a construção de orientações, projetos e documentos norteadores da educação nacional, quase sempre amparados no discurso da melhoria da qualidade da educação. Respaldando-se neste argumento, diferentes governos têm criado diversas normatizações, sobretudo curriculares, para direcionar a educação brasileira na busca por uma formação de qualidade que reflita na elevação dos índices educacionais do país.

Contudo, esse fato notabiliza-se especialmente a partir da década de 1990, quando ocorre no Brasil a reforma do Estado e uma série de modificações são realizadas em diversas áreas da sociedade brasileira, dentre estas a educacional. Assistimos desde essa década, a execução de um projeto de reforma curricular a ser implementado na educação brasileira, fortemente relacionado aos interesses do mercado e a política neoliberal implantada no país, que se inicia com a discussão e formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados em 1997, estende-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2010 e, atualmente, encontra-se alicerçado na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, homologada e publicada sua versão final em 20 de dezembro de 2017.

A BNCC se caracteriza como um documento normativo do Estado brasileiro que reformula todo o currículo nacional, traçando as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver nas etapas e modalidades da educação básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, estabelece quatro grandes áreas de conhecimentos

responsáveis pelo desenvolvimento integral do aluno, sendo estas: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (SILVA, 2017).

Desde o início das discussões para sua formulação, em abril de 2015, a BNCC assumiu uma posição de destaque no cenário educacional do país, sendo alvo de campanhas publicitárias, consultas populares, construção de plenárias para discussão da proposta, o que na maioria das vezes, apenas serve para legitimar os documentos e dar um caráter popular.

O fato é que desde o momento inicial da formulação, esta proposta curricular tem recebido fortes críticas de entidades educacionais e especialistas, destacando que, diante do impacto que se pretende produzir com a referida BNCC, o tempo estipulado para debate e formulação da proposta de um currículo comum para um país extremamente diverso e heterogêneo como o Brasil, mostrou-se aligeirado, dificultando uma construção democrática que considerasse para além dos especialistas responsáveis pela sua formulação, a voz de entidades da sociedade civil, profissionais do magistério, universidades, pais e alunos, dando a estes a possibilidade de construção efetiva da base e não apenas de legitimação do que foi construído, como por vezes costuma ocorrer com a formulação de políticas públicas no país.

Mesmo em face de tais críticas e de todo cenário político e econômico conturbado que marcou o período de construção do referido currículo-documento, a BNCC se torna uma referência, enquanto, proposta curricular que orienta o ato de ensinar e aprender em uma dada disciplina nas unidades escolares, com prazo de implantação até 2020 (GUIMARÃES, 2018). Enquanto

documento de referência, a tendência que se vislumbra é que a sua implementação produza substanciais mudanças no trabalho docente e no processo de ensino e aprendizagem das diversas disciplinas escolares, dentre as quais a Geografia.

O caminho anunciado pela BNCC leva a um processo de ensino e aprendizagem estruturado a partir de uma associação entre conteúdos, competências e habilidades, remetendo-se a uma concepção de currículo por competência, a partir do qual se busca "atribuir senso prático aos saberes disciplinares" (AZEVEDO; SACRAMENTO, 2019, p.42).

No caso específico da Geografia, o que tem apontado os diversos especialistas é que a BNCC constrói para esta ciência uma proposta de ensino tecnicista, objetivo, prático, sem possibilidade de questionamento ou aprofundamento de conceitos. Nesse sentido, os próprios conceitos geográficos são apresentados de forma superficial no documento, carecendo de um aprofundamento teórico e epistemológico (GUIMARÃES, 2018).

Todos aqueles que compreendem o ensino de geografia sabem a importância dessa disciplina ser trabalhada a partir da realidade do aluno, fazendo-o perceber-se no mundo e entender as redes de relações que contribuem para que os fenômenos geográficos ocorram. A Geografia escolar não deve responder apenas onde os fenômenos acontecem, mas, contribuir para o entendimento das relações que favoreçam para que ele aconteça (CALLAI, 2010).

Assim, ao formular uma proposta de ensino técnico e sem abertura para discussões, a BNCC ameaça a proposta de uma Geografia contextualizada, reflexiva e crítica, que seja capaz não

apenas de ensinar conteúdos, mas de ensinar modos de pensamento e ação que contribuam para a formação de um sujeito indagador, capaz de analisar criticamente a sua espacialidade, articulando-a com outras espacialidades complexas (CAVALCANTI, 2006).

Diante desse panorama e considerando as expressivas transformações pelas quais tem passado a sociedade brasileira, as rápidas modificações realizadas nas políticas de educação e no currículo do país têm gerado críticas e trazido à tona um sentimento crescente de insegurança quanto à eficácia das proposituras que estão sendo implementadas pela BNCC.

Refletindo ainda sobre a importância do componente curricular Geografia para a transformação da sociedade e para o entendimento das dinâmicas socioespaciais que ocorrem no planeta, neste trabalho, buscamos analisar a compreensão dos professores de Geografia da rede municipal de ensino de Feira de Santana/Bahia acerca do processo de implementação da BNCC de Geografia e suas repercussões no trabalho docente.

Desse modo, a pesquisa permitiu construir uma compreensão acerca do entendimento da BNCC por parte dos sujeitos responsáveis por colocá-la em prática, que neste estudo são os professores. Além de demonstrar os impactos que a referida política pode causar na prática pedagógica desses sujeitos, fornecendo subsídios para o diálogo confirmador ou refutador das diversas interpretações apresentadas pelos especialistas.

Cabe ressaltar ainda que a literatura acadêmico-científica sobre as repercussões da implementação da BNCC de Geografia encontra-se em construção e, dessa forma, este estudo contribui com a produção do campo, especialmente ao trazer à tona as

narrativas dos docentes de Geografia acerca dessa política curricular e suas repercussões no cotidiano escolar.

Os passos metodológicos da pesquisa

A pesquisa se qualifica de forma exploratória e descritiva pautando-se em uma análise quali-quantitativa para o alcance do objetivo proposto. Segundo Marconi e Lakatos (2009), tais estudos buscam descrever fenômenos através de análises empíricas e teóricas, bem como de descrições quali-quantitativas. Para Gressler (2007), as pesquisas descritivas buscam identificar problemas, comparar e avaliar situações visando tornar mais fáceis as tomadas de decisões futuras.

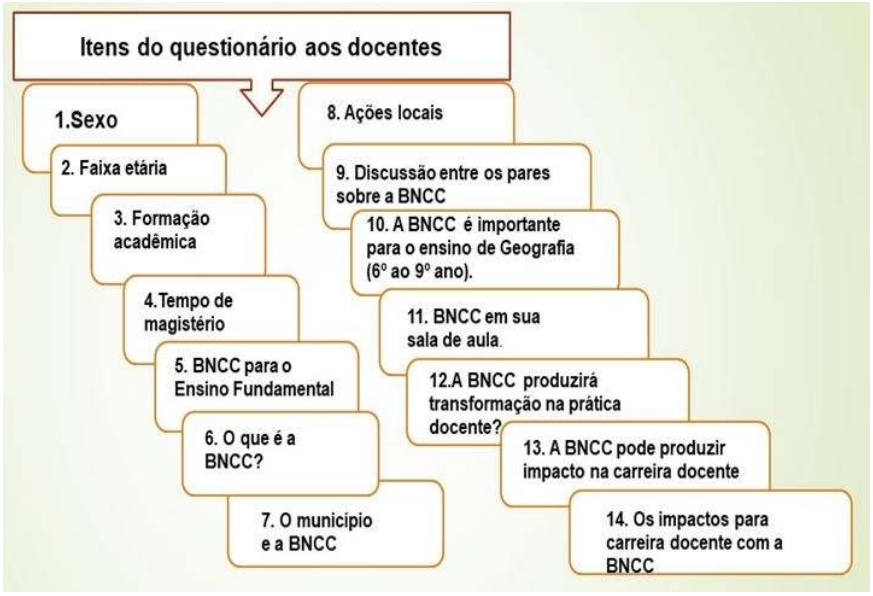
Dessa forma, a construção deste trabalho envolveu as seguintes etapas: o aprofundamento teórico mediante levantamento bibliográfico, com ênfase em duas temáticas específicas: BNCC e Ensino de Geografia. O que possibilitou o contato com autores como Guimarães (2018), Girotto (2017), Silva (2017), Ozório (2018), Azevedo e Sacramento (2019), Freitas (2016), Macedo (2014), dentre outros citados neste estudo, que contribuíram para o entendimento e a reflexão da temática.

Como ressalta Gil (2002, p.61), o levantamento bibliográfico "[...] tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação". Além disso, conforme Marconi e Lakatos (2009), ele permite que o pesquisador entre em contato com as principais conclusões que outros autores chegaram ao estudar a temática,

contribuindo para que canalize seus esforços a partir das ideias já expressas sobre o tema.

A etapa empírica se caracterizou pelo levantamento de dados a partir da aplicação de vinte e cinco questionários aos professores de Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental (EF) da rede municipal de ensino de Feira de Santana, realizada em um encontro formativo promovido pela Secretaria Municipal de Educação, em novembro de 2019. Cabe ressaltar que a referida amostra foi aleatória, com participação voluntária e perfaz aproximadamente 50% dos professores de Geografia dos anos finais do EF da rede. Além disso, os questionários aplicados apresentavam questões abertas e fechadas que totalizavam quatorze perguntas, conforme Figura 1. Destacamos que, para garantir o anonimato no processo de escrita dos resultados, os questionários respondidos foram enumerados de P1 a P25.

Figura 1- Itens do questionário aos docentes



Fonte: SILVA, 2019.

As questões propostas tinham por finalidade caracterizar a amostragem e permitir aos docentes falar acerca da compreensão da BNCC (Figura 1). Assim, foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa, bem como a partir do embasamento teórico e das categorias de análise construídas na fase do levantamento bibliográfico.

A escolha do questionário como instrumento de coleta de dados faz referência à compreensão de Marconi e Lakatos (2011) de que ele possui a vantagem de abranger um grande público, economizar tempo e diminuir a possibilidade de distorção das respostas em face da ausência do pesquisador, além de garantir maior liberdade devido o anonimato.

O questionário foi constituído levando em conta dois aspectos: o primeiro, a identificação do docente, e o segundo, a compreensão acerca da BNCC, conforme a figura 1. Para Gil (2002), o questionário deve traduzir os objetivos da pesquisa, apresentar perguntas claras, concretas e precisas que possibilitem uma única interpretação e iniciar com perguntas mais simples, finalizando com as mais complexas.

O tratamento e análise dos dados foram realizados a partir da perspectiva da Análise Textual Discursiva (ATD), cuja abordagem transita entre conhecimentos do método de análise do discurso e da análise do conteúdo, buscando um conhecimento originado a partir de um movimento de desordem/ordem do objeto analisado.

Como destaca Galiazzi e Sousa (2019, p.2), "uma de nossas premissas nos estudos de ATD está na palavra como lugar de significados e sentidos sempre passíveis de maior compreensão".

O método se desenvolve a partir da unitarização, fragmentação, codificação e criação de unidades de significado dentro do discurso, construídas através de sua leitura e da impregnação com o material de análise.

Como ressalta Galiazzi e Sousa (2019, p.6):

> O objetivo desta unitarização é desmontar estruturas e textos em busca de outros sentidos e produzir outros textos interpretativos. Qualquer unitarização produz maior desorganização no *corpus* de análise do que o estado anterior. Quando unidades de significado se pautam por alguma teoria *a priori* do pesquisador, esta teoria, de certa forma, organiza o *corpus* desde o início da análise, mesmo que de outra forma.

Com a criação das unidades de significado, inicia-se o processo de categorização, a partir da reunião das unidades de significado nas categorias construídas *a priori* pelo pesquisador ou do agrupamento de unidades de significado semelhantes, gerando categorias de análise emergentes, que possibilitaram a reflexão do tema em estudo (MORAES; GALIAZZI, 2006).

Neste estudo, a partir do objetivo traçado e do embasamento teórico construído, foram elencadas como categorias de análise *a priori:* Compreensão da BNCC e Impactos da BNCC. Entendendo, respectivamente, a compreensão como o sentido assumido pela BNCC para o conjunto de professores de Geografia dos anos finais do EF da rede municipal de ensino de Feira de Santana; e os impactos da BNCC como qualquer transformação visualizada pelos docentes, que possa ser provocada pela implementação da BNCC na sua prática.

Como ressalta Gonçalves (2020, p.6):

> As categorias *a priori* são deduzidas dos fundamentos teóricos da pesquisa, sendo definidas previamente. O papel do pesquisador, em parte, é o de enquadrar as unidades de significado nas categorias.

Por fim, realizou-se a construção do metatexto, contendo as análises das narrativas dos sujeitos acerca da BNCC, que por ora apresentamos neste trabalho.

Diálogos e tessituras acerca da BNCC e o Ensino de Geografia

Em termos legais, a BNCC se caracteriza como uma política pública legítima que encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, quando aponta no seu artigo 210 o estabelecimento de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, visando assegurar uma formação básica comum. Além disso, a política surge em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96; bem como em cumprimento ao que estabelece a meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que versa sobre a ampliação da qualidade da educação brasileira, especificamente em obediência ao que aponta a estratégia 7.1.

A BNCC surge com o objetivo de definir um conjunto de conhecimentos e aprendizagens essenciais para todos os alunos brasileiros durante a sua escolarização básica.

Em face desse objetivo, é necessário problematizar o currículo-documento, visto que ele é apontado como uma das estratégias para elevação da qualidade da educação no Brasil. Assim, entendemos que compreender a BNCC e qualquer política

educacional do país perpassam pela análise da conjuntura política e social como parte da política de desenvolvimento.

Neste aspecto, o que podemos notar é que a gestação da referida política que se iniciou em 2015, ocorre sob um contexto nacional conturbado, que se caracterizou por trocas de Ministro da Educação, por um processo de *impeachment* que reverberou na mudança de orientações políticas do governo, além de ser marcado pela instabilidade e o acirramento político. Tais caraterísticas resultaram na criação de um documento com reduzida participação de docentes e dos profissionais da educação, consubstanciando-se em uma proposta centralizadora de um currículo prescrito (GUIMARÃES, 2018).

Guimarães (2018, p.1041) ainda destaca que "além disso, há uma forte indicação de que o processo foi marcado por um caráter conservador e reflete os interesses do mercado e de grupos privatizantes dos setores relacionados à Educação".

É importante destacar que, mesmo a BNCC não se afirmando como currículo, posição por vezes ratificada por alguns atores, o que ela define se refere a um arranjo eminentemente curricular e, nesse sentido, podemos afirmar que sua construção e implementação está orientada a partir de um projeto de construção social.

Guimarães (2018, p.1042) é enfática ao dizer que "a seleção dos conhecimentos que devem ser trabalhados na escola está exposta de modo literal no documento", o que não gera dúvidas sobre o fato de que aquele se constitui em um currículo prescrito.

Diante deste fato, somos conduzidos na construção da seguinte indagação: Que tipo de escola a BNCC desenha para formar os cidadãos?

Toda política educacional e curricular é interessada, estando intimamente ligada a um tipo de sociedade, a um tipo de educação e de cultura que se quer produzir. O currículo está ligado diretamente à organização cultural e social de um povo que legitima seletivamente o que deve ou não ser ensinado. Desse modo,

> O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 1999, p.59).

Assim, a criação de um currículo comum é o estabelecimento de um modelo de cultura para aquela sociedade, cujos interesses educativos são traçados para legitimar uma forma de pensar e ser em sociedade. Conforme Sacristán (2000, p.111):

> Em primeiro lugar, a prescrição de mínimos e de diretrizes curriculares para um sistema educativo ou para um nível do mesmo supõe um projeto de cultura comum para os membros de uma determinada comunidade, à medida que afeta a escolaridade obrigatória pela qual passam todos os cidadãos. A ideia do currículo comum na educação obrigatória é inerente a um projeto unificado de educação nacional. Numa sociedade autoritária expressa o modelo de cultura que o poder impõe. Numa sociedade democrática tem que aglutinar os elementos de cultura comum que formam o consenso democrático sobre as

> necessidades culturais comuns e essenciais dessa comunidade.

É interessante destacar o que apresenta Macedo (2014) bem como Freitas (2016) acerca do processo de construção da BNCC e da atuação direta dos agentes de capital privado, tais com Fundação *Lemann*, Fundação Roberto Marinho, Todos pela Educação, entre outros nesse processo. O que permite afirmar a existência de uma estreita relação entre o capital privado e a política curricular que, por sua vez, influencia fortemente o projeto de construção social por ela delineado, visto que "esses grandes grupos econômicos desejam transpor à educação pública uma ideologia de produtividade e controle" (FREITAS, 2016, p.2).

Desse modo, a formulação da BNCC alinha-se com as ideias neoliberais que perpassam a educação brasileira e a reforma do Estado desde os anos de 1990, nas quais a educação é imbuída da lógica do capital humano, sendo ela responsável pela formação de trabalhadores para o mercado, pouco importando sua formação ética, moral, histórica e social. Sob tal lógica, a função das instituições de ensino e do currículo escolar reside em impulsionar o crescimento econômico, garantindo a manutenção do *status quo* social.

Cabe destacar que, ao se propor a criação de um currículo comum ao país, cria-se precondições para a homogeneização e padronização do trabalho docente nas unidades de ensino, tendo em vista que os livros didáticos e as avaliações oficiais passarão a tomar como eixo norteador os conteúdos e objetivos de aprendizagem definidos pelo currículo criado, mesmo em face da sua parte diversificada. O que, conforme Silva (2017), repercute

diretamente no trato das questões regionais/locais, visto que o currículo avaliativo acaba por funcionar como um vetor de controle da prática pedagógica do professor.

Ao se propor uma BNCC para todo um país, na perspectiva de uma homogeneização curricular, como se todos aprendessem as mesmas coisas, da mesma forma e no mesmo lugar, age-se de acordo com uma perspectiva de currículo como algo estanque, conteudista, normatizador, que desconsidera toda heterogeneidade própria de um país continental como o Brasil. Desconsidera-se o caráter subjetivo, das vivências e práticas que são diferentes entre os diversos locais do país e que se materializam na sala de aula, configurando o currículo oculto.

Para Girotto (2017), a criação de uma base comum de currículos no Brasil, da forma como foi conduzida, cria dois efeitos perversos: o primeiro se caracteriza pela culpabilização dos professores, no caso dos objetivos de aprendizagem não serem atingidos e, nesse sentido, vale frisar que o alcance desses objetivos não depende exclusivamente da prática docente, mas de condições estruturais para tal fim, como as condições de trabalho, financiamento da educação, do contexto socioeconômico dos estudantes, entre outras. O segundo efeito se caracteriza pela ocultação das desigualdades, uma vez que se desconsideram as diferenças inter e intrarregionais do país. Como destaca o referido autor:

> De um lado, pode ampliar a culpabilização de professores e alunos em relação ao fracasso do processo educativo, criando as condições para legitimar novas propostas curriculares centralizadoras com vistas a ampliar o controle

> técnico sobre o trabalho docente e sobre a escola. Do outro, diante da conjuntura política e econômica que se vislumbra, com um ajuste fiscal que tende a diminuir os insuficientes recursos para Educação Pública, o currículo-documento pode contribuir para ocultar as desigualdades concretas da educação brasileira, possibilitando, assim, seu aprofundamento e seu processo de privatização (GIROTTO, 2017, p. 438).

Devemos ter clareza que, apesar do discurso legitimador da BNCC sempre estar acompanhado pelo da melhoria da qualidade da educação nacional, como se a implementação da referida base resolvesse todos os problemas da educação brasileira, eles não se restringem apenas ao currículo escolar.

O problema da educação básica não está na definição de um currículo comum, visto que, se considerarmos o que aponta os PCN e as DCN, este currículo havia sido definido e nem chegou a ser implementado integralmente. O problema reside nas estruturas que garantem a implementação desse currículo, tais como a garantia do acesso e permanência na escola, na valorização profissional do magistério, na infraestrutura das escolas. É necessário garantir padrões mínimos de qualidade, através da melhoria desses aspectos, para em seguida se implantar um currículo comum e não esperar que a 'simples' implantação do currículo traga o padrão mínimo de qualidade. Ou seja, a melhoria da qualidade da educação é um pressuposto para a efetiva implantação do currículo comum e não o inverso.

Sem o enfrentamento do quadro de desigualdades que atinge a educação, qualquer projeto de alteração curricular funcionará apenas como mecanismo de gestão de desigualdades (GIROTTO, 2019). Tal fato se torna evidente a partir da análise dos

dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizado por Girotto (2019), no qual mostra que as escolas com melhor desempenho educacional no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) têm sido aquelas que possuem maior disponibilidade de equipamentos e melhores infraestruturas para uso no processo de ensino-aprendizagem, e que a maior parte dessas escolas estão localizadas no centro-sul do país em contraste com o norte-nordeste.

Diante dos dados, o autor ratifica que "a desigualdade de condições de infraestrutura, formação, trabalho, perfil socioeconômico contribui para a reprodução das desigualdades de oportunidades" (GIROTTO, 2019, p.15). Assim, a adoção de um currículo comum, pautado na dimensão dos conteúdos, apenas perpetuará tais desigualdades.

Para Callai (2010), o que observamos atualmente é uma acelerada tendência de homogeneização do que cabe à Geografia ensinar em todo o território nacional, inicialmente motivada pela padronização do que passa a ser cobrado nos exames. No entanto, para essa autora, por mais que existam propostas nacionais de padronização curricular,

> Cada currículo assume características marcantes do lugar em que ele é trabalhado. Podem existir regras e orientações gerais, mas as demandas locais interferem de modo a dar distinção ao que é ensinado num lugar e noutro lugar (CALLAI, 2010, p.35).

No que se refere à Geografia, sua apresentação na BNCC ocorre de modo simplório, impreciso e com um caráter pouco inovador. Neste documento, o desenvolvimento do raciocínio

geográfico é o aspecto principal do currículo. Conforme o mesmo, a Geografia deve,

> [...] desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza (BRASIL, 2017, p. 358).

A Geografia é apresentada distante do propósito da construção de uma sociedade mais democrática, é carente de uma discussão metodológica e epistemológica e, mesmo destacando os conceitos fundamentais dessa ciência, prevalece a abordagem que busca integrar na escola os aspectos naturais e sociais na expectativa de produzir uma geografia de sínteses. O que, conforme destaca Ozório (2018), assemelha-se à abordagem regional, presente e defendida na geografia antes mesmo do movimento de renovação do ensino de Geografia na década de 1970, o que caracteriza uma BNCC sem grandes inovações para o ensino dessa disciplina no ambiente escolar.

A análise da BNCC nos permite afirmar que existe uma tentativa de produção de conhecimento interdisciplinar que é evidenciado no texto inicial da área de ciências humanas, quando aponta:

> Portanto, é necessário romper com essa concepção *(linear)* para possibilitar uma leitura geo-histórica dos fatos e uma análise com abordagens históricas, sociológicas e espaciais (geográficas) simultâneas (BRASIL, 2017, p.35, g*rifo nosso)*.

A leitura do documento ainda evidencia a abordagem de conceitos sem o devido aprofundamento epistemológico, tal como de

"espaço biográfico" e revela forte relação entre o ensino de geografia e a formação do conceito de identidade, atrelada a categoria Lugar.

A Geografia aparece dividida em cinco unidades temáticas comuns no decorrer das séries do Ensino Fundamental, em uma progressão de habilidades. As unidades são caracterizadas como: *O sujeito e o seu lugar no mundo*, orientada pelo desenvolvimento da noção de pertencimento e identidade; *Conexões e escalas*, orientada em produzir uma articulação entre o local e o global; *Mundo do trabalho*, voltada para a análise dos processos, técnicas e produção dos materiais no decorrer do tempo; *Formas de representação e pensamento espacial*, focada no processo de alfabetização cartográfica; e por fim, *Natureza, ambientes e qualidade de vida*, preocupada com a articulação entre geografia física e humana. Sendo que perpassam por todas as unidades os aspectos relacionados ao exercício da cidadania (BRASIL, 2017).

Cabe destacar o aparecimento na BNCC da ideia de *situação geográfica* que, conforme Mustafé (2019, p.90), está relacionada à necessidade de "trabalhar com as diferentes unidades de maneira integrada e complementar, por meio dos seus objetos de conhecimentos e habilidades".

De forma genérica, o que visualizamos na BNCC é um foco nos elementos naturais para o 6º ano e dos recortes regionais específicos a partir do 7º ano com o estudo do território brasileiro, do 8º ano com América e África e no 9º ano com Europa, Ásia e Oceania (OZÓRIO, 2018).

Nesse aspecto, Mustafé (2019) chama atenção para o fato de alguns objetos de conhecimentos e habilidades, especialmente do

7º, 8º e 9º ano, priorizarem uma geografia voltada para os países do Norte. Assim destaca:

> Possui, portanto, uma concepção de território um tanto quanto frouxa em sua vinculação com o conceito de poder. Reafirma-se, assim, implicitamente, em algumas partes do documento, uma perspectiva conservadora e tradicionalista de geopolítica global. Uma política curricular como a BNCC é palco de lutas sobre o espaço de cada tema por ela apresentado. Nota-se, na Base, uma certa falta de espaço para "outras geografias" e "olhares" sobre o mundo em alguns dos conhecimentos e habilidades apresentados na Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental (MUSTAFÉ, 2019, p.88).

Diante desse cenário, ressaltamos a importância de os professores da educação básica compreenderem o que está por trás da construção e implementação de políticas curriculares como a BNCC, na perspectiva de perceberem os possíveis impactos de sua implementação na prática pedagógica.

Além disso, destacamos a necessidade de considerar a escola como *lócus* de fazer curricular, o local onde o currículo é construído e reconstruído e que precisa ter autonomia para tal tarefa, sem estar presa as amarras de uma BNCC que delimita o que a escola precisa ou não fazer.

Narrativas dos sujeitos e a BNCC

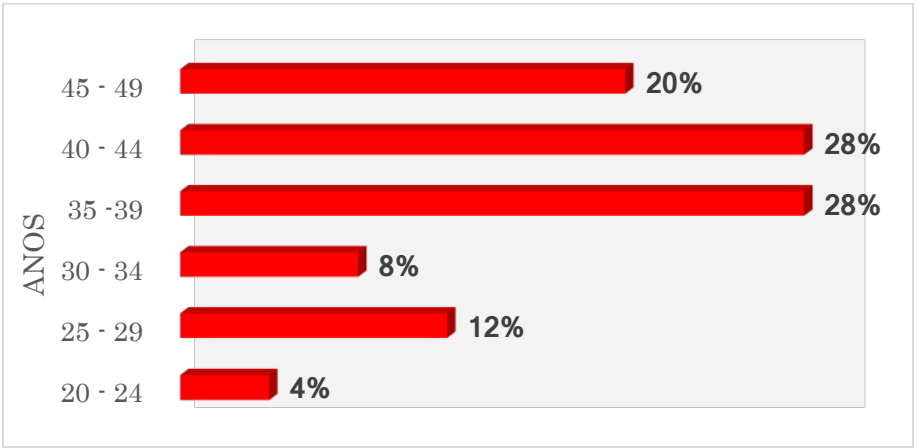
Diante do destaque que a BNCC tem assumido no debate educacional do país nos últimos anos e de todo cenário que envolve a sua construção e implementação, prevista para 2020, entendemos ser fundamental compreender como os sujeitos responsáveis pela sua execução têm visto essa política curricular.

> A importância de entender o que os professores sabem ou não de um determinado assunto não é um movimento ingênuo, tendo em vista que, compreender aspectos de uma determinada "coisa", ou, melhor dizendo, de uma "política curricular", revela pistas se essa política terá aderência no chão da escola, já que o professor é o agente que implementará as ações concretas da política (COSTA, 2018, p.154).

Desse modo, buscando entender o que sabem os professores de Geografia da rede municipal de ensino de Feira de Santana/BA sobre a BNCC, aplicamos em novembro de 2019 um questionário misto, contendo quatorze questionamentos sobre a referida política.

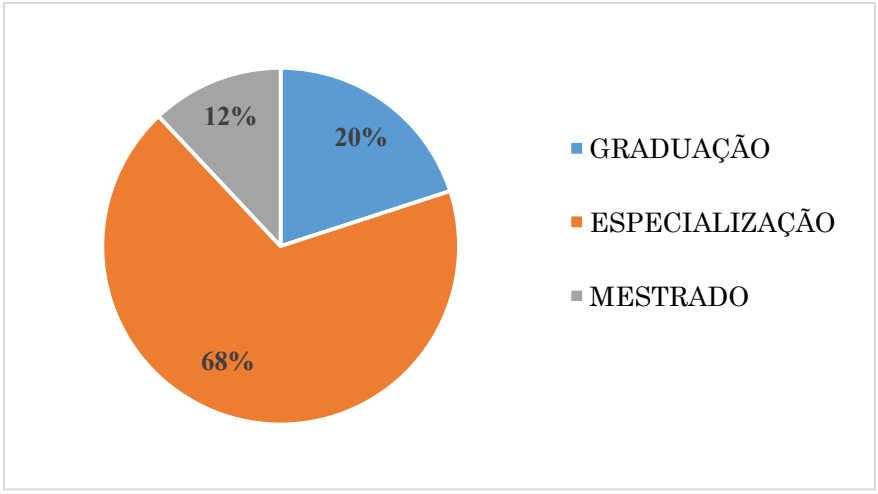
Inicialmente, o perfil dos docentes aponta que, entre os sujeitos consultados, 72% são do sexo feminino e apenas 28% do masculino, com idade, sobretudo, a partir dos 35 anos. No que diz respeito à formação acadêmica, 68% apresentavam nível de especialização. Por sua vez, quanto ao tempo de magistério, 44% dos docentes têm até 10 anos de experiência. Os gráficos 1, 2 e 3 ilustram os resultados.

Gráfico 1 - Faixa etária dos docentes



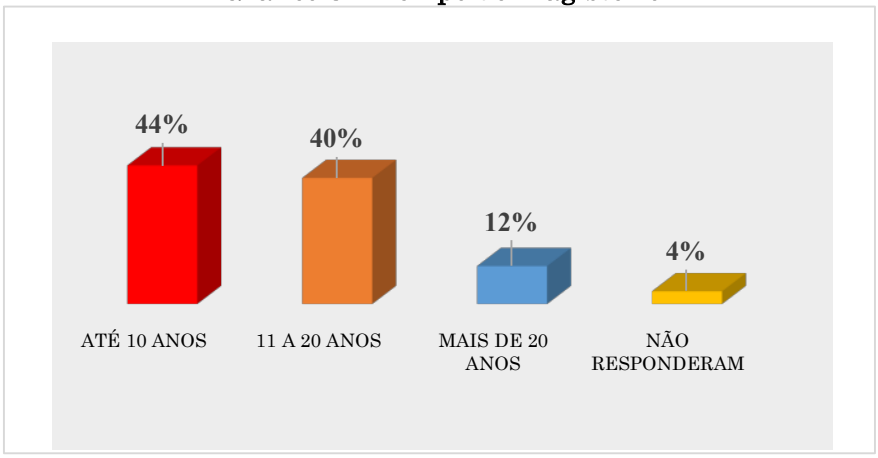
Fonte: SILVA, 2019.

Gráfico 2 - Formação acadêmica dos docentes



Fonte: SILVA, 2019.

Gráfico 3 – Tempo de Magistério



Fonte: SILVA, 2019.

Dos sujeitos consultados, apenas 12% leram todo o documento da BNCC, conhecendo-a integralmente. Para a maior parte dos docentes, 68% deles, apenas ocorreu a leitura de algumas partes do documento, conhecendo-o principalmente por meio de

cursos e palestras. Outros 20% afirmam não ter lido nenhuma parte da BNCC e que o conhecimento que possuem da mesma foi adquirido através dos cursos e palestras que participaram.

Tais dados revelam que a maior parte dos docentes não possui um conhecimento detalhado da referida política curricular, o que dificulta o entendimento e a reflexão sobre a política. Sem o processo de reflexão, o docente passa a se caracterizar como mero instrumento de reprodução de um currículo imposto de cima para baixo, descartando as possibilidades de construção de uma práxis pedagógica. Ou seja, a possibilidade de construir um movimento de articulação entre os aportes teóricos que orientam o conhecimento da realidade e a ação prática, de modo a transformar o real (SANCHEZ VÁSQUEZ, 2007).

Os itens abertos do questionário, que trataram da compreensão da BNCC e dos impactos da política curricular, demonstram que ela assume dois sentidos para os referidos docentes: a BNCC como uma padronização curricular e a BNCC como documento norteador do ensino, do currículo, das disciplinas escolares e dos conteúdos.

No primeiro sentido, os docentes entendem a Base como um currículo uniformizador que desconsidera a diversidade e apresenta um forte viés ideológico e político, tal como aponta Macedo (2018). Este entendimento coaduna com uma compreensão crítica da base e está presente nos discursos dos docentes P2, P4, P9, P18, P21, P25, conforme destacamos as unidades de significado a seguir:

> Uma forma de **padronizar o ensino**, em detrimento da diversidade (P2).

> Uma proposta curricular **para padronizar o currículo da educação básica** do Brasil com viés político e ideológico implícito (P4).
> **Tornar o currículo único** (P9).
> **Um modelo de currículo** que vai ser utilizada em toda educação básica do país (P18).
> Uma ferramenta **de padronização de valores e ideias pensadas** para que o indivíduo não pense de forma autônoma e crítica, que negue as diferenciações e diversidade e adote **modelos rígidos e padronizados** (P21).
> É um documento produzido que **traça as aprendizagens** que devem ser desenvolvidas pelos alunos em sua trajetória escolar (P25).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019)[1].

Assim como Macedo (2018), cabe observar que esse processo de homogeneização curricular proposto pela base, para além de apontar o que deve ser ensinado em todo território nacional, conforme ressalta os docentes, assume uma função mercadológica forte, visto que abre espaço para a atuação de conglomerados internacionais e empresas nacionais na produção de sistemas privados de ensino e pacotes de formação continuada para professores. Nas palavras da autora:

> Ela cria um mercado homogêneo para livros didáticos, ambientes instrucionais informatizados, cursos para capacitação de professores, operado por empresas nacionais, mas também por conglomerados internacionais (MACEDO, 2018, p.31).

Por sua vez, os docentes que entendem a BNCC a partir do segundo sentido, não a percebem como currículo, mas como um documento que orienta e dá caminhos para a construção dos

[1] Todas as informações verbais presentes neste trabalho foram extraídas dos questionários respondidos pelos docentes de Geografia da rede municipal de Feira de Santana/BA, em novembro de 2019.

currículos, para o trabalho das disciplinas escolares e o processo de ensino-aprendizagem. Este sentido assumido pela BNCC se assemelha ao do governo federal e demais agentes públicos e privados formuladores do currículo-documento. Ele está presente nos discursos dos professores, P1, P3, P5, P6, P7, P8, P10, P11, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P19, P20, P23 e aparece de forma mais explícita nos docentes P1, P7, P10, P17, conforme observamos nas unidades de significado a seguir:

> Documento oficial que **orienta o currículo** do ensino básico (P1).
> Uma base **norteadora das disciplinas escolares**, orientando a todos no que se refere ao essencial para cada disciplina (P7).
> Documento que **norteia a construção curricular** das unidades de ensino (P10).
> A base é a base! **Não se trata de um currículo, mas de um documento para direcionar, embasar a educação mais integralizada** (P17).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Como foi abordado, o não reconhecimento da BNCC como currículo, segundo Guimarães (2018, p.1041), pode ser amplamente contestada, visto que "o texto especifica os conteúdos e os objetivos do ensino. Os conteúdos mínimos já estão definidos no documento, de forma bastante esmiuçada e tecnicista" a caracterizando como um currículo prescrito. Para Macedo (2018), ao fazer a distinção de que a Base não é currículo, a concepção de currículo adotada pelo Ministério da Educação (MEC) para distingui-lo da Base é o de currículo em ação, já que o currículo ao qual se refere seria aquele elaborado pelos Estados, Municípios, escolas e professores, que tomaria como subsídio para elaboração a Base. No entanto, como adverte a autora:

> Currículo em ação, portanto, é um conceito que só faz sentido com seu duplo, o currículo escrito ou formal, neste caso, a BNCC. A BNCC seria, assim, currículo, mas não esgotaria as possibilidades de ser do currículo (MACEDO, 2018, p.29).

Partindo para o processo de implementação da BNCC, 64% dos docentes afirmam que o município de Feira de Santana tem ajudado a entender e implementar a BNCC em sua escola, principalmente através de discussões nas Atividades Complementares (ACs) formativas, que se caracterizam como encontros mensais de formação continuada dos professores da rede, que ocorrem por área e etapas de ensino. Bem como através da construção dos Cadernos de Objetivos de Aprendizagem (COA), que se caracterizam como documentos da rede, criados a partir da BNCC; e os laboratórios de ensino implementando os COA e, consequentemente, a BNCC.

No entanto, quando partimos para o espaço das unidades de ensino do município, 56% dos professores afirmam que não existiu na escola que trabalham nenhum momento para que os professores pudessem discutir entre si sobre a importância ou riscos da BNCC. O que nos faz inferir que a reflexão sobre a BNCC no nível das unidades de ensino ainda não se efetivou de modo amplo e profícuo, criando o risco da referida política ser implementada nas escolas sem qualquer reflexão acerca dos possíveis impactos que trará para a comunidade escolar atendida por ela.

No que tange aos professores, 76% dos pesquisados consideram importante a implementação da BNCC de Geografia (6º ao 9º ano), no entanto, apenas 40% iniciaram esse processo. Dentre

as razões apresentadas pelos docentes ressaltando a importância da implementação, está o fato de a BNCC normatizar o currículo, regulamentando conteúdos e competências gerais para o ensino em todo o país, como demostra os docentes P1, P13, P14, P15, P16, P21, P23, P25 e podemos notar a partir das seguintes unidades de significado:

> Apesar das particularidades de cada escola, é necessário para a prática docente **um currículo base**, sobretudo, quando ele é construído com a participação de todos os sujeitos do processo de ensino (P1).
> A principal importância é **regulamentar os conteúdos e as competências de cada ano a ser cursado** (P13).
> É importante na medida que visa **unificar o currículo em território nacional** (P16).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Nesta perspectiva, é importante destacar Lopes (2018) quando cita que:

> [...] na atual política, esse discurso universalista tende a operar com uma obrigatória imagem homogeneizante e negativa da escola. Nessa lógica, a BNCC é concebida para suprir o que falta à escola. E quanto mais se deseja afirmar o valor da BNCC, mais se significa a escola (e os docentes que nela trabalham) como carentes de algo, mais se realiza uma homogeneização das escolas como lugares onde não se ensina (LOPES, 2018, p.25).

Nesse sentido, o discurso homogeneizante da Base a coloca como uma solução para aquilo que falta à escola, como algo necessário para orientar os docentes que não sabem o que fazer sem o currículo nacional comum (LOPES, 2018).

Os docentes acreditam que, com a Base, o ensino de Geografia se tornará mais próximo da realidade do aluno, do seu

contexto local, como podemos observar nos discursos dos professores P3, P6, P10, P11, P12, P17 e P20:

> Além de **trazer a Geografia para mais próximo dos discentes**, a promoção da conexão do ensino com o advento das novas tecnologias (P3).
> **Tornar o ensino de geografia mais próximos da realidade dos alunos** (P6).
> **Adequar as propostas escolares para a realidade escolar** (P10).
> Uma **maior interação entre conteúdos e comunidade**, selecionando o que mais é de relevante para a sociedade (P11).
> Fazer com o ensino passe a ser significado e os alunos tenham **maior apreensão da sua realidade** (P12).
> Tornar esse ensino mais integral, mas também destacar, **dar-importância à geografia local.** A BNCC estabelece as competências que esse **ensino deve ter e o município agrega à realidade local.** Penso que a base em si não destaca tal importância, o trabalho de cada currículo sim (P17).
> **Estabelecer conexões com o cotidiano do estudante** (P20).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Devemos ressaltar que, apesar da categoria "Lugar" assumir uma posição importante no decorrer da BNCC de Geografia, especialmente para contribuir com a noção de pertencimento e identidade, a vinculação entre BNCC, ensino de geografia e aproximação da realidade local apontada pelos docentes se deve muito aos COA elaborados pela rede municipal de ensino de Feira de Santana, a partir do qual essa relação aparece de modo bastante forte, como podemos observar no discurso de P17.

Apesar do enfoque local, quando pensamos em uma perspectiva macro, como destaca Silva (2017), a implantação de um

currículo comum e único, como é proposto pela BNCC, contribui para um silenciamento dos conteúdos regionais/locais, tendo em vista que as avaliações oficiais passarão a cobrar os conteúdos definidos pela Base e, nesse sentido, o currículo avaliativo acaba por funcionar como um vetor de controle da prática pedagógica do professor, que acaba sendo cobrado a partir de tais avaliações. Tal perspectiva apoia discursos como do docente P18 ao afirmar que: "Não concordo com uma base comum, acredito que **é importante elaborar um currículo respeitando as especificidades locais e regionais"** (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Para 80% dos docentes consultados, a implementação da BNCC de Geografia (6º ao 9º ano) produzirá alguma transformação na sua prática docente. No entanto, as análises dos dados demonstram que não existe um consenso entre os professores a respeito de quais são esses impactos.

Para professores como P4 e P21, o principal impacto será a perda da autonomia docente, o que coaduna diretamente com as observações realizadas por Silva (2017) e Guimarães (2018). Segundo esses professores, a Base:

> **Direcionará demais o que o professor** deve fazer em sua prática, tornando-o apenas um **sujeito passivo** ao processo (P4).
> Haverá tentativa de **coação e reprodução de modelo autônomo**, cabendo ao professor estar atento às manipulações do currículo (P21).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Por sua vez, para outros docentes, os impactos estão circunscritos ao campo da escala geográfica e a abordagem dos conteúdos. Para eles, com a BNCC, a forma de trabalhar os conteúdos sofrerá alterações e estes passarão a ser mais próximos

das realidades dos alunos. Tal entendimento é percebido a partir das unidades de significado presentes nos discursos de docentes como P3, P5, P10, P11, P14, P17, P19 e P23, conforme destacamos a seguir:

> **Reorientação**, busca de novos conhecimentos, **práticas** (P10).
> Na maneira de **abordagem dos conteúdos** (P14).
> Acredito que o movimento será justamente o de **privilegiar a geografia do lugar, mas fazer conexões com as demais escalas nacionais** (P17).
> Acredito que as transformações serão positivas tornando nosso trabalho mais **próximo da realidade** (P19).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Outro sentido que ainda é encontrado nos discursos dos docentes está presente em P13 e P25, que apontam como impacto na prática pedagógica a definição de níveis mínimos de aprendizagem a ser desenvolvida pelos alunos, o que contribui para nortear sua prática. Conforme esses docentes:

> É **que agora tenho um ponto de partida na escolha dos conteúdos e nos níveis de proficiência nas avaliações** (P13).
> Contribuirá para minha prática pois ao **saber as habilidades que o aluno precisa desenvolver para sua formação**, e assim associar os conteúdos trabalhados (P25).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

Cabe destacar que, entre os sujeitos pesquisados, há também aqueles que não reconhecem na BNCC a possibilidade de impactar sua prática pedagógica, sendo a decisão de qualquer alteração de cunho individual e não decorrente da política que está em fase de implementação. Tal sentido está presente nos sujeitos P6 e P9, como observamos a seguir:

> Acredito que um documento normativo **não tenha tanto impacto na transformação de uma prática docente**, a BNCC pode nortear, mas a transformação ocorrerá apenas se for um desejo pessoal (P6).
> Irei adequar ao meu planejamento, mas **não significa dizer que tenho que levar ao pé da letra a BNCC** (P9).
> (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).

A partir dos possíveis impactos apontados pelos docentes, percebemos que existe entre eles uma diversidade de compreensões acerca da referida política curricular, o que produz impactos diretos na forma como ela será implementada.

Considerações finais

No bojo das políticas neoliberais, que desde a década de 1990 perpassam a educação brasileira, está a BNCC que, mesmo querendo se manter afastada da ideia de currículo, caracteriza-se como uma política curricular que propõe mudanças não somente técnicas como políticas na atuação dos professores de todo país.

Diante de todo panorama conturbado que marcou seu processo de construção, dos agentes públicos e privados que participaram desse processo, bem como dos possíveis desdobramentos que sua implementação poderá trazer para a prática pedagógica dos professores, julgamos neste trabalho ser importante fazer uma análise de como os professores de Geografia em Feira de Santana têm percebido a BNCC, seu processo de implementação e as repercussões nas suas práticas cotidianas.

Diante das análises realizadas, torna-se evidente que ainda existe muito desconhecimento e incertezas a respeito da referida

política curricular, o que expõe a necessidade de um debate crítico e amplo com os professores a respeito da BNCC.

Observamos entre os sujeitos consultados a prevalência do discurso hegemônico herdado dos formuladores da política, que intencionalmente camufla as ideologias presentes em seu processo de construção, como a de culpabilização docente pelos fracassos na educação, a de ocultação das desigualdades inter e intrarregionais do país, que repercutem diretamente na qualidade da educação, entre outras tratadas no decorrer desse texto. No entanto, também é importante apontar que, mesmo diante da prevalência desses discursos, encontramos sujeitos na contramão desse processo, reconhecendo a BNCC como um processo intencional de padronização curricular.

Em face dos desconhecimentos a respeito da política, percebemos que existe uma dificuldade em grande número dos sujeitos consultados de conhecer precisamente os possíveis impactos que ela pode trazer para suas práticas pedagógicas, sendo inclusive apontada a inexistência da possibilidade de impactos pela política.

Esse processo de entendimento da BNCC sem o devido aprofundamento pelos docentes acaba criando um obstáculo para a crítica e reconstrução da política, o que culmina com sua implementação de forma verticalizada nas unidades escolares, muitas vezes não atendendo às especificidades locais. Além disso, não contribui para a efetivação da práxis pedagógica nas unidades de ensino, tornando a prática do professor uma mera reprodução dos modelos que chegam ao chão da escola.

Portanto, à guisa de conclusão, destacamos a necessidade dos professores se munirem de uma instrumentalização teórica sobre a BNCC, garantindo o arcabouço teórico necessário para analisarem criticamente a sua implementação nas unidades de ensino que trabalham.

Referências

APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo. IN: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. S. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 39-57.

AZEVEDO, A. C. F.; SACRAMENTO, A. C. R. O currículo mínimo de Geografia frentes às políticas curriculares nacionais. In: LOMBARDI, A. P. (org.). *Geografia: políticas e democracia 2.* Ponta Grossa (PR): Atena Editora, p.47-53, 2019. – (Geografia: Políticas e Democracia; v. 2).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Base Nacional Comum Curricular.* Educação Infantil e Ensino Fundamental. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc20dez-site.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, E. M. B.; MORAES, L. B. (Orgs.). *Formação de professores:* conteúdos e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: NEPEG, p. 15-38, 2010.

CAVALCANTI, L. S. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. IN: _____. *Formação de professores:* concepções e práticas em Geografia. Goiânia: Vieira, p. 27-49, 2006.

COSTA, V. S. S. *Base Nacional Comum Curricular como política de regulação do currículo, da dimensão global ao local:* o que pensam os professores? 2018. 185f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREITAS, A. A Base Nacional Comum Curricular e a educação banqueira. *Carta Capital,* São Paulo, v. 11, 2016.

GALIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 7, n. 13, p. 01-22, 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTTO, E. D. Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. *Educação & Sociedade,* v. 40, 2019.

GIROTTO, E. D. Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. *Geo Uerj,* n. 30, p. 419-439, 2017.

GONÇALVES, F. P. Considerações de natureza epistemológica sobre a análise textual discursiva. *Educação,* v. 43, n. 1, p. 1-12, 2020.

GRESSLER, L. A. *Introdução à pesquisa:* projetos e relatórios. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Ensino em Re-Vista*, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 2018.

LOPES, A. C. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:* avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista E-curriculum*, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MACEDO, E. "A base é a base". E o currículo o que é? In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:* avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica***.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa:* planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v.12, n.1, p.117-128, 2006.

MUSTAFÉ, D. N. *O ensino de Geografia na BNCC do ensino fundamental (anos iniciais e anos finais):* a escala geográfica e o conceito de lugar com vistas à formação cidadã do aluno. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

OZÓRIO, A. M. *O ensino da geografia e sua especificidade na base nacional comum curricular brasileira:* uma cartografia das ausências. 2018. 127 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo:* uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. *Filosofia da Práxis.* 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SILVA, A. S. Questões que perpassam o ensino de geografia com as proposições da base nacional comum curricular. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 7, n. 13, p. 417-437, jan./jun., 2017.

Submetido em: 08 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 25 de junho de 2021.

Aprovado em: 26 de julho de 2021.

UMA RESENHA DO LIVRO "GEODIVERSITY: VALUING AND CONSERVING ABIOTIC NATURE"

A REVIEW OF THE BOOK "GEODIVERSITY: VALUING AND CONSERVING ABIOTIC NATURE"

UNA RESEÑA DEL LIBRO "GEODIVERSIDAD : VALORAR Y CONSERVAR LA NATURALEZA ABIÓTICA

JOSÉ RAFAEL VILELA DA SILVA
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina (PR)
E-mail: jose.rafael.vilela@uel.br

GRAY, Murray. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. London: John Wiley and Sons, 2004.

A seguinte resenha ocupa-se em analisar o livro *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature* publicado em 2004 em idioma inglês e de autoria do professor Murray Gray. Desta forma, aqui serão apresentadas algumas das ideias e discussões centrais verificadas nesta obra, assim como impressões e comentários pessoais sobre o conteúdo das discussões trazidas no livro e também certas conexões e diálogos entre a temática desta obra científica e outras obras poéticas e literárias.

Murray Gray, o autor desta obra, é geógrafo e professor emérito da Escola de Geografia da Queen Mary University of London, importante universidade inglesa. A respeito de suas áreas de pesquisa e trabalho, Gray inicialmente tinha seus estudos voltados à pesquisas no campo da Geomorfologia Glacial e Geologia do Quaternário. Porém, a partir da década de 1990, este passou a concentrar suas pesquisas e desenvolver trabalhos ligados aos estudos sobre a Geodiversidade e Geoconservação (GUIMARÃES; LICCARDO, 2018).

O seguinte autor possuí várias obras e publicações científicas (livros, artigos, etc.), sendo que o livro *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*, que teve sua primeira publicação em 2004, no contexto histórico relativamente recente da temática da geodiversidade, é considerado uma das primeiras e principais referências científicas e bibliográficas da área, ao ponto de ter sua segunda edição publicada em 2013, na qual o autor realiza algumas revisões e o acréscimo de novas discussões ao livro (GUIMARÃES; LICCARDO, 2018).

A estrutura desta obra encontra-se organizada em um total de oito capítulos, cada qual destes contando com subcapítulos que abordam respectivamente distintas questões e discussões

relacionadas à temática da geodiversidade e da geoconservação. Como por exemplo, os conceitos e definições atribuídas à geodiversidade por diferentes autores, os variados processos e formas que a constituem, os distintos valores associados a esta pela sociedade, as ameaças à geodiversidade e as ações voltadas a sua conservação e gestão, sua relação com a biodiversidade e por fim novas visões e ações futuras necessárias para a conservação da geodiversidade.

O autor demostra a preocupação de esclarecer quais os objetivos centrais de seu livro, bem como de cada capítulo. Devido a isso, logo no início são apresentados os cinco objetivos principais da obra, que são: a sensibilização sobre os valores da geodiversidade; o apontamento das ameaças a essa geodiversidade; a análise de maneiras para a sua conservação, gestão e restauração; o destaque para a importância da adoção de uma abordagem mais holística no olhar para a natureza e para a Terra e a conservação destas; e a proposição de uma visão para o futuro da temática embasada em práticas atuais que mostram-se positivas (GRAY, 2004).

No capítulo 1 intitulado *"Defining Geodiversity"* o leitor é apresentado às discussões sobre a noção e o conceito de geodiversidade. É abordado o surgimento histórico deste conceito, sobretudo a partir da década de 1990, pois como destaca Gray (2004, p.5) "Geologists and geomorphologists started using the term "geodiversity" in the 1990s to describe the variety within abiotic nature.". Neste sentido, aponta-se ainda como no decorrer do tempo este conceito recebeu diferentes definições pelos autores que se dedicaram à temática, em certos momentos com conceituações mais restritivas, e em outros de caráter mais amplo (GRAY, 2004).

É importante destacar que neste capítulo o autor apresenta ao leitor sua própria definição do conceito de geodiversidade, sendo esta entendida enquanto

> [...] the natural range (diversity) of geological (rocks, minerals, fossils), geomorphological (land form, processes) and soil features. It includes their assemblages, relationships, properties, interpretations and systems. (GRAY, 2004, p.8).

Já o capítulo 2 que se intitula "*Describing Geodiversity*", traz uma discussão sobre os desafios da descrição da geodiversidade, devido a sua ampla variedade de processos e formas existentes no planeta Terra. Neste sentido, Gray (2004) ressalta que neste capítulo o mesmo buscou não apenas descrever a rica diversidade abiótica do planeta, mas sim compreender melhor os fatores, processos e fenômenos por trás desta geodiversidade. Sendo que para se alcançar tal compreensão da geodiversidade faz-se necessário o entendimento do próprio passado do planeta Terra e das dinâmicas e processos que a levaram a esta condição atual.

Destaca-se que o capítulo 3, intitulado "*Valuing Geodiversity*" trata dos diversos valores associados a geodiversidade (valor intrínseco, cultural, estético, econômico, funcional, científico e educativo) e chama a atenção do leitor por proporcionar um diálogo entre aspectos da natureza abiótica e as relações e percepções humanas que conduzem a diferentes valores e atitudes atribuídos e associados a geodiversidade no cotidiano, mesmo que as pessoas não se deem conta disso.

O capítulo 4 denominado "*Threats to Geodiversity*" avança na discussão sobre as ameaças as quais a geodiversidade e a diversidade abiótica da natureza está vulnerável em virtude das ações humanas. Gray (2004) evidencia que a ideia de que o mundo abiótico é estável e estático, e encontra-se fora de perigo é

equivocada, pois o mundo abiótico é dinâmico e complexo, e também vulnerável à degradação. E esta degradação da geodiversidade resulta do impacto de atividades tanto humanas como naturais, como: atividades de mineração; construção de aterros e pedreiras; desenvolvimento territorial e o crescimento urbano; obras de engenharia; desmatamento e a silvicultura; pressão do turismo; queimadas; mudanças climáticas e a desinformação.

Os capítulos 5 e 6 deste livro que intitulam-se respectivamente "*Conserving Geodiversity: The Protected Area and Legislative Approaches*" e "*Managing Geodiversity: New Approaches for the Wider Landscape*" trazem discussões sobre diferentes estratégias pelas quais organizações internacionais, nacionais, governos e órgãos locais tem conseguido conservar áreas de interesse geológico e geomorfológico, sendo apresentados também alguns exemplos internacionais de experiências de conservação da geodiversidade em áreas de preservação, parques e geoparques (GRAY, 2004).

Por fim, os capítulos 7 e 8, intitulados respectivamente "*Comparing and Integrating Geodiversity and Biodiversity*" e "Towards a Vision for Geodiversity Conservation" trazem importantes discussões sobre as questões que comparam as abordagens da geodiversidade e da biodiversidade e evidenciam a importância da integração destas em uma abordagem holística da natureza. Pois apesar da geodiversidade e biodiversidade apresentarem distintos significados, isto não descarta a intrínseca conexão e integração existente entre estas. Neste sentido, Gray (2004) destaca a necessária adoção de uma abordagem holística na análise da interação entre a geologia, geografia, biologia e a cultura.

Gray (2004) também destaca que a Terra possui uma enorme geodiversidade com diversos valores, mas que nem sempre esta é devidamente apreciada pelas pessoas. Neste sentido, segundo o autor a geodiversidade fornece uma base sólida para a valorização do mundo abiótico, critérios para a geoconservação e pode atuar na integração entre a geociências (GRAY, 2004).

Destaca-se que a obra possui um caráter um pouco mais técnico e específico, se comparada à obras que tratam de temáticas mais amplas e teóricas ligadas à área da Geografia Humana, pois esta obra aborda temáticas referentes à áreas como a geologia, geomorfologia, hidrografia e outros aspectos abióticos da natureza, o que pode causar certa dificuldade na leitura àqueles que não estão ambientados e acostumados com alguns termos e conceitos que são utilizados nestas áreas da ciência.

Contudo, o livro não restringe-se somente a abordar a temática em questão sobre um ponto de vista técnico, pois em certos momentos o autor constrói reflexões sobre a noção de natureza, de patrimônio, de valores e atitudes humanas para com a geodiversidade. O que é um aspecto importante pois revela a busca por uma abordagem mais holística desta temática, ao integrar diversas reflexões, questões e abordagens sobre esta.

Em sua obra Gray (2004) evidencia sua busca por estimular o interesse das pessoas pela temática da geodiversidade e pela geociências em geral, de forma a tornar visível e amplamente discutida a importância da natureza abiótica para a sociedade. Para tal, o autor faz delineamentos principais sobre a diversidade do mundo abiótico, a partir das formas de relevo, dos diferentes tipos de solos, tipos de rochas e sedimentos, entre outros elementos, sempre

trazendo exemplos dessa diversidade abiótica espalhados por vários países e regiões do mundo.

Destaca-se com relação à obra o fato de que esta foi elaborada por um autor inglês e devido a isso este a escreve a partir de um contexto de vivências, experiências sobre a temática em uma realidade de trabalhos sobretudo europeus. Neste sentido, é preciso considerar esta questão na leitura da obra, e assim compreender que a realidade brasileira, e de outros países fora da Europa e da América do Norte é distinta do panorama geral trazido na obra.

Assim, algumas das discussões sobre a geodiversidade e a geoconservação na obra precisam ser repensadas para a realidade do contexto brasileiro, o que tem sido feito por pesquisadores na área das Geociências no país, que tem o árduo trabalho de refletir sobre formas de conservação da natureza abiótica em um país onde as legislações ambientais e o cenário político apresentam diversas barreiras, inclusive à conservação da vida, seja a humana, a animal ou vegetal.

A partir da leitura da obra, aponta-se que o ponto de maior destaque reforçado pelo autor foi a questão da diversidade da natureza abiótica, em suas formas, processos, fenômenos, agentes, elementos e componentes. A natureza biótica e abiótica é dotada de rica diversidade, resultante de uma complexa e intrínseca rede de relações e interações entre as diversas “esferas” de nosso planeta. E tão importante quanto reconhecer e identificar esta diversidade da natureza, é dar a esta o devido valor, respeitando suas caraterísticas e buscando sua conservação, de forma a possibilitar a manutenção do patrimônio natural para que as próximas gerações que coabitarão este planeta possam usufrui-lo.

Ao final, de sua obra Gray (2004) propõe discussões para tratar da importância da integração entre geodiversidade e biodiversidade, no sentido da construção de um visão ambiental mais holística, que não despreze tanto os elementos bióticos como abióticos da natureza. O autor aponta também as críticas que são feitas a temática da geodiversidade, porém o mesmo contrapõe estas críticas, expondo suas fragilidades. No final de seu livro, Gray (2004) expõe a importância dos estudos ligados a geodiversidade e a geoconservação, e desta forma o autor traz indicações e possíveis caminhos a serem trilhados para a abordagem da geodiversidade.

Por fim, Gray (2004) encerra sua obra propondo uma reflexão instigante ao apresentar um poema de Christopher Murray Grieve, poeta escocês, mais conhecido pelo pseudônimo Hugh MacDiarmid, que escreve os seguintes versos:

> [...] O que acontece conosco
> É irrelevante para a geologia do mundo
> Mas o que acontece com a geologia do mundo
> Não é irrelevante para nós.
> Nós devemos nos reconciliar com as pedras,
> Não as pedras conosco...
> (MACDIARMID, 1956 apud GRAY, 2004, tradução nossa).

A partir desta reflexão e poema, propõe-se um diálogo com outro poema, no caso do escritor brasileiro Carlos Drummond de Andrade, o qual se inicia com a seguinte frase: "No meio do caminho tinha uma pedra..." (DRUMMOND, 2013, p.36).

Sendo interessante destacar que este termo "pedra" que destaca-se no poema pode ser compreendido como um dos vários nomes populares dado ao "agregado sólido que ocorre naturalmente e é constituído por um ou mais minerais ou mineralóides" (WIKIPÉDIA, 2019) [1], aos quais os geocientistas denominam de

rocha. Assim estes termos “pedra’ ou “rocha” são usados ora por cientistas ora por pessoas comuns para designar este elemento natural. E de acordo com o próprio Serviço Geológico Brasileiro (CPRM, 2021, online, grifo nosso)

> Em linguagem popular pedra é o termo genérico utilizado para denominar todo componente sólido da crosta terrestre. Em geologia o termo utilizado para denominar este material é rocha ou mineral. O uso do termo pedra pode desagradar alguns geólogos, pois cada setor profissional tem seu linguajar específico e é importante o correto emprego da terminologia especializada. **Porém o uso da palavra pedra não está incorreto, já que os geólogos empregam com frequência o termo pedra preciosa ou simplesmente pedra**.

E neste caso, se você é privilegiado em poder vez ou outra sair de sua casa na cidade e andar tranquilamente pela área rural, já deve ter se deparado caminhando em uma estrada/caminho no qual naturalmente deveriam haver pedras. Contudo, você assim como nosso poeta Carlos Drummond de Andrade já parou para se perguntar sobre aquelas pedras no meio do caminho? Já se indagou sobre de onde elas vieram? Como se formaram? Porque tinham determinada forma ou cor? Ou porque estavam justamente naquele lugar te fazendo vez ou outra tropeçar?

Se a resposta à alguma dessas perguntas for sim, provavelmente você já deve ter pensado sobre a geodiversidade, mesmo sem saber. A geodiversidade, que apresentou-se enquanto temática central do livro o qual esta resenha se ocupou, busca tratar dos elementos abióticos da natureza, incluindo aquela famosa pedra/rocha no meio do caminho.

Neste sentido, se lhe interessa conhecer um pouco mais sobre as dinâmicas da natureza e alcançar respostas à perguntas como as que foram feitas e muitas outras, a temática da

geodiversidade bem como as geociências em geral podem lhe ser muito úteis e interessantes.

Por fim, após todas estas considerações e reflexões recomenda-se este livro enquanto uma obra de referência para aqueles que desejam compreender melhor a temática da geodiversidade e da geoconservação, em especial para pesquisadores de áreas relacionadas às Geociências.

Este é um livro para aqueles que interessam-se pela temática ambiental e sobretudo por compreender as dinâmicas da natureza que fazem parte de nosso cotidiano e preocupam-se com a conservação do ambiente e sua diversidade. E além disto, retornando ao poema de Carlos Drummond de Andrade, é um livro para aqueles que sempre olharam para aquela pedra/rocha no meio do caminho, seja no sentido literal ou metafórico, não como um obstáculo, mas sim enquanto uma possibilidade, seja para a escrita de um poema, ou para o estudo e a pesquisa científica, como é o caso desse que vos escreve.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CPRM. **Mineral, Rocha ou Pedra?** SGBeduca. 2021. Disponível em: http://sgbeduca.cprm.gov.br/jovens_geociencias_mineral_rocha_pedra.html Acesso em: 28/05/2021.

GRAY, Murray. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. London: John Wiley and Sons, 2004.

GUIMARÃES, Gilson Burigo. LICCARDO, Antonio. Entrevista com o Prof. Dr. Murray Gray – Queen Mary University of London – Inglaterra. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.12, n.2, p. 163-165, maio/ago. 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **ROCHA.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rocha&oldid=56488218>. Acesso em: 12/05/2020.

[1] O uso da referência do site Wikipédia foi intencional, pois buscamos apresentar a primeira definição dada pelo navegador de internet para as palavras “pedra/rocha”, ilustrando os resultados encontrados em uma simples pesquisa por estes termos.

UMA RESENHA DO LIVRO "GEODIVERSITY: VALUING AND CONSERVING ABIOTIC NATURE"

A REVIEW OF THE BOOK "GEODIVERSITY: VALUING AND CONSERVING ABIOTIC NATURE"

UNA RESEÑA DEL LIBRO "GEODIVERSIDAD : VALORAR Y CONSERVAR LA NATURALEZA ABIÓTICA

JOSÉ RAFAEL VILELA DA SILVA
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina (PR)
E-mail: jose.rafael.vilela@uel.br

GRAY, Murray. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. London: John Wiley and Sons, 2004.

A seguinte resenha ocupa-se em analisar o livro *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature* publicado em 2004 em idioma inglês e de autoria do professor Murray Gray. Desta forma, aqui serão apresentadas algumas das ideias e discussões centrais verificadas nesta obra, assim como impressões e comentários pessoais sobre o conteúdo das discussões trazidas no livro e também certas conexões e diálogos entre a temática desta obra científica e outras obras poéticas e literárias.

Murray Gray, o autor desta obra, é geógrafo e professor emérito da Escola de Geografia da Queen Mary University of London, importante universidade inglesa. A respeito de suas áreas de pesquisa e trabalho, Gray inicialmente tinha seus estudos voltados à pesquisas no campo da Geomorfologia Glacial e Geologia do Quaternário. Porém, a partir da década de 1990, este passou a concentrar suas pesquisas e desenvolver trabalhos ligados aos estudos sobre a Geodiversidade e Geoconservação (GUIMARÃES; LICCARDO, 2018).

O seguinte autor possuí várias obras e publicações científicas (livros, artigos, etc.), sendo que o livro *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*, que teve sua primeira publicação em 2004, no contexto histórico relativamente recente da temática da geodiversidade, é considerado uma das primeiras e principais referências científicas e bibliográficas da área, ao ponto de ter sua segunda edição publicada em 2013, na qual o autor realiza algumas revisões e o acréscimo de novas discussões ao livro (GUIMARÃES; LICCARDO, 2018).

A estrutura desta obra encontra-se organizada em um total de oito capítulos, cada qual destes contando com subcapítulos que abordam respectivamente distintas questões e discussões

relacionadas à temática da geodiversidade e da geoconservação. Como por exemplo, os conceitos e definições atribuídas à geodiversidade por diferentes autores, os variados processos e formas que a constituem, os distintos valores associados a esta pela sociedade, as ameaças à geodiversidade e as ações voltadas a sua conservação e gestão, sua relação com a biodiversidade e por fim novas visões e ações futuras necessárias para a conservação da geodiversidade.

O autor demostra a preocupação de esclarecer quais os objetivos centrais de seu livro, bem como de cada capítulo. Devido a isso, logo no início são apresentados os cinco objetivos principais da obra, que são: a sensibilização sobre os valores da geodiversidade; o apontamento das ameaças a essa geodiversidade; a análise de maneiras para a sua conservação, gestão e restauração; o destaque para a importância da adoção de uma abordagem mais holística no olhar para a natureza e para a Terra e a conservação destas; e a proposição de uma visão para o futuro da temática embasada em práticas atuais que mostram-se positivas (GRAY, 2004).

No capítulo 1 intitulado *"Defining Geodiversity"* o leitor é apresentado às discussões sobre a noção e o conceito de geodiversidade. É abordado o surgimento histórico deste conceito, sobretudo a partir da década de 1990, pois como destaca Gray (2004, p.5) "Geologists and geomorphologists started using the term "geodiversity" in the 1990s to describe the variety within abiotic nature.". Neste sentido, aponta-se ainda como no decorrer do tempo este conceito recebeu diferentes definições pelos autores que se dedicaram à temática, em certos momentos com conceituações mais restritivas, e em outros de caráter mais amplo (GRAY, 2004).

É importante destacar que neste capítulo o autor apresenta ao leitor sua própria definição do conceito de geodiversidade, sendo esta entendida enquanto

> [...] the natural range (diversity) of geological (rocks, minerals, fossils), geomorphological (land form, processes) and soil features. It includes their assemblages, relationships, properties, interpretations and systems. (GRAY, 2004, p.8).

Já o capítulo 2 que se intitula "*Describing Geodiversity*", traz uma discussão sobre os desafios da descrição da geodiversidade, devido a sua ampla variedade de processos e formas existentes no planeta Terra. Neste sentido, Gray (2004) ressalta que neste capítulo o mesmo buscou não apenas descrever a rica diversidade abiótica do planeta, mas sim compreender melhor os fatores, processos e fenômenos por trás desta geodiversidade. Sendo que para se alcançar tal compreensão da geodiversidade faz-se necessário o entendimento do próprio passado do planeta Terra e das dinâmicas e processos que a levaram a esta condição atual.

Destaca-se que o capítulo 3, intitulado "*Valuing Geodiversity*" trata dos diversos valores associados a geodiversidade (valor intrínseco, cultural, estético, econômico, funcional, científico e educativo) e chama a atenção do leitor por proporcionar um diálogo entre aspectos da natureza abiótica e as relações e percepções humanas que conduzem a diferentes valores e atitudes atribuídos e associados a geodiversidade no cotidiano, mesmo que as pessoas não se deem conta disso.

O capítulo 4 denominado "*Threats to Geodiversity*" avança na discussão sobre as ameaças as quais a geodiversidade e a diversidade abiótica da natureza está vulnerável em virtude das ações humanas. Gray (2004) evidencia que a ideia de que o mundo abiótico é estável e estático, e encontra-se fora de perigo é

equivocada, pois o mundo abiótico é dinâmico e complexo, e também vulnerável à degradação. E esta degradação da geodiversidade resulta do impacto de atividades tanto humanas como naturais, como: atividades de mineração; construção de aterros e pedreiras; desenvolvimento territorial e o crescimento urbano; obras de engenharia; desmatamento e a silvicultura; pressão do turismo; queimadas; mudanças climáticas e a desinformação.

Os capítulos 5 e 6 deste livro que intitulam-se respectivamente "*Conserving Geodiversity: The Protected Area and Legislative Approaches*" e "*Managing Geodiversity: New Approaches for the Wider Landscape*" trazem discussões sobre diferentes estratégias pelas quais organizações internacionais, nacionais, governos e órgãos locais tem conseguido conservar áreas de interesse geológico e geomorfológico, sendo apresentados também alguns exemplos internacionais de experiências de conservação da geodiversidade em áreas de preservação, parques e geoparques (GRAY, 2004).

Por fim, os capítulos 7 e 8, intitulados respectivamente "*Comparing and Integrating Geodiversity and Biodiversity*" e "Towards a Vision for Geodiversity Conservation" trazem importantes discussões sobre as questões que comparam as abordagens da geodiversidade e da biodiversidade e evidenciam a importância da integração destas em uma abordagem holística da natureza. Pois apesar da geodiversidade e biodiversidade apresentarem distintos significados, isto não descarta a intrínseca conexão e integração existente entre estas. Neste sentido, Gray (2004) destaca a necessária adoção de uma abordagem holística na análise da interação entre a geologia, geografia, biologia e a cultura.

Gray (2004) também destaca que a Terra possui uma enorme geodiversidade com diversos valores, mas que nem sempre esta é devidamente apreciada pelas pessoas. Neste sentido, segundo o autor a geodiversidade fornece uma base sólida para a valorização do mundo abiótico, critérios para a geoconservação e pode atuar na integração entre a geociências (GRAY, 2004).

Destaca-se que a obra possui um caráter um pouco mais técnico e específico, se comparada à obras que tratam de temáticas mais amplas e teóricas ligadas à área da Geografia Humana, pois esta obra aborda temáticas referentes à áreas como a geologia, geomorfologia, hidrografia e outros aspectos abióticos da natureza, o que pode causar certa dificuldade na leitura àqueles que não estão ambientados e acostumados com alguns termos e conceitos que são utilizados nestas áreas da ciência.

Contudo, o livro não restringe-se somente a abordar a temática em questão sobre um ponto de vista técnico, pois em certos momentos o autor constrói reflexões sobre a noção de natureza, de patrimônio, de valores e atitudes humanas para com a geodiversidade. O que é um aspecto importante pois revela a busca por uma abordagem mais holística desta temática, ao integrar diversas reflexões, questões e abordagens sobre esta.

Em sua obra Gray (2004) evidencia sua busca por estimular o interesse das pessoas pela temática da geodiversidade e pela geociências em geral, de forma a tornar visível e amplamente discutida a importância da natureza abiótica para a sociedade. Para tal, o autor faz delineamentos principais sobre a diversidade do mundo abiótico, a partir das formas de relevo, dos diferentes tipos de solos, tipos de rochas e sedimentos, entre outros elementos, sempre

trazendo exemplos dessa diversidade abiótica espalhados por vários países e regiões do mundo.

Destaca-se com relação à obra o fato de que esta foi elaborada por um autor inglês e devido a isso este a escreve a partir de um contexto de vivências, experiências sobre a temática em uma realidade de trabalhos sobretudo europeus. Neste sentido, é preciso considerar esta questão na leitura da obra, e assim compreender que a realidade brasileira, e de outros países fora da Europa e da América do Norte é distinta do panorama geral trazido na obra.

Assim, algumas das discussões sobre a geodiversidade e a geoconservação na obra precisam ser repensadas para a realidade do contexto brasileiro, o que tem sido feito por pesquisadores na área das Geociências no país, que tem o árduo trabalho de refletir sobre formas de conservação da natureza abiótica em um país onde as legislações ambientais e o cenário político apresentam diversas barreiras, inclusive à conservação da vida, seja a humana, a animal ou vegetal.

A partir da leitura da obra, aponta-se que o ponto de maior destaque reforçado pelo autor foi a questão da diversidade da natureza abiótica, em suas formas, processos, fenômenos, agentes, elementos e componentes. A natureza biótica e abiótica é dotada de rica diversidade, resultante de uma complexa e intrínseca rede de relações e interações entre as diversas “esferas” de nosso planeta. E tão importante quanto reconhecer e identificar esta diversidade da natureza, é dar a esta o devido valor, respeitando suas caraterísticas e buscando sua conservação, de forma a possibilitar a manutenção do patrimônio natural para que as próximas gerações que coabitarão este planeta possam usufrui-lo.

Ao final, de sua obra Gray (2004) propõe discussões para tratar da importância da integração entre geodiversidade e biodiversidade, no sentido da construção de um visão ambiental mais holística, que não despreze tanto os elementos bióticos como abióticos da natureza. O autor aponta também as críticas que são feitas a temática da geodiversidade, porém o mesmo contrapõe estas críticas, expondo suas fragilidades. No final de seu livro, Gray (2004) expõe a importância dos estudos ligados a geodiversidade e a geoconservação, e desta forma o autor traz indicações e possíveis caminhos a serem trilhados para a abordagem da geodiversidade.

Por fim, Gray (2004) encerra sua obra propondo uma reflexão instigante ao apresentar um poema de Christopher Murray Grieve, poeta escocês, mais conhecido pelo pseudônimo Hugh MacDiarmid, que escreve os seguintes versos:

> [...] O que acontece conosco
> É irrelevante para a geologia do mundo
> Mas o que acontece com a geologia do mundo
> Não é irrelevante para nós.
> Nós devemos nos reconciliar com as pedras,
> Não as pedras conosco...
> (MACDIARMID, 1956 apud GRAY, 2004, tradução nossa).

A partir desta reflexão e poema, propõe-se um diálogo com outro poema, no caso do escritor brasileiro Carlos Drummond de Andrade, o qual se inicia com a seguinte frase: "No meio do caminho tinha uma pedra..." (DRUMMOND, 2013, p.36).

Sendo interessante destacar que este termo "pedra" que destaca-se no poema pode ser compreendido como um dos vários nomes populares dado ao "agregado sólido que ocorre naturalmente e é constituído por um ou mais minerais ou mineralóides" (WIKIPÉDIA, 2019) [1], aos quais os geocientistas denominam de

rocha. Assim estes termos “pedra’ ou “rocha” são usados ora por cientistas ora por pessoas comuns para designar este elemento natural. E de acordo com o próprio Serviço Geológico Brasileiro (CPRM, 2021, online, grifo nosso)

> Em linguagem popular pedra é o termo genérico utilizado para denominar todo componente sólido da crosta terrestre. Em geologia o termo utilizado para denominar este material é rocha ou mineral. O uso do termo pedra pode desagradar alguns geólogos, pois cada setor profissional tem seu linguajar específico e é importante o correto emprego da terminologia especializada. **Porém o uso da palavra pedra não está incorreto, já que os geólogos empregam com frequência o termo pedra preciosa ou simplesmente pedra**.

E neste caso, se você é privilegiado em poder vez ou outra sair de sua casa na cidade e andar tranquilamente pela área rural, já deve ter se deparado caminhando em uma estrada/caminho no qual naturalmente deveriam haver pedras. Contudo, você assim como nosso poeta Carlos Drummond de Andrade já parou para se perguntar sobre aquelas pedras no meio do caminho? Já se indagou sobre de onde elas vieram? Como se formaram? Porque tinham determinada forma ou cor? Ou porque estavam justamente naquele lugar te fazendo vez ou outra tropeçar?

Se a resposta à alguma dessas perguntas for sim, provavelmente você já deve ter pensado sobre a geodiversidade, mesmo sem saber. A geodiversidade, que apresentou-se enquanto temática central do livro o qual esta resenha se ocupou, busca tratar dos elementos abióticos da natureza, incluindo aquela famosa pedra/rocha no meio do caminho.

Neste sentido, se lhe interessa conhecer um pouco mais sobre as dinâmicas da natureza e alcançar respostas à perguntas como as que foram feitas e muitas outras, a temática da

geodiversidade bem como as geociências em geral podem lhe ser muito úteis e interessantes.

Por fim, após todas estas considerações e reflexões recomenda-se este livro enquanto uma obra de referência para aqueles que desejam compreender melhor a temática da geodiversidade e da geoconservação, em especial para pesquisadores de áreas relacionadas às Geociências.

Este é um livro para aqueles que interessam-se pela temática ambiental e sobretudo por compreender as dinâmicas da natureza que fazem parte de nosso cotidiano e preocupam-se com a conservação do ambiente e sua diversidade. E além disto, retornando ao poema de Carlos Drummond de Andrade, é um livro para aqueles que sempre olharam para aquela pedra/rocha no meio do caminho, seja no sentido literal ou metafórico, não como um obstáculo, mas sim enquanto uma possibilidade, seja para a escrita de um poema, ou para o estudo e a pesquisa científica, como é o caso desse que vos escreve.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CPRM. **Mineral, Rocha ou Pedra?** SGBeduca. 2021. Disponível em: http://sgbeduca.cprm.gov.br/jovens_geociencias_mineral_rocha_pedra.html Acesso em: 28/05/2021.

GRAY, Murray. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. London: John Wiley and Sons, 2004.

GUIMARÃES, Gilson Burigo. LICCARDO, Antonio. Entrevista com o Prof. Dr. Murray Gray – Queen Mary University of London – Inglaterra. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.12, n.2, p. 163-165, maio/ago. 2018.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **ROCHA.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rocha&oldid=56488218>. Acesso em: 12/05/2020.

[1] O uso da referência do site Wikipédia foi intencional, pois buscamos apresentar a primeira definição dada pelo navegador de internet para as palavras "pedra/rocha", ilustrando os resultados encontrados em uma simples pesquisa por estes termos.

Submetido em: 19 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 02 de junho de 2021.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço http://publicações.agb.org.br/ .

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser submetidos de acordo com o layout disponibilizado no link: https://drive.google.com/file/d/1pjvPkM4FN_Zc4gsiGePqFDM40TSJXo6V/view .

Caso os textos não sejam submetidos nesse formato, serão automaticamente arquivados.

4. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

5. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

5.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

6. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s)

nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

7. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

8. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

9. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

10. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

10.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

11. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

12. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

13. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s)

autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.

14. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.

15. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.

16. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

17. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website or by photocopy, with proper citation of the source. Each published

work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).
14. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.
15. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.
16. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

14. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

15. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

16. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil